

**MOBILIDADES INVISÍVEIS E IDENTIDADES PRECÁRIAS:
VIDAS EM FUGA DA POBREZA**

José Manuel Cavaleiro Rodrigues

**Tese de Doutoramento
em Antropologia do Espaço e das Cidades**

Fevereiro 2012

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia do Espaço e das Cidades, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Filomena Paiva Silvano

- Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do POCI 2010 e PROTEC -

MOBILIDADES INVISÍVEIS E IDENTIDADES PRECÁRIAS: VIDAS EM FUGA DA POBREZA

INVISIBLE MOBILITIES AND PRECARIOUS IDENTITIES: LIVES RUNNING AWAY FROM POVERTY

JOSÉ MANUEL CAVALEIRO RODRIGUES

RESUMO

No momento em que começam a ser melhor conhecidos os dinamismos que fazem dos pobres uma população flutuante, da qual uma parte substancial passa por episódios de pobreza que não se transformam numa condição definitiva, o projeto conducente a esta tese pretendeu caracterizar as trajetórias de mobilidade que consubstanciam os movimentos bem-sucedidos de fuga à destituição e à privação económica extrema. Com base num trabalho etnográfico junto de vinte e oito famílias residentes em dois bairros de habitação social metropolitanos, entrevistadas e acompanhadas ao longo de mais de dois anos, procuraram-se respostas para três tipos de interrogações. A primeira foi saber como surgiu a pobreza nas suas vidas, quais as causas que a provocaram e em que condições foi possível a sua ultrapassagem, cruzando na análise a evolução de factores estruturais com as estratégias e os projetos engendrados no plano individual e familiar. Reconstruídas as trajetórias, o segundo objectivo foi captar os modos de vida construídos após a saída da pobreza e a maneira como esses indivíduos e famílias se identificam socialmente no presente, face às posições que conquistaram para si próprios e às aspirações que mantêm. A esta segunda dimensão, de autoidentificação, esteve articulada uma terceira, a de recolher as representações dos sujeitos sobre o conjunto mais amplo das estruturas de desigualdade e das hierarquias sociais e económicas, desde as posições desfavorecidas que experimentaram pessoalmente aos lugares mais privilegiados a que só a imaginação dá acesso.

PALAVRAS-CHAVE: pobreza, mobilidade socioeconómica, identidade social.

ABSTRACT

At a time when we start to understand the dynamics of the poor as a floating population in which a significant part of the people is not condemned to become permanently poor, the investigation leading to this thesis intended to characterize the mobility processes of those who successfully escaped destitution and extreme economic deprivation. Based on ethnographic work among twenty-eight families living in two neighbourhoods of metropolitan public housing, interviewed and observed for over two years, this study researched three major issues. The first was to find out how poverty came into the lives of those families, to identify the causes of their economic hardship and the circumstances in which they moved out: did they benefit from the interference of any structural factors or was agency and personal strategy the main cause for economic change? A second topic for research was the lifestyles they raised after poverty and the way they identify themselves and the position they occupy in society. This dimension of self-identification was connected with a third one, where the goal was to collect the subjects' representations about the broader system of social and economic inequalities, from the impoverished positions they had experienced in the past to the privileged places that stand above them in social space.

KEYWORDS: poverty, social and economic mobility, social identity.

ÍNDICE

E PUR SI MUOVE - A PERSPECTIVA DA MOBILIDADE E O CONHECIMENTO DA POBREZA	1
CAPÍTULO I - ITINERÁRIO METODOLÓGICO, ENTRE OS TERRENOS E OS DISPOSITIVOS ANALÍTICOS	38
1. Pobreza e mobilidade: genealogia de um objecto	38
2. Da pobreza e dos seus lugares	43
3. Entrevistas e etnografia em contextos contemporâneos	51
4. Narrativas, análise e sistematizações interpretativas	57
CAPÍTULO II - POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS	68
1. O campo específico dos estudos da pobreza	68
1.1. O Reformismo liberal e a origem progressista dos estudos da pobreza	70
1.2. A Escola de Chicago e a ecologia social da pobreza	73
1.3. Óscar Lewis e a Cultura da Pobreza	76
1.4. Debate teórico e apropriação política das teses culturalistas	80
1.5. Da pobreza material às conceptualizações da Infraclasse	91
1.6. A pobreza e o paradigma da exclusão	99
2. A pobreza enquadrada pelos estudos das desigualdades sociais	110
2.1. Capitalismo, globalização e reestruturação das desigualdades	110
2.2. A infraclasse e a teoria das classes e da estratificação	117
2.3. Das posições de classe às identidades de classe	129
2.4. A perspectiva das desigualdades nas teorias da etnicidade	147
2.5. A análise clássica e as abordagens alternativas da mobilidade social	167
2.6. <i>Habitus</i> , reflexividade e identidades sociais contemporâneas	179
CAPÍTULO III - POBREZA, TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE E REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS	192
1. As histórias de vida económica e a heterogeneidade dos percursos de pobreza	192
2. Dinâmicas de mobilidade e trajetórias de classe na saída da pobreza	214
3. Representações e identidades de classe em famílias com trajetórias de pobreza	248
DAQUI PARA ONDE? TRAÇOS DE PROCESSOS INACABADOS	295
Bibliografia	308

E PUR SI MUOVE

A PERSPECTIVA DA MOBILIDADE E O CONHECIMENTO DA POBREZA

Estávamos no princípio do ano e eu preparava-me para os últimos dias de um já longo trabalho de campo quando soube que 2010 ia ser publicamente declarado “Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social”, numa cerimónia oficial a ter lugar em Madrid. Segundo pude apurar, no seguimento de orientações da Cimeira de Lisboa e de uma deliberação conjunta do Parlamento e do Conselho Europeus¹, os países integrados na União tinham programado para esse ano uma série de reuniões, concursos, conferências e campanhas, tendo como principais objectivos, formalmente anunciados, interpelar os estereótipos e as percepções colectivas existentes sobre a pobreza e a exclusão social, sensibilizar as opiniões públicas e mobilizar os cidadãos e as instituições para a necessidade de combater o problema. Quando analisados em maior detalhe, os princípios orientadores e as ações concretas então previstas revelavam, além dessa preocupação central com o grau de consciencialização das sociedades acerca das questões da pobreza, uma atenção muito particular conferida à comunicação e à sua função estratégica, domínios aos quais, direta ou indiretamente, se encontrava submetida a generalidade da programação. Dentro desta lógica, tudo parece ter sido cuidadosamente planeado, desde a inscrição nos documentos-base duma referência acerca da necessidade de convocar sistematicamente os *media*, de modo a que eles pudessem estar presentes e assegurassem a cobertura noticiosa dos acontecimentos, até à atribuição da coordenação e produção de suportes promocionais, informativos e educacionais, a uma agência especializada e a uma rede

¹ Depois de, em 2000, a Cimeira de Lisboa ter definido como objectivo estratégico para a nova década a obtenção de avanços significativos na erradicação da pobreza, estas duas instituições centrais da União Europeia decidiram, em 2008, consagrar o último desses 10 anos a divulgar e a promover socialmente os valores da inclusão. Sobre os pressupostos e objetivos deste Ano Europeu ver: DECISION Nº 1098/2008/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 22 October 2008 on the European Year for Combating Poverty and Social Exclusion (2010). Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:298:0020:0029:EN: PDF>> [Consult. 8 Setembro 2010].

de profissionais de comunicação social, previamente selecionados e que organizariam o processo de difusão à escala europeia. Todas as ações e eventos tinham esta marca: tiravam partido do trabalho dos *media* ou eram concebidos especialmente para enquadrar e nortear a sua intervenção. Este segundo tipo de intenções estava patente, por exemplo, na realização de concursos e conferências destinados à classe jornalística, de modo a suscitar a sua reflexão e avaliação em torno do tratamento noticioso do tema, assim como podia ser encontrado nas exposições com as quais se pretendia envolver o meio artístico e levar os criadores a debruçarem-se sobre o universo da pobreza e a produzir obras que pudessem exprimir pontos de vista estéticos sobre o fenómeno e as vidas por ele afectadas.

Quem conhece a história do combate à pobreza e exclusão social no espaço da União Europeia, sabe que o tipo de preocupação então demonstrada com as representações que chegam aos cidadãos e que moldam as suas percepções dos mais desfavorecidos não tem antecedentes comparáveis. As iniciativas europeias conjuntas com incidência na luta contra a pobreza começaram com um primeiro programa em 1975 e, daí para cá, seja ao nível das sucessivas gerações de programas dedicados a esta condição social particular, seja na criação de fundos sociais definidos em função de áreas de intervenção específicas, como, por exemplo, na educação e formação, na habitação, ou na inserção no mercado de trabalho, as políticas sociais e as medidas europeias no que toca à proteção aos mais desfavorecidos sempre estiveram direccionadas para responder às necessidades mais concretas destas populações e aos factores estruturais impeditivos da sua integração socioeconómica plena.

O que poderá então levar os políticos e as instituições europeias a afectar recursos a projetos de curto prazo que, através da comunicação junto dos públicos, visam exclusivamente intervir sobre os processos de construção e difusão de imagens da pobreza e das identidades socialmente constituídas dos pobres e da sua condição? É sabido que, em áreas como a da pobreza, em que a percepção dos problemas por parte do conjunto das populações pode ser mais sensível aos estereótipos e aos preconceitos, a formação de um ambiente social favorável à intervenção dos estados pode justificar, só por si, o recurso a políticas mais incisivas de comunicação. Contudo,

este princípio será genérico e razoavelmente intemporal. A questão, portanto, permanece e reside em saber porquê agora, ou porquê só agora?

Para tentar responder a esta pergunta será preciso contextualizar e situar no tempo as decisões subjacentes. Os contornos e os conteúdos que foram conferidos ao Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social resultam de deliberações tomadas pelas instituições europeias no decurso de 2008 e integram um plano mais amplo e ambicioso de ações cujo objectivo expresso é proteger os cidadãos da crise económica e financeira global que, assumidamente, nesse ano já assolava a Europa e ameaçava pôr em risco as estruturas produtivas e a estabilidade dos padrões de vida dos países membros². Revisitando a memória dos acontecimentos e dos discursos que fizeram a história recente desse período de eclosão da crise, constata-se, sobretudo entre analistas e responsáveis ao nível governativo e das instituições supranacionais, a existência de um estado de preocupação e ansiedade que vai crescendo à medida que o alastramento dos sinais de depressão nas economias, o avanço da crise dos mercados financeiros para os sectores produtivos e os prenúncios da subida em flecha das taxas de desemprego fazem reatar, cada vez mais, o aparecimento de rupturas e de fenómenos de contestação e violência social. Situações de desobediência civil e desordem pública como as que se registaram em França e na Grécia, entre o final de 2008 e o início de 2009, vieram aumentar os receios e comprovar que as piores previsões eram possíveis. É neste quadro que tem lugar a concepção de um Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social que faz da comunicação e da difusão de informação e do conhecimento existentes sobre os pobres a pedra de toque do programa, naquilo que aparenta ser também uma estratégia pensada de gestão e controle de formas de incompreensão e de descontentamento social. A pobreza constitui o motivo da programação, mas não são os pobres o seu primeiro destinatário. O verdadeiro alvo a atingir será a consciência social existente sobre o

² A crise torna-se uma prioridade das agendas e a vigilância dos seus efeitos sociais a primeira das tarefas. Se não, veja-se a produção de documentos como 'Monitoring the social impact of the crisis. Public perceptions in the European Union: Analytical report'. Flash Eurobarometer Series nº276. The Gallup Organization, October 2009.

problema, trabalhando quer diretamente sobre as populações, quer ao nível dos decisores, das entidades técnicas e de outros intervenientes formadores de opinião, de modo a que, também por esta via, se possa precaver e condicionar, não só a reação dos mais desfavorecidos, mas a de todos os grupos sociais que, sob a pressão da crise e das dificuldades económicas, estarão sujeitos a uma maior fragilização e susceptíveis a que a sua insatisfação seja canalizada contra os mais pobres e as eventuais medidas com que os estados se vejam na necessidade de implementar para os proteger.

Em Portugal, na mesma época, as expressões de alarme acerca das consequências sociais da crise são também frequentes e surgem, o mais das vezes, sob a forma de enunciados dramáticos que se referem à possibilidade de ocorrerem situações de “explosão social”. A expressão foi-se instalando e tornando quase um lugar-comum, até atingir um pico de utilização, entre Maio e Junho de 2009, na sequência dos tumultos que assolaram o Bairro da Bela Vista em Setúbal, quando altas figuras do estado, da igreja e de instituições políticas, pronunciando-se ou não diretamente sobre os acontecimentos mas referindo-se sempre aos efeitos da crise, vieram alertar para o perigo de se estarem a gerar problemas graves provocados pelo aprofundamento das clivagens sociais, relativamente a populações económica e culturalmente marginais e socialmente segregadas. Em simultâneo, as notícias corriam pelos jornais e pelas televisões anunciando que, para evitar a “vaga de crimes” do ano anterior e a repetição de um “verão quente”, as forças policiais e os serviços de segurança estavam no terreno e apertavam a vigilância a “sujeitos cadastrados” nos “bairros perigosos”³.

³ Expressões usadas nos *leads* jornalísticos durante o período referido. Numa dessas *headlines* de imprensa titulava-se “Polícias vão controlar as casas dos criminosos” para salientar o facto das autoridades ligadas ao Gabinete de Coordenação de Segurança, superestrutura das polícias nacionais, terem definido como estratégia de combate à criminalidade a vigilância a partir dos domicílios de um numeroso conjunto de suspeitos sinalizados através do cruzamento de informações. Em declarações à comunicação social, as mesmas fontes procederam à identificação de dez “zonas-problema”, mencionando que só numa delas existiriam trezentos “criminosos” referenciados (*Diário de Notícias*, 22 de Junho de 2009). Este género de notícias mostram bem como a ação dos meios de comunicação de massas, combinada com a dos agentes políticos e administrativos, podem fazer a promoção pública de um discurso agitador, de tom muitas vezes alarmista. Não estamos muito longe, na forma e no teor, das

O que tanto o programa europeu como os discursos políticos e mediáticos sobre a conflitualidade e a violência urbana emergentes na sociedade portuguesa me parecem pressupor é uma convicção idêntica, da parte dos agentes envolvidos, acerca dos efeitos disruptivos do empobrecimento e sobre a necessidade de proteger as sociedades, a estabilidade e a ordem instituídas. Embora estas narrativas não sejam explícitas e não vão além de, quando muito, insinuar hipotéticas fontes de ameaça, fica a impressão de que através delas se revela o receio de que determinados grupos sociais, pressionados pelos atuais cenários de precarização geral das condições de vida, possam tornar-se perigosos e desestabilizadores das relações sociais. Estamos longe dos posicionamentos ideológicos e dos preconceitos morais com que o pensamento do século XIX condenava estas populações, mas, mesmo assim, sente-se por aqui a ressonância daquilo que nesse tempo era designado como “classes perigosas”. Durante o final desse século, *dangerous classes*⁴ era um qualificativo que remetia para um conjunto de regras e valores de conduta, usado para caracterizar populações paupérrimas, atraídas para as cidades mas inúteis para o trabalho industrial, tidas como promíscuas e familiarmente irresponsáveis, incapazes de prover às suas necessidades e, por isso, consideradas um atentado aos valores e à coesão sociais. Nos discursos porventura mais esclarecidos e politicamente informados do século XXI, a imagem da suposta depravação moral e de valores ter-se-á diluído, em certos casos mesmo desaparecido, mas permanecerá a ideia de que estes grupos são potencialmente insurgentes e uma fonte de problemas para o funcionamento normal e pacífico das sociedades, particularmente naqueles momentos da história, como o atual, em que as crises nas economias vão ao ponto de tornar insustentáveis as condições de vida dos mais necessitados.

campanhas que desencadeiam os episódios de *moral panics* caracterizados na sociologia por Stanley Cohen em *Folk Devils and Moral Panics* (1972).

⁴ A origem da expressão é habitualmente atribuída a Charles Loring Brace, filantropo e reformador norte-americano que publicou em 1872 um livro de memórias intitulado *The Dangerous Classes of New York, and Twenty Years' Work Among Them*.

Até aqui reconstituímos um cenário feito de avaliações e projetos de natureza iminentemente política, de cujos enunciados e pressupostos as ciências sociais parecem estar ausentes. Na realidade, a situação é historicamente bem mais comprometedora e não iliba teorias e autores dos estudos da pobreza de, um modo mais consciente ou involuntário, verem as suas ideias participar na constituição deste tipo de ambientes e perspectivas intelectuais ou políticas. Se não, vejamos. Em 1963, o economista de origem sueca Gunnar Myrdal terá recorrido à sua língua materna para com o termo *underklass* cunhar um novo conceito aplicável à pobreza emergente na sociedade americana. A inspiração do conceito poderá até ser outra, uma vez que, traduzida para inglês, a palavra *underclass* já registava uma aparição anterior, em 1918, quando John MacLean, figura destacada do movimento socialista escocês, a empregou para se referir à maioria dos trabalhadores oprimidos e à sua luta para derrubar a *overclass* capitalista⁵. De toda a maneira, com Myrdal, o termo entra nas ciências sociais e ganha um novo sentido, passando a identificar uma massa crescente de desempregados que, sob o efeito das mudanças económicas e tecnológicas, deixaram de estar em condições de ser absorvidos pelo mercado de trabalho, apesar da expansão fulgurante verificada nos sistemas produtivos⁶. Duas décadas volvidas, esta acepção estrutural que fazia dos pobres vítimas dos modelos de desenvolvimento económico, havia de ser esquecida e substituída por uma outra, de cariz comportamental, sobretudo como resultado da apropriação e recriação do termo *underclass* por parte de formas públicas de discurso, nomeadamente as que se expõem através dos canais de comunicação social. Os escritos do jornalista Kenneth

⁵ "The whole history of society has proved that society moves forward as a consequence of an underclass overcoming the resistance of a class on top of them", declarou MacLean numa intervenção proferida no Edinburgh High Court, a 8 de maio de 1918. O que aqui estava em causa era o papel revolucionário de uma dita 'classe de baixo', mas este discurso, que passou à história como "Speech from the Dock", integra a primeira formulação conhecida do termo 'underclass'. Texto integral disponível em <http://www.revolutionarycommunist.org/web/macleanindexfiles/1918-sfd.htm> [Consult. 25 Janeiro 2011].

⁶ Myrdal adopta o conceito no seu livro *The Challenge of Affluence*, publicado pela Random House em 1963.

Auletta⁷ são representativos da redefinição operada no conceito e do modo como ele passou a designar grupos que rejeitam as normas e os valores prevalecentes nas sociedades, que recusam o trabalho e se tornam dependentes do assistencialismo, que não hesitam em violar as regras morais e os princípios familiares, chegando no limite a viver da prática de crimes e à margem da lei. O retrato patológico e disfuncional da *underclass* estabelecido por Auletta sofreria de imediato contestação, mas isso não impediu nem a penetração destas caracterizações ideológicas no debate público, nem o reforço de uma hiper-referenciação negativa que veio sobrecarregar ainda mais as identidades dos pobres e gerar a cobertura necessária à reconfiguração das políticas que, nos Estados Unidos, beneficiavam estas populações até à subida ao poder da administração Reagan nos anos 80.

Não foi a primeira vez - e com toda a probabilidade não será a última, que exercícios de manipulação ideológica se servem de conceitos desenvolvidos pelas ciências sociais para revalidar premissas de abordagem e reabilitar modos de ação já conhecidos no tratamento dos problemas gerados pela pobreza. O caso mais paradigmático sucedeu com um antropólogo, Óscar Lewis (1969a; 1969b), e acabaria por conduzir a um descrédito prolongado do seu conceito de “cultura da pobreza”. Lewis assumiu uma posição de risco ao admitir a existência de uma relação entre a persistência da pobreza e factores comportamentais. Embora atribuísse a pobreza, na sua origem, às desigualdades intrínsecas ao desenvolvimento da economia capitalista e à ausência de um contrapeso proveniente de políticas sociais, a tese de Lewis era a de que a sedimentação da pobreza através do tempo devia ser vista, antes de mais, como uma consequência da formação e reprodução intergeracional de valores e da incubação de comportamentos distintos, entre as famílias e as comunidades pobres. Para os modelos de governo prevalecentes na América do Pós-Guerra, a visão da existência de uma cultura que determina a ‘psicologia do grupo’, cerceia os modos de vida dos pobres e, no fundo, os responsabiliza pela sua situação, não poderia ser mais ajustada à versão paternalista em voga de um *welfare-state* que precisava de

⁷ Apresentados no livro *The Underclass*, de 1983, editado pela Vintage Books.

argumentos científicos para legitimar intervenções centradas nos indivíduos e na ideia de que é necessário proceder à sua reeducação para os tirar da pobreza.

Valerá por isso a pena, mais adiante, sair do quadro estritamente contemporâneo e rever de um modo mais aprofundado e crítico a história dos estudos que pretendem explicar a origem da pobreza, para constatar que, hoje como ontem, certas teses e autores trouxeram o tratamento do tema para um contacto demasiado próximo e, por vezes, perverso com as ideologias dominantes na política e na sociedade acerca da pobreza e da sua razão de ser. Mas haverá outras constatações igualmente importantes que resultam de uma revisão da literatura e a que podemos passar desde já. Os estudos da pobreza contam com mais de um século de existência⁸ e, tal como muitas outras áreas de investigação, sobretudo interdisciplinares, foram-se segmentando e constituindo em diferentes linhas de trabalho, de acordo com os níveis e perspectivas de abordagem, as metodologias empregues e os paradigmas teóricos em que se situavam os autores. Daí que o campo se encontre hoje dividido segundo várias orientações de pesquisa divergentes, que por vezes se ignoram e noutros casos se contradizem entre si. Uma das tradições presentes desde o início é a dos estudos descritivos, de base quantitativa, que permitem a caracterização do fenómeno nas suas múltiplas dimensões, começando pela determinação do nível de pobreza e dos efetivos populacionais afectados, passando pela sua distribuição no espaço, e abarcando os impactos sobre as suas condições de vida, em diversos aspectos como a habitação, a saúde ou a educação. Trata-se de uma perspectiva de trabalho geralmente muito ativa e influente, dado o seu carácter aplicado e a utilidade de que se reveste para a tomada de decisões políticas e técnicas e para o planeamento e a condução das intervenções diretas sobre a realidade, no terreno.

⁸ Durante o século XIX, sobretudo depois dos trabalhos de Tocqueville (1835) e de Engels (1844), foi-se tomando consciência do significado que a industrialização tinha em termos da pauperização de largos sectores da nova classe operária urbana, num processo que havia de transformar definitivamente o carácter da pobreza, até aí predominantemente alojada no mundo rural. Se considerarmos apenas os estudos específicos com um carácter mais sistemático, as primeiras investigações conduzidas sobre esta nova pobreza, urbana e industrial, são atribuídas a Booth, *Life and Labour of the People in London* (1889) e a Rowntree, *Poverty: A Study of Town Life* (1901).

Em paralelo, o avanço dos estudos da pobreza tem sido feito por outros caminhos, porventura menos práticos mas seguramente mais aprofundados, dirigidos à natureza do problema e à compreensão da sua origem. Aqui, o que se procura, seja através de estratégias de macro análise, seja das abordagens etnográficas ou de percursos biográficos, é um conhecimento dos factores que estão por detrás da produção da pobreza ou das condições em que se desenvolvem os seus modos de vida. Este segundo género de investigações está marcado por uma divisão fundamental, e até agora inultrapassada, entre duas grandes correntes teóricas. De um lado temos os adeptos das teses estruturais, posição clássica e maioritária, que atravessa todos os ramos das ciências sociais afectos a esta área de estudo e para a qual a criação e a reprodução da pobreza deve ser atribuída às desigualdades e à discriminação provocadas pelos mecanismos e pelo funcionamento dos sistemas económicos, sociais e políticos. Uma posição distinta é ocupada pelas interpretações ditas culturais⁹, que veem a pobreza antes de mais como uma forma de cultura, a maior parte das vezes disfuncional e divergente do conjunto social, que se forma em consequência dos modos de vida e das estratégias desenvolvidos pelos indivíduos e pelas comunidades pobres para sobreviverem e que acarreta, na prática, a perpetuação da sua condição social. São sobretudo as ideias e os conceitos provenientes deste segundo quadrante, mais centrado numa análise de comportamentos e numa intervenção sobre casos individuais, a serem apropriados ideologicamente e a reaparecerem transportados por alguns discursos doutrinários e de senso comum.

Estes modelos de investigação e de análise enformam a história centenária dos estudos da pobreza, mas começam a dar sinais de estarem a perder terreno face às críticas que lhe vêm sendo dirigidas e às alternativas de abordagem em que um número cada vez mais significativo e alargado de autores tem vindo a trabalhar, sobretudo após a década de 90. A primeira falha que é apontada às perspectivas tradicionais é na realidade uma limitação. Esses enfoques, ao debruçarem-se sobre a

⁹ Ou comportamentais, quando se focam na evidenciação de comportamentos e atitudes particulares e pretendem explicá-los em função da presença de determinados traços culturais distintivos.

pobreza enquanto condição, concentram-se no momento em que essa condição já se encontra realizada. Podem dar-nos imagens completas de situações, mas fazem-no de um modo estático, sem enquadrar as dinâmicas históricas e biográficas que conduzem até aos contextos em análise. Todas as dimensões e conceitos que só possam ser abordados através de uma análise processual, ou que impliquem mudança, escapam geralmente a estes enfoques.

Uma segunda lacuna é igualmente flagrante. Durante muito tempo, os estudos da pobreza só deixavam ver massas homogéneas e características apresentadas como universais. Ora, os grupos sociais que têm a particularidade de viver em situação de pobreza não deixam por isso de ser tão complexos e estratificados como quaisquer outros melhor colocados nas hierarquias. A pobreza, é sabido, atinge em maior grau as mulheres, as crianças e os idosos, as classes trabalhadoras, as minorias étnicas e os imigrantes. Ignorar esses outros grandes factores de desigualdade – género, idade, classe, raça e etnia, a relação que mantêm com a condição de pobreza e o modo como se combinam para diferenciar internamente as populações, é uma das maneiras irrefletidas de diminuir o conhecimento das diversas formas de se chegar até à pobreza, de se ser pobre ou de se aspirar a outra condição e estatuto social.

Finalmente, os modelos mais antigos têm vindo a ser acusados de representar os pobres como testemunhas passivas e incapazes de esboçar qualquer reacção às condições adversas que os constroem. O carácter indefeso destas populações face aos seus cenários de vida quotidianos era tradicionalmente justificado com base no argumento de que os pobres não teriam a maioria dos recursos necessários para se tornarem senhores do seu próprio destino. Muitos investigadores, por outro lado, terão simplesmente preferido enfatizar o peso das estruturas, para evitar a atribuição aos pobres de uma capacidade de agenciamento que os condenaria a serem ainda mais responsabilizados pelas suas dificuldades. A faculdade de desafiar os padrões de desigualdade só deixa de ser desprezível e surge como objecto de pesquisa quando, como agora, o objectivo que move alguns investigadores passa a ser captar as estratégias desenvolvidas para sobreviver no quadro da pobreza ou, em situações menos frequentes, quando os pobres se revelam capazes de mudar a sua condição

social. Para os autores que se situam dentro deste ângulo novo de abordagem, não se trata de negar ou pôr em causa a existência de fortes constrangimentos estruturais que incidem sobre a pobreza, mas de ver como e em que circunstâncias os pobres, apesar de viverem em condições particularmente difíceis e limitativas, conseguem manter ou conquistar alguma margem de autonomia e de autodeterminação.

Entre os primeiros a demonstrar a insuficiência e a desadequação sob muitos aspectos dos modelos tradicionais dos estudos da pobreza estão os antropólogos. Desde a década de 80 e sobretudo depois de 90, a antropologia e as abordagens etnográficas têm ocupado um lugar de destaque na construção de novas perspectivas de trabalho que enfatizam o papel contemporâneo do desenvolvimento global das economias capitalistas no crescimento da pobreza, ao mesmo tempo que se debruçam sobre a reação dos pobres e revelam as estratégias individuais e colectivas com que procuram sobreviver ou alterar o seu destino. Além desta noção mais equilibrada das relações entre estrutura e agência, a contribuição da antropologia para a renovação dos estudos da pobreza tem introduzido uma visão mais processual, histórica e geograficamente situada das práticas, dos significados e identidades associadas à pobreza e promovido o cruzamento analítico dos vários eixos de diferença e desigualdade implicados na construção desta condição social.

O impacto conseguido pela investigação antropológica na renovação dos estudos da pobreza não foi desta feita conseguido à custa da mobilização geral dos antropólogos especializados nas sociedades contemporâneas, à imagem do que havia sucedido até à década de 70, com o predomínio do tema da pobreza nos trabalhos da antropologia urbana (Eames e Goode, 1977). Recorrendo a uma avaliação sistemática do campo que remonta a meados dos anos 90 (Susser, 1996) e com base numa apreciação mais empírica e eventualmente incompleta do que foi produzido daí para cá, é possível afirmar que, pelo contrário, a antropologia da pobreza se tornou uma pequena área de interesse dentro da disciplina, sem grandes centros ou correntes a pautarem a investigação e a assegurarem a afirmação duma especialidade. Abrindo o ângulo de avaliação, constata-se que o que se passa com a área mais particular dos estudos da pobreza é confirmado pelo pouco envolvimento dos antropólogos com as

dimensões e problemáticas da desigualdade e da estratificação social em geral. É verdade que o estudo das desigualdades começou por ter alguma centralidade na antropologia do século XX, mais precisamente na época em que, sob os efeitos modernizadores da expansão colonial, o enfoque sobre as sociedades tradicionais do terceiro-mundo passou a ter de dar conta dos processos de mudança, ao mesmo tempo, que se recuperava o interesse pelas sociedades modernas e os antropólogos regressavam às suas origens e se dedicavam ao estudo dos contextos estratificados que culturalmente lhes eram familiares. Apesar deste reposicionamento da antropologia e da relevância das desigualdades para a análise das relações sociais contemporâneas, durante as últimas décadas a preocupação com o tema foi-se esbatendo, até se perder quase por completo no seio da disciplina (Tilly, 2001a; Kasmir & Carbonella, 2008).

Se querer estudar a pobreza de um ponto de vista antropológico corresponde hoje a enveredar por caminhos pouco frequentados, a solidão a que o investigador se sujeita adensa-se ainda mais quando, como no meu caso, o grupo eleito constitui um pequeno segmento minoritário e menos típico de pessoas e famílias que, apesar de apresentarem biografias marcadas pela experiência da pobreza, encetaram nalgum momento percursos sociais que os colocaram em mobilidade, encontrando-se hoje a viver fases mais ou menos consolidadas ou concluídas desses processos. Foi com este tipo de populações largamente desconhecido que estive a trabalhar nos últimos cinco anos, sabendo que a articulação entre pobreza e mobilidade ascendente é demasiado insólita para não suscitar interrogações e que, por esse motivo, há razões redobradas para fundamentar com rigor e consistência as formulações e a pertinência dos problemas de investigação desenhados à partida.

A esse propósito, começaria por chamar a atenção para um facto que se me afigura decisivo na configuração dos estudos da pobreza e que tem a ver com o domínio que a sociologia e as suas perspectivas de trabalho exercem no campo¹⁰. Aqui

¹⁰ A par com a economia, a sociologia é a ciência social cujos contributos, desde sempre, mais se destacaram na investigação sobre o tema.

como noutras áreas, a análise sociológica está tradicionalmente orientada para o estudo de regularidades, ou seja, de padrões de vida social, neste caso, de comportamentos ou cadeias de causalidade que englobem ou expliquem a existência da generalidade das situações de pobreza. A juntar a esta marca disciplinar, há pelo menos um outro factor a justificar a pouca relevância que é dada a casos e situações específicos ou a processos mais excepcionais. Refiro-me à solicitação política e técnica que acompanha muitos destes trabalhos, empurrando-os para análises mais pesadas, de grandes números e factores determinantes, capazes de suportar a tomada de decisões de aplicação universal. Os estudos da pobreza tendem a ir ao encontro destas encomendas e expectativas, a buscar generalizações, a produzir análises extensivas e a retirar conclusões que uniformizam as realidades retratadas.

A tese acerca da existência de um 'ciclo da pobreza' constitui um bom exemplo do modo como a influência das referidas diretrizes de trabalho se pode repercutir na produção de modelos e visões homogeneizadoras e, no limite, sempre reducionistas. Esta teoria tornou-se um dos postulados sobre o qual têm sido alicerçadas as explicações do fenómeno, é ajustável a diferentes quadros teóricos e tem subsistido depois de uma primeira formalização, ainda na primeira metade do século XX¹¹, ainda e mais uma vez pela mão de Gunnar Myrdal (1995 [1944]). Segundo Myrdal, a pobreza é um fenómeno cumulativo que associa várias causas em cadeia. O que a provoca e mantém não são apenas a exploração económica, a falta de recursos culturais ou a discriminação e o preconceito raciais, atuando de um modo isolado, mas a combinação destes e de outros factores, interdependentes e que se reforçam mutuamente. Uma

¹¹ A ideia de aplicar a figura da ciclicidade à formação da pobreza é anterior, mas com um objectivo e um sentido distintos. Rowntree, no estudo já aqui referido (1901), fala de 'ciclo da pobreza' para mostrar como o fenómeno afecta os indivíduos de forma diversa, de acordo com os momentos, igualmente distintos, que constituem o seu ciclo de vida. Para Myrdal, o problema é o dilema em que vive a sociedade americana e a sua incapacidade quando se trata de resolver a profunda contradição entre os ideais liberais e a vida miserável da maioria da população negra. O conceito de 'círculo vicioso' serve-lhe para caracterizar essa configuração perversa de um sistema de relações raciais em que os brancos oprimem os negros e justificam a opressão considerando-a uma necessidade face à incompetência cultural e económica dos oprimidos. A resolução do dilema implicava, segundo Myrdal, que o ciclo fosse quebrado, quer através duma intervenção centrada nos preconceitos dos brancos, quer alterando as circunstâncias de vida dos negros e levando-os, dessa forma, a questionarem os seus opressores.

vez desencadeado, o processo de empobrecimento tende a aprofundar-se, ou seja, a aumentar de intensidade e a tornar-se persistente, aprisionando as suas vítimas dentro de 'círculos viciosos' intrincados que só intervenções conduzidas a partir do exterior podem tentar romper. O corolário da tese aponta portanto para a definição da pobreza como condição crónica, com um pendor acentuado para a auto-perpetuação. Os sujeitos que caem na pobreza não só estão perante situações permanentes, que podem durar toda a sua vida, como ainda correm o risco de ver as gerações seguintes subjugadas pela ação dos mesmos factores de desvantagem. Nesse sentido e havendo uma hereditariedade de posições, a pobreza deverá constituir a condição social mais sujeita às lógicas reprodutivas das desigualdades.

A investigação empírica realizada sobre a mobilidade social ao longo do último meio século dá-nos alguns elementos para avaliar as premissas relativas à persistência temporal e à transmissibilidade intergeracional da pobreza. Um primeiro tipo de dados pode ser obtido a partir de estudos transversais que consideram as deslocações registadas no conjunto da estrutura de desigualdades. A parte dessa informação cujas origens são mais remotas provém da sociologia das classes e da estratificação e confirma-nos a presença de graus progressivamente maiores de fechamento social à medida que descemos nas hierarquias, atingindo os movimentos de saída valores mínimos nos segmentos inferiores, exatamente onde se encontram os grupos de trabalhadores menos qualificados e mais susceptíveis de serem afectados pela pobreza¹². Outros dados, disponíveis graças ao avanço nas últimas décadas das observações longitudinais em painel, são de tipo econométrico e apresentam-se sob a forma de correlações entre os níveis de rendimentos de duas gerações sucessivas. Também aí e apesar da detecção de diferenças nacionais profundas, se confirmam

¹² Todos os investigadores que conduziram trabalhos de referência no domínio da mobilidade, Glass, Goldthorpe, Marshall entre outros, validam esta conclusão empírica: as taxas de reprodução intergeracional mais elevadas concentram-se nos extremos das pirâmides sociais. As análises contemporâneas da estrutura de classes efectuadas no nosso país, por Ferreira de Almeida, Estanque ou Cabral, apesar das diferenças teórico-metodológicas dos dispositivos empregues, revelam a mesma tendência, nomeadamente ao nível do fechamento da base da estrutura de desigualdades e da maior dificuldade dos trabalhadores manuais em ultrapassar as barreiras de classe.

valores elevados de reprodução intergeracional, reforçados nas classes extremas de rendimentos e, em particular, entre os descendentes de famílias mais pobres¹³.

Se dúvidas houvesse, o cruzamento destas fontes é suficiente para afastar qualquer incerteza quanto a uma tendência geral da pobreza para se reproduzir em linhas hereditárias, marcando na longa duração a vida da maioria dos grupos familiares. Mas os estudos econométricos citados tornam igualmente seguro afirmar que a regra conhece muitas exceções, numerosos percursos divergentes em que essa cronicidade é vencida e a privação e falta de recursos são situações ultrapassadas com a renovação geracional. Mesmo nos EUA, país que lidera o conjunto das nações ricas e desenvolvidas do mundo ocidental que simultaneamente se destacam por apresentar as mais altas das taxas de reprodução intergeracional da pobreza – valores a ultrapassarem a casa dos 30 a 40% durante as últimas décadas¹⁴, um em cada dez indivíduos nascidos pobres constroem percursos de vida distintos que lhes permitem aceder a escalões de rendimento mais elevados da sua sociedade (Zimmerman, 1992; Corak, 2006; OCDE, 2008). A já conhecida e teorizada retenção estrutural que condena a maior parte dos indivíduos pobres a transmitirem o seu estatuto às gerações vindouras, não parece, portanto, capaz de impedir uma minoria estatisticamente relevante de ultrapassar barreiras e conquistar para os seus descendentes níveis de rendimento que os colocam a salvo da pobreza, muito embora esse facto tenha sido descurado no passado e permaneça ainda hoje largamente inexplorado pelos estudos sociais e pela literatura da especialidade.

Para irmos um pouco mais longe e procedermos a uma avaliação completa das formas e dos processos possíveis de mobilidade a partir da pobreza, falta-nos

¹³ A prioridade da maioria destes estudos é a detecção de taxas globais de mobilidade, entre pais e filhos de todas as condições económicas. Determinar a extensão com que se processa a reprodução vs. mobilidade intergeracional da pobreza, é um objectivo mais específico, assumido apenas por uma parte dos estudos (Zimmerman, 1992; Corcoran, 2001; Corak, 2006). Independentemente da dimensão e variedade dos universos em análise, os dados são consistentes e demonstram que a dificuldade em atingir a mobilidade é tanto maior quanto mais baixo for o escalão de rendimentos a que se pertence.

¹⁴ O fenómeno da transmissão entre gerações da pobreza é frequente nas sociedades mais abastadas do ocidente. A Grã-Bretanha e o Canadá destacam-se, em conjunto com os EUA, nesta tendência.

introduzir uma escala de observação mais reduzida e focar períodos de um único ciclo biográfico, de modo a captar as transições que se efetuam em temporalidades curtas. Estes estudos conduzidos numa perspectiva intrageracional estão a suscitar grande interesse na atualidade e a sua difusão tem contribuído para alargar consideravelmente os horizontes do conhecimento acerca do balanço entre reprodução e mobilidade nas populações pobres¹⁵. Do somatório de informações obtidas com períodos de observação intrageracionais de duração variável, obtêm-se mais uma vez resultados surpreendentes e, na aparência, paradoxais. Numa primeira análise, as estatísticas revelam-nos uma pobreza fluida, com muitos pobres a saírem constantemente das situações de maior privação e a fazerem com que as taxas de pobreza persistente, por períodos dilatados, sejam muito inferiores às taxas de pobreza verificadas em cada ano. Porém, já é mais raro os movimentos dos trânsfugas serem de longo alcance ou de carácter definitivo: a maioria ascende provisoriamente a situações que não sendo de pobreza são de ‘vulnerabilidade’, regressando algum tempo depois à condição de partida. São recorrentes os movimentos pendulares, com entradas e saídas repetidas da pobreza, sem que os protagonistas consigam fixar-se nas posições menos desfavoráveis. Ao nível dos grandes números, estes movimentos refletem-se, como ficou dito, na redução da pobreza persistente, cristalizada, mas não comportam qualquer impacto mais significativo sobre o volume total de pobreza.

Estes dados reforçam o que as primeiras quantificações intergeracionais das dinâmicas da pobreza já revelavam, ou seja, que o ‘círculo vicioso’ da pobreza ou não se chega a formar ou pode ser quebrado e os efeitos de retenção não aprisionam definitivamente todos aqueles que algum dia se tenham tornado pobres. Revelam igualmente, o que é muito importante, a mutabilidade permanente na composição dos

¹⁵ Quer usem uma escala intrageracional ou intergeracional, os estudos dedicados à mobilidade da pobreza apresentam uma grande diferença em relação às abordagens tradicionais da sociologia das classes e da estratificação. Enquanto nestas a mobilidade social é analisada a partir dos movimentos que se efetuam entre categorias socioprofissionais ou classes sociais, em função das inserções produtivas, as mesmas dinâmicas entre os pobres são examinadas em função de linhas de pobreza, consoante as deslocações se fazem para baixo ou para cima de limiares pré-definidos de rendimento. Nesta perspectiva, as metodologias têm um cariz mais económico do que sociológico e as investigações são mais recentes, datando o seu arranque da década de 80 do século passado.

efetivos da pobreza, algo que as medições instantâneas adoptadas pelas análises estáticas ocultam por detrás da estabilidade dos números. Aprofundemos então a pesquisa dos argumentos empíricos que nos permitem comprovar a possibilidade de subversão dos destinos da pobreza, detendo-nos um pouco mais na abundante produção estatística dos últimos vinte anos e introduzindo as fontes existentes sobre o nosso país, para termos não só uma noção mais concreta do valor real destes movimentos, mas também da maneira como eles ocorrem entre nós.

Sobre Portugal não existem por enquanto estudos das dinâmicas da pobreza à escala de duas ou mais gerações. Todavia, há alguma variedade de indicadores temporais em estudos comparativos recentes, bastante limitados quanto à duração dos períodos cobertos, mas que nos permitem antever alguns aspectos das dimensões processuais do fenómeno e confrontar a situação nacional com a de um conjunto diferenciado de países. Basicamente estamos a falar de dados e de estudos produzidos ou patrocinados por duas organizações internacionais de que o nosso país faz parte, a UE, através do Eurostat, e a OCDE.

As estatísticas do Eurostat constituem a fonte de que Bruto da Costa (2008) se serviu para, pela primeira vez entre nós, incluir a variável tempo num estudo de caracterização da pobreza nacional. O interesse deste autor, um dos fundadores da investigação sobre a pobreza em Portugal (1985, 1989)¹⁶, recai sobre a análise dos problemas colocados pela persistência do fenómeno, daí que a sua forma de introduzir a dimensão temporal esteja orientada para a duração das situações e não para a medição dos fluxos de entrada e saída na pobreza. Segundo os dados que nos apresenta, no período de seis anos compreendido entre 1995 e 2000, perto de 28% dos indivíduos que passaram pela pobreza estiveram nessa situação um único ano. Num estudo de outra equipa de investigadores nacionais¹⁷, em que se analisa a

¹⁶ Estudos referenciados na bibliografia pelo nome do primeiro autor, Manuela Silva, com quem Bruto da Costa dividiu a coordenação das investigações.

¹⁷ Coordenado por José António Pereirinha, este trabalho, intitulado *Género e Pobreza: Impactos e Determinantes da Pobreza no Feminino*, data também de 2008 e a fonte é o mesmo Painel Europeu de Agregados Domésticos, com dados recolhidos pelo INE para o Eurostat.

pobreza no feminino, é-nos revelado que 41% dos portugueses foram pobres durante os anos de 1995 a 2001, mas a maioria, 24%, viveu uma situação transitória, limitada a um só episódio de pobreza que conseguiu ultrapassar.

O carácter temporário de uma parte das experiências de pobreza em Portugal está em consonância com o que se verifica no conjunto dos países desenvolvidos da OCDE. De acordo com o último relatório da organização dedicado às desigualdades, a maioria dos 17 países analisados alcança até taxas de transitoriedade na pobreza superiores às portuguesas e relega o nosso país para uma das últimas posições no que toca à percentagem de indivíduos que saem dessa condição e deixam de ser pobres. A maior rigidez estrutural do nosso país sobressai aliás em todos os indicadores utilizados. Em Portugal, 36% dos pobres conseguem subir acima do patamar da pobreza, para em 12 % dos casos ficarem próximo ou ultrapassarem o rendimento médio nacional; na média da amostra da OCDE, são quase 55% os que saem da pobreza e 18% os que se aproximam ou vão além do rendimento médio dos seus países.

Com um horizonte temporal de três anos de observação, os dados da OCDE nada nos dizem sobre a sustentabilidade dos movimentos realizados e sobre a possibilidade de, a mais longo prazo, algumas destes percursos sofrerem retrocessos e os seus protagonistas reentrarem na pobreza. Este género de informação existe em alguns estudos nacionais, nomeadamente de países que, salvaguardando diferenças noutras dimensões, apresentam valores de incidência do fenómeno pelo menos tão grandes como em Portugal. É o caso dos Estados Unidos da América, país relativamente ao qual se sabe que, em meados dos anos 90, um em cada três pobres saía todos os anos da pobreza e metade não voltava a ela nos cinco anos seguintes (Cellini, 2008). Sensivelmente na mesma época, entre 1994 e 2000, dados provenientes do país vizinho, indicam-nos que, em Espanha, o número dos que conseguiam permanecer fora da pobreza depois de a terem deixado era maior do que aqueles que se viam obrigados a regressar (Arranz, 2010). Apesar de algumas lacunas, a coleção de todos estes dados parece-me suficiente para concluir acerca da presença de comportamentos e dinâmicas reveladoras da heterogeneidade da pobreza, que não

são sinónimo de facilidade na ruptura com a privação e a falta de recursos para a maioria, mas que comprovam a existência de linhas de fuga e trajetórias possíveis para alcançar mudanças duradouras na vida dos indivíduos.

A mobilidade que só agora, sobretudo através dos estudos longitudinais e das grandes amostras, se começa a revelar como uma característica insuspeitada da pobreza, não é mais evidente para o olhar ou para as escalas de observação de um antropólogo. Pessoalmente, precisei de várias oportunidades de pesquisa, em contextos diversos, e do encadeamento acidental de pequenas descobertas, enquanto perseguia outros objectivos, para chegar até ao tema e perceber o relevo que a matéria podia comportar em si mesma. A história deste meu percurso começa com um convite de uma equipa de investigadores e de técnicos de ação social para participar num projeto de dinamização sociocultural de um grande bairro de realojamento. Poucos anos decorridos após a mudança para o novo espaço residencial, a população realojada mudara por completo os seus antigos hábitos de relacionamento, cultivados durante décadas no bairro de barracas e, no lugar das solidariedades e sociabilidades próprias de muitos meios populares, instituíra uma ética e comportamentos de evitamento, fechamento doméstico e isolamento familiar. Para tentar contrariar esta ruptura relacional e mobilizar as energias colectivas que pudessem ser usadas para resolver os problemas do bairro, nomeadamente o vandalismo e a pequena criminalidade que por vezes tomavam conta dos espaços públicos, os técnicos locais estavam à procura das melhores estratégias e formas de ação para, de acordo com os seus diagnósticos, religar o tecido social e recuperar alguma da antiga coesão interna.

Hoje o bairro chama-se 'Quinta dos Lóios', mas na altura, em plena década de 80, ainda usava a fria designação burocrática de Zona N2, atribuída pelo Plano de Urbanização de Chelas. Concebido nos anos 60 e objecto de revisões posteriores, este plano foi um instrumento precursor de planeamento urbano em larga escala no nosso país e com ele pretendia-se organizar a ocupação de 510ha, o maior território expectante dentro do perímetro da capital, de acordo com princípios inspirados no movimento modernista e na 'Carta de Atenas'. A zona N2 era uma das suas seis áreas habitacionais, destinadas a alojar, no conjunto, uma população superior a 50 mil

indivíduos. As zonas tinham todas uma função estritamente residencial, com elevadas densidades populacionais e, sempre na maior obediência à regra modernista da segregação funcional, separadas por vastos espaços vazios, atravessados por redes viárias de interligação e conexão à cidade, ao longo das quais se deveriam instalar o comércio e serviços de proximidade e as atividades económicas com expressão e atratividade à escala urbana e regional. Assim ditava o plano, mas o que os novos moradores foram encontrar era substancialmente diferente. Entre 1977 e 1982, enquanto decorreu o realojamento, pouco mais havia do que os edifícios e uma envolvente desoladora de terrenos abandonados, sem infraestruturas e equipamentos, onde parte da circulação se fazia pelas antigas azinhagas e até os transportes públicos de ligação ao centro da cidade tiveram que ser reivindicados.

Um cenário de vida urbana bem distinto do que haviam conhecido até aí a maioria dos realojados abrangidos pelo projeto de intervenção de que participei e que, mais tarde e já noutra quadro de trabalho, havia de estudar e ficar a conhecer melhor. O grosso desta população provinha da Quinta do Narigão, um bairro de barracas construído em terrenos públicos, que compensava a falta de condições com a localização na freguesia de São João de Brito, paredes-meias com o bairro de Alvalade, ao tempo um dos mais privilegiados de toda a cidade. Ainda assim, estes urbanitas de primeira geração, protagonistas quase todos do êxodo rural que esvaziou os campos em Portugal nos anos 60, pareciam estar a ser largamente beneficiados com o realojamento que lhes foi concedido. Conseguiram-no em 1975, bastante antes de muitos outros milhares de moradores de núcleos de barracas espalhados por Lisboa saberem quando iriam ter direito a uma habitação e foram-lhes atribuídas casas em edifícios que viriam a ganhar notoriedade e ficar ligados à história deste período da arquitetura portuguesa. O conjunto habitacional, popularmente apelidado de 'Pantera Cor-de-Rosa'¹⁸ é uma obra dos arquitetos Gonçalo Byrne e Reis Cabrita. Não havendo uma identificação prévia da população a que se destinavam as habitações, os autores

¹⁸ A inspiração para o nome resultará da opção dos arquitetos pelo cor-de-rosa que recobre todas as fachadas e do facto do edifício ser contemporâneo da exibição da versão televisiva da conhecida personagem animada norte-americana, *Pink Panther*.

elaboraram o projeto sabendo apenas que o mesmo se destinava a “uma população da cidade com baixo nível económico”¹⁹. Pelo que fui observando ao longo do tempo, a elaboração de projetos a partir de caracterizações genéricas e vagas, sem conhecer os utentes reais e sem alicerçar as propostas num trabalho de campo prévio, foram práticas correntes em habitação social, pelo menos no passado. No caso desta equipa e deste projeto, nota-se principalmente uma preocupação com a relação entre o edificado e o espaço público, derivada duma revisão de conceitos arquitectónicos que decorria a nível internacional e à qual estava associada a ultrapassagem das ideias e do programa modernistas. Em termos operativos, o projeto traduz essa influência através de uma construção contínua de edifícios alinhados, ligados uns aos outros por galerias que percorrem as fachadas e por pontes entre os vários blocos, de modo a que seja o conjunto a desenhar a praça e as ruas, recuperando e simultaneamente renovando a maneira tradicional de organizar o espaço público urbano. Malgrado o interesse e o reconhecimento que a proposta gerou no meio arquitectónico, uma das suas opções estruturantes suscitou equívocos e levou à rejeição dos edifícios por parte da população. Logo durante a construção, quando se deslocavam ao sítio para acompanhar a evolução das obras, as pessoas expressavam a sua surpresa e incompreensão, ao ponto de entre muitos se ter instalado definitivamente a ideia de que as suas futuras casas seriam uma adaptação daquilo que esteve destinado a ser um hospital. O motivo da celeuma inicial e dos desentendimentos posteriores foram os acessos em galeria e a liberdade de circulação que permitiam, peremptoriamente recusados por todos. O que tinha sido projetado de uma forma pretensamente empática, para facilitar os contactos e o inter-relacionamento diários, transformou-se numa fonte de problemas e conflitos entre moradores e destes com a entidade promotora, ao tempo da construção, o Fundo de Fomento da Habitação²⁰.

¹⁹ Segundo a memória descritiva do projeto.

²⁰ Depois dos protestos, de abaixo-assinados e reuniões, alguns moradores, associados ou isoladamente, colocaram portões e vedações e interromperam as passagens. As entidades públicas procederam a demolições, mas há quatro anos atrás uma parte destas obras de alteração continuava de pé.

A situação criada pelas galerias testemunha, quanto a mim, mais do que um simples desajustamento entre os ideais e as linguagens da arquitetura e as necessidades e expectativas da população. Ela pode servir, em primeiro lugar, para denunciar as teorias substancialistas sobre os efeitos do espaço e os preconceitos teóricos que exacerbam o poder das formas construídas para condicionar as relações sociais e se imporem aos modos de vida. Não foi por existirem galerias, ruas privativas ou “lugares de estar”, que os moradores da ‘Pantera Cor-de-Rosa’ se dispuseram a dar continuidade às formas de sociabilidade e de apropriação dos espaços exteriores que tinham mantido no Narigão; reagiram ativamente contra as novas disposições espaciais e, não conseguindo ser bem-sucedidos, prosseguiram com as estratégias de individualização dos modos de vida que lhes pareciam fazer mais sentido no contexto do pós-realojamento. É verdade que ao deixarem desertos os espaços de estar e de circulação públicos, os moradores renunciaram ao seu controle comunitário e abriram a porta à ocupação por parte de outros grupos e comportamentos indevidos ou marginais. Mas, ao contrário do que algumas análises supõem e querem fazer crer, não são os sentimentos de insegurança que estas presenças indesejadas podem gerar, sobretudo em certos momentos críticos, que justificam o fechamento doméstico e o retraimento relacional; a privatização dos modos de vida corresponde a processos e lógicas que são anteriores, não tem origem na insegurança, manifesta ou percebida, mesmo que os dois fenómenos possam aparecer por vezes associados nas representações dos próprios atores sociais.

Como devemos então entender esta alteração nas posturas face aos relacionamentos locais que acompanham a transição e a mudança de contexto residencial, entre o bairro de barracas e o bairro de realojamento? Os diagnósticos dos técnicos que encontrei no terreno e, a partir daí, as minhas próprias observações levaram-me a colocar a hipótese de que pudesse ser a mudança da condição habitacional a provocar a emergência de uma nova ética residencial, de um código de comportamentos que explicitamente prescrevia o afastamento dos espaços comuns e o distanciamento social, condenando a permanência imotivada no exterior e qualquer tipo de contactos, para além dos sinais de reconhecimento e saudação obrigatórios no

quotidiano²¹. No trabalho feito sobre a população que conheci na ‘Pantera Cor-de-Rosa’, porque os objectivos traçados eram mais vastos e transcendiam em muito os processos que estavam a ser vividos no momento da observação²², não tive ocasião de aprofundar o tratamento específico da formação destas atitudes e comportamentos, nem de estender a etnografia de modo a recolher dados suficientes para sustentar interpretações sobre o seu significado. Fiquei, todavia, persuadido de que aquilo a que assistira podia muito bem não ser um fenómeno isolado, fruto de circunstâncias acidentais e irrepetíveis, cujo significado se circunscreveria ao domínio estrito das relações de vizinhança e convivialidade.

Anos mais tarde, pude pôr à prova essas minhas intuições em várias situações de pesquisa. Uma delas, mais recente, decorreu do acompanhamento de oito processos de realojamento integrados no PER, Plano Especial de Realojamento, do município de Lisboa, entre 2000 e 2001²³. Os processos foram acompanhados registando os pontos de vista de um painel de 32 famílias, entrevistadas por duas vezes, uma imediatamente antes e outra alguns meses depois do realojamento, de modo a recolher impressões sobre as suas expectativas e projetos iniciais, sobre a experiência da mudança e a evolução das práticas e representações ao longo desse período. Segundo as narrativas recolhidas, o tempo que medeia entre o anúncio dos

²¹ Na prática, pelo menos uma parte da população mais idosa não cumpria sempre com estas regras. Mas nem estes detratores, nem nenhuns dos outros moradores, deixavam de repetidamente se referirem às ditas regras, de as defenderem e manipularem discursivamente, para se situarem a si e aos outros no microcosmos das relações locais.

²² A investigação estava definida em torno do processo de urbanização da população, dada a sua origem camponesa, considerando três momentos fundamentais: o ponto de partida rural, as condições objectivas e as motivações subjacente à formação do projeto migratório; um período intermédio, o da permanência no Narigão e das estratégias adaptativas e de integração urbana; e, finalmente, os anos da ‘Pantera de Cor-de-Rosa’ e as reações ao novo quadro de vida sócio-espacial introduzido pelo realojamento.

²³ Os oito processos dizem respeito à transferência das populações de sete bairros (Musgueira Norte, Musgueira Sul, Quinta do Louro, Alto dos Moinhos, Calvanas, Casal do Pinto, Quinta das Murtas, Quinta dos Padres, Beco das Beatas e Pailepa – este último em duas fases), para três novas localizações (Carlos Botelho, Alta de Lisboa Centro e Paço do Lumiar) e um realojamento local (Murtas).

processos e a concretização dos realojamentos é uma época de grande expectativa e entusiasmo, em que se procura estar a par de toda a informação, corresponder às solicitações administrativas, conhecer as características das novas habitações e fazer planos quanto à sua ocupação. À preocupação individual junta-se frequentemente a mobilização colectiva, com associações locais a formarem-se para organizarem a população, assumirem a sua representação e mediação durante os contactos e as negociações com as entidades promotoras. São também tempos difíceis e, por vezes, agitados, com desconfianças, acusações e conflitos a marcarem as relações entre as partes. Receia-se ser preterido, descobrem-se comportamentos de favor, luta-se pelas melhores localizações e tipologias mais favoráveis. As solidariedades e as estratégias individuais combinam-se para procurar controlar as decisões e ter o que se deseja. Depois de estarem a viver nas novas casas, as queixas e reclamações, quando existem, são pontuais e não diminuem a satisfação geral com a mudança de residência. Os primeiros meses são preenchidos com a instalação, o arranjo dos espaços, as aquisições de mobiliário e equipamento com que cada família, à medida das suas ambições e possibilidades, quer decorar e tornar seus os espaços. Uns recusam-se a trazer o que quer que seja das casas antigas, endividam-se e investem na renovação completa dos recheios; outros, mais modestos ou previdentes, adquirem apenas o que é de absoluta necessidade, mas todos projetam na casa a ideia de uma vida nova. Para muitos, ter uma casa conforme aos padrões de habitar acessíveis à generalidade da população urbana, é um acontecimento inigualável e sem paralelo nas suas biografias.

A casa nova representa salubridade, conforto e segurança para a vida das famílias, mas a par do valor de uso dos imóveis aparecem sempre referências a significados que nos remetem para o seu valor simbólico. O mesmo se passa com o conjunto dos espaços residenciais, os bairros, em relação aos quais os ganhos de imagem, incidindo sobre as representações externas, são pelo menos tão valorizados quanto as vantagens de ordem material e prática que cada um sente na utilização quotidiana do novo *habitat*. Este aspecto passará um pouco despercebido nas análises produzidas por muitos investigadores, mas, quanto a mim, a esperança e a motivação com que são acolhidos os processos de realojamento têm muito a ver também com a

sensibilidade identitária destas populações e com a expectativa de que um novo estatuto habitacional seja possível e tenha um reflexo positivo no modo como são socialmente reconhecidas. Sob este ponto de vista, as populações obrigadas a viver décadas em habitações precárias não são diferentes do conjunto da sociedade e encaram o alojamento como um marcador simbólico que permite a identificação e o posicionamento nas hierarquias sociais. A imposição de uma ética residencial, nos termos que já ficaram descritos, decorre ainda desta tentativa de aproveitar o realojamento para reformular positivamente as identidades atribuídas, procurando promover a conformidade dos comportamentos a modelos de urbanidade e a modos de habitar decorrentes do novo estatuto habitacional que se quer ver legitimado.

Apesar da esperança e do esforço organizado com que muitos moradores se empenham nestes processos de luta em torno da identidade comum, os resultados são necessariamente incertos. Os realojamentos mudam a condição habitacional, mas deixam intocados todos os outros factores de pobreza e exclusão que se manifestam no espaço e que podem conduzir ao restabelecimento de eventuais estigmas e identidades negativas. Foi isso que aconteceu na Horta Nova, um bairro de realojamento local que observei poucos anos depois de concluído o processo de realojamento em 1992. Aquando da minha chegada ao bairro, em 1995, vivia-se um período de uma certa acalmia que, segundo os moradores, não obstava a que a má reputação sentida no passado estivesse de volta. O tráfico de droga, a delinquência e a pequena criminalidade a que de forma mais notória passou a dedicar-se uma pequena franja da população residente, foram os grandes factores responsabilizados pelo reaparecimento das representações negativas, formadas a partir do exterior mas plenamente assumidas pelos meus informantes. A esses factores juntavam ainda os sinais da degradação de uma parte das construções, a vandalização dos espaços colectivos e situações de desordem e infracção à lei que haviam merecido a atenção da polícia e a cobertura dos meios de comunicação social, como justificações para aquilo que consideravam ser o avanço rápido das imputações e condenações externas de que o bairro era objecto.

A tendência para a individualização dos modos de vida, reforçada na Horta Nova por uma quase dissolução da associação de moradores em lutas internas e pela fraca capacidade de mobilização de estruturas alternativas criadas no pós-realojamento, deixaram a população incapaz de reagir e contrariar colectivamente as forças que a empurravam de novo para a estigmatização. Perante este cenário, salvar a identidade e sustentar, a nível interno e face ao exterior, as aspirações a uma subida de estatuto, são metas que só podiam ser perseguidas através de estratégias individualizadas de demarcação de todos os comportamentos que estavam na base da condenação social dos residentes e do bairro. O mecanismo de diferenciação a que os moradores recorreram para proteger as suas aspirações foi fundamentalmente discursivo e tinha como instrumento as acusações trocadas no quotidiano relacional. A comunicação e as interações apareciam por isso dominadas pela troca constante de acusações, sob a forma de insultos diretos e frontais, de rumores ou comentários jocosos que eram postos a circular e envolviam a totalidade da identidade social dos indivíduos e das famílias, recobrando temas variados que iam dos comportamentos laborais e económicos às práticas domésticas e das relações de vizinhança aos papéis conjugais e parentais. Para pôr o processo acusatório a funcionar era erigida uma ‘posição ideológica’ à qual correspondia o ‘polo negativo’²⁴ dos comportamentos e que se destinava a concentrar numa categoria específica de moradores o essencial das acusações e do descrédito exteriores. No ‘jogo social’ da troca de acusações, cada participante procurava projetar aqueles que elegia como adversários em direção ao polo negativo das representações, ao mesmo tempo que exaltava a diferença e a superioridade do seu próprio comportamento ou da sua família. Tínhamos, portanto, uma dinâmica hierarquizante original, em que os lugares ocupados se definiam pela distância em relação a um polo negativo e em que só havia duas posições estáveis: a dos que estavam excluídos e a dos que se excluía das trocas de acusações. A primeira reunia os que foram fixados ao polo negativo, aqueles

²⁴ ‘Posição ideológica’ e ‘polo negativo’ são expressões empregues por Gérard Althabe (1993) e outros investigadores na análise das *cités HLM*. Tomo-os de empréstimo por encontrar paralelismos, para mim evidentes, entre as dinâmicas relacionais no contexto da habitação social francesa e o que, a este nível, se passa no nosso país.

que consensualmente eram vistos como responsáveis pelo descrédito do bairro e por violarem as normas definidas para os modos de vida residenciais. Tratava-se de indivíduos e grupos familiares em situações de miséria extrema, muito dependentes da proteção assistencial, por vezes com histórias de vida ligadas à criminalidade, ao desvio e a condenações judiciais, segregados pelo resto dos moradores e sem credibilidade para lançar acusações. A segunda correspondia aos que estavam numa posição diametralmente oposta, a dos que se distinguiram pela situação económica e pelo estatuto habitacional diferenciado, que cultivavam o distanciamento e estavam menos expostos às relações e intrigas locais. Tirando estas duas minorias, todos os outros, de uma forma mais ou menos ativa, voluntária e consciente eram participantes nas lutas de (des)classificação internas. A sua caracterização era a do morador típico, cujo dia a dia oscilava entre a vulnerabilidade e a pobreza, que conseguia subsistir pelos seus meios a maior parte do tempo, mas que não estava a salvo de conjunturas adversas. Era esta a imensa maioria que quis confiar na atribuição da casa como um momento de viragem material e simbólica, a partir do qual podia esperar a requalificação do seu estatuto social urbano, e que assistiu aos acontecimentos posteriores ao realojamento como uma ameaça às suas pretensões mais profundas e um motivo para se proteger e afirmar a sua diferença, distanciando-se das pessoas e dos atos negativamente conotados.

As trocas de acusações na Horta Nova, os cortes e o evitamento relacional na Pantera Cor-de-Rosa e os investimentos na requalificação residencial confirmados durante o PER, são tudo provas das transformações profundas que os realojamentos acarretam e dos modos diversos como vêm reconfigurar as relações nos lugares onde habita a pobreza urbana e as estratégias com que no seu interior se movimentam os atores sociais. Os realojamentos dividem, criam diferenças e expõem condições e predisposições que se encontram latentes ou são menos visíveis. Não originam toda a variedade de situações e modos de vida que se verificam nos bairros sociais e que são próprios da pobreza das classes trabalhadoras, neste e noutros contextos, mas avivam contrastes e tornam mais tangíveis as divergências entre caminhos possíveis. Uns encontram no novo contexto residencial condições para continuarem a construir a

autonomia dos seus projetos; outros sentem que se tornam mais evidentes as suas incapacidades em promover o modo como vivem, ao passo que muitos se confrontam com os mesmos entraves estruturais de sempre. Nesse sentido, a dinâmica introduzida pelo realojamento favorece a formação de hierarquias e distinções em espaços sociais que passam habitualmente por ser homogéneos e fornece o contexto microsocial ideal para se proceder à observação, num segmento específico, de percursos de mobilidade. Não da mobilidade realizada, que só pode ser verificada na longa duração, mas da sua dimensão processual, à escala dos pequenos passos e, por vezes, dos revezes, que dão forma aos projetos na ação e nas intenções quotidianas. Uma mobilidade vivida, feita tanto de concretizações como de aspirações, que só existe enquanto movimento presente, sem destino assegurado.

A caracterização da heterogeneidade de posições e trajetórias dos grupos vulneráveis à pobreza foi ensaiada por uma vez no nosso país, sob a forma de uma tipologia de modos de vida (Ferreira de Almeida *et al.*, 1992). O resultado dessa tipificação é um modelo construído com base num conjunto extenso de variáveis, cujas qualidades heurísticas nunca foram exploradas plenamente ao nível empírico. Os próprios autores assinalam o facto da exaustividade, rigor e exclusividade das combinatórias não poder ser garantida num modelo que nunca foi testado. Mesmo assim, o conhecimento sobre o carácter multiforme e multidimensional da pobreza em Portugal teria muito a ganhar com mais investigação com base em modelos como este e nos seus tipos-ideais. Depois da publicação deste modelo, passou a ser mais clara para mim a ideia de que a pobreza é um todo que recobre múltiplas formas e, quando chegou à altura de lançar a atual investigação, voltei a recuperar a tipologia e os critérios empregues, posto que a população que me interessava estudar correspondia *grosso modo* à caracterização apresentada para o modo de vida “investimento na mobilidade”²⁵.

²⁵ Ao todo, a tipologia apresentava sete tipos: destituição, restrição, poupança, convivialidade, investimento na mobilidade, dupla referência e transitoriedade. Uma vez que os princípios classificatórios são vários e os grupos não são exclusivos, comprovei mais tarde que é possível encontrar investimentos na mobilidade em indivíduos classificados noutros grupos, nomeadamente na “transitoriedade” e na “dupla referência”. Entretanto, em 2005, trabalhando sobre este modelo, de que

No início, quando ainda procurava identificar as situações de mobilidade típicas com que havia de trabalhar, usei critérios idênticos aos do modelo para selecionar os primeiros contactos. Os sujeitos escolhidos nesta fase faziam parte de categorias que se distinguiam por factores estritamente económicos e de inserção profissional. Podiam ser trabalhadores industriais ou de serviços, trabalhar por conta própria ou serem assalariados, mas os seus níveis de rendimento deviam estar situados acima dos limiares de pobreza e dependerem de situações contratuais ou pequenos negócios dotados de alguma estabilidade. Mais tarde, à medida que o trabalho de campo e o conhecimento próximo do meio aumentavam, comecei a encontrar casos que não estavam a ser identificados e em que, sem poder confirmar de imediato as situações económicas respectivas, verificava a presença de traços de comportamento e projetos que apontavam para a mobilidade e percursos que pelo menos distinguiam estatutariamente os seus autores. Estas indicações etnográficas levaram-me a abrir o conceito para além das medidas *standard* do rendimento disponível e dos seus indicadores profissionais indiretos, de modo a contemplar outras evidências de mobilidade, tanto na forma consumada como de processos em curso. Passei por isso a trabalhar não só com indícios estritamente económicos, profissionais e monetários, de mobilidade, mas com três outras dimensões, a saber: mobilidade educativa, revelada pelas formações profissionais e qualificações escolares adquiridas pelos próprios em idade adulta e pelo investimento em diplomas e formações médias e superiores dos seus descendentes; mobilidade residencial, patente na aquisição de alternativas habitacionais pelos moradores, financiada com apoios públicos no caso da geração titular ou, no caso dos seus filhos, com base no autofinanciamento; e mobilidade política, nos casos em que através de cargos no associativismo local e de funções desempenhadas em organizações de natureza partidária, religiosa, recreativa ou de

foi um dos autores originais, Luís Capucha veio propor uma atualização, com ligeiras alterações. Os modos de vida aparecem agora posicionados pelo cruzamento de dois eixos estruturantes: o das “competências, oportunidades e recursos materiais” e o das “disposições e orientações culturais e relacionais” (2005: 214, 5). Aos modos de vida anteriores é acrescentado mais um, o da desafecção, representando os grupos marginais, de populações em ruptura com todo o tipo de vínculos e laços sociais e institucionais.

solidariedade, os indivíduos ganhavam um prestígio e uma influência especiais, sobretudo junto das suas comunidades. Geralmente, qualquer ocorrência de uma destas expressões secundárias de mobilidade, vinha a revelar mais tarde a sua incorporação em biografias das quais também fazia parte a ultrapassagem bem-sucedida de situações de pobreza.

Perceber-se-á, pelo que ficou dito, que as concepções demasiado materialistas e agarradas aos elementos puramente mensuráveis da mobilidade, e *a fortiori* da pobreza, me parecem enfraquecer a compreensão de ambos os fenómenos. A saída da pobreza pode acontecer de uma forma mais linear e direta, pela progressão económica, exclusivamente através do crescimento dos mercados de trabalho, sem modificações significativas das condições de acesso detidas à partida pelos trabalhadores. Mas, em muitos casos, são necessárias estratégias de médio e longo prazo, com aquisições e reconhecimento de credenciais a uma e duas gerações, com restrições prolongadas dos modos de vida, durante as quais as vulnerabilidades e as privações se mantêm. Outras vezes, a luta pela elevação da condição económica decorre de um modo discreto, em paralelo com carreiras de liderança e a condução de processos de participação e mobilização cívica, em que o poder e o estatuto local dissimulam ou retardam outras conquistas. Noutros casos ainda, os processos de mobilidade só ficam completos com a saída dos bairros públicos e a fixação em áreas residenciais que consagram para os sujeitos a alteração do seu estatuto. Estes e outros cenários constituem a multifacetada realidade que é a da construção da mobilidade. Para os conhecer é preciso colocar de lado o reducionismo das perspectivas mais técnicas que fazem da pobreza uma fasquia numérica e da mobilidade a sua transposição. É preciso, em vez disso, ir um pouco atrás e começar por conhecer as representações dos próprios sujeitos sobre a sua condição e aspirações sociais e económicas, sobre o modo como, do seu ponto de vista, o mundo funciona e o lugar que nele ocupam ou desejam ocupar. É preciso contextualizar a análise e articular os aspectos económicos da mobilidade com o conjunto dos modos de vida, e é preciso, finalmente, situar a análise das trajetórias individuais e familiares em processos e dinâmicas que ocorrem a maior escala, entre a comunidade local e a sociedade global.

As concepções substancialistas da pobreza, dominantes nos debates científico e político, das quais tenho estado a procurar demarcar o meu trabalho, foram pela primeira vez postas em causa por Simmel, num texto clássico, datado do início do século XX. O facto de na literatura dos estudos da pobreza ser praticamente impossível encontrar referências ao contributo de um vulto teórico da importância de Simmel, cuja fecundidade das ideias ainda hoje é útil ao debate em muitas áreas da antropologia, da sociologia e das ciências sociais em geral, demonstra bem a sua divergência em relação ao paradigma dominante na especialidade. Provavelmente, seria difícil ser de outro modo, porque as questões para quais nos remete não são as habituais, assumidas e específicas do campo, mas sim as das relações mais amplas entre a pobreza e a forma dos laços e vínculos sociais na modernidade.

Para Simmel (1998 [1907]), o estatuto social dos pobres é determinado pela sua condição de população assistida, ou seja, por terem a sua subsistência dependente daquilo que lhes é dado pelo estado ou por outras entidades organizadas. Ao contrário de outros grupos sociais que estão em condições para manter relações de complementaridade e de reciprocidade com o resto da sociedade e de serem respeitados por isso, os pobres não podem retribuir o que recebem em condições de igualdade, o que lhes vale a desqualificação e a desvalorização sociais. É pelo seu carácter assistido e pela reação negativa que essa situação suscita na sociedade que a pobreza pode ser definida e não por um qualquer estado quantitativo comum aos pobres. Dentro desta ordem de ideias, a pobreza é uma construção social; a sua definição não resulta da falta de recursos ou de níveis de privação, sempre relativos, mas do modo como a sociedade no seu todo encara o fenómeno e se comporta face a ele.

Na obra de Mary Douglas, desde *The World of Goods* (1979) e em particular em *Missing Persons* (1998) e mais tarde em *Traditional Culture* (2004), encontramos uma crítica próxima da de Simmel, no que diz respeito à necessidade de retirar as determinações materialistas à definição de pobreza. Os seus comentários recuperam uma reflexão que a antropologia prosseguiu nos anos 60 e 70 sobre a economia nas sociedades primitivas e o conceito ocidental de *Homo Oeconomicus*, mas que após

esse período não conheceu muitos mais desenvolvimentos de igual valia. As evidências recolhidas através da observação realizada na época sobre as pequenas economias rudimentares permitiram sustentar a ideia de que o bem-estar e o conforto económicos seriam possíveis de alcançar sem a sofisticação tecnológica do capitalismo avançado. Em *Stone Age Economics*, Marshall Sahlins (1972) formulou a tese central desta corrente e, segundo ele, desde que as motivações, particularmente as de natureza política, para a produção e acumulação se mantivessem reduzidas, as necessidades percebidas seriam igualmente baixas e poderiam ser preenchidas. É dentro desta linha de pensamento que as economias das sociedades primitivas podem ser apelidadas economias de abundância. Ainda de acordo com a posição de Sahlins, neste aspecto secundada pelas análises de alguma antropologia política, as mesmas formas de organização social podem também proporcionar a liberdade e a equidade que serão sempre necessárias ao bem-estar social dos indivíduos.

Mary Douglas destaca estas teses sobre a abundância primitiva para denunciar o enviesamento político das análises e programas que reduzem a pobreza a uma questão material e advogam o desenvolvimento económico e tecnológico das sociedades para suprir as necessidades e criar as condições para a fruição equitativa dos recursos. Para a autora, as abordagens e teorias que se debruçam sobre a pobreza enquanto problema de necessidades que carecem ser satisfeitas padecem dum mal comum e que é elaborar como se essas necessidades sentidas individualmente pudessem ser idênticas e generalizadas a todos os homens, sendo estes concebidos, além do mais, como seres vivendo num vácuo sem dimensão relacional, puras ficções pré-sociais e autodeterminadas. Embora distintos quanto aos pressupostos, às terminologias e à atribuição de responsabilidades, os discursos teóricos e pragmáticos sobre a pobreza material e a sua medição formam, segundo Mary Douglas, um sistema de pensamento em que sujeitos individuais se encontram sozinhos face às suas necessidades, num mundo em que elas supostamente podem ser satisfeitas, mas sem que se perceba como chegam a ser formuladas as avaliações que tornam certos objetos necessários ou porque é que alguns desses objetos são escassos e não estão disponíveis para todos os homens. Há, portanto, um duplo erro teórico apontado e

que reside, por um lado no excesso de materialismo da análise e, por outro, na individualização dos conceitos e da própria definição da pobreza.

Os reparos de Mary Douglas são pensados e dirigidos sobretudo às formas de conceber o problema da pobreza na maioria das perspectivas desenvolvidas a partir da economia, da ciência política e das teorias da justiça social e fazem todo o sentido para a antropologia e para todas as disciplinas no seio das quais pensar em função de homens isolados constitui uma abstração e um equívoco inúteis e contraproducentes. A autora deixa-nos a defesa de um conceito de pobreza livre do bloqueio representado pelas perspectivas ego-centradas das necessidades e da falta de recursos que vitimam indivíduos isolados uns dos outros e, ainda que admita o papel das definições económicas na operacionalização do combate às consequências materiais da pobreza, vê nas mesmas concepções um obstáculo à construção de uma teoria geral da pobreza. Nas duas primeiras obras de Mary Douglas que citámos, não são muitas mais as pistas que nos deixa para repensar especificamente o conceito, até porque os objectivos da sua reflexão sempre foram mais amplos e estavam ligados a uma tentativa para expandir as teorias da cultura de modo a que estas pudessem rever criticamente as noções de pessoa empregues e permitissem explicar os modelos subjacentes à racionalidade e à ação humanas. Ainda assim, em *Missing Persons*, e pensando também na pobreza, Mary Douglas sugere as propostas de outros autores e correntes que rejeitam a secundarização que as ciências sociais fazem das pessoas na análise da ação humana. É o caso de Caillé (2009) e da teoria anti-utilitarista, ao afirmar que os sujeitos não agem apenas movidos pelo interesse económico e material e que as aspirações a serem reconhecidos e valorizados pelos outros é um factor determinante dos comportamentos; ou duma nova escola, dita pragmática, da sociologia francesa, representada por Boltanski e Thévenot (1991), que fazem da análise das justificações da ação empregues em situações de diálogo social, dos princípios e dos valores a que se referem, um aspecto essencial para a compreensão dos processos e das condutas relacionais que dão forma à vida em comum nos mais diversos domínios.

No que toca em particular à questão da pobreza, as respostas que Mary

Douglas persegue ao longo da sua obra só são alcançadas em *Traditional Culture*, um texto tardio em que finalmente remata e explana com maior clareza a sua concepção. Nesse registo é-nos dito que qualquer tentativa de definir a pobreza deve começar pelo reconhecimento de que todos os homens são seres sociais, no sentido em que a interação e a troca constituem características essenciais para os definir enquanto pessoas. A base da vida social não é outra senão esse sistema plural de formas de troca entre indivíduos e entre grupos. As causas da pobreza residem precisamente aí, nas várias incapacidades que impedem uma parte das pessoas de acederem e se integrarem nos sistemas de troca que nos definem a todos como seres sociais. Por outro lado, a definição da pobreza deve também ter em conta que essa condição humana é antes de mais uma construção cultural, cuja base é a definição colectiva do que são necessidades. Às necessidades e aos desejos não se chega pelo ditame das preferências individuais, mas pelo ciclo de retroações que se desenvolvem entre as relações de produção e as relações de consumo, contexto dentro do qual tem lugar a discussão social sobre o que é necessário e desejável que os seres humanos possuam. É neste sentido que, segundo esta antropóloga, é preciso ligar a definição e a análise da pobreza aos processos sociais e culturais que lhe dão forma e a criam.

Terá sido essa percepção da importância que as relações com os outros têm na vida de todos os sujeitos, pobres e não-pobres, que levara antes Mary Douglas (1998) a elogiar o trabalho de Bourdieu e a sua capacidade para pôr em prática uma nova abordagem da pobreza em *La Misère du Monde* (1993). Segundo a autora, a qualidade da obra está em revelar-nos, entrevista após entrevista, que o sofrimento sentido por todos quantos se encontram em situações de vulnerabilidade ou pobreza não resulta, forçosamente ou apenas, da escassez material ou de necessidades insatisfeitas, mas de problemas que os próprios atribuem a outras pessoas, à ausência indesejada de alguns e à presença intrusiva de outros. A diversidade de trajetórias e visões do mundo relatadas não anula a convergência em situações vivenciais e em sentimentos que são o resultado de uma falta generalizada de controlo na relação com as outras pessoas.

Bourdieu forja a expressão 'miséria de posição'²⁶ para caracterizar essa consciência íntima de um mal-estar, muito próprio do nosso tempo e sentido pelos indivíduos cujas aspirações, embora legítimas, foram defraudadas pelos mecanismos socialmente estabelecidos e pela vontade de outros homens, nos domínios escolar, do trabalho e das profissões ou dos lugares de residência.

Subjacente à análise empreendida em *La Misère du Monde*, está a teoria do espaço social formulada por Bourdieu a partir da década de 70 (1972, 1979, 1989), uma construção de síntese com referências no passado, mas em ruptura com o essencialismo, o economismo e o objectivismo de outras teorias explicativas das desigualdades²⁷. O ponto de partida para esta reconceptualização é a perspectiva de um mundo social estruturado em função de desigualdades e representado enquanto espaço de relações, a várias dimensões, de acordo com princípios de diferenciação que distribuem os indivíduos e lhes conferem uma posição de maior ou menor poder. Os sujeitos aparecem definidos, em primeiro lugar, pela posse de determinados recursos e pelas posições relativas a que os mesmos dão acesso dentro do espaço social. Mas não é só o aspecto relacional a determinar a posição social. A este junta-se o aspecto dinâmico, de ordens e ordenações legítimas que estão sempre em jogo e sujeitas a reajustamentos que são fruto de processos de competição simbólica. Por aqui passamos para o domínio das representações elaboradas pelos sujeitos, um trabalho contínuo para tentar fazer valer visões do mundo, disputar as posições que pretensamente se quer ocupar e, finalmente, afirmar o direito a uma determinada identidade social. As posições ocupadas no espaço social estão, deste modo, dependentes de dois factores, diversos mas não independentes: o volume e a combinação de recursos que cada um possui e a percepção que consegue impor aos

²⁶ E não 'miséria de condição', o estado material e economicamente definido da 'desposseção'.

²⁷ Devedora das matrizes marxista e weberiana, às quais vai buscar alguns dos seus eixos estruturantes, a teorização de Bourdieu oferece-nos soluções que ultrapassam os modelos originais e respondem, pelo menos em parte, aos problemas que estes deixaram em aberto. A visão substancialista das classes que as torna grupos reais dá lugar a um entendimento relacional e dinâmico entre posições; a sobredeterminação económica é revista pela ponderação de outros campos e relações de força; e a lógica objectivista de análise é ultrapassada pela inclusão dos processos simbólicos e das lutas em torno da representação do mundo social e das hierarquias no seu interior.

outros acerca da sua identidade social.

Representação e vontade fazem parte, diz-nos Bourdieu (1977:2), da verdade do mundo social, daquilo que os sujeitos e os grupos fazem e do que são. Repondo de novo a discussão nos sujeitos em mobilidade a partir de condições de pobreza que foram objecto da minha etnografia, temos então que desdobrar a análise em dois sentidos. Desde logo, o das determinações económicas da diferenciação social, procurando analisar e compreender as estratégias e comportamentos seguidos para modificar as relações com o mercado de trabalho, gerir as condições materiais, de consumo e de alojamento e refazer a realidade dos posicionamentos sociais através do investimento nas práticas escolares e culturais. Todavia, a saída das situações de pobreza não é uma consequência automática que possa ser medida pela melhoria pura e simples das situações materiais, até porque as carências e as privações objectivas quase nunca podem ser todas resolvidas num único momento. A mobilidade joga-se em vários tabuleiros e o sucesso num deles não impede que se permaneça preso à antiga condição por determinadas particularidades de estatuto, em particular as ligadas à residência, e que devolvem os sujeitos à negatividade das representações sociais. A mobilidade parcialmente realizada não garante em si mesma nenhuma segurança ontológica, nenhum salvo-conduto identitário, acima do quadro das relações sociais de sentido, o que obriga os sujeitos a continuar a lutar pelos sinais distintivos da sua posição e a tentar proceder à transformação simbólica das diferenças que tenham conquistado, ou estejam a conquistar, nos campos económico, social e cultural. As tentativas que os indivíduos realizam para dar forma à mobilidade e deixar definitivamente para trás a condição de pobreza têm, por isso, de ser perspectivadas também no plano das representações, considerando a mobilidade como um processo de libertação tanto material quanto simbólico.

Encerro a reflexão preambular deste primeiro capítulo, regressando ao ponto de partida para comentar, agora numa perspectiva de poder e de eficácia simbólica, os acontecimentos e intervenções políticas que marcam as percepções contemporâneas da pobreza, nos anos da crise. Comecei por me referir à celebração do Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social e ao acento comunicacional do seu

planeamento, estratégias criteriosamente urdidas através das quais as instituições europeias dão mostras de dominar o funcionamento dos processos simbólicos que organizam o mundo social e de saber como tirar partido dos mesmos para enquadrar ideologicamente e impor uma visão legítima às representações da pobreza. Vimos igualmente como, em Portugal, outros agentes sociais se movimentam de um modo mais reativo e menos organizado e, a partir dos seus campos específicos, criam e difundem enunciados e mensagens predicativas sobre a pobreza urbana e os seus contextos, cujos efeitos na atribuição de sentido são determinantes, dada a autoridade explícita, e por vezes oficial, dos seus pontos de vista. A intervenção das perspectivas autorizadas dos ‘técnicos de opinião’, ou ‘profissionais do poder simbólico’, como lhes chama Bourdieu, é tanto mais determinante para a produção do senso comum e do sentido das representações correntes, quanto se faz num ambiente de puro monopólio da palavra, onde sobretudo não tem lugar o ponto de vista dos dominados, destituídos de voz própria. Por si só, as análises provindas das ciências sociais também não desfrutam do poder e da eficácia simbólica necessários para contrariar ou inverter estes processos. Mas, à escala etnográfica, podem fazer uma tradução fiel das representações dos sujeitos, elaborar interpretações compreensivas e fundamentadas da sua ação e, deste modo, contribuir para desmistificar a imagem constituída da pobreza. A minha opção por tratar e dar visibilidade a trajetórias de vida que desafiam determinismos e certezas estabelecidas sobre quem são e como se comportam os pobres é também uma forma de contradizer o imaginário e as ficções prevaletentes acerca desta categoria e procurar introduzir mais realismo nas representações e no diálogo sempre conflitual sobre a constituição do espaço social.

Capítulo I - ITINERÁRIO METODOLÓGICO, ENTRE OS TERRENOS E OS DISPOSITIVOS ANALÍTICOS

1. Pobreza e mobilidade: genealogia de um objecto

Está comprovado e é ponto assente, depois de todas as pesquisas empíricas feitas nas últimas décadas, que as população alojadas em habitações sociais são bastante homogéneas do ponto de vista da sua composição social, nomeadamente no que toca às profissões e ocupações a que têm acesso e através das quais procuram garantir o seu sustento económico. O que se pode encontrar nos bairros são ativos pouco qualificados, com situações laborais instáveis, mal remunerados, em sectores tradicionais e de mão-de-obra intensiva. Em concreto e por regra, isto significa que a maioria dos homens têm profissões ligadas à construção civil e as mulheres empregadas estão a trabalhar a tempo parcial em domicílios ou para empresas, prestando serviços de limpeza. Assim é, de facto, um pouco por todas as áreas urbanas de norte a sul do país em que a habitação social está presente, com uma ou outra exceção confinada a determinados nichos ocupacionais muito específicos, mas nem por isso menos desfavorecidos.

A minha experiência confirma em absoluto esta evidência: bairros de classe trabalhadora, com índices de desemprego muito acima da média nacional e níveis de vida extremamente baixos²⁸. E no entanto, ao longo dos anos e passada alguma

²⁸ No período democrático, a intervenção direta do estado na construção habitacional esteve muito dirigida para a “erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e consequente realojamento daqueles que nelas residem” (decreto-lei n.º 163/93 de 7 de Maio). Foi assim com o PER, Plano Especial de Realojamento, como tinha sido com o PIMP, Plano de intervenção a Médio Prazo (decreto-lei n.º 366/85 de 11 de Setembro e decreto-lei n.º 266/87 de 6 de Junho). Nesse sentido, os fogos de habitação social destinavam-se às populações residentes em habitações precárias, excepto quando os recenseamentos provassem que os membros dos agregados abrangidos pelos programas detinham “outra habitação na área metropolitana do concelho do respectivo alojamento ou em concelho limítrofe” (decreto-lei n.º 163/93 de 7 de Maio). O decreto-lei n.º 135/2004 de 3 de Junho, que veio criar o PROHABITA, além de alargar o âmbito das situações de carência habitacional contempladas é o primeiro a estipular que o rendimento mensal dos agregados a realojar “deve ser de valor que, em regime de renda apoiada, determine a aplicação de uma prestação inicial inferior ao preço técnico”, ou seja, a excluir e tornar não elegíveis as famílias cujo rendimento seja compatível com

perplexidade e surpresa iniciais, habituei-me a encontrar e nalguns casos a ir conhecendo bem, dezenas de moradores – poderia dizer, uma minoria substancial, completamente fora desse padrão. Pessoas empregadas em estabelecimentos comerciais, escriturários e trabalhadores administrativos, graduados e soldados de forças policiais, funcionários de bancos, pequenos empresários e trabalhadores independentes, encarregados na indústria e nos transportes, professores e educadores, quadros técnicos com formação superior, enfim uma miríade de representantes daquilo que integra as grosseiramente apelidadas “classes médias”. Gente com carreira na sua profissão e contratos permanentes de trabalho, muitos no sector público, com remunerações próximas ou acima do salário médio nacional, garantias e expectativas de vida normais e aceitáveis para o comum dos cidadãos.

Já aqui dei conta das circunstâncias em que me apercebi, de uma forma mais clara, que os moradores que encaixavam nesta categoria não eram necessariamente casos isolados, presenças mais ou menos invisíveis e destinadas a tornarem-se transitórias nos contextos de habitação social, mas que podiam formar grupos, internamente identificados e localizados no espaço social de residência pelos outros moradores. As lutas de (des)classificação simbólica na sequência de processos de realojamento que analisei evidenciavam, não só a presença desses grupos e o seu reconhecimento, como a importância de que se revestiam para os processos de estruturação das relações, das hierarquias e para a afirmação de modelos éticos e de convivência constituintes dos novos campos residenciais. O seu pequeno peso na demografia dos bairros não era em nada proporcional aos papéis que desempenhavam a nível interno, seja enquanto líderes e representantes dos bairros em momentos críticos da história local, seja enquanto referenciais de comportamentos e modos de vida diferenciados entre o conjunto da população.

as soluções disponíveis no mercado normal de arrendamento. O atual Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal de Lisboa prevê, desde 2009, que um dos critérios decisivos a aplicar na seriação e atribuição de fogos seja, para lá das carências habitacionais, o da condição socioeconómica dos candidatos. Todas estas disposições recentes não anulam o facto de, durante muitos anos, terem tido acesso aos bairros sociais famílias que embora residissem em alojamentos precários ou habitats degradados não eram, à época dos realojamentos, economicamente carenciadas ou pobres, seguindo o critério estrito do nível de rendimento.

Do meu ponto de vista, a importância de estudar e conhecer melhor as histórias, as trajetórias de vida e os sistemas de representações deste segmento social que tem origem nos contextos da pobreza, prende-se com três tipos de razões. A primeira, acabei de a destacar, é uma razão prática e passa pelo contributo indispensável deste grupo para as dinâmicas sociais locais nos contextos de realojamento. Caso se entenda que os objectivos das políticas públicas na concessão de alojamentos a populações carenciadas não se devem satisfazer com a garantia de salubridade e conforto, base essencial à qualidade de vida, e que o acesso a habitações conformes aos padrões de urbanidade pode constituir uma via e fazer parte de estratégias conducentes à integração social dos indivíduos, então, a continuação da presença nos bairros destes segmentos melhor sucedidos deve ser vista como um instrumento insubstituível na criação de condições para a promoção de grupos socialmente desfavorecidos.

Uma outra razão é, pretendendo fazer jus à tradição antropológica de *myth debunking* (Eames e Goode, 1977: 262), ajudar a refazer as imagens socialmente constituídas destes lugares. Revelar a verdadeira composição social dos bairros através de segmentos largamente desconhecidos e ignorados, inclusive pela literatura da especialidade, é uma forma de desmistificar as generalizações e os estereótipos que associam estes bairros e populações à degradação física e moral e que estão na base da sua condenação social. Proteger a identidade dos espaços e das pessoas não é uma questão menor, sem repercussões fora desse plano subjetivo e sempre discutível das reputações constituídas. Os estigmas que mancham e poluem as identidades são um dos grandes obstáculos com que os indivíduos e os grupos se confrontam e combatê-los é enfrentar uma das causas que impedem a sua plena inclusão económica e social.

A terceira e última justificação é de natureza teórica. Os estudos da pobreza têm estado desde a origem submetidos a abordagens descritivas e concepções operacionais que nalguns casos têm cerceado e limitado o avanço de perspectivas alternativas. Mas é ao desenvolvimento das mesmas abordagens operacionais e das suas ferramentas quantitativas que se deve o conhecimento que hoje começamos a ter da “mobilidade económica” dos pobres e da sua capacidade não só para sobreviver

à pobreza como para romper com ela e mudar a sua situação económica. A investigação intensiva deste fenómeno, da sua dimensão agencial e dos processos históricos e económicos que enquadram esses movimentos de entrada e saída na pobreza, será fundamental para se esclarecer definitivamente a condição social dos pobres, devolvendo a sua análise ao espaço estrutural das relações de desigualdade e, a seu tempo, conduzindo a uma reformulação dos conceitos de pobreza com que temos vindo a trabalhar.

Os meus objectivos por agora são mais modestos e limitados. A minha primeira interrogação é saber em que condições se torna possível essa mobilidade estatisticamente tão improvável a partir de situações de pobreza. Há factores estruturais, condições históricas, políticas e económicas que impulsionem esses movimentos, ou eles nascem sobretudo da iniciativa e dos projetos de cada um e das estratégias que os indivíduos e as famílias engendram na prática? Reconstruídas as trajetórias dos protagonistas e as disposições que as favorecem, interessa-me igualmente retratá-los na pluralidade dos modos de vida que construíram e na maneira como se identificam socialmente a si próprios, através das posições conquistadas e das aspirações que ainda possam acalentar. Esta segunda dimensão, das identificações, implica uma terceira, a de conhecer as representações dos sujeitos sobre o conjunto mais amplo da estrutura de desigualdades e hierarquias, das posições mais desfavorecidas que experimentaram pessoalmente, aos lugares privilegiados a que só a imaginação dá acesso.

A investigação para esta tese começou com uma hipótese implícita. Quando coligi e organizei os materiais para a elaboração do projeto, dispunha de dados sobre um número relativamente pequeno de casos, na sua maioria indivíduos e famílias residentes num único bairro que havia observado há quase uma década (Rodrigues, 2003). Como o objecto nessa altura eram as relações internas (analisadas ao nível discursivo das trocas de acusações) e este grupo constituía um referente ausente e marginalmente participativo dos processos, o seu acompanhamento não foi considerado prioritário e foi-lhes dada uma menor atenção. Com poucos casos observados, a amostra conhecida acabava por distorcer o perfil do conjunto dos

indivíduos em mobilidade a partir de situações de pobreza, inflacionando o nível médio das condições socioeconômicas que podiam ser alcançadas. Tratava-se, portanto de um grupo particularmente bem-sucedido, constituído por casais com filhos e indivíduos dentro ou a aproximarem-se da meia-idade, cuja experiência de pobreza vinha da juventude e das famílias de origem. Tinham obtido alguma escolarização e qualificações através do exercício das suas profissões e estavam inseridos no mercado de trabalho como empregados de comércio, bancários, membros de forças de segurança, professores primários, operários qualificados, num caso ou noutro com cargos técnicos ou de supervisão, a que se juntavam trabalhadores por conta própria e pequenos comerciantes. Embora alguns tivessem sido dirigentes das associações constituídas durante os processos de realojamento, passado esse período haviam-se retirado da vida local, evitavam os relacionamentos e mantinham modos de vida exclusivamente centrados na família e no trabalho. Apresentavam valores e aspirações muito idênticos aos das classes médias urbanas, com estratégias de vida orientadas para a poupança e acumulação e uma tendência para controlar e investir especialmente na educação dos filhos, projetando-lhes futuros de ascensão social.

Os pressupostos da fase de projeto assentavam portanto neste perfil social e as minhas expectativas estavam à partida orientadas para a procura desses casos avançados de mobilidade e de práticas e representações associadas à mudança de estatuto e de classe. O que esperava encontrar eram famílias em trânsito, a viver verdadeiras viagens interclassistas e a ajustar as suas identidades a essas passagens culturais, esforçando-se por ultrapassar as contradições e a multiplicidade de referências que separam os lugares de partida e de chegada, durante momentos liminares em que os estatutos ambicionados não se encontram nem plenamente realizados nem efetivamente reconhecidos.

Ora, depois das conjecturas analíticas sempre imprecisas vem o trabalho de campo e este encarrega-se de demonstrar a qualquer antropólogo que não há imaginação que baste para a realidade concreta da vida. Se porventura tivesse existido um modelo de análise fechado ou hipóteses-guia a dirigir o sentido do olhar e das

observações, poderia ter ficado a conhecer muito melhor a mobilidade do ponto de vista das trajetórias consumadas que me interessavam à partida, mas nada teria podido descobrir sobre as aspirações e os pequenos passos, os bloqueios e as frustrações, as socializações antecipadas, a condição adiada e os projetos diferidos, as conquistas transformadoras que fazem o caminho para a mobilidade e sem a qual esta não existe. Estas descobertas só puderam acontecer porque a opção foi, desde a primeira hora, abordar o terreno com uma atitude exploratória e aberta a tudo aquilo que acontece, querendo sempre saber *what else is there*, sem amarras ao que *a priori* julgava ser mais significativo para tratar o problema original do projeto de investigação. O grau de liberdade e a disponibilidade com que enfrentei e vivi o tempo da observação teria sido menor se não estivesse a desbravar terrenos virgens, para os quais não havia propriamente grandes construções teóricas ou estudos de caso anteriores a imporem-se e a condicionarem as minhas opções. Feitas as contas, o que tinha no primeiro dia de trabalho empírico sistemático era um conjunto claro de objectivos, que ainda assim me davam alguma segurança, e esboços incompletos e incoerentes de problemáticas que não cessavam de se renovar, estilhaçadas por leituras necessariamente dispersivas e conflituantes à volta de um objecto movediço, em que à longa tradição dos estudos da pobreza foi preciso acrescentar a perspectiva das desigualdades e da estratificação, seguida dos contributos dos estudos da raça e da etnicidade, tudo isto multiplicado e dividido pela história de duas disciplinas que por regra se ignoram soberanamente, certas da sua autossuficiência, a antropologia e a sociologia.

2. Da pobreza e dos seus lugares

Mas, quero começar pelo princípio, e, no princípio, houve que escolher as pessoas com quem ia trabalhar. O problema aqui não era tanto a identificação dos sujeitos ou a maneira de chegar até eles, porque existem sempre recursos e podem inventar-se maneiras engenhosas para obter os indicadores necessários e estabelecer o contacto, mas saber o que fazer perante o dilema de, ou seleccionar livremente

indivíduos de acordo com as características definidas, ou ancorar o trabalho de campo num ou dois lugares e escolher entre os residentes a população a investigar. A primeira opção levantava dificuldades logísticas óbvias a um investigador isolado, mas tinha o atrativo de me colocar os desafios de uma etnografia multi-situada que nunca experimentara. Por muito que me agradasse a ideia de circular entre uma constelação de ambientes distintos do espaço urbano e social, havia pelo menos uma forte razão para considerar a segunda opção. É que os materiais com que ia estar a trabalhar seriam, em boa medida, constituídos por representações, expressões de valores, crenças, saberes e avaliações cognitivas que os sujeitos produziram a meu pedido sobre os mais variados aspectos da sua vida e condições de existência. Para observar comportamentos, confrontar testemunhos e poder elaborar interpretações e encontrar a significação profunda das representações e das práticas que lhe estão associadas seria preciso garantir algum tipo de acesso aos contextos em que as mesmas se formam. De todos os meios em que decorre a vida social da pobreza, mesmo para populações específicas que, como a minha, estão em divergência ou em ruptura com as suas origens, os bairros são lugares carregados de significado, dada a sobreposição nos espaços de residência de múltiplos laços que estruturam universalmente as relações interpessoais: os vizinhos são parentes e familiares próximos, são colegas de trabalho, conterrâneos, eventualmente amigos. A propósito deste modo de vida urbano a que chamava “encravamento”, dizia Hannerz: “la caractéristique essentielle de l'enclavement, c'est la densité d'un seul secteur du réseau individuel et le fait que cette densité correspond à un ou plusieurs rôles dans lesquels le sujet investit la majeure partie de son temps et de son intérêt. A la limite, il ne reste pas grand-chose de son réseau en dehors de ce secteur» (Hannerz 1983: 316). Logo, muito do que nos ia ser contado, muitas das situações vividas, ainda que no passado, teriam forçosamente a ver com aqueles lugares e as pessoas que neles habitavam, a maior parte das vezes há décadas. À escala urbana, com a experiência ganha nos estudos de comunidade, um antropólogo imagina-se a trabalhar um bairro, dois com algum esforço, mas a partir daí é uma veleidade pensar em aplicar metodologias intensivas de observação local.

Feita a opção pela escala residencial como unidade próxima de contextualização das observações, a seleção dos bairros concretos para o trabalho de campo foi uma tarefa relativamente simples. Após a chegada dos processos de demolição maciça aos últimos conjuntos de habitação degradada e com a ‘gentrificação’ a expulsar os agregados pobres para fora do casco urbano antigo, os bairros sociais tornaram-se os grandes polos de concentração da pobreza na cidade de Lisboa. Dois programas relativamente recentes fazem a história desta mudança da condição habitacional das populações pobres da capital: o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), que entre 1987 e 1993 foi responsável pela construção de mais de 7496 fogos, e o Plano Especial de Realojamento (PER), que de 1997 até 2009 permitiu a edificação e realojamentos em 9135 novas habitações²⁹. Segundo dados relativos a 2006, o PER registaria uma taxa de execução de 90%³⁰, o que deixava o município de Lisboa próximo do objectivo ambicioso fixado para esta intervenção: a erradicação completa das barracas da paisagem urbana³¹. Este desígnio urbanístico resolvia o problema das populações com carências habitacionais mais extremas, mas não livrou o plano de gerar algumas controvérsias quanto às suas origens e motivações. Um dos aspectos mais perigosos e que poderia ter sido evitado com um planeamento que desse prioridade à dimensão social das operações, foi a criação de bairros maiores do que os originais. Entre 2000 e 2001 assisti pessoalmente aos

²⁹ Fonte: CML/DMH/DGSPH, 2009.

³⁰ Cálculos apresentados num relatório de 2008. Os dados posteriores que apontam para 9135 fogos construídos, mantendo-se o número inicial de 11129 fogos acordados e de construção prevista, fazem descer a taxa real de execução deste programa para os 82%. Fonte: CET/ISCTE (2008) Contributos para o plano estratégico de habitação: 2008/2013. Relatório 2. Políticas de Habitação, p.32. Disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/123421120015eGS7kj9Fq51IF7.pdf> [consultado a 23 de Agosto de 2011].

³¹ O Plano Especial de Realojamento para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto foi criado em Maio de 1993 (dec. Lei 163/1993), sendo Ministro da Obras Públicas o engº Ferreira do Amaral, com o propósito de dotar as autarquias com os meios financeiros necessários para, num esforço inédito e nunca antes assumido, eliminar definitivamente os bairros abarracados de construção precária, um dos mais graves e mais antigos problemas urbanos do país. O objectivo político inicialmente traçado era ter no ano 2000 todos os realojamentos concluídos e entrar no novo milénio sem vestígios de barracas nas áreas metropolitanas.

resultados práticos desses processos de concentração³². A par com realojamentos locais, que mantinham as estruturas populacionais pré-existentes, vários processos reuniam populações dispersas, provenientes de conjuntos mais pequenos. Nalguns casos as novas urbanizações assim formadas não totalizavam mais do que uma ou duas centenas de fogos mas, noutros casos, surgiram em poucos anos aglomerados com milhares de habitantes. Para ficar por um único exemplo, na Alta de Lisboa Centro residiam, em 2007, 6249 pessoas, transferidas de 9 bairros diferentes de habitação degradada. Abandonou-se a escala das “cidades novas” projetadas nos anos 60 e 70, através do Plano de Urbanização de Chelas e do Plano Integrado de Almada, mas não só não se contrariou como se deixou aprofundar a tendência para a concentração, ao ponto de, só no perímetro da cidade, Lisboa ter hoje cinco bairros sociais com mais de 5000 habitantes.

Nas periferias metropolitanas da capital, a situação quanto à aplicação PER e aos seus efeitos não é exatamente a mesma, até porque em muitos concelhos se optou por executar os programas a um ritmo mais lento e muitos dos bairros recenseados de habitação degradada e de génese ilegal continuam de pé a aguardar medidas. A Amadora, o segundo concelho com mais habitações para construir a seguir a Lisboa, tinha executado em 2006 apenas um terço dos 5500 fogos previstos; três concelhos da margem sul - Barreiro, Palmela e Seixal -, tinham taxas idênticas, ligeiramente acima dos 40%, mas o total de realojamentos que precisavam de realizar era menor; Cascais e Loures eram concelhos que se encontravam sensivelmente a meio dos objectivos fixados nos seus programas³³. O panorama habitacional das classes desfavorecidas na região de Lisboa mudou efetivamente com este programa, mas em 2006 permaneciam por construir mais de 10000 dos fogos acordados para os

³² Os alertas para os riscos da concentração provocados pela implementação do PER surgiram quase de imediato. No ano a seguir ao anúncio do plano, Fonseca Ferreira escrevia: “O PER tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais (...)” (Ferreira, 1994: 10).

³³ Fonte: CET/ISCTE (2008) Contributos para o plano estratégico de habitação: 2008/2013. Relatório 2. Políticas de Habitação, p.32. Disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234211200I5eGS7kj9Fq51IF7.pdf> [consultado a 23 de Agosto de 2011].

concelhos suburbanos³⁴, o que representava, e representa ainda, um fatia muito grande das populações pobres com carências de alojamento e para as quais não há ainda soluções à vista, fora ou dentro do sistema de bairros sociais.

O levantamento prévio que permitiu chegar à identificação dos bairros em que ia fixar-me para o trabalho de campo implicou também que explorasse mais a fundo a relação existente entre pobreza urbana e imigração. Embora haja ainda alguma reticência, justificada, para se falar abertamente de racialização da pobreza³⁵, a verdade é que existem sinais que parecem configurar uma tendência para a constituição desse cenário de desigualdade na sociedade portuguesa. À falta de dados atualizados, recorro aqui a dois estudos da década de 90. O mais antigo, de 1991, revela-nos por amostragem a situação socioeconómica das minorias étnicas residentes em 130 bairros degradados de Lisboa e das freguesias confinantes a norte da cidade. Os resultados, além dos indicadores habitacionais da privação, confrontam-nos com 90% das famílias inquiridas a auferirem rendimentos abaixo da linha de pobreza absoluta calculada³⁶. Estes números são ainda mais esclarecedores acerca do grau de incidência da pobreza entre as comunidades imigrantes porquanto estes *habitats* concentravam a esmagadora maioria deste tipo de população. Segundo dados relativos a 1994, do total de africanos com origem nos PALOP instalados em Portugal, 96.5% residiam nos distritos de Lisboa e Setúbal em bairros degradados ou em núcleos de habitação social³⁷. Muito embora os valores indicados neste caso estejam

³⁴ Ibidem, p. 33.

³⁵ Fernando Luís Machado enuncia essa hipótese, noutros termos, quando escreve, “Até agora, em Portugal, a grande maioria dos pobres não é constituída por imigrantes, embora a grande maioria dos imigrantes, à luz desses critérios, seja considerada pobre. Em cenários de exclusão, o que aconteceria é que os universos da pobreza e dos imigrantes se sobreporiam cada vez mais, o que representaria, também, uma coincidência perigosa entre certas linhas de divisão social e de classe e certas linhas étnicas e raciais.” (2003: 187).

³⁶ Bruto da Costa, Alfredo e Pimenta, Manuel (Coord.) (1991) *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, CML/DPS, CRC (mimeo).

³⁷ Bruto da Costa, Alfredo *et al.* (1999) “Pobreza e exclusão social em Portugal. A região de Lisboa e Vale do Tejo”. *Prospectiva e Planeamento*, nº5, CESIS, p.113.

inflacionados pela utilização de bases de cálculo diferentes³⁸, é evidente a tendência para a aglomeração e segregação espacial e estas, por seu turno, vêm conferir ainda maior significado aos indicadores já conhecidos de privação económica.

Além da precariedade económica e material, confirmei estatisticamente outra característica relevante para o estudo em relação aos imigrantes dos PALOP. De todas as populações estrangeiras radicadas em Portugal, os africanos naturais de ex-colónias portuguesas são territorialmente os mais concentrados: segundo dados do Recenseamento Geral da População, em 2006, 80.000 dos 140.000 cidadãos documentados com essa proveniência viviam na AML. Ao contrário de vagas migratórias mais recentes que se dispersaram também por outras regiões, os nacionais dos PALOP, chegados há mais tempo e mais numerosos, foram atraídos para a AML, sobretudo por razões de trabalho, e por aqui têm permanecido. Em 2001, os concelhos com maiores comunidades instaladas eram, por ordem decrescente, Sintra, Loures e Amadora, seguidos de Lisboa e, na margem sul, a considerável distância, o Seixal, Almada e a Moita³⁹.

Quase todos estes factos correspondem a informações disponíveis e integram as noções gerais que a opinião pública tem dos “problemas sociais” representados pela pobreza, pela imigração e pelos bairros de realojamento. A sua confirmação não trouxe dados novos, mas permitiu-me definir princípios para eleger os lugares em que ia trabalhar. Ficou definitivamente assente para mim que seriam bairros de habitação social – porque estes correspondem cada vez mais à realidade residencial presente e futura da pobreza urbana, e que a um bairro de Lisboa, com uma maioria de residentes nacionais, deveria juntar-se um outro da coroa suburbana próxima, maioritariamente ocupado por imigrantes africanos, dada a sobre-representação destas populações entre os pobres no nosso país. Finalmente, levei também em consideração a notoriedade social negativa dos bairros. A má reputação é uma característica antiga de

³⁸ A taxa apresentada dá-nos a relação entre o número total dos africanos que se encontram em situação legal no país e aqueles que, independentemente do estatuto da sua estadia, estão a residir num destes géneros de bairro.

³⁹ Fonseca, Maria Lucinda (2009) “Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais” in Lages, Mário F. e Matos, Artur T. Portugal: Percursos de Interculturalidade, vol.II. Lisboa: ACIDI, pp. 73,4.

muitos bairros degradados ou de realojamento, mas uma série de acontecimentos dramáticos verificados nos últimos anos, enquanto decorria o trabalho de campo, vieram acentuar essa tendência para a estigmatização espacial da pobreza. Os bairros que escolhi têm também esse atributo que é fazer pesar sobre a identidade dos seus moradores identidades residenciais desqualificantes, penosas e prejudiciais para todos e em particular para os que têm projetos apostados na mobilidade.

Para acautelar eventuais prejuízos que pudessem advir da identificação dos lugares, os topónimos verdadeiros são omitidos nesta tese e as descrições espaciais fornecidas evitam ao máximo os pormenores concretos que possam igualmente conduzir ao reconhecimento dos bairros. Se no caso de Lisboa as identidades estão mais protegidas pelas muitas dezenas de bairros existentes, nos concelhos da área metropolitana um único detalhe pode ser suficiente para revelar um bairro. A necessidade de sigilo foi uma questão que se colocou relativamente cedo durante o trabalho de campo, ao ver-me confrontado com o conteúdo de algumas observações que não poderia deixar de incluir na análise. Mais tarde, foram alguns dos sujeitos que colaboraram com a investigação a mostrarem-se sensíveis à questão ou a pedirem expressamente a salvaguarda da sua identidade. Ora, ainda que estes bairros não sejam as “aldeias urbanas” conceptualizadas por Gans (1962), conhecidos os lugares seria relativamente fácil a muitos moradores, e àqueles que melhor os conhecem, identificar os participantes. Por razões diferentes, teria preferido publicar os nomes e assumir as identidades dos bairros, mas como etnógrafo senti que o meu primeiro dever era evitar estratégias que pudessem pôr em causa os sujeitos e os interesses que, sendo deles, me cabe a mim proteger.

O bairro situado no perímetro urbano de Lisboa rebatizei-o com o nome de Bairro Novo. À escala da capital, as várias centenas de fogos e os mais de mil habitantes fazem deste um bairro de dimensão média. Salvo algumas dezenas de agregados que aqui foram sendo colocados pela entidade gestora, a maior parte dos moradores já residia neste local, num outro bairro camarário de casas provisórias que foram demolidas para dar lugar às novas construções. Os moradores mais antigos, sujeitos ao realojamento local, têm mais de 30 anos de coabitação. A esmagadora

maioria são nacionais e a geração mais velha, a dos fundadores, é lisboeta ou nasceu no campo e veio para a capital no êxodo rural dos anos 60 e 70. Há ainda uma pequena percentagem de “retornados”, famílias com nacionalidade portuguesa, por vezes mestiças, chegadas nos anos após a independência das antigas colónias. Os imigrantes africanos propriamente ditos provêm sobretudo das vagas pioneiras das migrações para Portugal e, em conjunto com os seus descendentes, representam mais de 15% dos residentes. O número de ciganos, inicialmente muito limitado, foi crescendo e hoje deve andar próximo dos 5%. O bairro tem uma escola básica e infantário, uma esquadra de polícia, um pequeno equipamento para a prática desportiva, umas duas dezenas de estabelecimentos comerciais e de serviços, transportes e ligação a vários pontos da cidade e empreendimentos de construção pública e privada, com famílias de classe média, em seu redor. Lentamente, depois dos realojamentos na década de 90, o avanço das urbanizações na envolvente foi pondo fim ao isolamento físico a que esta população esteve votada e, do ponto de vista urbanístico, a vida local registou melhorias significativas. Os primeiros anos, após a mudança para os prédios e as casas novas, são referenciados ainda hoje como muito conturbados, devido à ocupação dos espaços públicos e semipúblicos por atividades relacionadas com o comércio de estupefacientes e ao facto do bairro ter passado a figurar no circuito do tráfego e da toxicodependência da cidade. Essa época passou e nos últimos anos um único incidente de monta atraiu a atenção dos *media* e gerou alguma publicidade negativa. Mesmo assim, há alguns anos, a criminalidade e a toxicodependência continuavam a ser assinaladas internamente como problemas persistentes no bairro.

Num dos concelhos limítrofes da capital, fica situado o segundo bairro, a Quinta da Esperança. A Quinta da Esperança é também fruto de um realojamento local, mas tem menos 10 anos e mais um terço dos fogos construídos e do número de moradores do Bairro Novo. A construção e ocupação de habitações precárias no bairro antigo começou a fazer-se no princípio da década de 80, inicialmente pela mão de imigrantes cabo-verdianos, a que se seguiram os são-tomenses, os angolanos e os guineenses. Hoje, estas quatro nacionalidades dominam o bairro e nem a presença de

uma pequeníssima minoria de “famílias portuguesas” retira a este bairro o carácter e a imagem de um “bairro étnico”. A diversidade de comunidades imigrantes e populações deslocadas será uma das razões para a existência de numerosas associações culturais e cívicas e de uma intensa sociabilidade local. A Quinta da Esperança é mais pobre do que o Bairro Novo em equipamentos, comércio e transportes de ligação à envolvente e, apesar de serem mais novos, os edifícios e o espaço público encontram-se mais degradados. Um dos problemas maiores do bairro são os episódios recorrentes de violência e a insegurança da população. As consequências destes conflitos, rixas, desacatos, são frequentemente graves e justificam a intervenção ostensiva das forças especiais de polícia e a cobertura noticiosa de jornais e televisões que se encarregam de tornar o bairro hiper-visível e o projetam para lugares de destaque nos *rankings* da perigosidade urbana.

3. Entrevistas e etnografia em contextos contemporâneos

A minha experiência dos contextos urbanos da pobreza indicava-me os bairros sociais como unidades de observação adequadas para o tópico da mobilidade, mas deixava-me também de sobreaviso para um obstáculo que teria de voltar a enfrentar durante o trabalho de campo. Refiro-me à privatização dos modos de vida, um processo julgado por vezes exclusivo das classes médias e altas, mas que pode surgir em grupos de condição social mais baixa, se circunstâncias, como aquelas que resultam dos realojamentos, assim o ditarem. Tive oportunidade de defender em trabalho anterior (Rodrigues, 1997) que a mudança de condição residencial provocada pelos realojamentos trás consigo a tendência para um maior isolamento das famílias e para um confinamento do quotidiano aos espaços domésticos. Este efeito é generalizado nas populações realojadas e manifesta-se através de uma ética, consensual e muito difundida, que preconiza a reserva e o evitamento relacional e condena a sociabilidade de rua e a presença imotivada nos espaços públicos. Mas, de todos os moradores, são exatamente as famílias em mobilidade as que mais se submetem à observação deste código e fazem da privatização e do controle sobre

aquilo que os outros possam conhecer da sua vida um aspecto fundamental de demarcação social e autonomização dos seus projetos.

Este empenhamento em estratégias de privatização que dependem da construção de uma barreira relativamente ao espaço social de residência, ao afastar os meus potenciais interlocutores da esfera pública local também os tornava menos acessíveis e expostos à minha curiosidade como investigador. Mesmo com os sujeitos que puderam ser conquistados e desenvolveram uma atitude aberta e colaborativa, nalguns casos cúmplice, em relação à investigação e ao que ela lhes exigia, houve sempre restrições que foi preciso respeitar e com as quais tive de aprender a lidar. Pela sua natureza, o tema da mobilidade toca domínios muito privados da identidade das pessoas e das suas aspirações, que podem suscitar no investigador o desejo de saber mais e de se aproximar de áreas que sabe serem reservadas na vida dos sujeitos e protegidas de olhares estranhos, mesmo quando estes são conduzidos pelo interesse científico. Essas fronteiras socialmente constituídas inviabilizam uma observação e um conhecimento direto e interior de espaços que o investigador não tem maneira de franquear e de momentos e processos a que não pode assistir.

A privatização dos modos de vida não é o único obstáculo que espera um antropólogo pronto a pôr em prática as suas tradicionais estratégias participativas de envolvimento e observação duma comunidade residencial e dos seus membros. Os moradores nos bairros públicos que estão em condições plenas de inserção nas relações sociais partilham com todos os outros cidadãos um estilo de vida urbano caracterizado pela multiplicação dos domínios de atividade e, conseqüentemente, pela repartição dos indivíduos por várias existências, de natureza profissional, familiar, cultural, religiosa e política. Os processos que conduziram até aqui, a estes estados de individualização e heterogeneidade, estão associados à modernidade, ao capitalismo e à industrialização (Simmel, 1987; Schutz, 1979; Dumont, 1977, 1992) e representam para uma antropologia das sociedades contemporâneas um desafio metodológico. Para aqueles que, tal como eu, precisam de captar modos de vida que resultam da articulação de diversos papéis, em diferentes domínios, descontínuos e apartados uns dos outros, como abranger estas existências pulverizadas e dispersas com um método

de observação direta e intensiva, mais apropriado para analisar realidades socioculturais de pequena escala, homogêneas e concentradas no espaço?

Para muitos investigadores a solução tem passado por fazer da entrevista em profundidade a base para o trabalho de campo. O acréscimo entretanto registado na utilização etnográfica das técnicas de entrevista está ligado a desenvolvimentos mais amplos dentro da antropologia e à configuração de novos objetos de trabalho. Segundo Ortner, ainda que a entrevista não ofereça a mesma riqueza e variedade de dados da observação-participante, ela permite corresponder a duas preocupações crescentes: uma, com a história e durações temporais maiores do que as tradicionalmente acompanhadas pelo trabalho etnográfico e, duas, com a dimensão espacial e a necessidade de abranger e transitar entre escalas regionais, nacionais e globais, menos presentes em abordagens antropológicas anteriores (2003: 15).

Do modo como a entendo e pretendi pôr em prática, a entrevista em contexto etnográfico é uma necessidade que é preciso cuidar e tornar virtuosa. Torna-se indispensável sempre que as capacidades participativas e de observação de um antropólogo isolado são suplantadas pela extensão da realidade, ou quando o “aqui e agora” a que o método de observação-participante melhor se adequa deixa de ser suficiente. Porém, para não acabar descaracterizada, a prática etnográfica não pode ficar reduzida a um conjunto de entrevistas mais longas e menos estruturadas do que é típico nas formas de inquérito. De forma a evitar esse risco, Ortner sugere dois tipos de precauções metodológicas: que os dados produzidos pelas entrevistas se aproximem o mais possível, na densidade de pormenores e no tom experiencial e vivido, das descrições etnográficas, e que as informações e pontos de vista obtidos através de entrevista continuem a ser articulados, entre outras fontes, com documentos, registos históricos ou conteúdos da cultura mediática. (2003: 15).

Todas as 28 entrevistas que realizei no âmbito desta investigação foram feitas com indivíduos e famílias que já conhecia, que conheciam o meu trabalho e com os quais tinha havido pelo menos um contacto anterior, depois de iniciar a minha estadia nos seus bairros. Em função desse grau de conhecimento prévio, as entrevistas resultam muito diversas, seja na forma e na maneira de colocar as perguntas, seja no

conteúdo das trocas verbais e na duração das mesmas. Com as pessoas com quem já existia uma relação duradoura, vários contactos e oportunidades de conversação vertidas em entradas e anotações no caderno de campo, as entrevistas tendem a ser mais breves e dirigidas a tópicos específicos em relação aos quais não tinha registado as posições dos sujeitos. Estas entrevistas não seguem nenhum padrão, nem têm estrutura; decorrem num ambiente de conversação livre, com entrevistador e entrevistado a saírem frequentemente dos seus papéis e a explorarem interesses comuns, como fariam fora desse contexto mais formal.

A par com este lote, existe um outro de entrevistas semiestruturadas típicas, dirigidas a pessoas em relação às quais não havia depoimentos recolhidos. Neste caso, a condução das entrevistas assume características mais sistemáticas, com uma lista memorizada de perguntas abertas que vão sendo introduzidas, omitidas ou ajustadas, consoante as avaliações instantâneas do entrevistador. À medida que o conjunto de entrevistas realizadas e o conhecimento do terreno iam aumentando, foram surgindo novos tópicos e questões suplementares que deram entrada nestes “guiões”. As divagações e a introdução de temas e subtemas particulares por parte dos entrevistados foi incentivada e aproveitada para reformular as entrevistas posteriores. Numa boa parte dos casos, estas entrevistas foram gravadas em várias sessões e são significativamente mais longas do que as do primeiro tipo, informais e focalizadas: umas têm em média três horas de duração, podendo prolongar-se até quatro e cinco horas, ao passo que as outras não ultrapassam geralmente uma hora e meia de gravação. Aconteceu em meia dúzia de casos que, devido à presença de familiares nas habitações, de colegas nos locais de trabalho, de clientes e amigos em lojas, as entrevistas individuais se converteram em entrevistas colectivas (ao marido e à mulher; a pais e a filhos), ou foram temporariamente interrompidas por debates espontâneos a propósito dos temas que estavam a ser inquiridos.

Logo ao início da primeira fase de entrevistas, na Quinta da Esperança, ensaiei uma pequena experiência de “elicitação visual” (Collier, 1986) utilizando imagens no processo de entrevista. Embora soubesse antecipadamente que não tinha condições para desenvolver todo o inquérito etnográfico com base neste dispositivo, resolvi

desafiar um dos primeiros sujeitos escolhidos para um projeto especial de entrevista. A ideia foi apresentada e proposto ao entrevistado que refletisse durante uns dias sobre a realização de um pequeno filme que o teria a ele como tema e através do qual se pudesse mostrar aos outros o que ele era como pessoa. Teria de encontrar situações, lugares ou outras pessoas que tivessem um significado particular na sua vida e que pudessem dar pistas ou ilustrar visualmente as respostas para duas perguntas: “quem sou eu” e “como me tornei no que sou hoje”. Depois de escolhidos os temas e captadas as imagens, etnógrafo e entrevistado visionaram as gravações e conversaram sobre os conteúdos e a sua transformação num conjunto de imagens editadas. Todos os encontros entre os dois foram igualmente filmados e alguns excertos aproveitados na montagem final.

O primeiro dia de entrevista verbal, propriamente dita, começou com o visionamento do filme editado e as primeiras perguntas arrancaram aproveitando o conteúdo de algumas das sequências filmadas. O objectivo na utilização deste tipo de instrumento visual não é tanto o filme em si, mas o processo de reflexão e autoanálise provocados pela sua produção. Dois tipos de resultados fazem a diferença entre esta e as entrevistas normais em profundidade que realizei posteriormente: a rapidez com que consegui identificar os nódulos da identidade do sujeito, uma vez que o processo desencadeia uma síntese analítica que tipicamente só surge no final, quando o entrevistador se debruça sobre as transcrições, e uma qualidade de informação, de sentimentos e memórias expressas, que nem sempre se alcançam com o esquema habitual de perguntas e respostas. Dois tipos de requisitos devem estar garantidos para tornar esta forma de trabalho viável: uma rara cumplicidade e atitude colaborativa da parte dos sujeitos e, pelo menos, o quádruplo do tempo para produzir cada entrevista.

Pese embora o facto de em todas as entrevistas ter existido uma marcação e um encontro formais, terem sido usados dispositivos electrónicos de registo e, por vezes, se recorrer a “guiões” com questões pré-definidas, encontro uma diferença fundamental entre a maneira como procurei manipular esta ferramenta de observação e aquilo que é mais comum fazer-se nas entrevistas qualitativas. Como se depreende

pela descrição fornecida, as entrevistas foram preparadas por vários meses de trabalho⁴⁰, exclusivamente dedicados ao conhecimento dos lugares e à convivência com as populações, em que a primeira preocupação começou por ser a confrontação entre as minhas construções e especulações problemáticas, a percepção local sobre os problemas e os resultados das minhas primeiras observações, de modo a assentar objectivos e avançar para as fases de entrevista.

No princípio, foram fundamentais os dados e os conhecimentos e contactos pessoais e profissionais de vários atores institucionais – técnicos de gabinetes e de empresas municipais, dirigentes de ONG's e ativistas associativos, para identificar os potenciais entrevistados e intermediar algumas apresentações. A escolha intencional dos indivíduos nunca seguiu qualquer critério probabilístico de amostragem, mas procurou-se garantir, através dela, a maior diversidade possível dos seleccionados, em termos de idade e fase do ciclo de vida, sexo, nacionalidade e grupos étnicos, percursos profissionais, número de anos fora da pobreza e níveis de rendimento alcançados, de modo a cobrir o máximo de variantes possíveis dos estados de mobilidade e das experiências a que dão lugar. Não se colocando a questão da representatividade estatística, as entrevistas prosseguiram até se atingir a saturação da informação na maior parte dos domínios que foram objecto de inquérito. Como este patamar é sempre relativo, admite-se que, se tivesse sido possível ir além das 28 entrevistas, outras dimensões de análise e conclusões poderiam ter sido validadas.

Em síntese, as entrevistas tiveram lugar de destaque enquanto método de recolha e produção de informação, mas combinadas com um trabalho aturado de observação-participante, em moldes mais clássicos, a acompanhar e a apoiar todo o processo. A particularidade distintiva desta forma de trabalho reside precisamente aí, nessa interligação entre processos diretos e indiretos de observação, com as

⁴⁰ Para ser mais exato, entre a chegada ao terreno e a gravação da primeira entrevista decorreram cinco meses. Se contabilizarmos a fase preliminar de negociação do acesso e uma fase final de pesquisa documental e estatística, a parte empírica da investigação desenrolou-se ao longo de mais de três anos, entre 2007 e 2010. O trabalho de terreno, propriamente dito, prolongou-se por dois anos e dez meses, tempo ocupado por várias estadias, geralmente alternadas, em ambos os bairros, com interrupções e paragens que nunca ultrapassaram os dois meses.

entrevistas a serem suportadas por uma constante e mais ampla pesquisa de observação participativa a que devem a sua eficácia, tanto ao nível da sua planificação inicial como dos dados de contexto imprescindíveis na análise final. Para assinalar as particularidades desta variante metodológica de trabalho de campo, alguns autores têm-na designado como entrevista etnográfica (Clair, 2003; Heyl, 2001; Ortner 1997, 2003).

A expressão contudo parece-me equívoca quanto ao que a entrevista representa para esta forma de fazer etnografia. Há de facto uma valorização maior de uma das técnicas que já integravam os procedimentos etnográficos, a entrevista, mas sem que isso dispense ou diminua o papel da observação-participante. Além de continuarmos a depender da nossa presença e das nossas interações para observar o conjunto da ação social, dos comportamentos quotidianos aos acontecimentos que marcam a vida dos sujeitos e das comunidades, dependemos dessas mesmas observações para sabermos o que precisamos de perguntar e, mais ainda, dependemos em absoluto dessas observações para analisar o que nos foi dito e o modo como foi dito na situação de entrevista. Esta aplicação da chamada entrevista etnográfica não é, quanto a mim, concebível a não ser num contexto de observação-participante.

4. Narrativas, análise e sistematizações interpretativas

Nalgumas das operações necessárias ao tratamento e organização dos materiais das entrevistas etnográficas, os procedimentos não são diferentes dos que são empregues, dum modo geral, nas entrevistas qualitativas. É o que se passa ao nível das operações de transcrição. O meu trabalho produziu cerca de 80 horas de material gravado, cuja transcrição não pôde ser feita sem o apoio de auxiliares. Aos transcritores foram dadas instruções e parâmetros rigorosos quanto à forma de lidar com os problemas da passagem do discurso oral a escrito, no sentido de preservar ao máximo a expressão original, sem correções de sintaxe ou gramaticais, assinalando pausas e manifestações não-verbais. À medida que as transcrições iam sendo

concluídas e eram entregues, as gravações foram mais uma vez ouvidas integralmente e comparadas com o texto transcrito. De modo a que, em qualquer altura durante o processo de análise e interpretação, fosse possível voltar com facilidade às palavras e à conversação originais, nas transcrições foram inscritos, página a página, os tempos correspondentes da entrevista gravada.

Se quisermos, os paralelos que podem ser encontrados entre o trabalho etnográfico, o conjunto dos métodos qualitativos e, em particular, os estudos de caso, são ainda maiores. Em todos eles há uma lógica não-linear⁴¹, contrária à dualização dos processos de investigação e à sua divisão em etapas teóricas e empíricas, sucessivas, fechadas e não reversíveis. A etnografia partilha com os métodos qualitativos uma forma menos estandardizada e mais flexível de organizar os processos de pesquisa, explorando constantemente a interação entre teoria e empiria e mantendo ligados os momentos de conceptualização e operacionalização das investigações. Podia ir a qualquer momento da minha experiência etnográfica para prestar testemunho desta *démarche*, do estado permanente de reflexão e de interligação entre diferentes procedimentos e etapas que caracteriza o método na sua heterodoxia. Tive muito presente esta noção ao longo de todo o trabalho de campo, primeiro com as reconceptualizações do objecto com que tinha chegado ao terreno e depois com os afinamentos de perspectiva e redireccionamentos que os novos materiais e contactos foram introduzindo, mas nunca essa impressão foi tão forte como quando terminei a minha última estadia de terreno e comecei a concentrar-me na organização das entrevistas e dos apontamentos que tinha produzido.

A análise e a interpretação finais dos dados constituem certamente uma fase distinta também nas investigações etnográficas, desde logo porque a natureza das tarefas e as condições de isolamento do trabalho lá estão a marcar as diferenças relativamente à fase anterior. Mas os raciocínios analíticos são processos intrínsecos a todas as fases duma etnografia e a haver uma diferença entre as análises instantâneas no terreno e aquelas que se fazem com todos os materiais organizados em cima da

⁴¹ Uma “geometria circular”, diria Flick (2005: 45) ou, “em espiral”, na forma escolhida por Gobo (2008: 89).

secretária, ela assenta exclusivamente no carácter sistemático das segundas. Muitas vezes foi à memória das ideias e das impressões que me ocorreram pela primeira vez durante uma entrevista ou um contacto fortuito no terreno que fui buscar as pistas para pensar a criação de categorias e montar a análise. A mesma continuidade podemos descobri-la dentro da própria etapa dita analítica. Num primeiro momento dessa etapa, que muitos apelidam de descritivo, trabalha-se na preparação e organização dos dados. Ao cortar os discursos das entrevistas e organizar notas, repartindo-os e agrupando-os segundo temas, permanecemos próximos dos dados e das observações originais, mas usamos princípios de seleção e classificação que são teoricamente orientados e não decorrem simplesmente do que nos foi dito ou por nós observado. Nesta etapa descritiva reforça-se portanto a presença de uma componente analítica nos procedimentos e ordenam-se os materiais para o ponto culminante da análise que são as interpretações finais. Aqui chegados, às interpretações com que pretendemos dar sentido ao que observámos e encerrar a investigação, subimos a um nível máximo de abstração, mas ao mesmo tempo voltamos a reaproximar-nos do nível empírico, uma vez que o rigor e a credibilidade das teorizações dependem sempre da qualidade demonstrada pelas ligações que conseguimos estabelecer com os dados.

A fase de análise é, mesmo em condições normais, a mais exigente do trabalho etnográfico, atendendo à grande quantidade de dados que a observação de longa duração permite reunir e à forma relativamente desorganizada em que esses materiais se apresentam. A utilização de entrevistas, sobretudo quando elas constituem a principal técnica de produção de informação e é em torno delas que se organiza o trabalho analítico, tornam ainda mais complicada e demorada a tarefa de preparar e conduzir as operações nesta fase. As minhas entrevistas produziram cerca de 1400 páginas de transcrições, que se vieram juntar a uma dezena de relatórios, estudos técnicos e operacionais e fontes estatísticas diversas, recolhidos e trabalhados para o enquadramento socioeconómico dos bairros e das populações, mais um caderno de campo e um *dossier* de notas e apontamentos. O caderno de campo funcionou como diário, com entradas onde quotidianamente anotava todo o tipo de observações,

reflexões e comentários a propósito das minhas digressões e interações no terreno, das situações de entrevista e do comportamento dos entrevistados ou das leituras e pesquisas que tinha em curso. Este caderno serviu ainda de agenda para registar e ter sob controlo as datas dos compromissos, tarefas e eventos numa etnografia dividida entre dois lugares distintos e dezenas de contactos diferentes. À margem deste caderno principal, fui constituindo um *dossier* reservado a apontamentos mais desenvolvidos, sobretudo de conversas tidas fora do contexto das entrevistas, com moradores e outros agentes ativos nas comunidades que, por minha solicitação ou de forma mais espontânea, me transmitiram testemunhos que considereei valiosos para o andamento da investigação.

A análise incide sobre o conjunto destes materiais, primários e secundários, mas organiza-se, como já referi, em torno de um conteúdo principal: as entrevistas. As perguntas dirigidas aos entrevistados dão-nos a conhecer, antes de mais, as suas percepções e sentimentos relativamente às trajetórias que estão a realizar e o modo como se identificam socialmente. No que respeita a estas dimensões, a análise e interpretação debruçam-se sobre representações subjetivas, um factor a ter em conta quando está em causa a orientação das práticas, e que não pode ser analisado pela sua verdade intrínseca, antes revelando os ideais e os desejos de identificação de que os sujeitos são portadores. Os objectivos da investigação não ficariam completos se não se pudessem apreender igualmente as circunstâncias pessoais que enquadram e geram cada uma destas narrativas individuais de atribuição de sentido. Uma parte das entrevistas é por isso dedicada à reconstituição dos percursos vividos por indivíduos e famílias até ao momento presente, nos aspectos mais significativos para a modificação dos seus estatutos sociais. Neste capítulo, as questões cobrem tópicos como o trabalho e o rendimento, a educação e as qualificações, família e habitação e assemelham-se a pequenas histórias de vida parciais, dirigidas a domínios muito específicos e concretos em relação aos quais se procura estabelecer alguns factos essenciais, de um modo tão preciso quanto a memória dos sujeitos o permite.

Em relação às entrevistas, as notas de campo e a documentação recolhida tem funções complementares no quadro da investigação. As primeiras permitem

confrontar o ponto de vista subjetivo dos sujeitos e dos seus discursos com as práticas e comportamentos observados diretamente, pelo menos nesse contexto próximo que é o das suas comunidades e espaços de residência. Já as diversas fontes documentais fornecem-nos indicadores sobre as inserções dos sujeitos estudados e das populações de que fazem parte nas estruturas socioeconómicas e culturais e nos processos sociais globais. Teoricamente, esta opção pela triangulação de métodos e fontes funda-se na perspectiva de que as experiências e as representações, que observámos e nos foram transmitidas, são de sujeitos inseridos em meios sociais e em estruturas que os transcendem, ligações essas que não estamos dispensados de analisar e interpretar, se queremos chegar a compreender a posição em que se encontram, o modo como lá chegaram e as suas projeções identitárias.

Depois da transcrição, a análise das entrevistas foi a segunda grande operação na sequência do trabalho de campo. As tarefas a executar nesta fase são múltiplas e nalguns casos complexas, mas no seu conjunto são decisivas para a qualidade das interpretações e conclusões teóricas. Qualquer que seja a técnica escolhida – e existem mais de uma dezena diferentes -, a análise textual, de entrevistas ou de outras narrativas, inicia-se pela procura e evidenciação dos temas e subtemas presentes nos discursos e prossegue com uma seleção dos que são relevantes em função dos objectivos do estudo. Os temas seleccionados, a que outros investigadores preferem chamar “categorias” (Glaser e Strauss, 1967) ou “expressões” (Opler, 1945), têm posteriormente de ser hierarquizados e relacionados entre si. Tematizar as entrevistas, isto é, inventariar as categorias temáticas que nelas se manifestam, é a principal tarefa para se descrever, comparar e poder interpretar os materiais recolhidos.

Antes de mais, houve que começar por ler, atentamente e uma a uma, as transcrições das entrevistas e proceder à sua anotação. As notas, inscritas nas margens largas das folhas de transcrição, assinalavam, dum lado, factos, datas, lugares e acontecimentos de maior relevo nas narrativas de vida dos sujeitos e, do outro, as passagens dos discursos que correspondiam às interrogações e aos objectivos centrais da investigação. Simultaneamente, no corpo do texto eram sublinhados os excertos mais representativos em relação a cada uma das anotações temáticas feitas à margem.

Em conformidade com a opção indutiva tomada para o conjunto da pesquisa, os procedimentos de identificação temática seguiram um modelo aberto, fazendo emergir dos depoimentos a expressão e a inventariação dos temas. Contudo, mesmo quando, como neste caso, não houve categorias definidas de antemão segundo referenciais teóricos, há sempre que ter em conta a existência de temas latentes, pré-sinalizados pela sensibilidade e pelas observações do investigador durante o trabalho de campo e que geralmente aguardam pela fase de análise para se verem confirmados.

Concluído o processo de anotação das entrevistas é preciso mobilizar essas centenas de descritivos e com eles inventariar os temas presentes, de modo a construir um quadro temático capaz de classificar sinteticamente os depoimentos e posições expressas pelos entrevistados. A massa de dados brutos torna esta operação complexa e a mais exigente na aplicação dos procedimentos de modo a controlar distorções prejudiciais para a análise. No fundamental, trata-se de comparar e por analogia reduzir e agrupar as notas e sublinhados justapostos às transcrições das entrevistas e - com o auxílio dos objectivos traçados *a priori* para a investigação e os apontamentos retirados das observações de terreno -, encontrar uma estrutura coerente que comporte a diversidade de expressões contidas nos discursos. Quando, além dos elementos discursivos vinculados a sistemas de opiniões, atitudes ou disposições, os relatos forneciam dados objectivos sobre as trajetórias de mobilidade e as posições de classe, à estruturação qualitativa do conjunto dos quadros de análise juntaram-se dimensões de quantificação.

Identificados os temas e subtemas, volta-se a retomar o *corpus* das entrevistas no seu conjunto para o repartir por esse quadro de categorias de análise. Na prática, cada entrevista foi relida mais uma vez e os excertos significativos para a análise de cada tema foram rodeados por uma caixa e identificados na margem com a referência correspondente. Para facilitar a análise transversal foi necessário elaborar quadros de dupla entrada, onde se pôde visualizar o total das entradas nos vários sistemas temáticos em simultâneo, resumindo cada entrada por uma pequena frase-chave e identificando a sua localização de origem na transcrição integral.

Assim destacadas e agrupadas pela análise, as referências dos entrevistados são lidas numa perspectiva que favorece a evidenciação das articulações entre elas e das correspondências do conjunto em torno das várias temáticas abordadas. Mas, constatados os aspectos que dão unidade aos discursos, fica a faltar a identificação das particularidades e diferenças, esbatidas pelo carácter englobante da análise temática transversal. Nas narrativas solicitadas pelas entrevistas, os sujeitos falam *grosso modo* das mesmas coisas, mas nem todos o fazem da mesma maneira ou no mesmo sentido. Cada narrativa possui a sua própria tonalidade, o que permite diferenciá-la das outras narrativas e, ao mesmo tempo, classificá-la no subconjunto com o qual apresenta maiores semelhanças. Para complementar a imagem unificadora e tendencialmente redutora da primeira análise, é por isso vantajoso operar uma segunda, que faça uma diferenciação por tipos e realce as *nuances* e oposições inevitáveis dentro duma pluralidade de expressões.

Tendo este fito em mente, as narrativas individuais necessitaram de ser reanalisadas, agora numa perspectiva vertical, considerando as anteriores categorias temáticas segundo o significado e o peso variados que os entrevistados lhes atribuíam e procurando determinar a maneira como cada um, à sua maneira, relacionava os temas entre si. Com esta segunda abordagem pudemos encontrar novas significações nas narrativas, “saisir la spécificité et la cohérence particulière de chaque réponse et aboutir à l'établissement de séquences différentes. Ces séquences sont des configurations de réponses qui divisent notre univers de population en types particuliers d'attitudes” (Poirier *et al.*, 1983: 197). Esta forma de análise tipológica foi concebida para ser aplicada a histórias de vida, mas Poirier pretendia que ela pudesse proporcionar iguais resultados no tratamento de quaisquer materiais qualitativos. Depois de uma experiência anterior bem-sucedida na análise de práticas e representações residenciais (Rodrigues, 1997), recorri de novo a esta forma de perspectivar os dados para aprofundar o tratamento dos problemas e tirar partido de uma combinação entre uma leitura centrada em temas e outra centrada nos casos individuais. No fundo, tendo por base a proposta de Poirier, o que acabei por montar foi uma versão simplificada de análise de conteúdo, assente na identificação de temas

e na construção de categorias e tipologias, talvez mais formalizada mas não muito diferente do que é normal os antropólogos fazerem quando se dedicam à interpretação das descrições textuais que trazem consigo dos terrenos.

Nos capítulos analíticos desta tese, a preponderância e o papel das entrevistas estão sobejamente expostos. Como não podia deixar de ser, uma vez que os depoimentos dos sujeitos constituem a base empírica das demonstrações e da minha argumentação, no texto há uma profusão de citações e uma utilização extensiva das entrevistas. Por opção metodológica e para tentar recriar ao máximo o contexto de interação e manter as palavras proferidas pelos sujeitos, os segmentos apresentados são tão longos quanto necessário para reproduzir fielmente o sentido das declarações, e incluem as perguntas e comentários feitos pelo entrevistador. O que aparece transcrito é uma parte ínfima do material gravado, mas tudo o que se julgou suficientemente importante para ser apresentado, aparece sem cortes nem manipulações editoriais.

Em paralelo com o discurso direto das entrevistas está igualmente presente e faz-se sentir o discurso indireto das notas e observações de campo. Aqui, procurou-se evitar a indeterminação e o estilo distanciado e impessoal do texto científico clássico. O que é produto da observação do etnógrafo e foi passado a escrito em cadernos e apontamentos é necessariamente parcial e reflete a subjetividade e a capacidade de compreensão de quem presenciou e registou os dados. Todos estes relatos de campo são repetidamente interpretados, primeiro no momento da sua observação, uma segunda vez quando são guardados sob a forma de apontamentos e, pelo menos mais uma vez, quando são escolhidos e preparados para integrar o texto final. Este trabalho interpretativo é da responsabilidade do etnógrafo e os seus resultados não se tornam mais objectivos por serem comunicados através de frases sem flexões para designar pessoas gramaticais. Sem prejuízo do estilo e da qualidade literária do texto, tudo o que nesta etnografia é fruto das minhas observações de campo tem autoria reconhecida e é narrado na primeira pessoa.

Encaro a subjetividade como uma realidade incontornável dos processos de trabalho etnográficos, mas não encontro soluções nos paroxismos relativistas que

influenciaram o debate antropológico nas últimas décadas do século passado. Acredito na etnografia como único método para produzir um conhecimento aprofundado sobre muitas dimensões da vida social e cultural, mas presumo igualmente a necessidade do etnógrafo vigiar, expor e confrontar sistematicamente a subjetividade em todos os actos e experiências que compõem o seu trabalho. Foi isso que procurei fazer no momento de instruir as pessoas a quem confiei as transcrições das entrevistas, consciente que os textos entregues não deixariam por isso de ser produto de interpretações, neste caso de terceiros, mas feitas em função de regras conhecidas, de um modo análogo ao que aconteceu com os princípios a que sujeitei o tratamento das notas de campo.

Talvez que o período mais sensível em termos de controlo das subjetividades seja o do contacto e o da relação com os informantes e entrevistados. Como investigador procurei estar atento a este quadro intersubjetivo e ao modo como as minhas características pessoais e a minha biografia condicionaram as interações, mas preocupei-me sobretudo com as assimetrias e desigualdades das relações de investigação. Investigador e sujeitos investigados ocupam diferentes posições nas relações sociais e a percepção que os segundos têm dessas diferenças pode interferir nos processos e na comunicação. Porque são produto de forças externas e anteriores à situação de terreno, estas desigualdades não podem propriamente ser contrariadas e impedidas de funcionar a partir das disposições dos sujeitos. Em processos de investigação com populações e temáticas como a minha, estas desigualdades podem até favorecer a abertura expositiva dos entrevistados e de outros interlocutores mas, qualquer que seja o efeito, positivo ou negativo, sobre o processo e os atores, o mais importante é o investigador estar ciente e ser capaz de controlar as razões que animam e motivam todos e cada um a participar.

Inevitáveis subjetividades da parte dos sujeitos e interpretação permanente dos dados são dois atributos que acompanham o trabalho etnográfico e estão mais uma vez presentes no momento culminante de redigir a tese e as conclusões finais. Aqui chegados, os resultados produzidos pelas diferentes etapas de investigação assumem a forma de um conjunto de “textos liminares” (Jackson, cit. por Davies, 2002:

215), de que fazem parte análises de entrevistas, notas organizadas e classificadas, apontamentos sobre casos empíricos conhecidos e teorias testadas noutros contextos, ou seja, um fundo “intertextual” (Atkinson, 1992: 18) de interpretações, elaboradas a diversos níveis e com diversos autores, que vão ser objecto de um último e derradeiro trabalho de comparação e interpretação e dar corpo a uma tese. Pessoalmente, servi-me de dois princípios que me foram muito úteis para orientar as práticas nesta fase. Em primeiro lugar, um princípio de realismo, que vem desde as concepções objectivistas da etnografia, de que as conclusões tendem para a abstração mas que a análise teórica se apoia necessariamente em experiências concretas e na observação detalhada e em primeira mão da realidade, e que a elas devem a sua legitimidade. Em segundo, e não menos importante para a perspectiva disciplinar da antropologia, um princípio genérico de reflexividade aplicado às condições particulares da prática etnográfica, enquanto método e forma de conhecimento *sui generis*, em que os atos de observação desenvolvidos por um sujeito participante o tornam parte implicada no objecto investigado. As interpretações finais, sem se desviarem e caírem em reflexões obcecadas com o próprio ato de investigação, devem ter em consideração estas relações complexas com o terreno e o modo como elas interferiram na realidade que se pretende compreender.

No capítulo seguinte entramos no corpo desta tese através duma revisão da literatura que cobre um vasto leque de tradições teóricas e áreas temáticas, começando pelos estudos da pobreza e todos os seus desenvolvimentos conceptuais, da pobreza economicamente definida à cultura da pobreza, da noção de infraclasse à de exclusão social, para, ultrapassando os limites mais tradicionais do campo, situarmos a discussão no âmbito das estruturas e processos de desigualdade, étnicas e de classe, derivando finalmente para as dimensões de mobilidade social e de definição identitária exigidas pelo enquadramento do objecto de estudo. Não se trata portanto de apresentar pressupostos teóricos de um modelo de análise, que verdadeiramente não existiu, mas de reconstituir um caminho que partiu de uma interrogação prévia fundamental sobre o modo como a pobreza tem sido pensada no quadro das ciências sociais e que depois se foi desenrolando e abrindo sucessivamente a novos campos

temáticos, à medida que a observação etnográfica foi avançando no terreno e os dados empíricos foram solicitando outras dimensões e ferramentas conceituais. Esta relação processual com a teoria foi muito forçada neste caso pelo que julgo serem as insuficiências explicativas das teorias da pobreza e por uma convicção mais geral sobre o valor metodológico das estratégias indutivas de investigação e a pertinência de conduzir as reflexões teóricas em função dos dados e da análise produzidos a cada momento sobre o terreno, até ao ponto culminante e de síntese representado pelas interpretações finais.

Capítulo II - POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS

1. O campo específico dos estudos da pobreza

Nas ciências sociais será difícil encontrar outras áreas em que o conhecimento acumulado ao longo de mais de um século se tenha mostrado tão frequentemente permeável e exposto à influência das ideologias como a das teorias da pobreza. Os vestígios deste ascendente doutrinário encontram-se disseminados um pouco por toda a história da investigação sobre os pobres e a sua condição, tanto sob a forma de apropriações conceptuais e da manipulação externa de argumentos, como no interior do próprio campo científico, através das interferências mais ou menos insidiosas de preconceitos, de visões e princípios morais, nas análises produzidas por diversos autores e correntes. Um condicionamento omnipresente e, desde logo, constitutivo da própria matriz dos estudos da pobreza no último quartel do século XIX, quando, após a renovação reformista do pensamento liberal anglo-saxónico, a cultura política de um e do outro lado do atlântico passou a preconizar uma maior intervenção do estado no sentido de controlar e corrigir os problemas sociais criados pelo funcionamento livre e desregulado dos mercados e dos sistemas económicos. Numa perspectiva panorâmica e profundamente incisiva em que combina a análise histórica com os *apports* da sociologia do conhecimento e da ciência política, Alice O'Connor (2002) responsabiliza este projeto político do liberalismo, modelador das democracias modernas, por, à entrada do século XX, ter cunhado de forma indelével a natureza dos estudos da pobreza, associando-os às suas premissas ideológicas e tornando-os um instrumento do reformismo social protagonizado pelo estado. Esta relação umbilical nunca foi interrompida e criou aquilo que na atualidade é uma dependência mútua, com muito do trabalho de investigação a ser política e institucionalmente enquadrado e a servir de fundamento intelectual e fonte de legitimidade para as concepções e opções programáticas mais ou menos variadas com que através do tempo se tem pretendido enfrentar os problemas criados pela pobreza.

Na história do conhecimento sobre os pobres, ciência e política são por isso indissociáveis⁴² e a tarefa de reconstituir a evolução dos debates teóricos centrais remete-nos necessariamente para o contexto mais amplo das tensões e divisões entre diferentes formas de pensamento sobre as sociedades, muito para além das fontes estritamente académicas e das suas problemáticas e controvérsias específicas. De todas as linhas de clivagem no pensamento político e social que se deflectem diretamente nos estudos da pobreza, a maior passa pelas concepções sobre a origem das desigualdades e pela divisão entre aqueles que as consideram uma consequência das diferentes capacidades e aptidões individuais e os que as entendem, antes de mais, como um produto das estruturas e instituições que governam as sociedades. Um balanço do conjunto histórico das teorias da pobreza mostra um predomínio das primeiras, as interpretações de tipo individualista, facto que se acentua a partir da segunda metade do século passado e que, como muito bem assinala O'Connor, explicará porque é que as classes sociais estão ausentes enquanto categoria de análise e em seu lugar surgem indicadores mais individualizados, como as origens familiares ou aplicações do conceito de capital humano, ou ainda porque é que factores como a raça e o género se vêm reduzidos à condição de meros atributos sociodemográficos, esvaziados de verdadeiro sentido estrutural. Explicar a pobreza e identificar as razões que levam enormes massas populacionais a viver abaixo de limiares de subsistência e a estar colocadas na dependência de formas de proteção social, são temas que tocam o cerne da organização económica das sociedades e a estruturação das relações sociais, empurrando inevitavelmente a discussão para o confronto de visões do mundo e de representações fundamentais que enquadram as nossas cognições e percepções concretas das sociedades e do seu funcionamento.

Havia, portanto, em minha opinião, que sujeitar o trabalho de constituir uma resenha histórica e crítica dos estudos da pobreza nesta tese a dois princípios organizativos. Em primeiro lugar, à necessidade de situar cada desenvolvimento

⁴² Além de O'Connor, este ponto de vista crítico pode ser encontrado, de forma mais ou menos elaborada, noutros investigadores contemporâneos como Goode (2001), Harvey e Reed (1992), Marcus (2005) e Silver (1995).

teórico e conceptual no contexto da sua produção, no quadro dos ambientes políticos e das articulações institucionais em que os investigadores trabalharam e as novas ideias se formaram e, em segundo, a uma opção por privilegiar o que é específico do campo, centrando-nos nas diferentes teorias que efetivamente fizeram história, dum ponto de vista simultaneamente científico e do impacto público que as suas aplicações suscitaram. As abordagens ao tema e os conceitos introduzidos por parte de autores fundadores das ciências sociais – de Tocqueville a Marx, de Durkheim a Simmel, independentemente do valor de que se revestiriam para uma discussão teórica mais alargada, só são aqui trazidos na medida em que tenham tido eco e sido aproveitadas em problematizações e conceptualizações posteriores à constituição e ao desenvolvimento do campo dos estudos da pobreza.

1.1. O Reformismo liberal e a origem progressista dos estudos da pobreza

Tudo começa então, numa sincronia quase perfeita entre investigadores ingleses e norte-americanos, a partir da década de 1880, no âmbito daquilo que mais tarde haveria de ser agrupado e chamado o *Social Survey Movement*. O trabalho pioneiro pertence a Charles Booth (1969) e nele se descrevem exaustivamente, com dados estatísticos e etnográficos, as condições de vida das classes trabalhadoras londrinas e a pobreza extrema que afectava 35% dos seus membros. Alguns anos mais tarde, Benjamin S. Rowntree (2000) desenvolveu uma pesquisa semelhante para outra cidade britânica, York, apurando as fórmulas de cálculo com a introdução da noção de ‘linha de pobreza’ e distinguindo entre as suas formas ‘primárias’ e ‘secundárias’, conceitos operatórios que a partir daí passaram a ser ferramentas correntes para estudar a incidência e as características do fenómeno. Personalidades oriundas do mundo dos negócios que desenvolveram preocupações filantrópicas, Booth e Rowntree tornaram-se investigadores para melhorar os parcos conhecimentos que existiam à época sobre a pobreza e, com o argumento massivo dos factos e das evidências científicas, favorecer a causa reformista e levar as instituições políticas britânicas a assumir a existência de dimensões sociais no problema da pobreza e a

responsabilidade do estado na condução das intervenções destinadas a mitigar os seus efeitos.

Imediatamente a seguir, esta ideia de usar a pesquisa social para sustentar a necessidade de reformas que favorecessem as classes desfavorecidas estendeu-se aos EUA. No contexto americano acentuaram-se as ligações ao *Settlement Movement* e às *Settlement Houses* e instituições como a *Hull House* de Chicago estiveram na origem ou colaboraram nos inquéritos mais conhecidos, como *The Hull House Papers* (1895), *The Philadelphia Negro* (1899) e a *Pittsburgh Social Survey* (1909-1914). Mesmo que uma avaliação mais rigorosa possa encontrar sinais de amorismo nalguns destes trabalhos, eles representaram um grande avanço em relação a uma fase anterior e pré-científica, em que os pobres eram vistos como os únicos responsáveis pelas suas dificuldades e a inferioridade rática a causa de todos os problemas. Não isentando os pobres e aquilo que consideravam ser as suas deficiências morais ou culturais, os estudos americanos enfatizavam a importância do desemprego, dos baixos salários, da exploração do trabalho, da inexistência de uma regulação política dos mercados e, em termos mais gerais, a disrupção social provocada pela urbanização e industrialização capitalistas, como factores explicativos da criação da pobreza moderna. A análise decorrente destas investigações ia ao ponto de se debruçar sobre as políticas e as práticas institucionais do capital corporativo, a economia política e a história da discriminação racial ou a sobrecarga que a divisão do trabalho representava para as mulheres, nas condições criadas pelo desenvolvimento capitalista. Temos portanto um discurso crítico na origem dos estudos da pobreza, discurso esse que tomou parte num período particularmente rico da história do pensamento social americano, a Era Progressista (1890-1920), e que segundo O'Connor associou desde o início a análise das desigualdades – de classe social, de raça e de género, às condições e aos factores geradores de pobreza.

Com a entrada no séc. XX, o modelo liberal-reformista de análise da pobreza foi perdendo influência até à chegada da Grande Depressão, época em que a crise profunda das economias renovou nalguns investigadores a preocupação com as consequências do desemprego e dos baixos salários e a recuperação da perspectiva

progressista serviu de apoio às políticas do *New Deal*. Parte dos trabalhos conduzidos nesse período, nomeadamente os *Middletown Studies* dos Lynds (1959 [1929]; 1982, [1937]), e a *Yankee City Series* de Lloyd Warner e de Lund (1963 [1941-1959]), seguiam as metodologias antropológicas e dos estudos de comunidade para realçarem o papel das classes na estruturação das relações sociais e os prejuízos causados à sociedade pelos excessos do liberalismo económico. A pobreza era vista, por esta forma de antropologia social, como uma consequência da desregulação dos mercados capitalistas e uma razão para o reforço da intervenção do estado na área social, enquanto a discriminação da minoria negra era tida como uma expressão do racismo e da persistência de preconceitos formados durante a era escravagista. Os aspectos psicológicos e culturais que atingiam os comportamentos dos pobres e os arrastavam para a perpetuação da sua condição também eram assinalados, mas mais como um argumento para demonstrar a necessidade de fazer avançar o estado para políticas de proteção social e promoção das classes desfavorecidas. Outra das obras monumentais da época, *An American Dilemma* de Myrdal (1995 [1944]), é bem representativa do pensamento deste período, pela maneira como procura demonstrar que o conjunto da realidade social e, muito em particular, as relações raciais, são largamente determinadas por questões de classe e pelas representações culturais a que estas desigualdades dão lugar. Desde os anos 30, porém, os problemas particulares colocados pelas situações de pobreza pareceriam menos relevantes face à ameaça universal representada pelo colapso total do sistema económico, daí que, tanto os decisores políticos, como muitos economistas e outros cientistas sociais estivessem mais interessados em identificar as medidas eficazes para estimular o crescimento e produzir a riqueza que a todos pudesse beneficiar. A ascensão do Keynesianismo vem consignar ao estado o direito de conduzir as economias e o dever de garantir um padrão mínimo de vida às populações e, deste modo, o bem-estar geral. A pobreza não constitui tanto um problema específico como uma questão de desenvolvimento económico, cabendo ao estado assegurar as políticas redistributivas que façam partilhar a riqueza produzida e fazer chegar uma parte da mesma aos grupos menos favorecidos.

1.2. A Escola de Chicago e a ecologia social da pobreza

Mas a história intrincada das políticas e das teorias da pobreza é muito pouco linear e, bem antes dos anos da crise, já os primeiros sinais de uma profunda mudança de paradigma se faziam anunciar. Em 1918, W.I. Thomas faz publicar *The Polish Peasant* (1996), trabalho em que procede à análise dos processos culturais por que passam estes imigrantes leste-europeus, de origem rural, quando procuram a América e se instalam nas suas cidades para recomeçar vida. A questão central é a da assimilação cultural, formulada como um problema que pode ser analisado exclusivamente do ponto de vista dos comportamentos imigrantes, responsabilizados pela sua incapacidade de se ajustarem à sociedade de acolhimento. As estruturas sociais e económicas do país receptor são para o autor um dado adquirido, uma pré-existência que se dispensa de problematizar, como se não fosse entre elas e as populações imigrantes que os processos ocorrem e as relações de integração podem, em condições favoráveis, estabelecer-se.

Começa aqui, com Thomas e a primeira vaga da escola de sociologia urbana de Chicago, o afastamento da investigação social sobre a pobreza relativamente a perspectivas mais críticas e enquadradas pela visão da economia política. A Escola de Chicago adoptará uma postura distante do tipo de abordagem da era progressista, tornando a discussão sobre a integração cultural de minorias étnicas imigradas uma questão de “ecologia social”, ou seja, de organização social das cidades. A caracterização teórica e metodológica dos autores da Escola de Chicago – depois de W.I. Thomas, Robert E. Park, Ernest W. Burgess e seus discípulos -, é relativamente complexa mas combina, entre outras, problematizações sociopsicológicas e culturais, próximas da sociologia e da antropologia. A pobreza, bem como todas as formas de patologia e desorganização social existentes nas cidades, era vista como uma consequência colateral, inevitável, dos processos de modernização e urbanização. Aparecia largamente associada à imigração e aos desajustamentos culturais que atingiam as populações recém-chegadas, durante aquilo que se descrevia como um estado inicial e transitório de um processo mais longo, repartido por quatro fases: do

conflito e competição verificados à chegada, até etapas mais avançadas de acomodação e assimilação.

Outro traço que distingue a Escola de Chicago, pelo menos numa primeira geração, é a opção por um modelo objectivista de investigação, com base em construções teóricas fechadas e abordagens de tipo quasi-experimental, provavelmente julgadas mais seguras e apropriadas para servir intervenções no terreno sobre os fenómenos. Estas pesquisas da Escola de Chicago recebiam importantes fundos da Fundação Rockefeller para projetos que combinavam a investigação e a ação local. Fenómenos como a delinquência juvenil, depois de diagnosticados como patologias e explicados em função das falhas de controlo social e da instabilidade provocadas pelo crescimento urbano, eram objecto de tratamento em programas comunitários, nos quais os investigadores debatiam e partilhavam com as populações a responsabilidade pelas estratégias a adoptar.

Uma última marca deixada pela Escola de Chicago nas áreas dos estudos urbanos e da pobreza denuncia-se nessa segunda designação pela qual também é identificada: ecologia social. Dessa concepção 'ecologista' da vida social que caracteriza a corrente, faz parte uma visão da cidade repartida por 'áreas naturais', espaços que formam um mosaico com funções diversas, regulados e hierarquizados 'naturalmente', isto é, pelas forças do mercado e da competição fundiária. As áreas menos valorizadas acolhem necessariamente as populações mais pobres, em comunidades que se vão tornando isoladas e segregadas pelo sistema urbano. Devido aos processos de segregação externa, combinados com os processos de interação e contágio internos, os bairros onde se alojam as comunidades pobres geram 'efeitos ambientais' específicos sobre os comportamentos, tornando-os mais homogéneos e contribuindo para a reprodução de situações de pobreza e para o desenvolvimento de vários tipos de 'patologias sociais'. A transformação das 'áreas naturais' em 'regiões morais' deve-se portanto, nesta perspectiva, a uma lógica quase subsocial, em que as determinantes fundamentais são, neste sentido, de natureza espacial.

A pobreza e a desorganização social são portanto, para a Escola de Chicago, produtos inseparáveis dos espaços segregados em que se alojam. A conceptualização

desta relação entre as formas de vida urbanas e os espaços habitados é feita por vários autores filiados na corrente, com vários matizes conceptuais depois do naturalismo inicial, dos quais se destaca o de Louis Wirth na sua monografia intitulada *The Ghetto* (1956, [1928]). Nela, Wirth estuda especificamente o caso do gueto judaico de Chicago, sugerindo no entanto que as observações relativas a esta comunidade se aplicam a todos os bairros de imigrantes recém-chegados à América e ainda não expostos à assimilação cultural. Produto das relações de dominação e de controlo entre a sociedade americana e as minorias étnicas que a demandam, o isolamento físico e a segregação do gueto são considerados, simultaneamente, um meio de defesa e de resistência que permite aos imigrantes gerar, numa fase inicial, a segurança e a proteção proporcionadas pela integridade das suas formas de vida originais. Esta dupla funcionalidade atribuída ao gueto será mais tarde recuperada pelas teorias da marginalidade e da etnicidade para justificar como os grupos subordinados se servem dos espaços segregados de modo a estabelecerem estratégias económicas de sobrevivência e mecanismos de resistência cultural, conferindo a estas populações uma capacidade e um protagonismo que nem sempre lhes foram reconhecidos. É neste tipo de reutilizações contemporâneas que a longevidade das ideias e das observações dos cientistas e etnógrafos de Chicago se revelam, como, por exemplo, quando os estudos dos processos de 'gentrificação' nos sugerem a recuperação da noção de ciclicidade aplicada à sucessão das ocupações residenciais e à evolução das áreas urbanas⁴³, ou quando o surgimento de 'novas formas de pobreza' lembra a existência de um legado tipológico sobre os trabalhadores sem morada fixa que habitavam as ruas das cidades norte-americanas do princípio do século⁴⁴. Do ponto de vista que aqui importa, o *apport* da Escola de Chicago deriva, em primeiro lugar, desta pertinente articulação entre os espaços urbanos, nomeadamente residenciais, e as formas de vida pobres que neles se inscrevem e desenvolvem. Há toda uma tradição

⁴³ Robert Park e Ernest Burgess em *Introduction to the Science of Sociology* (1922) e em *The City* (1925), desenvolveram a ideia de que a estrutura urbana e o sua divisão em diferentes áreas concêntricas eram o resultado da competição territorial, processos de invasão, dominação e sucessão que iam renovando no tempo as ocupações e funções das áreas centrais do casco urbano.

⁴⁴ Tipologia criada por Nels Anderson e apresentada em 1923 em *The Hobo. The Sociology of Homeless Man*.

de análise das dimensões espacializadas da pobreza que começa em Chicago e chega até aos nossos dias.

Mas a marca duradoura que a Escola de Chicago imprimiu nos estudos da pobreza está para além desta renovação de abordagens introduzida pela espacialização dos problemas e atinge maior profundidade pelo facto de ter contribuído para desencadear um autêntico reposicionamento teórico da especialidade nas décadas seguintes. Daí em diante, as ciências sociais foram esquecendo o papel das estruturas de desigualdade criadas pelo capitalismo industrial e passaram a procurar na desorganização social e no desajustamento entre culturas as causas para a pobreza, tornando a busca de soluções num problema circunscrito a grupos específicos e às suas dinâmicas culturais frustradas e não uma questão de alteração do conjunto dos sistemas económicos e sociais.

1.3. Óscar Lewis e a Cultura da Pobreza

A entrada do conceito de cultura nos estudos sociais da pobreza reveste-se por isso de uma certa duplicidade. Nos Estados Unidos, onde a população afro-americana constituía uma parcela maioritária da pobreza, a aplicação do conceito ajudou a contrariar os preconceitos sociais e os vestígios ideológicos do racismo biologista, sem deixar ao mesmo tempo de se prestar a interpretações estigmatizantes das razões pelas quais tantos negros viviam permanentemente em condições de pobreza. Aquilo que na origem eram dois quadros explicativos separados e mesmo antagónicos – o da Escola de Chicago e o dos estudos antropológicos de comunidade, foi, entre os anos 30 e 40, convergindo para uma visão única da pobreza, cada vez mais tratada como uma forma de cultura desviante ou patológica, mas cuja existência se justificava acima de tudo pelas assimetrias históricas das relações entre raças.

O desenvolvimento e prosperidade do pós-guerra e as preocupações políticas geradas pela Guerra Fria fizeram aumentar os financiamentos públicos e privados à investigação comportamental e criaram o contexto propício para que a ênfase psicológica e culturalista nos estudos da pobreza crescessem em paralelo. O objecto

de análise continuou a ser os pobres, mas agora claramente identificados por um conjunto de situações bem delimitadas, que não se queriam confundidas com as classes trabalhadoras, respeitáveis pela sua capacidade laboral e autossuficiência económica, numa sociedade que imaginava estar a abundância ao alcance de todos. Os pobres, assim se pretendia, pertenciam a grupos isolados e desenquadrados do ponto de vista cultural e social, imigrantes e minorias não assimiladas, cujas dificuldades se deviam a traços psicológicos e comportamentais, criados e reproduzidos no seio de uma cultura de relações e papéis familiares e de género deficientes de que eram os únicos responsáveis.

É neste contexto de acentuação das análises psicossociais diferenciantes, em que a separação do modo de vida dos pobres em relação ao resto da sociedade e das suas normas já começara a ser enunciada por outros autores, que Óscar Lewis vem teorizar acerca da existência de uma 'cultura da pobreza'⁴⁵. Com este antropólogo, a questão da pobreza regressa em força ao debate sociológico dos anos 60, mais uma vez através da sua expressão urbana, no momento em que as cidades do terceiro-mundo se tornavam o refúgio para os êxodos massivos de populações em fuga da miséria rural e as cidades maiores dos EUA continuavam a ter que lidar com o problema da integração das suas minorias. O conjunto de teses genericamente designadas como 'cultura da pobreza' foi inicialmente desenvolvido em territórios do terceiro-mundo, a partir da observação dos bairros pobres de cidades centro-americanas, nomeadamente, e em particular, na Cidade do México. A ideia fundamental apresentada por Lewis é a de que em todas as sociedades em que o capitalismo industrial é o modelo económico e, de um modo geral, em todos os contextos históricos que apresentem uma economia monetária, produção em função do lucro, hierarquias abertas à mobilidade social e elevadas taxas de desemprego,

⁴⁵ A introdução da expressão 'cultura da pobreza' pertence a Lewis, mas a sua difusão resulta de uma apropriação quase que instantânea por parte de vários investigadores. É ele que começa por usar o termo na introdução a *Five Families* (1959) e, posteriormente, é dele o trabalho de conceptualização, em *La Vida* (1966) e *The Culture of Poverty* (1969). Pelo meio, académicos como Michael Harrington, numa obra em que se apelava à necessidade de enfrentar o problema da pobreza rural nos EUA e a que foi dado o título de *The Other America* (1962), mas também Glazer em *Beyond the Melting Pot* (1963) e Moynihan em *The Negro Family* (1965), encarregaram-se de ir popularizando o conceito.

alguns grupos social e economicamente desfavorecidos desenvolveriam um conjunto integrado de valores, normas e comportamentos próprios, transmitindo-os entre si e reproduzindo-os através do tempo.

Lewis elaborou uma descrição desse modo de vida em que pretendia identificar setenta características de ordem social, económica e psicológica⁴⁶, repartidas e organizadas em quatro categorias distintas: a natureza das relações com a sociedade envolvente; a natureza da comunidade pobre; a natureza da família e a natureza da personalidade individual.

Relativamente à primeira das categorias, Lewis destaca: «L'absence de participation effective et d'intégration des pauvres aux grandes institutions de la société dans son ensemble est une des caractéristiques cruciales de la culture de la pauvreté» (1969a: 803). Os pobres não só não teriam condições para uma participação efetiva no sistema e nas relações económicas, como se manteriam afastados de partidos políticos e sindicatos, e utilizariam pouco as organizações de saúde, educativas, financeiras e culturais. Outras instituições fundamentais do estado, fossem elas o governo, a polícia ou mesmo a igreja, seriam alvo da sua crítica e desconfiança. As relações forçadas ou voluntárias com outro tipo de instituições, nomeadamente as prisões, as forças armadas ou a assistência social, não seriam suficientes para contrabalançar o enraizamento de traços culturais próprios. Os pobres teriam consciência e reivindicariam para si alguns dos valores dominantes, propriedade de outros grupos sociais, sem contudo pautarem a sua vida por esse conjunto de princípios.

À escala da comunidade residencial, Lewis assinala a ausência de qualquer tipo de organização interna acima do nível das estruturas familiares e de parentesco e responsabiliza esse facto pelo carácter marginal e anacrónico destes grupos, em sociedades tendencialmente complexas e institucionalmente especializadas. Apesar do nível de organização formal ser muito baixo, poderiam formar-se sentimentos de

⁴⁶ Na verdade, nunca chegou a enunciá-las na totalidade, todas as setenta características.

comunidade, ou pelo menos de territorialidade, que contribuiriam para aumentar a separação e o isolamento dos bairros pobres em relação aos conjuntos urbanos.

Quanto às famílias pobres, Lewis descreve-as como estruturas frequentemente incompletas e instáveis, com taxas elevadas de uniões informais, abandonos e separações conjugais e núcleos monoparentais. Esta desestruturação da família nuclear clássica há-de ser posteriormente examinada por outros autores e apontada como a principal causa do desajustamento cultural e comportamental dos pobres. A vida destes agregados caracterizar-se-ia ainda, segundo Lewis, pela sobrelotação de espaços habitacionais exíguos e, conseqüentemente, por problemas decorrentes da falta de privacidade.

Ao nível individual e subjectivo, as características mais salientadas eram «un fort sentiment d'être en marge, d'être impuissant, d'être dépendant et un sentiment aussi d'infériorité» (1969a: 805). A estes sentimentos juntar-se-iam orientações particularmente fortes para o tempo presente e para as necessidades quotidianas e, finalmente, uma tendência para a sobreposição nos espaços de residência de todo o tipo de laços interpessoais, sendo esse um dos aspectos típicos da cultura da pobreza ao nível local⁴⁷.

Para além das quatro categorias referidas, Lewis inclui, na sua descrição do modo de vida dos pobres, um número substancial de aspectos de ordem económica, que incluem a incidência de altas taxas de desemprego e subemprego, a profusão de formas de trabalho desqualificado, os baixos salários, a inexistência de aforros, ou o recurso a mecanismos informais de crédito e a empréstimos usurários.

Ora, uma das primeiras fragilidades que pode ser apontada à caracterização proposta por Lewis, resulta precisamente da confusão, patente por exemplo neste último conjunto de itens, entre o que podem ser traços próprios atribuíveis a uma

⁴⁷ Mais recentemente, Hannerz distingue mesmo as relações entre os habitantes dos bairros pobres descritos por Lewis, como exemplo daquilo que considera ser um dos quatro modos de vida possíveis em ambiente urbano: o "encravamento". «*La caractéristique essentielle de l'enclavement, c'est la densité d'un seul secteur du réseau individuel et le fait que cette densité correspond à un ou plusieurs rôles dans lesquels le sujet investit la majeure partie de son temps et de son intérêt. A la limite, il ne reste pas grand-chose de son réseau en dehors de ce secteur*» (Hannerz 1983:316).

subcultura da pobreza e condições impostas pelo sistema social. Como é óbvio, o desemprego não é uma resposta cultural dos pobres, mas uma condição externa geradora de pobreza. A cultura da pobreza, tal como Lewis procurou descrevê-la, dá-nos a conhecer uma série de características da vida dos pobres, mas não uma visão sistémica das relações entre esse modo de vida e a estrutura e organização das sociedades em que a mesma pobreza é gerada.

1.4. Debate teórico e apropriação política das teses culturalistas

Os aspectos menos consistentes do modelo proposto por Lewis foram progressivamente abrindo espaço ao aparecimento de múltiplas análises contrárias à tese da existência de uma cultura específica entre os pobres e, principalmente, às sugestões de que a reprodução da pobreza poderia estar ligada a factores endógenos e intraculturalmente gerados. O leque dos que se manifestam contra as interpretações de Lewis e elaboram explicações alternativas estende-se até ao quadrante da sociologia marxista e às suas análises em termos de exploração e dominação. Outras posições ideologicamente menos marcadas, preconizam simplesmente o estudo dos factores externos que influenciam as populações pobres e estão fora do seu controlo (Leeds 1971; Labbens 1978). Em qualquer dos casos, os detratores de Lewis julgam que a maioria dos comportamentos por ele descritos devem ser entendidos como uma consequência e não como a causa dos impedimentos à integração dos pobres na economia e no sistema social, do mesmo modo que as suas identidades estigmatizadas não são mais do que uma consequência das imputações externas. O afastamento dos pobres das instituições não significaria desinteresse ou recusa dos valores da sociedade, mas a consciência de que a carência de rendimentos, a falta de instrução, de poder e de exercício da cidadania, os condenaria a viver irremediavelmente à margem dos processos normais de inclusão e participação social.

Outra dificuldade maior que pode ser encontrada na formulação de Lewis é a tentativa de aplicação do conceito de cultura à análise dos comportamentos de uma categoria social particular. Embora se trate de um conceito fundacional e delimitativo

da perspectiva antropológica, a verdade é que a ‘cultura’ tem sido representada de múltiplas formas pelas correntes e paradigmas ligados à história da disciplina, tendo nas últimas três décadas sido sujeita a uma profunda revisão crítica que nos afasta cada vez mais da estabilidade e coerência estruturais prometidas pelas definições iniciais. No tempo de Lewis e até há uns anos atrás, existiam pelo menos duas visões fortes do conceito. Numa delas, a cultura era vista essencialmente como um sistema de categorias cognitivas, incorporadas pelos indivíduos e transmitidas através de códigos simbólicos, formatando a sua visão do mundo. O conjunto partilhado de mapas cognitivos, ou melhor, a soma dos elementos coincidentes nos mapas individuais, constituía, nesta acepção, a cultura⁴⁸. Diferente era o ponto de vista defendido pelas abordagens que adoptavam uma perspectiva “ecológica”⁴⁹, para as quais a cultura correspondia a um conjunto de estratégias adaptativas e de sobrevivência, ligadas a contextos espaciais particulares e a determinadas configurações de recursos e constrangimentos localmente verificados (Eames e Goode 1977: 308-309).

A definição de Lewis não se enquadra rigorosamente em nenhuma destas formulações, embora esteja mais próximo da primeira. Da segunda, colhe a ideia de respostas adaptativas, ao apresentar a cultura da pobreza como «tout à la fois une

⁴⁸ As definições cognitivas da cultura têm origem na escola norte-americana de ‘Cultura e Personalidade’ e foram formalizadas pela primeira vez em 1952 por Kroeber e Kluchhohn no livro *Culture: a Critical Review of Concepts and Definitions*. Depois disso tornaram-se clássicas e a sua influência na época de Lewis pode ser comprovada pela maneira como, em *The Interpretation of Cultures* (1973), o próprio Geertz as emprega ao definir a cultura como padrões de significado, simbolicamente expressos e comunicados, que cabe ao antropólogo interpretar penetrando nos códigos cognitivos do emissor.

⁴⁹ Dois estudos realizados dos Estados Unidos documentam bem esta perspectiva aplicada a áreas urbanas degradadas. O primeiro, escrito por Carol Stack nos anos 60, é hoje um clássico. Segundo a investigadora, a comunidade negra a que apelidou de ‘The Flats’, criava laços fictícios de parentesco para formar grupos de cooperação capazes de proporcionar o suporte económico e social de que precisava. O segundo trabalho é de Jagna Scharf e data de 1987. Neste caso o tema são as formas de trabalho irregular ou ilegal num bairro negro nova-iorquino e, mais uma vez, a interpretação dada é que estes comportamentos económicos servem como estratégia de adaptação a condições de vida muito precárias e à ausência de alternativas. Em ambos os estudos pretende-se provar que os pobres nem sempre aceitam passivamente a sua situação e que as suas aspirações socioeconómicas são muito semelhantes às de outros grupos melhor colocados nas hierarquias sociais.

adaptation et une réaction des pauvres à leur position marginale dans une société à classes stratifiées, hautement individualisée et capitaliste. Elle représente un effort pour faire face aux sentiments de désespoir qui naissent quand les pauvres comprennent à quel point il est improbable qu'ils parviennent à la réussite telle qu'elle se conçoit d'après les valeurs et les objectifs de la société au sein de laquelle ils vivent» (Lewis 1969a: 802), e reconhece um papel à interação com ecossistemas locais, admitindo que «(...)nombre de traits de la culture de pauvreté peuvent être considérés comme des tentatives de solution locale à des problèmes que ne peuvent pas résoudre les institutions et les organismes existants (...)» (1969a: 802). Acaba, no entanto, por fazer prevalecer a ideia de uniformidade das formas de pensar e das estruturas comportamentais dos pobres: «la culture de la pauvreté transcende les différences régionales et nationales, l'opposition ville et campagne, et (...) présente de remarquables similitudes (...). Ces similitudes sont des exemples d'invention indépendante et de convergence. Elle représente une adaptation commune à des problèmes communs» (1969a: 801).

No essencial, Lewis utiliza o conceito de cultura para significar «a way of life handled from generation to generation» (1969b). Esta definição sublinha a concepção antropológica original e constantemente retomada, segundo a qual «une culture désigne le mode de vie d'une société particulière (...) une culture est la configuration des comportements appris et de leurs résultats, dont les composants sont partagés et transmis par les membres d'une société donnée» (Linton 1968: 32-33). A identificação de Lewis com referências conceituais suas contemporâneas, particularmente com as da escola 'Cultura e Personalidade', é visível até na forma de explicar a perpetuação cultural da pobreza através da socialização infantil. A cultura da pobreza, «(...) a tendance à se perpétuer de génération en génération en raison de l'effet qu'elle a sur les enfants. Lorsque les enfants des taudis ont atteint l'âge de six ou sept ans, ils ont en général assimilé les valeurs fondamentales et les habitudes de leur subculture et ne sont pas psychologiquement équipés pour profiter pleinement de l'évolution ou des progrès susceptibles de se produire durant leur vie (...)» (Lewis 1969a: 802). Em boa verdade, atribuir unicamente ao processo de aprendizagem intergeracional toda a

transmissão dos valores e das crenças que estão na base das respostas comportamentais dos indivíduos adultos, é uma das inferências de Lewis a partir da aplicação de uma noção essencialista de cultura que se revela desfasada, tanto de um ponto de vista teórico, como face à realidade estudada.

As sociedades modernas, mesmo no tempo em que foram estudadas por Lewis, são sociedades sujeitas a uma evolução muito rápida e complexificante, em particular nos domínios económico e tecnológico. Logo, o conceito de cultura empregue deve estar preparado para reconhecer e para lidar com processos dinâmicos, que produzam mudança. Nas formulações de Lewis, o problema da mudança era contornado, sugerindo-se que os portadores da cultura da pobreza eram relativamente imunes às transformações do sistema social. Aos modos de vida dos pobres era dada a forma de tradições que se reproduziam a si próprias dentro das comunidades, sem serem influenciadas pelos processos ocorridos a nível externo, mais próximos ou globais.

Outra das limitações do conceito de cultura empregue por Lewis era a sua incapacidade em dar conta dos efeitos de mobilidade social. Originalmente concebido a pensar sobretudo em sociedades pré-modernas com hierarquias mais rígidas e divisões intransponíveis, o conceito adapta-se mal às sociedades industriais, onde a mobilidade é uma possibilidade e uma característica estrutural. Ainda que as oportunidades reais de mobilidade estejam desigualmente distribuídas e aos pobres seja muito mais difícil romper com a sua condição, esta posição social, como todas as outras, é ocupada por segmentos com trajetórias diversas. A percursos de vida de sentido ascendente, corresponderão experiências de vida significativamente diferentes das dos “novos pobres”, ou daqueles para quem viver na pobreza é uma herança e a única perspectiva de futuro. Assim sendo, mais difícil se torna aceitar que, confrontados com situações e trajetórias existenciais variadas, os pobres possam manifestar no seu conjunto uma elevada padronização das respostas comportamentais. Lewis afirma, sem adiantar explicações, que uma grande percentagem da população urbana apresenta as características económicas da pobreza, sem as marcas culturais que a distinguem. A fazer fé no seu conceito de cultura, ser pobre apenas por condição económica ou sê-lo também culturalmente,

ascender ou descender dentro do grupo ou para fora deste, são diferenças cujas justificações deverão ser procuradas nos processos de socialização infantil. Todavia, se for usada uma definição de cultura que reconheça a possibilidade do ciclo de vida conter situações conducentes a novas socializações, na sequência de mudanças de estatuto, «then mobility can be seen as a response to situational changes leading to new social learning» (Eames e Goode 1977: 310).

Embora desajustado e enredado em determinismos cognitivos e representacionais que obscurecem o papel de factores políticos e económicos, o conceito de cultura aplicado por Lewis à pobreza urbana não deixou de ser, até certo ponto, produtivo, uma vez que ajudou a revelar diferenças nos padrões comportamentais dos pobres, os relacionou com a posição socioeconómica objectiva do grupo e os caracterizou, pelo menos numa segunda leitura, como respostas adaptativas às condições criadas pelo sistema social. Eventuais atualizações de que o conceito possa ser alvo, implicam que as diferentes durações temporais envolvidas nos processos de mudança cultural sejam abarcadas: à medida que uma situação muda, desenvolvem-se múltiplas respostas socialmente transmitidas e partilhadas; algumas delas poderão ser respostas a curto prazo, que tendem a desaparecer com o tempo, enquanto outras farão parte de estratégias adaptativas permanentes e serão passadas através das gerações. Por outro lado, será também necessário, no quadro de uma hipotética reutilização do conceito de cultura, a sua modificação ao nível dos processos de transmissão social das representações e dos valores, de modo a que as formas de comunicação intrageracionais, em particular dentro do grupo de *status*, possam ser consideradas a par com a aprendizagem intergeracional.

Apesar das insuficiências, o conceito de cultura da pobreza teve repercussões inéditas no conhecimento dos modos de vida dos pobres e recuperou o interesse dentro da comunidade científica pelo estudo do tema. As poucas dezenas de páginas em que Lewis teorizou os seus riquíssimos dados etnográficos despertaram a curiosidade dos investigadores e vieram instalar quase de imediato um longo e polémico debate em torno das suas ideias (Valentine 1968, Leeds 1971, Parker e Kleiner 1970, Leacock 1971; Eames e Goode, 1977).

Ninguém terá sido tão incisivo e sistemático nas críticas formuladas a Lewis como Valentine. Para este sociólogo, a proposta de Lewis inscrever-se-ia numa tendência intelectual da sua época para rotular de subcultural qualquer categoria ou grupo sectorial presente na sociedade. A noção de cultura da pobreza, como outras noções do género, representaria uma utilização abusiva e a negação de todos os aspectos positivos do conceito original de cultura. Não era objectivo de Valentine provar que a existência de caracteres distintivos da pobreza fosse em princípio impossível, ou necessariamente inexistente, de facto. Aquilo de que discordava era com a atribuição aos pobres de um sistema cultural próprio e único, pois, em sua opinião, muitas das evidências alegadamente específicas desses grupos populacionais poderiam corresponder a valores partilhados com outros grupos sociais, ou ser meras adaptações contextuais, portanto transitórias.

As clarificações teóricas são um elemento fundamental da análise de Valentine. Para ele, Lewis ter-se-ia servido do conceito de subcultura⁵⁰, ignorando ou distorcendo muitos dos seus aspectos fundamentais. Primeiro, trabalhar com o conceito implicaria um equilíbrio na atenção conferida às características distintivas da subcultura e aos elementos partilhados entre ela e o todo cultural. Segundo, envolveria um reconhecimento de que essas características estruturantes, entendidas como distintivas, tanto poderiam ter uma origem interna como externa à comunidade pobre. Contra as definições antropológicas vigentes, Lewis ter-se-ia excedido na autonomização da subcultura dos pobres, esquecendo-se que as culturas, tal como então eram concebidas, deviam formar totalidades coerentes, e que a análise das partes subculturais devia submeter-se à ideia de complementaridade e à procura das articulações com o sistema.

Passando da crítica às contrapropostas, Valentine avança com uma visão alternativa da pobreza e das suas particularidades que, no fundo, é uma síntese original dos pontos fortes das teses culturalistas e das teses estruturais e

⁵⁰ Na realidade, a expressão que utiliza nos seus textos é 'cultura da pobreza'. Lewis, no entanto, teve ocasião de esclarecer que empregava o termo simplesmente por estar mais divulgado, mas que, em rigor, a formulação exata que subscrevia seria a de 'subcultura da pobreza' (cf. 1969a: 801).

sociologizantes. Trata-se, contudo, de um modelo, não sujeito a verificação empírica direta a cujas proposições o próprio autor dá unicamente valor hipotético. Nele, os pobres são retratados como constituindo uma população heterogénea, com subculturas adaptativas variadas. É-lhes reconhecida a posse de alguns traços culturais originais, «even though they also subscribe to norms of the middle class or the total system in some of the same areas of life and are quite non distinctive in other areas (...)» (1968: 142). A presença de valores e comportamentos próprios tenderia a acentuar-se sempre que as contradições entre os ideais culturais dominantes e as situações objectivas dos desfavorecidos fossem mais agudas. Nas relações com as instituições, confirmava-se a reduzida participação dos pobres, participação essa que, quando existia, era sobretudo imposta e mantida por forças e processos exteriores aos grupos e alheios à vontade dos seus membros. As estruturas sociais locais incluíam grupos e relações análogas aos de outras comunidades, a par de elementos mais exclusivos e constituídos para fazer frente às dificuldades socioeconómicas específicas. A forma menos convencional de que se revestiam frequentemente os grupos domésticos e, por vezes, as relações de parentesco, explicar-se-ia de igual modo pela necessidade de adaptação a certos constrangimentos materiais. O mesmo se passaria com as orientações afectivas e cognitivas dos indivíduos, predominantemente realistas e adaptativas.

Naquilo que o aproxima de Lewis, Valentine defende que nas disposições e nos comportamentos particulares dos pobres se sobrepõem traços de desorganização patológica, com aspectos considerados positivos, reveladores de adaptações criativas às condições de privação quotidiana. Ambos concordam igualmente com o facto da posição estrutural destas populações e os seus aspectos subculturais terem origem nos constrangimentos históricos e contemporâneos a que as sociedades os submetem. Mas, enquanto Lewis vê nos mecanismos de socialização a razão principal para uma pobreza que se autorreproduz, Valentine combina esse factor com a ação das classes dominantes que, ao impedirem a distribuição dos recursos, forçam os pobres a permanecer nas posições mais desfavoráveis e adaptarem-se a elas. Resumindo, um dos elementos fundamentais de discordância entre os dois autores refere-se à suposta

unidade da cultura da pobreza. Enquanto Lewis se apoia na homogeneidade das condições de existência para concluir que os pobres desenvolvem padrões culturais comuns e invariáveis de sociedade para sociedade, Valentine contra-argumenta com traços étnicos e diferenças locais não consideradas por Lewis, para defender a pluralidade adaptativa das subculturas da pobreza.

Sensível às críticas de que a sua teoria foi sendo alvo e em particular aos que o acusavam de transferir para os pobres o ónus da pobreza, Lewis tentou por mais de uma vez responder e esclarecer o sentido das suas interpretações. Não foi por isso melhor sucedido e o resultado final é um *corpus* confuso, por vezes com contradições flagrantes, de uma noção que nunca chegou a ter uma forma teórica coerente e acabada. Mesmo as reabilitações consumadas, primeiro durante os anos 90 (Harvey & Reed, 1992; 1996) e, mais recentemente, em 2010 (Small 2010; Lamont 2010; Wilson 2010), da noção de ‘cultura da pobreza’, não apagam as críticas originais e não ilibam Lewis de falhas teóricas graves no que diz respeito à manipulação do conceito de cultura, nomeadamente pela incapacidade em articular a cultura, a ideologia e os valores dos grupos com a dinâmica macroestrutural dos processos económicos e políticos, assim como pelo reducionismo psicológico de uma análise cultural submetida à procura de efeitos comportamentais.

Mas as reações negativas suscitadas por Lewis não se ficaram a dever apenas a culpas próprias. Uma vez conhecidas, as suas ideias rapidamente foram inscritas num quadro de teses pré-existentes que postulavam um *deficit* cultural dos pobres e a sua incapacidade social, formando uma amálgama sociológica em que se apoiaram uma série de programas conduzidos numa lógica de ação comunitária, financiados por fundações e agências governamentais, com base no princípio de que para eliminar a pobreza seria preciso intervir localmente e romper com o ciclo vicioso de comportamentos e atitudes disfuncionais em que os pobres viviam aprisionados. A apropriação ideológica por parte desta *praxis* mais conservadora, territorializada e orientada para grupos específicos, haveria de culminar com a integração da noção de “cultura da pobreza” no *blueprint* da ‘War on Poverty’, um grande plano, com dimensões nunca vistas, lançado pela administração de Lyndon Johnson em 1964.

Através de um conjunto de atos legislativos e da criação de agências especializadas, o governo federal, indo ao encontro de pressões políticas e sociais, nomeadamente por parte do movimento pelos direitos civis, procurou pôr em prática uma estratégia renovada, com medidas em todas as áreas, da educação ao trabalho, para tentar resolver um problema tido como paradoxal, uma espécie de anacronismo que o desenvolvimento da democracia e do capitalismo americanos haviam de levar de vencida. A ligação a teses e a programas que, como este, centravam nos comportamentos dos pobres a responsabilidade pela pobreza e os assinalavam como *locus* para a intervenção e a mudança, pesaram na imagem teórica da cultura da pobreza, ditaram a condenação de Lewis e fizeram com que os sectores mais críticos banissem durante décadas o conceito da investigação sobre o tema.

De início, os programas da 'War on Poverty' continuaram a reger-se pelo paradigma do desenvolvimento comunitário formado nas décadas anteriores mas, entre os especialistas e conselheiros convocados para as ações integradas no plano, os consensos foram-se tornando frágeis à medida que crescia a entrada e a intervenção dos economistas no delineamento das políticas sociais. Sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, num contexto marcado pela ascensão dos valores intervencionistas do keynesianismo, foi emergindo e ganhando influência uma nova economia política da pobreza. Apoiada nos princípios neoclássicos, a nova perspectiva recuperava as antigas categorias económicas - de rendimentos, salários e emprego - na definição do problema da pobreza, tornando-a um indicador manifesto das insuficiências do crescimento, da criação de emprego e do capital humano. Assim explicada, a pobreza deixava de representar um problema específico, a exigir políticas próprias, para se tornar uma questão resolúvel através do interesse geral das sociedades, ou seja e nesta óptica, através da promoção do desenvolvimento económico e da produção de riqueza. Em bom rigor, as políticas anti-pobreza eram esvaziadas dos seus aspectos exclusivos e podiam passar a ser tratadas apenas no plano da economia e do trabalho: para eliminar o problema, bastaria tomar medidas de incentivo à atividade económica, de modo a aproximar a oferta da procura de emprego e formar os trabalhadores

menos qualificados, para os ajustar às necessidades do mercado de trabalho e lhes garantir uma fonte autónoma de rendimento.

A haver um ponto de acordo entre as perspectivas de intervenção centradas na economia e na comunidade, ele reduz-se à focalização nos indivíduos. O que há a fazer, segundo ambas as perspectivas, é mudar atitudes, comportamentos ou competências que são da responsabilidade dos próprios pobres, de modo a ajustá-los ao sistema económico ou à sociedade. Em tudo o resto, da análise às soluções fornecidas, as diferenças de pontos de vista desencadearam acesas disputas entre as concepções dos economistas e dos sociólogos de intervenção, que viriam a terminar com a vitória dos primeiros e o afastamento progressivo dos segundos da 'War on Poverty'. A afirmação duradoura da perspectiva económica na área da investigação e das políticas da pobreza teve muito a ver com o tipo de conhecimento que a disciplina estava em condições de oferecer. À vantagem dos dados quantitativos e das panorâmicas econométricas que os mesmos permitiam, a medida económica juntava a construção de modelos e as análises custo/benefício, técnicas pouco conhecidas na área e que vinham dar uma cobertura de objectividade e neutralidade às subsequentes opções e operações políticas e administrativas. Não tardou muito até que as ferramentas e os dados económicos tomassem conta da investigação de cunho mais operacional e sobre essa oferta, e à sua custa, se fosse constituindo uma infraestrutura institucional, desenhada em função das necessidades e dos interesses dos patamares de decisão políticos e dependente dos seus financiamentos. A indústria de investigação sobre a pobreza que encontramos atualmente um pouco por todo o mundo é herdeira destes modelos de trabalho e das relações de subsidiariedade que estabeleceu com o poder político, primeiro com as estruturas nacionais dos países centrais e, mais recentemente, com as instâncias transnacionais em que os poderes nacionais se desdobraram.

Durante este processo, enquanto se atualizava e reforçava uma visão da pobreza como condição objectiva e quantificável, aliás presente na especialidade desde o início, o conceito de cultura da pobreza, apesar dos ataques sofridos, foi fazendo escola e Lewis congregando seguidores. O sociólogo Michael Harrington terá

sido um dos primeiros. Em *The Other America* (1962), este investigador fala dum país dividido em dois, com uma parte organizada e funcional e outra em que nada funciona. A pobreza constitui essa outra América, uma população subdesenvolvida e desligada do progresso, que não tirava partido de integrar a nação mais rica e economicamente avançada do mundo. Em *Beyond the Melting Pot* (1963), Glazer e Moynihan adoptam uma perspectiva idêntica ao comparar a situação de várias minorias urbanas e concluir que, particularmente para os afro-americanos, as possibilidades de integração social eram escassas, devido em primeiro lugar à sua forma desorganizada de existir enquanto grupo. Mas, de todos, o trabalho porventura mais influente terá sido o de Moynihan a solo, *The Negro Family* (1965), texto inicialmente surgido sob a forma de um relatório confidencial apresentado ao presidente Lyndon Johnson⁵¹. Sem convocar explicitamente o termo, a análise de Moynihan assentava largamente na ideia de cultura da pobreza para explicar a situação dos guetos negros, relacionando-a em particular com a estrutura familiar disfuncional dessas comunidades. Para o autor, a desintegração das unidades familiares convencionais era a principal causa da pobreza e da inadaptação das novas gerações de jovens negros aos padrões da sociedade. Criados exclusivamente pelas mães, privados do apoio material e da orientação moral providenciados, num quadro normal, pelos pais no desempenho dos seus papéis, a maioria dos jovens destas comunidades estariam condenados a crescer sem referências nem autonomia e dependentes da assistência institucional, acabando por adoptar para si esse modo de vida e passando-o às gerações seguintes. Moynihan critica este modelo de relações familiares que denomina de 'matriarcal' e a normalização das relações de dependência por ele criadas, considerando-os a causa mais direta da perpetuação da condição de pobreza entre a população negra dos guetos norte-americanos.

O recrudescer duma vinculação racial da pobreza pela mão de alguns destes autores filiáveis no culturalismo de Lewis poderá ter constituído um estímulo adicional para alargar a polémica e a contestação com que outros investigadores receberam e procuraram responder às teses da suposta desorganização social e dos desvios

⁵¹ *The Case for National Action* - o subtítulo da obra editada, denota a sua inspiração política.

comportamentais dos pobres. Como vimos atrás, a partir do final da década de 1960 e sobretudo durante a década seguinte, multiplicaram-se as pesquisas etnográficas e as críticas mais teóricas apostadas ora em negar o desenvolvimento endógeno de uma diferença cultural que não fosse meramente adaptativa, ora em demonstrar os efeitos que as macroestruturas política e económica tinham na criação e reprodução da pobreza. A polarização dentro do campo de estudos da pobreza foi crescendo e instalando-se em definitivo, mas o cenário de dissensão e de contradição de pontos de vista não impediu o aproveitamento e a integração dos argumentos culturais, e dos correlativos *deficits* comportamentais dos pobres, nos programas e medidas com que um *welfare-state* em expansão, cada vez mais interventivo mas frequentemente também paternalista e socialmente preconceituoso, procurou eliminar o problema, associando o resgate económico e social dos pobres à sua recuperação moral. A migração desta matriz culturalista norte-americana não logrou deste lado do atlântico o mesmo sucesso ou eco teórico, se bem que, ao nível político, alguns estados-providência mais identificados com modelos liberais ou conservadores tenham, em diferentes momentos, feito sentir na Europa os mesmos efeitos de concepções penalizadoras do estatuto social da pobreza.

1.5. Da pobreza material às conceptualizações da Infraclasse

Com pouco mais de meio século decorrido desde a sua origem, ainda a década de 60 não tinha chegado ao fim, já o corpo de conhecimento que havia de dominar os estudos da pobreza e conduzi-los até à atualidade tinha encontrado a estabilidade em formas de abordagem, pressupostos teóricos e ferramentas conceptuais que deixariam a sua marca indelével e definitiva no futuro (O'Connor, 2002: 4). Colhendo as suas raízes nos valores sociais e de responsabilidade do estado, próprios do liberalismo reformista do final do século XIX, o *main stream* do pensamento contemporâneo sobre a pobreza tem a sua origem próxima precisamente neste período americano da 'War on Poverty' e no seu legado. No essencial, essa herança está presente e pode ser verificada nos dois eixos estruturantes que organizam a *doxa* moderna acerca da pobreza e a maneira de a analisar e caracterizar em estudos

diversos, mas de forte pendor aplicado. Um desses pilares assenta na noção de que a pobreza é sobretudo uma condição material e objectiva e que, como tal, pode não só ser conhecida nas suas características essenciais através de operações de cálculo e medidas *standard*, como significativamente reduzida ou até eliminada por políticas sociais delineadas a partir dos dados extensivos obtidos por essas pesquisas quantitativas. O segundo pilar, não necessariamente alinhado com o primeiro, tem também suporte científico e pode estar tão presente nas representações que movem a acção política, como no modo da cultura popular explicar o fenómeno. Refiro-me à noção de que a pobreza está associada a comportamentos contrários às normas, aos valores e aos papéis sociais instituídos, de que é fruto de processos culturais e psicológicos intrincados e o seu tratamento deve por isso processar-se ao nível individual, ou quando muito das famílias e das comunidades, sem que possam ser esperados resultados plenos ou garantidas reabilitações totais.

Passando em revista a produção do último meio-século, é impossível deixar de reconhecer que, após essa época balizadora que foram os anos 60, uma parte da bagagem teórico-conceptual acumulada esconde, sob a aparência de novas terminologias, muitas das ideias antigas e das clivagens já conhecidas. É um pouco isso que se descobre quando nos debruçamos sobre o conceito de ‘underclass’ e a sua história. Supostamente vertido do sueco nativo do seu autor original⁵², o conceito inglês não tem uma tradução consagrada nas ciências sociais de língua portuguesa. Alguns dos nossos dicionários de inglês adoptam definições descritivas de significados sociológicos e traduzem ‘underclass’ tanto por ‘classe dos excluídos’, como por ‘classe dos desfavorecidos’⁵³. As próprias flutuações conceptuais da literatura inglesa tornam difícil decidir sobre a melhor tradução, mas no léxico português o termo ‘infraclasse’, no sentido de “a classe mais baixa ou inferior das hierarquias sociais”, parece-me ser o mais correto, até porque a segunda opção, o substantivo ‘subclasse’, embora possa ser

⁵² Sobre a origem do conceito, ver também o capítulo preambular “*E pur si muove: a perspectiva da mobilidade e o conhecimento da pobreza*”.

⁵³ Porto Editora, 5ª edição, 2010. Disponível em www.infopedia.pt/inglês-português/underclass.

usado na mesma acepção, significa também “uma subdivisão ou parte menor de uma classe”⁵⁴.

À nascença, a infraclasse aparece com uma feição marcadamente estrutural. Numa referência preambular, vimos como Myrdal introduziu o conceito em 1963, em *Challenge to Affluence*, com o objectivo de assinalar a formação de uma nova subclasse de trabalhadores condenados ao desemprego e ao subemprego permanentes, vítimas indefesas das reestruturações de uma economia que caminhava para uma fase pós-industrial e para fazer baixar as necessidades de mão-de-obra. Irremediavelmente afastados da força laboral, estes trabalhadores sem trabalho vêem-se tão impedidos de partilhar as riquezas geradas pelo desenvolvimento das suas nações, como de participarem das ambições e das conquistas colectivas que mobilizam as sociedades. A sua relegação social é ditada exclusivamente por mecanismos e lógicas que partindo do domínio económico se impõem aos indivíduos, espectadores impotentes de processos para os quais não contribuíram e de que não são cúmplices, a não ser enquanto agentes passivos.

Ignorando as indicações deixadas por Myrdal sobre a relação causal entre a constituição deste grupo e factores estruturais geradores de desemprego, vários autores começaram quase de imediato a conotar racialmente o conceito e a tornar a infraclasse uma categoria negra. À medida que se ia racializando, o termo viu o seu significado alterado e deixou de designar uma população identificável estruturalmente para passar a referenciar os mesmos grupos-alvo, mas agora através dos seus supostos comportamentos. A esta deslocação ideológica para definições comportamentais não é estranha a influência de uma perspectiva conservadora enraizada nas ciências sociais, mas a transformação do conceito corre paralela à sua difusão para fora do campo científico, por intermédio sobretudo do jornalismo e da comunicação social. As primeiras publicações a projetarem a nova versão do conceito foram a *Time* e a *New Yorker*, respectivamente em 1977 e 1980-81, nesta segunda revista pela pena de Ken Auletta, um proeminente jornalista americano que, um ano mais tarde, havia de

⁵⁴ Definições recolhidas no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, edição Círculo de Leitores, de 2002.

dedicar um livro⁵⁵ exclusivamente ao tema, obra muito referenciada quando se trata de justificar a deriva ideológica e a popularização do conceito (Gans, 1996b; Katz, 1993; Wellman, 2009). A intervenção jornalística e dos *media* faz desaparecer qualquer resquício de causalidades estruturais e muda por completo a definição da infraclasse, associando-a a populações que, além de pobres e majoritariamente negras, são caracterizadas e se distinguem pelos seus comportamentos criminosos e antissociais.

Nos anos seguintes, depois de consagrado através dos textos e dos comentários jornalísticos, o termo infraclasse disseminou-se através da linguagem corrente e, muito embora o seu sentido pejorativo e condenatório nem sempre surgisse expresso, a definição que se vulgarizou e tornou comum foi a de uma categoria negativamente rotulada e socialmente diminuída em função dos comportamentos que lhe eram atribuídos. É neste quadro e com estas representações já estabelecidas e a circular que alguns autores vêm revalorizar nas ciências sociais a concepção behaviorista ou comportamental da pobreza, desta feita sob a nova capa que lhes é fornecida pela designação de infraclasse. O nome que sobressai deste conjunto é o de Charles Murray, cientista político norte-americano e principal responsável por, nos anos 80 e 90, se ter regressado, com as teses da infraclasse, ao drama ideológico antes vivido com o conceito de cultura da pobreza. Em *Losing Ground: American Social Policy 1950-1980*, trabalho de 1984, Murray veio defender pela primeira vez que as políticas americanas do pós-guerra, nomeadamente a ‘War on Poverty’, tinham contribuído fortemente para o crescimento de uma infraclasse de dependentes que exploravam em seu proveito os apoios concedidos aos mais desfavorecidos e tinham aprendido a viver às custas do estado social. Nos seus trabalhos posteriores, Murray insiste em afirmar que esta infraclasse oportunista em que está a pensar não engloba todos os pobres, “but rather people at the margins of society, unsocialized and often violent” (2001: 26)⁵⁶, grupos circunscritos e que seria

⁵⁵ *The Underclass* (cf. nota 7, página 7)

⁵⁶ Citações retiradas de *The British Underclass: Ten Years Later*, texto mais tardio, em que pela segunda vez põe à prova a exportação do conceito e a sua aplicabilidade na análise da situação social da Grã-

possível identificar pela presença de altas taxas de desemprego, de criminalidade e de uniões que geram filhos ilegítimos. Todavia, quando avança com caracterizações em que os indicadores são substituídos por comentários descritivos, os universos visados parecem ser bem mais abrangentes e deixa de se perceber quais são realmente os pobres que quer deixar de fora: “The chronic criminal is part of the underclass, especially the violent chronic criminal. But so are parents who mean well but who cannot provide for themselves, who give nothing back to the neighborhood, and whose children are the despair of the teachers who have to deal with them” (2001: 26).

Até 1994 e embora vá sucessivamente, a cada obra que publica, dando destaque primeiro ao crime e ao desemprego e mais tarde à monoparentalidade, Murray nunca chega a explicar quais são as condições sociais subjacentes à formação deste tipo particular de pobreza. As próprias prestações sociais por parte do estado, quanto a ele geradoras de dependência e por isso merecedoras de acérrimas críticas, não passariam de mais um estímulo a contribuir para a passividade e acomodação dos pobres e não constituiriam a raiz do problema. A única resposta que tinha para dar em termos de identificação das causas fundamentais da pobreza, provavelmente apresentou-a em *The Bell Curve*⁵⁷, ensaio que publica nesse mesmo ano de 1994 e onde consegue superar-se, batendo os níveis de controvérsia que já antes dera provas de ser capaz de gerar. O estudo debruça-se sobre a relação entre a inteligência dos indivíduos e a estrutura de classes da sociedade americana e sustenta que as desigualdades existentes, particularmente as que atingem a população negra, se devem a baixos coeficientes de inteligência. Murray procurou escapar às acusações de racismo e nunca admitiu que o problema tivesse a ver com uma inferioridade genética, mas sempre afirmou que os afro-americanos eram em média menos inteligentes que os membros de outras raças e que era devido às suas baixas capacidades cognitivas

Bretanha. O primeiro trabalho que realizou na Europa é de 1990 e intitula-se *The emerging of the british underclass*.

⁵⁷ Escrito em coautoria com Richard Herrnstein.

que apareciam sobre-representados na infraclasse. Exprime exatamente esse argumento ao defender que a inteligência é o melhor preditor do rendimento, da performance laboral, da gravidez indesejada e do crime – tudo aspectos que são problemáticos para a infraclasse negra -, do que o estatuto socioeconómico e a educação das famílias de origem dos indivíduos.

Não foram os raciocínios teóricos nem as evidências empíricas aduzidas que valeram a Murray a repercussão que teve nos debates sobre a pobreza. Afinal, o que *Losing Ground* tinha para oferecer eram argumentos primevos, próprios de um puro manifesto ideológico em que o arrojo de recuperar preconceitos moralistas e premissas reacionárias surgia eficazmente dissimulado pela aparente seriedade académica dos dados e das metodologias a que fazia recurso. Indefensáveis do ponto de vista teórico, as suas ideias acerca de estruturas familiares corruptas e parasitárias da assistência pública serviam na perfeição os interesses neoconservadores e surgiram mesmo a tempo de serem aplicadas na reforma das políticas da pobreza que a administração republicana conduzida por Reagan pretendia encetar. Foi sobretudo esse impacto direto nas políticas, tanto americanas como até europeias, que valeu a Murray um lugar na história dos estudos da pobreza.

Entretanto, a partir do quadrante teórico oposto, lutava-se para desmascarar as teses do behaviorismo mais radical e deter a ofensiva política contra as medidas com que o estado vinha procurando, desde o pós-guerra, conter a pobreza e proteger os pobres. O nome mais sonante a marcar as teorias da pobreza, a partir duma perspectiva estrutural inovadora, nas décadas de 80 e 90 e a protagonizar desse modo a resistência à crescente influência conservadora, foi o de William Julius Wilson. Na sua obra de referência, *The Truly Disadvantaged* (1987), redesenha os contornos do conceito de infraclasse, recuperando o legado de Myrdal e chamando a atenção para a importância da formação de uma nova pobreza urbana nas *inner city* das grandes metrópoles americanas, consequência da desindustrialização e terciarização das estruturas económicas e das correspondentes mudanças no mercado laboral. A falta de oportunidades de trabalho mudou a estrutura social do centro das cidades, fazendo aumentar o número de pobres desempregados e provocando, a prazo, a migração

para fora dos guetos das classes médias e de trabalhadores empregados. A infraclasse definida por Wilson representa principalmente esta forma crescente de pobreza, exclusivamente urbana e constituída em larga medida por antigos trabalhadores com baixas qualificações, caídos no desemprego de longa duração e lançados na dependência assistencial do estado ou sobrevivendo através da economia informal e de atividades criminosas. A concentração e segregação da infraclasse em áreas urbanas deprimidas é um produto de condições estruturais historicamente criadas e produz a contenção espacial e o isolamento social dos pobres. Este segundo tipo de efeitos, associado à retirada de grupos sociais com os quais partilhava a vida urbana, deixa a infraclasse sem contacto ou interações com indivíduos e instituições que traziam para o seu quotidiano o conjunto da sociedade e a expunham a modelos de comportamento que poderiam funcionar como amortecedores sociais e contrariar os processos guetização.

A tese do isolamento social permite a Wilson explicar de um modo diferente o desenvolvimento de subculturas entre os pobres das *inner cities*. Fá-lo, reconhecendo as particularidades culturais dos pobres, isto é, confirmando a ideia de Lewis de que as populações deste género partilham uma série de traços comportamentais e culturais que são distintos e entram em conflito com os valores dominantes das sociedades. No seu conjunto, estes elementos subculturais, mesmo quando aparentam ser menos funcionais, representam para Wilson formas de adaptação e, nesse sentido, enquanto respostas a constrangimentos estruturais, tanto podem manter-se durante várias gerações, como desaparecer à medida que as condições em que foram gerados se vão alterando. Indo ao encontro de críticas anteriores ao conceito já aqui explanadas, Wilson resgata a cultura da pobreza da visão cristalizadora original e da tendência para considerar todas as estratégias comportamentais dos pobres como desvios culturais que tendem a eternizar-se e a tornar-se irreversíveis, devido à intervenção de processos de socialização e de outros mecanismos de reprodução intergeracional apostados em impor a sua continuidade.

Um segundo aspecto em que Wilson vem contribuir para a transformação das teorias da pobreza é na sua recusa em admitir que resida no sistema racial americano

a causa fundamental da nova pobreza e da sua reprodução. Esclareceu o modo como pensava a este propósito logo em 1978, ao distinguir em *The Declining Significance of Race*, a diferença entre aquilo que chamou ‘racismo histórico’ e ‘racismo contemporâneo’. Para ele, a escravatura e a discriminação institucionalizada, manifestações primeiras do racismo dentro das estruturas da sociedade americana, desempenharam um papel determinante na definição da condição negra, mas ou foram extintas ou perderam relevância no decurso da história e foram cedendo espaço a outras dinâmicas sociais. O facto de os negros continuarem a ser maioritariamente pobres e de muitos guetos serem maioritariamente negros, tem menos a ver com os complexos e os preconceitos raciais que ainda dominam os valores e as representações de alguma mentalidade branca e limitam de facto o acesso à igualdade de oportunidades, do que com a estrutura económica do racismo, uma hierarquia ocupacional enraizada no passado e influente no mercado de trabalho e que, essa sim, se afigura ao sociólogo bastante mais difícil de suprimir. A divisão racial do trabalho terá sido alimentada por séculos de preconceitos e discriminação mas, para Wilson, passou a estar submetida a uma lógica que é sobretudo a da estrutura de classes e dos interesses que esta reflete. Como diz, no atual estágio de desenvolvimento ‘moderno industrial’, vencidos os períodos históricos em que o racismo dominava o sistema social, a pobreza negra existe agora num quadro de relações raciais em que «*economic class has been elevated to a position of greater importance than race in determining individual black opportunities for living conditions and personal life experiences*» (Wilson, 1978: 11).

Wilson foi o primeiro autor a afrontar os dualismos teóricos e, introduzindo na análise a especificidade histórica e a evolução das forças político-económicas complexas que moldam a pobreza contemporânea, procurou galgar o fosso clássico entre determinantes estruturais e respostas culturais e cerzir, numa síntese eclética⁵⁸, os conceitos e paradigmas necessários à compreensão dos contextos e formas concretas em que se apresenta a pobreza de hoje. Sempre atento às dimensões

⁵⁸ Em termos teóricos, o conceito de infraclasse desenvolvido por Wilson conjuga e reelabora os aspectos ecológicos da Escola de Chicago, a tese da cultura da pobreza de Lewis e a abordagem materialista da economia política a propósito das transformações das estruturas produtivas das cidades.

políticas e teóricas do debate e contra a opinião de muitos investigadores que continuaram a usar o termo *infraclasse* num sentido estrutural, Wilson acabou por deixar cair a palavra e adoptou em sua substituição a expressão *ghetto poor*, acompanhando Gans (1990)⁵⁹ no que ambos entendiam ser a necessidade de se demarcarem de um conceito semanticamente corrompido pelas significações conservadoras, muito hegemónicas em termos políticos e capazes de impor a nível discursivo as interpretações que lhes são mais favoráveis⁶⁰.

1.6. A pobreza e o paradigma da exclusão

Uma das conclusões que importa desde já retirar da reconstituição histórica até aqui elaborada, é a de que as ciências sociais norte-americanas deixaram uma marca profunda e insofismável na investigação moderna sobre o tema da pobreza. Se abrimos uma única e breve exceção para o momento transatlântico em que Booth e Rowntree partilharam a responsabilidade pelo lançamento dos estudos nesta área, todas as etapas seguintes do processo de maturação do conhecimento sobre a pobreza são comandadas a partir do novo continente e têm origem nas propostas dos seus investigadores. O domínio absoluto dos académicos norte-americanos só viria a terminar nos anos 80 do século passado, com o surgimento de uma nova perspectiva de trabalho ligada ao conceito de 'exclusão social'. Ainda numa fase pré-conceptual e depois de na década de 1960 o termo 'exclusão social' já surgir, aqui e ali, de modo impreciso, nos discursos de políticos, jornalistas e académicos, um alto funcionário e conselheiro do governo francês, René Lenoir, adoptou a expressão e usou-a para dar título a um livro em que aborda a questão social em França. *Les Exclus*, lançado em 1974, estima que 10% da população nacional – uma enorme minoria composta por

⁵⁹ Para Gans, o termo *infraclasse* havia perdido o significado sociológico original e tornara-se uma palavra codificada com conotações raciais, cujo subtexto geralmente procedia à desclassificação das populações negras urbanas e pobres.

⁶⁰ As duas definições do termo continuam no entanto a fazer parte do léxico da pobreza nas ciências sociais e humanas. A definição behaviorista é usada preferencialmente por economistas e psicólogos, sobretudo se forem conservadores.

deficientes mentais e físicos, suicidas, idosos inválidos, crianças vítimas de abuso, dependentes de drogas, pais solteiros e membros de outras categorias fragilizadas de indivíduos -, não beneficiava de qualquer uma das formas de proteção social existentes, apesar de viver em situações de necessidade extrema. Com as ideias defendidas nesse livro e enquanto membro do governo, Lenoir despertou a consciência do meio político para a dimensão e variedade dos grupos carenciados de apoio público e conseguiu fazer aprovar uma lei dirigida especificamente aos portadores de deficiência, um dos grupos excluídos cuja existência ajudara a sinalizar (Silver, 1995: 63).

O conceito demonstrou, aliás desde o início, uma capacidade extraordinária para atrair a atenção dos produtores de políticas sociais. A partir de meados dos anos 80, a exclusão social começou a aparecer como conceito *pivot* dos fóruns europeus, a merecer cada vez mais menções e a dinamizar os debates sobre as diretivas e os programas criados ou a criar, no âmbito da UE e dos seus estados membros (Silver, 1995: 58). Ao nível da União, a abertura e a relativa rapidez com que o conceito foi assimilado deveu-se, em boa medida, a factores conjunturais e à necessidade dos dirigentes europeus encontrarem uma nova marca para dar rosto às políticas sociais cuja possibilidade de implementação estava sobre a mesa. A intervenção europeia permanecera até aí muito espartilhada pela dificuldade em justificar, dentro de uma comunidade com objectivos económicos, a inclusão de iniciativas que se estendessem para zonas charneira e cobrissem também o plano social⁶¹. Sendo mais abrangente e maleável, o conceito de exclusão permitia alargar as políticas a áreas como a do emprego e, desse modo, tornar algumas propostas mais aceitáveis para aqueles que dentro da União Europeia argumentavam que a pobreza, sendo um problema social, era uma responsabilidade exclusiva dos estados e estava fora dos mandatos europeus (Silver & Miller, 2003: 5). Mas o conceito tinha, além desta, pelo menos mais uma

⁶¹ Jacques Delors, o político francês que a partir do meio dessa década presidiu à Comissão Europeia (1985-1994), foi um dos grandes impulsionadores da ideia de que a integração política carecia de uma dimensão social. A resistência à criação de um protocolo social europeu duraria ainda alguns anos, mas depois duma referência tímida no acordo celebrado em Maastricht, acabou por ser plenamente integrado no Tratado de Amesterdão, em 1997 (Estivill, 2008: 21).

qualidade a seu favor, que era a sua maior neutralidade e capacidade para acomodar as diferenças ideológicas entre atores políticos. Quer ao nível dos estados, quer dos órgãos europeus, a nova denominação servia, igualmente bem, ao lado direito do espectro político para relativizar ou diminuir o significado da pobreza e, à esquerda, para trazer a debate o que, na sua óptica, eram os sinais de crescimento das desigualdades e de polarização das sociedades. Um primeiro sinal de que a consagração política definitiva se aproximava, ocorreu quando, no 3º Programa Europeu de Luta contra a Pobreza, em 1989, os textos passaram a adoptar de modo explícito a terminologia do combate à exclusão e indicavam a “promoção da integração económica e social dos menos privilegiados” como principal objectivo das ações a prosseguir (Estivill, 2008: 11).

O sucesso político do conceito de exclusão social foi acompanhado e potenciado pelo seu desenvolvimento teórico. As múltiplas definições e interpretações que o seu êxito foi suscitando e atraindo, tornaram-no complexo e difícil de delimitar na pluralidade das suas potenciais aplicações (Xiberras, 1994: 19-21) mas, acima de tudo, vieram propor uma alternativa consistente ao primarismo moralista das concepções comportamentalistas da infraclasse e à unidimensionalidade das análises centradas na materialidade da condição de pobreza. O carácter expansivo, disperso e evocatório do conceito será sempre um pequeno preço a pagar se se atender ao aumento das capacidades explanatórias e ao enriquecimento das análises que foi possível alcançar com as problematizações formuladas em termos de exclusão social.

Definir a pobreza como uma forma de exclusão⁶² permite desde logo reconhecer e colocar em primeiro plano o carácter multidimensional do fenómeno. O grande espaço de referência e geralmente primeiro factor de exclusão dos que vivem

⁶² Não mais uma, entre muitas, mas porventura a maior e mais profunda das formas de exclusão nas sociedades em que reinam o bem-estar e a abundância. População heterogénea, os excluídos não são forçosamente pobres mas, muitas vezes, a discriminação e o preconceito que afectam determinadas minorias e as excluem, colocam-lhes também problemas no acesso aos recursos materiais e arrastam-nas para a pobreza.

em situação de pobreza é a economia⁶³, mas ser pobre significa um somatório de situações de exclusão extensível às várias esferas da existência social. A exclusão no domínio económico traduz-se para os pobres na impossibilidade ou dificuldade em participar dos mecanismos geradores de recursos e acarreta o seu afastamento do mercado normal de bens e serviços. À ruptura dos laços económicos sucedem-se outras situações que, no seu conjunto, caracterizam a exclusão enquanto condição em que é impossível a indivíduos e grupos ter acesso e beneficiar dos diferentes sistemas básicos que constituem a vida em sociedade. Este conjunto poderá ser mais ou menos amplo, mas Bruto da Costa (2001; 2008) propõe, atendendo à noção de cidadania vigente, que na análise da exclusão nas nossas sociedades se considerem quatro outros domínios, além da participação na esfera económica⁶⁴. Começaria por destacar aquilo a que Bruto da Costa chama o domínio institucional, conjunto de sistemas que organizam o fornecimento e a disponibilização de bens e serviços essenciais, em relação aos quais se considera ser dever do estado e das suas instituições garantir a universalidade de acesso aos cidadãos. Cabem dentro desta categoria as instituições que lidam com a educação, a justiça, a saúde, a habitação, os apoios sociais, a segurança pública, a cultura e o lazer, a informação e o conhecimento, bem como as que tratam dos direitos cívicos e de participação política.

O território, na medida em que fornece a base para processos de exclusão, constitui um outro domínio a ser destacado. Bairros urbanos degradados, regiões rurais deprimidas, países subdesenvolvidos, constituem exemplos, a diferentes escalas, de como territórios menos qualificados ou desenvolvidos podem prejudicar o conjunto da população que neles reside. Melhorar as condições de vida, através da infraestruturização, do investimento nas atividades económicas, são medidas possíveis

⁶³ Os itinerários que conduzem da exclusão à pobreza, e da pobreza à exclusão, variam consoante as categorias a que pertencem os excluídos. O vector económico está geralmente envolvido, mas nem sempre desencadeia o processo.

⁶⁴ Concordando com Bruto da Costa, diria também que classificações como esta refletem igualmente a perspectiva de cada investigador e o que considera ser determinante das relações sociais, em cada momento histórico. Disso mesmo se dá conta o autor, quando afirma que se trata de um modelo e que tanto os domínios como os sistemas agrupados podem ser acrescentados ou eliminados, conforme a relevância que se lhes atribua (2008: 72).

para salvaguardar as populações da exclusão espacial; sem elas, as únicas soluções face aos constrangimentos do meio são individuais e podem passar, nomeadamente, pelo abandono dos territórios e pelas migrações em direção a regiões com mais recursos.

A exclusão estende-se e faz-se potencialmente sentir também no domínio da sociabilidade e dos relacionamentos sociais. O corte dos laços, quer seja com o meio social mais próximo e restrito - da família, colegas de trabalho ou vizinhos -, quer seja com as redes mais amplas locais e nacionais ou mesmo globais pode significar uma perda grave de factores de socialização e integração social ou a privação de recursos gerados através da troca recíproca e da entreaajuda.

Saindo para fora das dimensões objectivas, chegamos ao domínio do simbólico, das referências identitárias, tão importantes ao posicionamento e ancoragem social dos indivíduos e dos grupos. Conforme se pode verificar pelo impacto que as representações negativas têm nos contextos de pobreza, a falta de reconhecimento e valorização social refletem-se nas identidades diminuídas dos grupos e na queda da auto-estima dos indivíduos, prejudicando a sua motivação e sentido de pertença e aprofundando os sentimentos de exclusão.

Classificações deste género permitem sistematizar a referenciação das múltiplas dimensões da exclusão e tornam possível identificar de modo explícito os indivíduos e grupos atingidos e os domínios em que isso acontece. A detecção de um ou mais indicadores de exclusão em qualquer um dos sistemas e domínios equivale à classificação dos sujeitos como excluídos. Autores há que vão ao ponto de definir um número mínimo de indicadores que têm de estar presentes para que se possa falar de exclusão. É o caso de Clavel, que estipula a necessidade de haver pelo menos um indicador por cada um dos três conjuntos referenciados na sua grelha: indicadores quantificáveis (alojamento, rendimentos, escolaridade), indicadores de relação social, indicadores simbólicos (2004: 158). Dada a forte interdependência que liga os diferentes domínios, a exclusão, mesmo nas suas formas menos gravosas, tende a manifestar-se em vários domínios em simultâneo.

Vale a pena notar ainda que a exclusão pode ser também uma questão de

graus de incidência e que, não só os indivíduos não têm que estar excluídos em todos os domínios, como os acessos podem estar simplesmente limitados e não haver uma ruptura completa, neste ou naquele domínio. Faz por isso pleno sentido analisar a exclusão como se de um *continuum* se tratasse, com um conjunto de transições graduais entre zonas que nos transportam de um estado pleno de inclusão à exclusão mais absoluta. Esta representação mais abstracta, contudo, não resolve a questão de identificar onde, ao longo dessa linha ou 'plano inclinado'⁶⁵, se situa a fronteira e se passa da condição de incluído à de excluído. Finalmente, a aplicação e a utilidade teórica destes conceitos podem beneficiar duma combinação de abordagens, juntando à análise estática, dos graus de exclusão que se registam em cada momento, uma análise dinâmica, em termos processuais, verificando as mudanças que conduzem os indivíduos no sentido da exclusão ou da inclusão.

A abordagem da exclusão numa perspectiva processual entrou em voga em meados da década de 90, época durante a qual um conjunto de investigadores avançaram em unísono para análises em que as mudanças operadas no universo da exclusão eram avaliadas em função das profundas mutações das economias das sociedades industriais e do modo como a desindustrialização e a reestruturação dos mercados de trabalho tinham vindo recolocar as questões da integração social.

É esta a perspectiva de trabalho em que se situa Robert Castel (1995), quando ao formular o problema da exclusão faz sobressair, como pano de fundo, os processos de desestabilização que percorrem o conjunto da formação social e não apenas as suas margens⁶⁶. Para Castel, a “desestabilização dos estáveis” é um dos traços que dão

⁶⁵ A expressão é de Castel, que prefere aliás falar de marginalização em vez de exclusão, reservando esta noção para as situações extremas de ruptura. Mais tarde, há-de desaconselhar o uso do termo, que passará a usar entre aspas, para que não se confunda a exclusão com a ideia de que poderiam existir posições deixadas de fora do sistema social: “l'exclusion n'est pas une absence de rapport social mais un ensemble de rapports sociaux particuliers à la société prise comme un tout. Il n'y a personne en dehors de la société, mais un ensemble de positions dont les relations avec son centre sont plus ou moins distendues” (1995: 715,6). No lugar de 'exclusão' propõe então que se use o vocábulo 'desfiliação'.

⁶⁶ Os anos 90 são pródigos em análises panorâmicas e muito convergentes sobre as direções que as sociedades estavam a tomar em consequência das mudanças introduzidas pelo novo capitalismo. Sem estar próximo do paradigma da exclusão, Beck (1992) salienta que a modernidade avançada faz acompanhar a produção e distribuição social de riqueza da produção social de riscos, nomeadamente

forma à “nova questão social”. A competição globalizada das economias estaria a provocar uma degradação crescente da condição salarial nos países centrais e a colocar em risco os seus estratos intermédios, cada vez menos resguardados em termos de trabalho e de proteções sociais. A segunda especificidade da situação atual tem a ver com a primeira e é consubstanciada pela “instalação na precariedade” da generalidade do trabalho. O emprego estável vai-se transformando numa miragem, sobretudo para os novos trabalhadores e para aqueles que ficam desempregados. As carreiras laborais típicas de uma boa parte da população passam por isso a decorrer numa alternância entre períodos de atividade e inatividade, com a incerteza como única garantia para o futuro. Finalmente e como resultado da conjugação entre precarização e falta de emprego, torna-se mais e mais provável a emergência de “un déficit de place occupables dans la structure sociale, si l’on entend par places des positions auxquelles sont associees une utilité sociale et une reconnaissance publique” (1995: 665).

Na análise de Castel a desestabilização e a precariedade económica desembocam na ‘desfiliação’ dos indivíduos e na instabilização das relações sociais. Conjuntamente com a perda do trabalho e das proteções que lhe estavam tradicionalmente associadas, vem a perda de estatuto e de referências base da identidade, processos vulnerabilizantes do ponto de vista pessoal e relacional. Ao verem-se instaladas na precariedade, as pessoas ficam sujeitas a processos de isolamento e dependência, num movimento de individualização negativa que lhes é duplamente penalizador, porque a quebra ou diminuição da ligação ao mundo do trabalho é acompanhada pelo enfraquecimento das redes de sociabilidade. A hipótese da ‘desfiliação’ baseia-se portanto na existência duma complementaridade entre dois eixos, cuja articulação é posta em causa pela desestabilização: os abalos sentidos no

para o trabalho. Sennett (2000) aprofunda as repercussões pessoais que essas transformações introduzidas pelo capitalismo na sua era flexível têm para os trabalhadores, ao nível daquilo que é a falência das representações correntes da vida social e do trabalho. A flexibilização do mundo económico, a lógica reforçadamente competitiva e os novos códigos morais e éticos que desconectam o universo do trabalho dos outros universos sociais, corroem a escala de valores e deixam os sujeitos perante um estado de ambiguidade e desorientação, com pesadas consequências sobre o carácter e a estabilidade emocional das relações humanas.

eixo da integração e da autonomia económica assegurada pelo trabalho, repercutem-se no eixo das inserções relacionais, com a desconexão das ligações familiares, das redes de relacionamento e de apoio social.

Foi precisamente neste ponto, no processo de ruptura dos laços sociais associada às situações de dependência que, alguns anos antes, Serge Paugam (1993) esteve a trabalhar, usando o conceito de 'desqualificação social'. Demarcando-se dos critérios quantitativos de definição do fenómeno, o investigador francês concebe a pobreza "*comme condition socialement reconnue et les 'pauvres' comme une ensemble de personnes dont le statut social est défini, pour une part, par des institutions spécialisées de l'action sociale*" (1993: 24). A abordagem proposta situa a análise da pobreza e da exclusão no coração dos processos de intervenção social e privilegia o modo como o enquadramento assistencial se torna constitutivo do estatuto social dos pobres.

Nas sociedades modernas, de acordo com Paugam, a pobreza pode constituir uma propriedade estrutural e, ao mesmo tempo, ser vista como um atributo negativo que mancha a reputação social dos sujeitos. Ao serem classificados como pobres pelas instituições e ao verem reconhecido o direito à assistência pública, os indivíduos entram numa carreira específica que altera a sua identidade anterior e lhes degrada gradualmente o estatuto. Pela frente, para os assistidos há uma carreira moral que não conduz de imediato à desqualificação. No início, a assistência é considerada uma ajuda provisória e reversível aquando da reintegração no mercado de trabalho; com o passar do tempo, a percepção institucional é de que os indivíduos se desmotivam e instalam na relação com os dispositivos de ajuda; num estágio mais avançado, perdida a expectativa do reatar dos papéis laborais, entra-se numa fase reivindicativa, em que a assistência é sentida pelos beneficiários como contrapartida por uma dívida não saldada, atitude que passa a ser considerada ilegítima e redundante na condenação institucional definitiva. Da fragilidade à dependência instalada, com a progressiva ruptura de laços sociais, a leitura que nos é apresentada por Paugam é a da exclusão como processo que termina numa condição e num estatuto desqualificados. A análise faz-nos a ponte entre um ponto de vista objectivo, de condições materiais e relacionais

que se degradam, com um ponto de vista simbólico, de identidades diminuídas, que vão sendo marcadas pelas imputações recebidas ao longo do itinerário assistencial, culminando com a estigmatização e a interiorização de uma imagem negativa por parte dos indivíduos (1993: 148).

Castel e Paugam são bem representativos de uma tendência, francesa na origem mas largamente influente na Europa, que tem levado muitos autores a interessarem-se pela questão dos percursos realizados pelos indivíduos até que se declara a exclusão efetiva, procurando encontrar critérios para distinguir esse momento na sequência de etapas que constituem os processos de precarização económica e de marginalização social⁶⁷. Tanto o conceito de desfiliação como o de desqualificação pretendem fazer esse mapeamento das trajetórias que conduzem os indivíduos dum ponto de partida - a condição social e económica integrada -, através de diferentes etapas em que experimentam situações de vulnerabilidade e fragilidade crescentes, até chegarem a um ponto culminante em que assistem ao colapso da pouca autonomia e dos laços que ainda lhes restam.

A ênfase no carácter dinâmico dos processos e a centralidade conferida aos aspectos relacionais parecem-me ser os traços distintivos desta que designaria como escola francesa da sociologia da exclusão social. Segundo Silver (1995), ao associar a exclusão à ruptura das relações sociais, a dita escola francesa está a assumir uma interpretação teórica que a alinha com a filosofia política do republicanismo, no que toca à representação das desigualdades. Dentro desse quadro de valores, inspirado politicamente em Rousseau e moldado pelos conceitos da sociologia durkheimiana (1995: 66), os indivíduos estão associados entre si e a sociedade mantém a sua coesão interna graças a princípios organizativos das relações, sociologicamente designáveis como formas de “solidariedade social”. A ordem depende menos de indivíduos ou

⁶⁷ Ao dar relevo a estes dois autores atendo apenas ao que me parece ser o impacto académico dos seus contributos. Outras conceptualizações, menos conhecidas, como a de ‘desinserção social’ aplicada por De Gaujelac e Taboada (1994) a propósito das percepções mais subjetivas e dos comportamentos que os indivíduos desenvolvem nos seus percursos de exclusão, mereceriam ser citadas. Em todas se sente a presença tutelar do pensamento de Bourdieu, da noção de *déclassement* e da importância que é reconhecida às dimensões simbólicas dos processos de ordenação social.

grupos e mais de uma moral e de normas que se sobrepõem aos desígnios particulares. Vertida na “consciência colectiva” de Durkheim, ou no que outros mais pragmaticamente chamariam consenso ou vontade geral, há uma entidade colectiva, que transcende os indivíduos e incarna numa série integrada e integradora de instituições que garantem a conformidade dos comportamentos. O discurso político e moral da ‘solidariedade’ exprime esta lógica de integração social e uma ética que procura proceder, segundo Silver, à “reconciliation of social interdependence and the feeling of belonging to the collectivity with the demand for individual fulfilment” (1995: 66).

Em situações de exclusão social, quando os laços que unem o indivíduo à sociedade se perderam, manda o contrato social republicano que os excluídos não sejam abandonados à sua sorte. Do mesmo modo que os indivíduos têm obrigações para com a sociedade, também esta deve prover globalmente às suas necessidades, sobretudo quando os sujeitos deixam de ser capazes de o fazer pelos seus próprios meios. Os estados-providência construídos no pós-guerra de acordo com os valores deste paradigma republicano, assumem a segurança e a proteção social como uma função básica do estado e um direito universal de cidadãos que, quando caem em situações extremas de privação material, sabem que existe uma retaguarda de programas especificamente destinados a protegê-los e a zelar pela sua reintegração.

A retórica da exclusão, como ficou sobejamente demonstrado no caso norte-americano, nunca é unívoca em qualquer sociedade democrática e, mesmo que determinados discursos e ideologias encontrem em determinados contextos condições para se tornarem dominantes e determinarem ou influenciarem no longo prazo as políticas governativas, tal não significa que não existam outras formas de pensamento teórico que se apresentem como alternativas, com expressão no debate público, quanto ao que é ou deve ser a integração social. Quer nos situemos no quadro interno de cada país ou alarguemos a perspectiva a comparações transnacionais, a realidade na Europa é por isso bastante diversa. O estudo dessas diferenças já foi feito, entre outros, por Silver (1995) (Silver & Miller, 2003), a partir de uma tipologia que elaborou das múltiplas noções de exclusão e das diferentes perspectivas teóricas, ideológicas e

culturais que as enquadram⁶⁸. Cada um dos tipos de Silver representa um paradigma de inclusão social e pressupõe uma diferente filosofia política sobre o problema. O primeiro, o ‘paradigma solidário’ ligado ao republicanismo e à tradição francesa, já se encontra aqui descrito. O segundo, batizado de ‘paradigma da especialização’, deriva da visão social do liberalismo anglo-americano e defende que a exclusão é uma consequência da diferenciação social, da divisão do trabalho e da separação das estruturas sociais em esferas especializadas ao nível económico e político. A exclusão pode resultar da separação inadequada das esferas, do desajustamento das regras às respectivas esferas e de obstáculos indevidos à liberdade de circulação e de troca entre diferentes esferas, dando origem a formas de discriminação que podem ser travadas pela proteção dos direitos individuais e pela competição dos indivíduos no mercado ou entre grupos. O terceiro paradigma concebe a exclusão como consequência da formação de monopólios grupais e filia-se numa visão conflitual das relações sociais e na matriz original da social-democracia. Segundo este “paradigma monopolista”, a ordem social é coerciva e resulta duma imposição de relações de poder e de interesses de grupos superiores nas hierarquias, grupos esses que usurpam vantagens e controlam a sua distribuição pelo resto da sociedade. Ao contrário do que acontece numa visão marxista mais ortodoxa onde o antagonismo de classes inviabiliza a obtenção de equilíbrios sociais, a visão social-democrata defende que a intervenção política pode mitigar os privilégios criados pela pressão monopolista de alguns grupos de desigualdade.

A situação europeia reflete o combate entre estes paradigmas e os diferentes ascendentes que detêm em cada espaço nacional. Numa avaliação mais completa dos

⁶⁸ Levitas propôs um sistema classificatório diferente, mas identificando igualmente três grandes formas discursivas sobre a exclusão, neste caso no contexto específico do Reino Unido. O primeiro desses tipos de discurso, dominante à época, enfatizaria os valores da solidariedade. Pelo seu carácter integracionista, podia ser comparado ao tipo ‘republicano’ de Silver, com a diferença que neste país se vinculava sobretudo a dimensão inclusiva do trabalho e da reintegração no salariedade e nas relações laborais. Um segundo tipo tomava forma no discurso redistributivo, mais preocupado em se demarcar das explicações individualistas da pobreza e em situar as raízes da exclusão na privação económica e na erosão dos direitos de cidadania. Uma terceira variante discursiva, identificava-se com as representações moralistas de algumas teses já conhecidas da *underclass* e da alegada inferioridade cultural dos pobres (1996; 1998).

antagonismos paradigmáticos ao nível dos estados europeus, Silver afirma que, em França, o discurso nacional sobre a exclusão “centers on the debate between republicanism and social democracy and hence between the solidarity and monopoly paradigms, though the former is dominant”, ao passo que no Reino Unido “the debate is between social democracy and liberalism (the specialization paradigm)” (1995: 66). No caso português é evidente a colagem das políticas de estado ao modelo francês e republicano, mesmo que em determinados momentos ligados à implementação ou à revisão de determinadas medidas, como o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) transformado em Rendimento Social de Inserção (RSI), se ouçam melhor as vozes discordantes dos sectores que prefeririam uma orientação mais liberal, mais social-democrata ou mais marxista. A filiação ou maior proximidade ao modelo francês admite várias explicações plausíveis, mas no essencial dever-se-á à convergência com os ideais de centro-esquerda, muito presentes na governação do país após a instalação do regime democrático, e à influência da matriz francófona na formação do pensamento político e cultural das elites portuguesas que foram responsáveis pela criação do estado social durante este período e até há pouco tempo.

2. A pobreza enquadrada pelos estudos das desigualdades sociais

2.1. Capitalismo, globalização e reestruturação das desigualdades

As abordagens da escola francesa, assim como a maioria das teorizações relativas à exclusão, colocam em primeiro plano a análise dos percursos dos indivíduos e a ruptura progressiva de laços com a sociedade para demonstrarem a convergência dos processos de ordem económica, relacional e simbólica que conduzem à degradação da condição e do estatuto social dos pobres. Representam desse modo uma significativa abertura explanatória relativamente às conceptualizações precedentes, mas são bastante insuficientes se pensarmos em termos da constituição dos grupos de desigualdade e do lugar específico que os excluídos ocupam no esquema maior das relações sociais. A este propósito há, ainda assim, alguns contributos marginais que importa recuperar. O primeiro, chega até nós pela mão do

já citado Robert Castel⁶⁹ e do modo como usa o conceito de desestabilização para descrever o impacto que as reestruturações das economias estão a ter no conjunto da formação social dos países avançados, diminuindo as zonas de integração do mercado de trabalho, expandindo aquelas em que reina a precariedade e, no limite, criando espaços de inexistência social para onde são lançados, de forma mais ou menos definitiva, os excedentários do sistema produtivo (1995). Antes de Castel, Touraine (1991), de um modo eventualmente mais redutor, vira na mesma evolução do mercado de trabalho uma prefiguração duma sociedade dual, fracturada entre trabalhadores estáveis com rendimentos regulares, por um lado e, por outro, subempregados e desempregados, impedidos de dar o seu contributo económico e de serem autónomos na angariação de recursos. Para Touraine, o momento presente assinalaria “le passage d’une société verticale, que nous avons pris l’habitude d’appeler une société de classes avec des gens en haut et des gens en bas, à une société horizontale où l’important est de savoir si on est au centre ou à la périphérie” (1991: 8). Ou seja e para ser mais preciso, enquanto no passado a estruturação das sociedades se fazia segundo hierarquias verticais e oposições ou competições numa lógica de classe, as dinâmicas contemporâneas criariam um modelo horizontalizado e fracturado de relações sociais, em que uma divisão fundamental se sobrepõe e divide a sociedade em dois universos desligados, constituídos respectivamente pelos que têm assegurada a inclusão nos vários sistemas sociais e os que, não conseguindo garantir esse acesso, vivem perante a ameaça ou o facto consumado da exclusão permanente. Em sintonia com Touraine, Castells (1991) veio aproveitar a ideia de polarização⁷⁰ para ligar as estruturas do espaço social às do espaço urbano, relacionando a substituição do trabalho industrial por empregos inseguros e mal remunerados nos serviços e a subjugação do estado a uma agenda neoliberal privatizadora das suas funções sociais, com o processo de expansão de uma *dual city* segregadora que vai eliminando das

⁶⁹ Cf. Página 104

⁷⁰ O termo ‘polarização social’ é proveniente da sociologia da estratificação, pertence originalmente a Ray Pahl (1984) e refere-se a um padrão de divisão do trabalho em que o emprego aparece concentrado nos ativos de uma parte dos agregados e desaparece da vida de outros. Para Pahl, o fenómeno demonstrava que ter ou não ter emprego se tornara mais importante do que os *rankings* ocupacionais e que, portanto, as classes haviam deixado de ser o melhor veículo para analisar a estrutura social.

áreas urbanas a heterogeneidade e os equilíbrios sociais tradicionalmente presentes na composição dos territórios.

Não fora a focalização na dimensão individual das dinâmicas e das trajetórias conducentes à exclusão e os autores dos anos 90 teriam provavelmente podido prestar maior atenção aos processos de evolução das sociedades e aos sinais de que as transformações registadas no mercado de trabalho estavam a criar condições para fazer da exclusão um fenómeno estrutural. Mas para chegar até esta perspectiva, teria sido necessário que a exclusão fosse, antes de mais, pensada enquanto parte integrante dos processos de produção da sociedade, sobretudo em relação a este momento da contemporaneidade em que profundas mutações económicas, geradoras de novas formas de precarização e empobrecimento, começaram a fazer sentir os seus efeitos sobre a estrutura de desigualdades e a impedir que a integração social, tradicionalmente decorrente do emprego assalariado, pudesse prosseguir pelas vias até aqui estabelecidas. Apesar da etimologia da palavra, a exclusão não pode, portanto, em nenhum momento e em qualquer caso, ser analisada como fenómeno que ocorre à margem da sociedade e fora do tempo; pelo contrário, ela constitui, antes de mais, uma relação social histórica, na qual os excluídos participam, a partir duma posição específica que lhes é dado ocupar e que precisa de ser levada em consideração e realçada na análise.

Perspectivados na contemporaneidade, os processos históricos que é indispensável conhecer para esclarecer a emergência das formas atuais da exclusão estão ligados à expansão do capitalismo à escala global (Robinson, 2011; Sassen 1988,1998; Wallerstein, 2000). Se bem que a integração económica do planeta tenha origens históricas muito mais remotas – remetendo, pelo menos, para as viagens de expansão marítima e comercial de quinhentos, as ciências sociais dão como adquirido que o sistema capitalista entrou numa nova fase do seu desenvolvimento global durante o último quartel do século XX, embora subsistam diferentes entendimentos quanto à origem e significado dessas mudanças. É por essa época que se assiste a uma enorme intensificação dos fluxos comerciais internacionais, sob condições reforçadas de competitividade global e duma progressiva integração de mercados nacionais e

regionais até aí resguardados por políticas protecionistas. Esta tendência para a descentralização das atividades económicas e para o alargamento das trocas dificilmente poderia ter avançado sem o progresso registado nas tecnologias de telecomunicação, nomeadamente com a colocação em órbita dos primeiros satélites civis. A acompanhar esta revolução comercial e comunicacional e a potenciar os seus efeitos, verificamos uma renovação constante dos métodos de organização da produção e do trabalho e uma acentuação da mobilidade e da rapidez de circulação dos factores capital, mercadorias, informação e mão-de-obra. A facilidade com que se pode proceder à coordenação das atividades económicas, apesar da enormidade das distâncias físicas, incrementa a deslocalização e a transferências de milhares de indústrias e serviços que abandonam os seus países de origem para se fixarem em regiões em vias de desenvolvimento onde os custos de produção são muito mais baixos. A transferência do investimento produtivo para estas economias tornadas emergentes foi o principal factor responsável pelo reaparecimento do desemprego estrutural massivo, um problema do qual se julgava que os privilegiados trabalhadores das economias avançadas estariam definitivamente a salvo.

A percepção por parte das ciências sociais de que há alterações qualitativas profundas que estão em marcha nas economias é antecipada primeiro por Ralf Dahrendorf e por Daniel Bell, propondo ambos os autores que se fale na formação de um novo tipo de sociedade. Dahrendorf (1972) defende que, embora a indústria continue a ser a base produtiva, o funcionamento das economias mudou significativamente e atingiu um estágio “pós-capitalista”. Particularmente atento ao desenvolvimento das forças produtivas, capital e trabalho, ao longo do século XX, Dahrendorf valorizava a separação entre a propriedade e o controle das empresas e uma maior diferenciação funcional das ocupações, enquanto factores de formação de novas classes e fracções de classe. Tais divisões não vinham, segundo ele, pôr em causa a continuidade das relações sociais, uma vez que essas estruturas tinham entretanto sido reforçadas pelo alargamento da cidadania, pela institucionalização da regulação dos conflitos e pelo aumento da mobilidade entre grupos de desigualdade.

Bell (1973) apresenta também afinidades com a tradição weberiana e, de modo

diferente de Dahrendorf, previu igualmente o esbatimento das oposições de classe. As alterações económicas e sociais que lhe importam são muito recentes e representam um afastamento definitivo do mundo criado pelo industrialismo. A sociedade contemporânea estaria, em seu entender, a tornar-se uma sociedade “pós-industrial”, regida por um novo “princípio axial”, o da centralidade do conhecimento científico e tecnológico, que reorientava a economia da produção de bens para a produção de serviços, ao mesmo tempo que permitia o controlo das ações e do futuro, através de ‘tecnologias intelectuais’, particularmente as ligadas às atividades de planeamento. À frente destes processos de mudança económica e de recomposição social, encontrava-se uma nova classe profissional e técnica, cuja posse e uso do conhecimento vinha valorizar ainda mais o factor qualificações enquanto vector de diferenciação ocupacional e prestígio social.

As visões optimistas do pós-capitalismo de Dahrendorf e do pós-industrialismo de Bell não foram acompanhadas por outros teóricos pós-fordistas, que veem nas mudanças operadas na organização do sistema capitalista sobretudo motivos de preocupação, devido aos sinais de polarização das sociedades, expressos no crescimento dos desequilíbrios na distribuição de oportunidades e no aumento das desigualdades. Harvey (1990; 2003; 2007) é um desses autores cépticos em relação aos supostos aspectos positivos da última fase de reestruturação das economias capitalistas. Na sua perspectiva, o regime de acumulação fordista, baseado na produção e no consumo em massa, deu lugar a um modelo mais flexível de acumulação, com ciclos produtivos mais curtos e uma maior variedade de produtos introduzidos nos mercados. A capacidade de inovação tecnológica e organizacional tornam-se ainda mais fundamentais neste contexto, pois sem elas não é possível corresponder às necessidades permanentes de renovação ao nível comercial e, deste modo, alimentar o estado de fragmentação e experimentação de um mercado de consumidores rendido à mutabilidade da cultura de consumo. A aceleração, proeminentemente fabril e financeira, da globalização, inscreve-se nestes processos, pois ao criar novas matrizes temporais e espaciais de produção, investimento e circulação, está a ajustar as infraestruturas do sistema económico às exigências

colocadas pela evolução para o regime de acumulação flexível (1990).

Historicamente, o capitalismo tende a responder aos problemas de acumulação através destes movimentos expansionistas e de exploração de novos territórios, fontes de mão-de-obra e de recursos. Foi assim, segundo Marx, com a “acumulação primitiva” durante a fase de formação do capitalismo e continua a ser assim agora, com a “acumulação por despossessão” denunciada por Harvey. O que está em causa no presente é, afirma o autor, “the continuation and proliferation of accretion practices” que, tal como no passado, visam transferir “assets and channel wealth and income either from the mass of the population toward the upper classes or from vulnerable to richer countries” (Harvey, 2007: 34). Sob as condições contemporâneas, que são de recrudescimento do neoliberalismo e de domínio do capital financeiro, os processos para alcançar este objectivo são de dois tipos e envolvem, por um lado, a expropriação aos trabalhadores dos meios que lhes garantiam até aqui a sua reprodução social e, por outro lado, a transformação em mercadoria dos recursos e das formas de trabalho que previamente se encontravam fora da esfera do mercado. Os processos de ‘destruição criativa’, como lhes chama Harvey, podem assumir várias formas consoante as regiões do globo e a sua relação com os centros do ‘novo imperialismo’ (2003). Nos países centrais, com economias avançadas, os espoliados são os trabalhadores assalariados, no seu direito adquirido a pensões e outras formas de proteção social, na redução do acesso a cuidados gratuitos de saúde, na perda abrupta de postos de trabalho; no resto do mundo, menos desenvolvido, perdem as populações indígenas e camponesas a posse de terras tradicionais, de uso comunal, assim como perdem com o registo de patentes de bens ambientais e materiais genéticos que a todos pertenciam e, finalmente, com a privatização da água, dos transportes, das comunicações e de outros serviços até aí controlados pelo estado (Harvey, 2007: 145-149). As pressões flexibilizadoras e os processos de despossessão em curso são mecanismos gerados pelo capitalismo para resolver os seus problemas de acumulação mas, somados, têm efeitos profundos de recomposição social e de reconfiguração das estruturas de classes. À escala global, a expansão e a integração capitalistas tornam os destinos das classes trabalhadoras mais interdependentes,

reforçando no imediato os factores de empobrecimento nas economias avançadas e, nas economias recentemente absorvidas e em crescimento, transformando a prazo as formas de reprodução social dos seus novos assalariados numa fonte de acumulação.

A propagação do capitalismo pelas regiões da periferia económica é um dos aspectos que também aparece como fundamental na análise avançada por Lash e Urry, dando estes dois autores destaque ao enfraquecimento dos mecanismos de filtragem sediados em instituições e enquadramentos à escala local e à “increasing independence of large monopolies from direct control and regulation by individual nation-states” (1987: 5). A concentração bancária, industrial e comercial em empresas de grande dimensão é a força motriz deste processo de autonomização do grande capital, mas a passagem para a fase contemporânea do chamado ‘capitalismo desorganizado’⁷¹ surge solidamente caracterizada por Lash e Urry em mais de uma dúzia de factores, muitos deles envolvendo alterações ocorridas na estrutura de classes. O desenvolvimento da educação e das qualificações até se tornarem pilares do sistema produtivo e de estratificação, assim como o crescimento contínuo de uma nova classe, demograficamente maioritária e constituída por trabalhadores de todas as categorias do sector terciário e dos serviços, são duas das alterações com maior significado. Paralelamente, avança o declínio de núcleos históricos das antigas classes industriais e assiste-se à diminuição do carácter de classe de alguns partidos, ao aumento do pluralismo e da fragmentação culturais e à emergência de movimentos sociais desligados das orientações de classe.

Os processos que estão na origem da ‘acumulação reflexiva’ - isto é, de um tipo de crescimento económico apoiado na introdução constante de informação, conhecimento e reflexividade no desenvolvimento e controlo dos sistemas produtivos (Lash e Urry, 2002: 61), e que obriga ao reforço da estrutura de qualificações de todo o seu capital humano, são os mesmos que são responsáveis pela criação de novos grupos de excluídos, uma nova classe baixa que “represents a sort of structural downward mobility for substantial sections of the organized-capitalist working class, as

⁷¹ Terceira e mais recente fase do desenvolvimento capitalista, o ‘capitalismo desorganizado’ foi precedido, primeiro pelo ‘capitalismo liberal’ e depois pelo ‘capitalismo organizado’ (Lash e Urry, 1987:16).

well as a set of structural social places into which large numbers of immigrants flow” (2002: 145). Seguindo por esta via, o ‘capitalismo desorganizado’ acaba por alterar a maior parte do sistema de estratificação, uma vez que, embora preserve uma pequena classe capitalista no topo e continue a fazer expandir uma classe média de serviços, reforça a diferenciação dentro desta massa laboral de um sector de quadros técnicos e científicos, dirigentes e educadores, ao mesmo tempo que reduz e debilita segmentos relevantes da classe operária e cria, abaixo dos assalariados manuais, uma nova *lower class*. Quanto a esta última, os dois autores fazem depender a existência e a própria composição duma classe excluída do grau de desorganização vigente nas diferentes sociedades capitalistas e do peso específico das suas instituições de regulação. Em países em que o sistema tem uma natureza corporativa e existem instituições fortes a regular a economia, a intervenção do estado e dos chamados “parceiros sociais”, representantes do capital e do trabalho, funciona preventivamente e impede o aprofundamento de processos de mobilidade descendente que conduzem à formação da infraclasse; em regimes mais liberais, onde as leis de mercado têm a primazia e faltam instrumentos reguladores, a ação descontrolada dos mercados de trabalho e, complementarmente, de habitação, acarreta a exclusão, na forma laboral e espacial, de largas franjas desprotegidas das classes trabalhadoras.

2.2. A infraclasse e a teoria das classes e da estratificação

É neste contexto de transformação das economias capitalistas e de reestruturação das desigualdades que - pelo menos desde a segunda metade dos anos 90 - se veem multiplicando as utilizações da expressão “nova pobreza” para designar, de modo frequentemente impreciso, ora o alargamento do número de pobres e o aprofundamento das formas de exclusão⁷², ora a entrada em cena de populações cujas

⁷² É esta a tónica que pode ser encontrada, por exemplo, na análise de Mingione. O que, segundo este autor, muda com o novo cenário criado pela transição pós-fordista é a perspectiva “particularly likely that economic poverty will become transformed into acute, progressive and unstoppable forms of social exclusion” (1996: 13). As mudanças em curso, com o desaparecimento do emprego estável e a insuficiência das formas de proteção social, agravadas pela ‘guetização’ urbana e pelo enfraquecimento das solidariedades comunitárias e de parentesco, tornam cada vez mais real a ameaça de crescimento

características as tinham mantido a salvo das formas anteriores e mais antigas de pobreza. Olhando longitudinalmente para o fenómeno, vemos que foram e continuam a ser os grupos sociais mais desprotegidos aqueles que mais contribuem para os efetivos da pobreza, mas que há um efeito de “empobrecimento das classes médias” que tem arrastado para situações de “proletarização” e risco de pobreza sobretudo os segmentos mais baixos e menos qualificados dessa classe. Esse processo atinge também os estratos credenciados, com empregos estáveis e oportunidades de carreira, que, sobretudo desde o pós-guerra, fizeram das classes médias a base social e o sustentáculo ideológico do capitalismo. Pode ainda ser cedo para se confirmar a necessidade de criar uma nova categoria para os pobres oriundos das antigas classes médias, mas haverá desde já uma considerável certeza quanto às origens dessa “nova pobreza”, produzida por “three interconnected processes – *economic polarization, political demobilization, and market triumphalism* – each of which has contributed to the growing social and political disorder affecting the poor” (Goode, 2001: 4). A pobreza que hoje está em formação e transformação é o produto da articulação entre a reestruturação global dos processos económicos – alargamento dos mercados, internacionalização crescente do capital, nova divisão internacional do trabalho, e os ajustamentos com que as instituições locais, nacionais e regionais procuram responder às novas condições criadas pelo desenvolvimento do capitalismo. Aqui, comprovadamente, estamos perante uma grande novidade, não só porque o *core* formado pelos países centrais do sistema deixa de poder ser visto isoladamente, mas porque as dinâmicas de desigualdade que agora se desenvolvem à escala mundial tornam mais difícil não ver as ligações entre a pobreza e a situação das várias classes trabalhadoras e assalariadas, dentro e fora dos polos dominantes da economia global.

O isolamento analítico dos pobres, a sua desvinculação de qualquer tipo de representação da estrutura de classes e da sua evolução, é uma pecha que acompanhou até há pouco os estudos da pobreza. Um exemplo acabado desse

de uma ‘nova pobreza urbana’ o que, neste caso, quer dizer a exclusão estrutural de um número crescente de pobres.

apagamento da condição estrutural dos pobres é o trabalho, *The Other America*⁷³, em que Harrington teoriza a separação dos pobres da sociedade americana. Para ele, existem, metafórica e literalmente, duas nações dentro dos EUA: uma que corresponde ao conjunto do sistema social e que funciona de modo eficiente e outra, um mundo identificado com a pobreza, em que a disfuncionalidade é total. Essa diferença abissal, além de ser moralmente intolerável, geraria este enorme contrassenso social que é admitir-se no país com a economia mais avançada do mundo a existência de “an underdeveloped nation, a culture of poverty (...) beyond progress, sunk in a paralyzing, maiming routine” (1962: 158). Harrington há-de levar a busca sobre a razão de ser dessa diferença para a procura de um modelo cultural, elidindo da sua análise a natureza competitiva dos mercados, as políticas da desigualdade e a sua relação com a criação da condição de pobreza na sociedade capitalista. Nunca chega a definir com clareza nem a justificar a maneira como divide os pobres do resto da sociedade americana e deixa ficar implicitamente reunidas na “mesma América” categorias estruturalmente bem distintas. Sob a capa de uma objetificação original, Harrington insiste em caracterizações acríicas que, embora salientem a relevância demográfica de uma “nação de pobres”, acabam por reproduzir as narrativas elitistas e imperialistas que, diria Eric Wolf (1982), reduzem todo o género de trabalhadores, independentemente da sua sustentabilidade económica, e quer estejam a Norte ou a Sul do Equador, a “povos sem história”, no sentido em que as relações de poder que estão na base da sua constituição e levam à criação de diferenças, hierarquias e conexões entre eles e com outros sectores sociais, estão ausentes da forma como são descritos. Ainda assim, se avançarmos uns anos e formos recuperar Harvey e a sua identificação de uma dialéctica interna e externa próprias do capitalismo⁷⁴, vemos como a categoria imaginada por Harrington pode até fazer sentido de outra maneira. Se, como propõe Harvey, o capitalismo recorre à criação e recriação constante de “outros”, que ora são trazidos para dentro do sistema, ora são colocados do lado de fora, então, a “outra América” excluída de Harrington pode muito bem corresponder ao momento em que essa parte da população, historicamente integrada pelo capitalismo

⁷³ Cf. Referência anterior a este livro na página 90.

⁷⁴ Exposto atrás, cf. página 115.

americano, passou a ver as suas formas de reprodução social transformadas em matéria-prima do crescimento dos processos de acumulação.

Seja como for, o caminho subsequente que foi feito pelos estudos da pobreza, até há cerca de uma década atrás, identificou-se muito mais com estas unidades de análise dos pobres empiricamente arbitrárias, sem verdadeiro suporte ou definição teórica, mas de grande impacto político, incorporadas em muitas propostas como a de Harrigton. A pergunta que se deve colocar é porque é que foi preciso esperar até praticamente ao final do século XX para ver surgir alguns autores finalmente dispostos a problematizar estas categorias e a conduzirem os estudos da pobreza para um mais do que necessário enquadramento em termos de análise das desigualdades sociais, área fundamental à compreensão das sociedades modernas e cuja origem se confunde historicamente com a própria criação das ciências sociais no séc. XIX.

De um ponto de vista pessoal, parece-me indiscutível que a história a contar teria sido outra, caso o pensamento social de Marx tivesse deixado, desde o princípio, um maior legado neste domínio. Efetivamente, não foi isso que aconteceu e em nenhum dos textos clássicos marxistas se encontra um tratamento direto ou uma abordagem específica dirigida às questões da pobreza. O que existe, e está largamente ausente da generalidade dos contributos que tenho vindo a recensear, é uma abordagem relacional que analisa as desigualdades enquanto propriedade dos sistemas sociais e permite perspectivar a pobreza como reverso e contraponto da riqueza. Submetendo a análise a essas premissas marxistas, a pobreza deixa de poder ser encarada como um dano colateral ou uma consequência económica indesejada que urge corrigir, para passar a ser um produto inerente ao funcionamento do modo de produção capitalista, um efeito da acumulação de capital e do modo como a riqueza de uma classe fica dependente da exploração e da subtração de recursos a outras classes. Marx enunciou esta interdependência sob a forma de uma lei, que tornava a “accumulation of misery a necessary condition, corresponding to the accumulation of wealth. Accumulation of wealth at one pole is, therefore, at the same time accumulation of misery, the torment of labour, slavery, ignorance, brutalization and moral degradation at the opposite pole” (Marx, 1976: 799).

Mas, ainda que a matriz marxista original não destaque o tema da pobreza nem o trate pelo seu valor próprio, toca-o indiretamente em função do desenvolvimento dado a três das suas noções fundamentais: a da existência do ‘exército industrial de reserva’, a do processo de ‘pauperização’ e a do ‘lumpen-proletariado’. A primeira destas teses é um elemento chave para a compreensão do modo de produção capitalista e do funcionamento do princípio da acumulação de capital. O “exército industrial de reserva” é um segundo segmento do mercado de trabalho, tão importante à existência deste sistema económico como o “exército ativo de trabalhadores”. A expressão designa a mão-de-obra excedente e disponível em função do nível e das necessidades produtivas, força laboral constituída por todo o tipo de trabalhadores eventuais, subempregados e desempregados⁷⁵ que, por períodos mais ou menos longos, não têm lugar no mercado de trabalho e ficam na dependência de instituições de carácter assistencial. O papel destes trabalhadores é o de servir de regulador salarial, mantendo baixo o valor do trabalho, segundo os interesses do capital. Nas épocas de crise e de falta de empregos, são usados para fazer baixar os salários dos trabalhadores no ativo; nas épocas de crescimento, servem para manter baixos os salários e reduzir a capacidade de ação e contestação colectiva dos que estão empregados.

A existência do exército industrial de reserva representa portanto uma característica dominante do funcionamento do capitalismo e da condição das classes trabalhadoras. É graças à manutenção desta reserva laboral de desempregados e subempregados, em conjugação com os limites impostos, na lógica do sistema, pelo cálculo de rentabilidade, competitividade e mobilidade de capitais, que os trabalhadores se veem privados de auferirem de um crescimento dos seus salários reais ao nível dos aumentos de produtividade. De facto, o que se verifica é que, segundo Marx e para não interferir com a acumulação de capital, os salários crescem menos do que a produtividade do trabalho, quebra que representa o empobrecimento relativo dos trabalhadores e o aumento da sua exploração. A existência desta limitação

⁷⁵ Determinados grupos sociais mais vulneráveis às desigualdades, como as mulheres, os imigrantes e as minorias étnicas, tendem a estar presentes em maior número neste segmento da força de trabalho.

ao crescimento salarial, não impede os capitalistas de procurarem incessantemente reduzir os salários efetivos tanto quanto possível, usando como pressão a força de trabalho disponível. A tese marxista da tendência para a pauperização como princípio inerente ao sistema capitalista fundamenta-se na presença e na ação combinada destas duas formas, relativa e absoluta, de empobrecimento dos assalariados.

Ao contrário do que faz relativamente ao 'exército industrial de reserva', a análise marxista coloca o 'lumpen-proletariado' completamente fora do processo produtivo. As áreas urbanas são descritas como os territórios naturais para esta camada da população, composta por uma grande variedade de figuras mais ou menos marginais e integradas numa massa instável e de limites difusos que não merecia de Marx muito mais do que alguns comentários com teor depreciativo⁷⁶. Moralmente condenados, acusados de reacionarismo político e ignorados como categoria analítica, aos marginais do trabalho industrial só era reconhecida uma única função histórica: servir de instrumento às classes dominantes e auxiliar na repressão das lutas e da contestação operárias, sempre que estas se agudizavam.

Este posicionamento *hors classes* do 'lumpen-proletariado' fará todo o sentido do ponto de vista do pressuposto marxista das relações sociais de produção, mas é difícil de conciliar com aquilo que são as práticas e as pertenças efetivas dos grupos sociais. Bastará fazer a observação da população atualmente residente nos bairros pobres das classes trabalhadoras urbanas para levantar dados que contradizem esta divisão social. O que se verifica ao nível da pequena comunidade local é a junção e o cruzamento, através das redes de vizinhança, das relações familiares e dos laços de parentesco e de amizade, de indivíduos com perfis regulares de inserção assalariada e outros com modos de vida económicos menos integrados. Por partilharem os bairros onde residem, ambos os 'grupos' estão confrontados com a mesma escassez de equipamentos e serviços, os mesmos estigmas territoriais, problemas próprios destes lugares que são sentidos em comum e podem potenciar formas de ação colectiva. Por

⁷⁶ Posição socialmente liminar, na qual Marx incluía desde vagabundos e mendigos até proxenetas e jogadores profissionais, o *lumpen proletariado* era objecto de forte suspeição quanto ao seu papel como agente histórico.

vezes, são as próprias biografias dos indivíduos que mostram alternâncias entre perfis ao longo do tempo. Separar em absoluto as duas categorias parece-nos inconsistente, sociologicamente irrealista, provavelmente ditado pelo preconceito moral ou pela simples sujeição a lógicas e raciocínios de ordem política. No mesmo sentido, vão as conclusões de Thompson (1991), naquele que é o mais reputado trabalho alguma vez produzido sobre a história da classe operária e a sua formação no dealbar do séc. XIX em Inglaterra. Crítico da visão, dominante entre marxistas, de delimitar as posições de classe simplesmente a partir da vinculação aos meios de produção, Thompson propõe um alargamento das classes trabalhadoras de modo a poder juntar-lhes os pobres e os marginais ao mundo do trabalho, uma vez que uns e outros fazem parte das mesmas comunidades e estão ligados por todo o tipo de laços sociais. Os seus argumentos mais fortes a favor desta fusão são retirados de uma análise em profundidade da história do movimento operário, em particular da fase primitiva do seu desenvolvimento. Segundo ele, os pobres, participando de uma massa de populações de baixa condição, procuraram sair em defesa dos valores e da moral social que suportavam as antigas relações económicas e tiveram, desse modo, um papel fundamental nas primeiras manifestações de resistência e oposição às forças do mercado livre. A luta contra a implantação do capitalismo industrial esteve, portanto, menos confinada aos locais de produção e às lutas operárias pelos direitos laborais e mais repartida e presente nas reivindicações de consumo das comunidades trabalhadoras e nas manifestações de uma cultura popular revoltada contra os privilégios das classes abastadas e dominantes. Sobretudo numa fase embrionária, os processos evoluíram a um nível subpolítico e tomaram a forma de “movements of social protest, in which the underlying conflict of poor against rich, is clearly visible” (Thompson, 1991: 75). Foi através da sua participação na ação colectiva e na contestação à nova ordem económica e social que os pobres se terão tornado, na perspectiva de Thompson, aliados duma classe operária ainda incipiente e em construção.

Dentro duma linha mais fiel à ortodoxia da grelha marxista, houve vários autores que tentaram resolver os problemas suscitados pelos critérios originais de identificação das classes e criar uma análise neomarxista das formações sociais

contemporâneas. Erik Olin Wright foi um deles e, além de outras propostas porventura mais identificadas com o seu nome, elaborou também uma análise da pobreza baseada na exploração de classe (1995). Nela propõe que o problema da pobreza seja dividido e analisado segundo duas situações distintas: a pobreza “gerada no interior das relações de exploração” e a pobreza “gerada pela opressão não exploradora”. À primeira corresponde uma fracção das classes trabalhadoras particularmente prejudicada na retribuição que consegue obter pela venda da sua força de trabalho. É composta por trabalhadores cujas baixas qualificações e reduzida mobilidade geográfica obrigam a aceitar postos de trabalho mal remunerados e sem garantias, num mercado secundário de trabalho do qual fazem parte as empresas menos produtivas e competitivas em cada sector de atividade.

Os pobres que estão na segunda situação integram a infraclasse. Na definição neo-marxista, o conceito aplica-se “aquella categoría de agentes sociales que están económicamente oprimidos pero no permanentemente explotados dentro de un sistema de clases dado” (Wright 1995: 147). O recurso chave subjacente à definição desta posição é o mesmo que é utilizado para a generalidade das classes trabalhadoras: a força de trabalho. No caso da infraclasse e da fase avançada do capitalismo, não existe uma capacidade laboral que possa ser usada de modo produtivo, logo, o trabalho dos indivíduos que integram esta subclasse não tem qualquer valor. Ao mesmo tempo, a opressão económica de que são alvo advém do impedimento de acesso a recursos que, como as qualificações, permitiriam pelo menos a inclusão nas relações de produção exploradoras. Face à exclusão produtiva, a ação social da infraclasse fica, segundo Wright, limitada a uma única forma possível de intervenção que é a de interromper os processos sociais de consumo, recorrendo ao crime e à violência para investir contra a propriedade.

Esta elaboração em torno de uma concepção neomarxista da pobreza soluciona o paradoxo de haver uma teoria fundamental das desigualdades que não definia até agora uma posição na estrutura de classes para uma parte dos grupos sociais cuja defesa constituía a sua principal motivação à partida, enquanto matriz de pensamento político. Com a definição apresentada por Wright, a pobreza ganhou

finalmente estatuto teórico para o marxismo e ficou delimitada com clareza, dentro desse ponto de vista, aquela que é a participação dos pobres no sistema económico e nas relações sociais, sob o regime capitalista: dentro do sistema, constituindo um segmento do operariado, uma subclasse de trabalhadores irregulares pobres; e, fora do sistema, como um corpo social “prescindível do ponto de vista da racionalidade capitalista” (1995: 148,9), a infraclasse⁷⁷.

À medida que as condições de desenvolvimento do capitalismo vão forçando à exclusão estrutural de uma parte crescente da força de trabalho, as diferentes perspectivas de estudo das desigualdades, sejam marxistas ou estratificacionistas, vão continuando a ocultar um problema que se avoluma e cuja origem está relacionada com as matrizes e critérios teóricos e, mais precisamente, com o facto de quase todas as formas de análises das classes assentarem nas inserções dos indivíduos na esfera produtiva. Tradicionalmente, este problema era contornado numa forma pragmática pelos estudos empíricos, considerando-se para os desempregados e para os reformados o seu último emprego e, para cônjuges não-ativos, o emprego do elemento da família com atividade profissional. Na contemporaneidade e face ao crescimento das taxas fixas de desempregados e de não-ativos⁷⁸, as críticas a este tipo de soluções acentuam-se porque deixa de ser possível confiar em absoluto em estatísticas que generalizam a distribuição de populações inteiras por estruturas de classe em função de amostras de indivíduos empregados que são cada vez menos representativas.

Os não-ativos são uma categoria abrangente, que junta a grupos desfavorecidos outros claramente privilegiados, mas destes só os pobres desempregados e dependentes da assistência pública constituem um verdadeiro

⁷⁷ Subdividir a condição de pobreza em duas posições estruturalmente distintas decorre da mesma lógica de fragmentação que Wright já adoptara para propor uma grelha alargada de 12 posições de classe: três fracções proprietárias e nove fracções para as classes assalariadas (1985). Os autores neomarxistas, Wright e antes deles Poulantzas (1975), recorreram à noção de fracções de classe para, sem decompor as premissas de Marx, integrar em posições específicas numerosos grupos sociais criados pelo que entendiam ser a evolução do capitalismo.

⁷⁸ Estimativas citadas por Marshall (1997: 87) apontam para que, na Inglaterra nos anos 80, as investigações produzidas excluíssem na realidade cerca de 40% da população adulta.

problema para os esquemas classificatórios da análise das classes. Em que grupo de desigualdade colocar aqueles que, mediante a aplicação dos critérios clássicos, aparentam ter sido esquecidos e estar completamente à margem das estruturas de classes?

As respostas para esta pergunta começam a ser adiantadas em estudos que se debruçam sobre o conjunto das alterações à estrutura de classes nas sociedades avançadas. No âmbito destes trabalhos, o termo *underclass* é recuperado e expurgado dos significados comportamentais, para dar conta unicamente da condição face ao mercado de trabalho daqueles que nele não conseguem entrar. Giddens avança com uma primeira proposta e em *The Class Structure of the Advanced Societies*, logo em 1973, vem apresentar uma definição alargada de uma infraclasse composta por todos aqueles que trabalham nos sectores laborais pior remunerados ou que estão em situações de desemprego ou de subemprego crónicos. As abordagens seguintes são mais restritivas e deixam a infraclasse reduzida aos que não mantêm qualquer tipo de relação com o mercado de trabalho. É o caso de Runciman, investigador britânico que escreveu “How many classes are there in contemporary british society”, artigo de 1990. Numa perspectiva marcadamente weberiana e estratificacionista, este autor identifica o ‘poder económico’ como fonte de referenciação para as divisões entre as classes, reconhecendo que as diferenças de poder se expressam no mercado, através da posse dos meios de produção, do controle dos processos produtivos e da rentabilidade dos atributos profissionais transacionáveis. Sem recursos rentáveis que lhes permitam ter sucesso nessa competição, os membros da infraclasse são “those who are excluded from the labour market entirely, whether through debt, disability or a lack of any minimal skill in consequence of which they are permanently consigned to the category of the long-term unemployed” (1990: 381). Três anos depois é publicado *Changing Classes: Social Stratification in Postindustrial Europe and North America*. Neste livro, Esping-Andersen parte de uma análise mais complexa em que distingue uma hierarquia em declínio, fordista, que corresponde aos vectores de classe próprios do período industrial, de uma outra, pós-industrial, em que sobressaem os grupos profissionais ligados às atividades emergentes. Os vários processos de transformação

da economia que, como a inovação tecnológica, ditam a formação de novas hierarquias, vão igualmente ser responsáveis pela marginalização dos trabalhadores sem qualificações adaptáveis. Esping-Andersen encontra na transição para esta nova economia razões suficientes para traçar um cenário de profunda clivagem social, entre, por um lado, todas as classes assalariadas, *insiders* com trabalho bem remunerado e seguro, e, por outro, as populações *outsiders*, constituídas sobretudo por jovens, desempregados de longa duração, trabalhadores desencorajados e precocemente reformados, cujo trabalho não tem valor para as empresas das economias avançadas.

Ainda que se possa admitir que não faltam argumentos teóricos para suportar a construção de uma nova localização de classe para os economicamente excluídos, essa hipótese exigiria um debate mais aprofundado e a resolução à partida de dois tipos de dificuldades. Na medida em que a infraclasse é caracterizada pela exclusão do mercado de trabalho, a primeira dificuldade resulta da necessidade de se definir parâmetros concretos para separar as situações de simples instabilidade ou descontinuidade laboral, dos segmentos disponíveis para trabalhar em sectores onde os excedentes de mão-de-obra ou a extinção de atividades forçam os trabalhadores a estar permanentemente desempregados. Basicamente, trata-se de operacionalizar o conceito e de saber quantos anos de desemprego e de inatividade económica são necessários para se poder considerar um trabalhador inviável e ínfima a sua probabilidade de vir a encetar uma relação estável com o emprego remunerado. A possibilidade da infraclasse vir a integrar as grelhas de investigação sobre as estruturas de classes, e se chegar a conhecer objectivamente os seus efetivos, depende desta definição prévia.

Mas, resolvido o problema da localização estrutural, para que as populações económica e socialmente excluídas possam vir a ser aceites como uma nova classe, é preciso alguma evidência de que partilham perspectivas culturais, valores e práticas sociais efetivas. Segundo a teoria das classes, as condições objectivas e a situação de pertença colectiva devem levar a que se desenvolva entre os membros de cada classe uma comunhão de modos de vida, de padrões de comportamento e atitudes, de

interesses e gostos, características que no seu conjunto moldarão uma identidade social particular. As classes sociais exprimem a sua existência e as desigualdades que as diferenciam, não só através de atributos objectivos, relacionados com a riqueza, o estatuto e o poder a que têm ou não têm acesso, como por traços, práticas e atitudes culturais que as manifestam e com as quais são identificadas.

Ora, alguns dos dados conhecidos de longa data contrariam a ideia de que a infraclasse possa ser culturalmente distinta. Numa pesquisa em que se pretendia testar a flexibilização laboral enquanto factor potenciador da formação de uma consciência de grupo, Gallie (1988) concluiu que as populações afectadas pela precariedade eram demasiado díspares e estavam demasiado afastadas entre si, durante os períodos de inatividade, para que uma identidade colectiva pudesse emergir. A mesma impossibilidade é constatada por Marshall, quase dez anos mais tarde (1997). Trabalhando com dados sobre os EUA e a Grã-Bretanha, o autor analisou sucessivamente duas populações, uma constituída por desempregados e outra por pobres, tendo concluído que, qualquer que seja o grupo utilizado para representar a infraclasse, não se manifestam atitudes diferentes das do resto da população, pelo menos em tópicos sociopolíticos sensíveis, relacionados com a origem das desigualdades em geral ou com a condição social particular de cada um. Não só não há uma identidade com contornos particulares neste domínio, como não se confirma um padrão fatalista por vezes associado pelas representações sociológicas a uma subcultura típica da pobreza.

A inexistência de provas convincentes que tivessem vindo confirmar a diferença cultural da infraclasse, serve aos defensores das linhas mais ortodoxas da sociologia das classes e da estratificação para, por um lado, refutar a admissão de um novo grupo desfavorecido nas grelhas de análise e, por outro, para defender a correção duma lógica de investigação que deve continuar assente apenas no exame do universo dos ativos empregados. Segundo Marshall, o desemprego não afecta os valores e os comportamentos e não significa que os indivíduos que se encontram nessa situação “have dropped out of the class structure, and are no longer affected by their earlier class experience. (...) Our results show that, at least in the case of voting and

attributing class identities, the non-employed seem to carry much of the baggage of class with them when they leave the labour market” (1997:103). Embora a variedade dos dados apresentados me pareça insuficiente, Marshall usa-os como argumento para não reconhecer uma identidade própria à infraclasse, com a mesma convicção com que anos antes certificara a solidez das representações e as identidades das classes trabalhadoras britânicas, no preciso momento em que se acumulavam as análises de sentido contrário⁷⁹. Fica por isso a suspeita de que o autor pudesse estar menos preocupado com a virtual existência de uma infraclasse, do que em desmontar qualquer tipo de plataforma que pudesse servir de base a uma crítica da análise das classes, nos moldes em que ele a concebia e levava a cabo. O que vamos ver de seguida é que essa reflexão crítica receada por Marshall já estava em marcha e que, depois dela, as manifestações da presença de identidades de classe pode ser avaliada de uma maneira significativamente diferente.

2.3. Das posições de classe às identidades de classe

No quadro mais amplo das ciências sociais e particularmente a partir da sociologia britânica, desde o final da década de 90, tem vindo a desenvolver-se um movimento de renovação da análise das classes que considera esgotadas as formulações teóricas tradicionais e ensaia diversas abordagens que enfatizam os processos culturais e a componente dos ‘estilos de vida’ na demarcação de posições no interior das estruturas de desigualdade. Partindo por vezes de noções relativamente difusas do conceito de classe que pretendem relacionar as desigualdades com processos mais abrangentes de divisão social e diferenciação cultural, o que caracteriza este conjunto de autores é situarem a análise nas práticas quotidianas e nas representações vulgares, o que justifica a associação da perspectiva ao estudo do que genericamente é apelidado de ‘identidades de classe’.

O interesse por estas dimensões ditas ‘subjéctivas’ sempre existiu na sociologia das classes e da estratificação, ainda que as perspectivas prevalecentes no passado

⁷⁹ Para uma descrição completa deste debate, ver pg. 135 e seguintes.

usassem linguagens e mantivessem objectivos distintos. A análise tradicional assentava num modelo “Estrutura-Consciência-Ação” (Savage, 2000: 26), em que as estruturas eram vistas como conduzindo a ação através de formas particulares de consciência de classe, o mesmo é dizer, pressupondo-se a necessidade da existência de grupos com a noção de si próprios e dos seus interesses e, portanto, a existência de identidades intermediando a relação entre condições estruturais e formas de ação. As grandes questões teóricas giravam em torno da consciência de classe, particularmente da consciência que os trabalhadores tinham da sua pertença a uma classe e da sua inserção numa estrutura de classes e, depois disso, em saber em que medida é que os mesmos trabalhadores se mobilizavam para defender os seus interesses de forma organizada. Dentro desta lógica, as identidades de classe figuravam menos como um problema em si do que como uma tradução empírica das questões de fundo colocadas pela consistência e coesão demonstradas pelas consciências de classe.

É durante os anos 50 do século XX que nos surgem as primeiras investigações dedicadas especificamente às identidades e ao significado que as pertenças de classe tinham para a vida dos trabalhadores industriais e das suas famílias. Seguindo uma abordagem típica dos estudos de comunidade, estes estudos desenvolvidos em Inglaterra (Dennis *et al.* 1970; Young e Willmott, 1983) procuravam identificar diretamente as marcas de classe em várias dimensões da vida quotidiana, desde as baixas remunerações do trabalho à precariedade dos alojamentos e à exiguidade de acesso a bens materiais, condições consideradas fundamentais para o desenvolvimento de sentimentos e laços de solidariedade nos locais de trabalho e nas áreas de residência e para a existência de uma forte consciência operária e de oposição às classes proprietárias e aos seus modos de vida.

Não deixa de ser irónico o facto destes estudos se realizarem exatamente no momento em que as estruturas produtivas e socioprofissionais europeias apresentavam sinais inequívocos de mudança. Eles permitem-nos hoje resgatar a memória de um operariado tradicional que começava já a desaparecer e a ser substituído por um novo segmento de trabalhadores com mais qualificações, melhor remunerados, cujo nível de vida fazia despertar aspirações ao consumo. Chegou-se a

pensar na época que estes novos membros das classes trabalhadoras, por serem privilegiados relativamente aos seus antecessores, se veriam a si próprios como parte das classes médias, procurando emular os modos de viver do grupo que se estaria tornar a sua referência social. A “tese do aburguesamento”, como ficou conhecida, foi posteriormente refutada pela análise sociológica, em particular por Goldthorpe e Lockwood em *The Affluent Worker* (1969). Nesta obra, os autores reconheciam a importância das mudanças sociais ocorridas, mas refutavam a suposta promoção da classe operária às classes médias, bem como a tentativa de explicar essa integração com o crescimento da riqueza disponível. Para eles, as verdadeiras mudanças encontravam-se nos comportamentos e no imaginário das classes operárias, nomeadamente numa visão mais instrumental do trabalho que estaria ligada à alteração das condições laborais e numa certa privatização dos modos de vida, em resultado da melhoria dos padrões habitacionais. Assinalavam igualmente a tendência dos novos operários para diferenciar as classes de acordo com os níveis de rendimento e os estilos de vida e para aplicarem esses mesmos critérios materialistas ao tratarem de se fazer incluir numa classe média alargada na qual reuniam todos os trabalhadores, sem respeitarem a divisão clássica entre trabalho manual e não-manual. Na sua visão das desigualdades não caberia a consciência de uma identidade e de interesses próprios, como acontecia com o operariado tradicional, mas sim uma valorização das aspirações materiais e a aceitação da ordem estabelecida.

The Affluent Worker foi uma obra controversa na época em que foi editada, mas acabou por se tornar um marco na investigação sobre as classes sociais. Nos anos que se lhe seguiram, as investigações produzidas na sua senda reforçaram as dúvidas sobre a capacidade dos membros das classes trabalhadoras defenderem uma imagem clara e consistente do conjunto da estrutura de classes e da posição por si ocupada nessa estrutura, enquanto, simultaneamente, se ia instalando a convicção entre os especialistas de que a ambivalência seria o traço definidor da postura dos trabalhadores face às desigualdades e aos sistemas sócio-políticos que as sustentam. Na opinião de autores como Devine (2004: 194), o consenso gerado acerca da ambivalência das classes trabalhadoras justificaria só por si o impasse em que se caiu

desde então no estudo da consciência de classe. Dos anos 80 a esta parte, o debate é definitivamente reorientado pela passagem para primeiro plano do conceito de identidade e pela incerteza sobre a relevância que as classes continuam ou não a ter enquanto base para a identificação social.

A década de 80 mal tinha começado quando, de fora da área de especialidade, começaram a fazer-se ouvir os primeiros ecos de teses que proclamavam o declínio das identidades de classe. Segundo estas teorizações, o enfraquecimento das identidades fundadas nas pertenças de classe seria um dos aspectos fundamentais das profundas transformações sociais e culturais contemporâneas que decorreriam da ultrapassagem histórica do antigo paradigma de relações das sociedades capitalistas e industriais. Entre os autores que defendem o ponto de vista da passagem a uma nova fase da modernidade, uma ‘modernidade líquida’ ou o do advento de uma ‘modernidade tardia’, temos, respectivamente, Bauman e Giddens⁸⁰. Não fazendo propriamente parte de uma mesma corrente de pensamento, os dois sociólogos pouco têm em comum além da tese do fim das classes. Vejamos, separadamente, algumas das ideias que os identificam.

Bauman (1982, 1989) identifica a individualidade e a liberdade como valores matriciais da modernidade, necessidades estabelecidas por um contexto societário em que “tendo quebrado todas as grilhetas que amarravam as pessoas quase definitivamente a posições impostas, os tempos modernos encontram indivíduos com a tarefa crucial de construir a sua própria identidade social” (1989: 101). Com a passagem à modernidade tardia, verifica-se uma nova expansão das condições de liberdade em que se processa a auto-afirmação pessoal, facto que, na perspectiva do autor, resulta da transferência da competição identitária da área da produção material para a esfera do consumo. A competição que decorre através das atividades de consumo é mais livre porque, podendo continuar a envolver objetos materiais, se joga

⁸⁰ Conjuntamente com Lash (1990) e Beck (1992), Bauman e Giddens foram os principais críticos da ideia da chegada da “pós-modernidade” e da presunção de que se estaria a viver uma nova era, depois de terminados os processos históricos da modernização. Para os quatro, a modernidade contemporânea representava ainda uma continuação ou mesmo uma radicalização das dinâmicas representativas da fase moderna.

sobretudo no domínio simbólico: o que está em causa, mais do que a simples posse de bens, é a distinção proporcionada pelos símbolos de prestígio que se conquistam.

A este nível, há alguma compatibilidade entre as propostas de Giddens (1992, 1994) e as de Bauman. Temos de novo as condições impostas pela ordem pós-tradicional da 'modernidade líquida' como pano de fundo sobre o qual decorrem as transformações nas formas de estruturação da identidade pessoal, mas a palavra-chave para entender estes processos é agora 'reflexividade'. Ou seja, perante contextos sociais em que se multiplicam as opções possíveis, crescem em número e complexidade os riscos que têm de ser avaliados e filtrados através da mobilização de sistemas abstractos e do conhecimento pericial, tarefas que exigem da parte dos indivíduos um "planeamento da vida organizado de modo reflexivo" (1994: 5). As escolhas que reflexivamente há que realizar são entre estilos de vida, uma vez que, segundo Giddens, "por causa da 'abertura' da vida social de hoje, da pluralização de contextos de ação e da diversidade de 'autoridades', a escolha de um estilo de vida tem uma importância crescente na constituição da auto-identidade e da atividade quotidiana" (1994: 5).

Tanto Giddens como Bauman reconhecem e tentam enquadrar as antigas formas de desigualdade material nas suas teorias de formação da identidade, mas fazem-no de uma forma que não é completamente esclarecedora. Para Giddens, "as divisões de classe e outras linhas fundamentais de desigualdade, tais como as que se relacionam com o género ou a etnicidade, podem em parte ser definidas em termos de acesso diferenciado a formas de auto-realização e capacitação" (1994: 5). Mesmo os pobres, impossibilitados de escolher estilos de vida, não estariam absolutamente fora do sistema, uma vez que 'estilo de vida' se refere também a decisões tomadas e cursos de ação seguidos em condições de constrangimento material extremo" (1994: 5). A autonomia concedida ao projeto reflexivo do *self* cria uma tensão face às determinantes das estruturas de desigualdade que Giddens não resolve, deixando de algum modo a impressão de que a busca e a manipulação expressiva de estilos de vida pode recobrir e absorver os traços das pertenças de classe e étnicas, ou mesmo os marcadores de exclusão, na formulação de identidades.

Quanto a Bauman, a estabilidade das conclusões não disfarça indícios contraditórios que ficam por esclarecer na análise. A sua caracterização inicial do mercado de consumo como um espaço de liberdade “que pode ser usado por toda a gente” (1989: 102), onde “todos os fregueses podem ser ganhadores ao mesmo tempo”, porque “as identidades não são bens escassos” (1989: 103), é desmontada e negada posteriormente quando introduz na análise os pobres. O estado de pobreza absoluta dos materialmente destituídos corresponde a uma condição social de exclusão “causada principalmente pela inaptidão para desempenhar o papel de consumidor, e depois confirmada, legalmente corroborada e burocraticamente institucionalizada como condição de heteronomia e de não-liberdade” (1989: 136). Estes pobres vêem-se privados da liberdade de se afirmarem através do consumo e, simultaneamente, condenados a viverem com uma identidade diminuída e a “procurar refúgio em casa, que passa a servir de sítio que protege da ameaça real ou imaginária da condenação comunal, do ridículo ou da compaixão” (1989: 137). Mas a pobreza é uma situação muito mais abrangente na sociedade de consumo. Aos primeiros, pobres ‘reprimidos’, juntam-se todos os ‘seduzidos’, aqueles que terão sempre muito menos do que aquilo que desejam, e que transformam “a esmagadora maioria do resto da população em ‘subjetivamente pobre’ ” (1989: 155). Finalmente e ao contrário do que se esperaria, o consumo para Bauman não cria uma sociedade de indivíduos livres e autónomos, antes redireciona e restringe a competição identitária e torna a liberdade um privilégio de poucos. Desaparecidas as classes, persistem as desigualdades no tempo da ‘modernidade líquida’. A sociedade é agora estratificada pelo consumo e a liberdade de escolha - ou a sua ausência, tornam-se os critérios de colocação nas hierarquias, de definição das identidades sociais e da exclusão de grande parte dos consumidores.

Ao mesmo tempo que Giddens e Bauman publicavam estas teses, outras vozes, provenientes de quadrantes diversos, repetiam com argumentos próprios a mesma ideia do fim das classes, chamando a atenção quer para a desatualização ou exaustão do conceito (Pahl, 1984; 1989), quer para o desaparecimento das classes enquanto principal factor de ação colectiva (Pakulski e Waters, 1996). Não se pode todavia

concluir, a partir destas propostas isoladas, que a interpelação dirigida por estes autores contemporâneos à sociologia das classes tenha tido, pelo menos em termos imediatos, grandes repercussões. As réplicas que surgiram foram sobretudo defensivas e limitavam-se a denunciar, através de breves referências, a inconsistência e o carácter antagonista desse argumentário face à teoria das classes. Exposições críticas mais substanciais, da parte daqueles que continuam a acreditar que as desigualdades de classe constituem ainda hoje um dos principais factores de estruturação das relações sociais, aparecem bastante mais tarde, sobretudo no quadro de um processo de profunda discussão sobre o conceito de classe e sobre a necessidade de renovar e redireccionar os modos de proceder à sua análise (Savage, 2000; Skeggs, 2004; Atkinson, 2007; 2008).

Retomemos então a evolução da sociologia das classes da década de 80, época em que o conceito em causa nos estudos sobre as subjetividades de classe não é já a consciência mas as identidades de classe. Empiricamente, a análise das identidades incidia, por um lado, sobre as percepções que as pessoas tinham da estrutura de desigualdades e das classes que a constituíam e, por outro, sobre a sua identificação com categorias de classe particulares e pelo modo como estas categorias influenciavam as suas predisposições sociais e tendências políticas. Este conjunto de questões traduzia de facto um problema fulcral para muitos dos autores deste e de outros períodos: a proeminência das classes nas representações do mundo e na vida dos atores sociais.

Os investigadores que avançam para o terreno com pesquisas conduzidas segundo esta óptica são Marshall *et al.* (1988) e Devine (1992). Separadamente, ambos detectam a presença entre os trabalhadores britânicos de representações muito fortes acerca da existência de divisões de classe na sua sociedade e a capacidade para identificarem com maior ou menor clareza as posições de classe por si ocupadas. No caso de Marshall as identificações são firmes, enquanto no de Devine revelavam alguns sinais de ambiguidade, patentes nos sentimentos de desconforto em relação ao tema das classes ou dos estatutos a elas associados, bem como na descrição da estrutura de classes em termos de riqueza ou níveis de vida. As identidades retratadas

apresentavam ainda como traço comum o seu prolongamento na esfera política, através das tendências de voto e na maior proximidade em relação a determinadas forças políticas e sindicais, mas não davam origem a formas mais ativas de mobilização. Estes dados provaram aos olhos destes investigadores que, apesar das profundas transformações socioeconómicas registadas durante a segunda metade do século, as classes mantinham toda a atualidade como factor poderoso de identificação para os trabalhadores. Segundo Savage (2001: 876), Devine considerava que a proeminência das identidades de classe era uma consequência das formas de organização colectiva no quadro institucional criado pelas democracias. Mesmo os sinais, por vezes perceptíveis, de ambivalência nas identificações, poderiam ser justificados pela natureza fracturada e conflitual de tudo o que é do domínio político nas sociedades pluralistas e democraticamente regidas.

Os resultados apresentados por Devine e Marshall viriam mais tarde a ser contraditados. Estudos sucessivos publicados nos últimos anos da década de 90 (Skeggs, 1997; Reay 1998a; Bradley, 1999 e Savage, 2000) vieram revelar atitudes invariavelmente hesitantes e ambíguas em relação às categorias de classe, da parte de inquiridos que se mostravam bem mais relutantes em reclamar ou assumir com firmeza qualquer identidade de classe. Embora não tenham dificuldade em reconhecer a persistência de dimensões de desigualdade ou em renunciarem-se sobre as classes de um ponto de vista político, resistem quando se trata de definir a sua posição e chegam, nalguns casos, a recusar qualquer tipo de identificação. No primeiro dos estudos mencionados (Skeggs, 1997), a população estudada é composta por jovens mulheres que procuravam dissimular ao máximo a sua pertença à classe trabalhadora, na presunção de que os estigmas e as imputações de carácter moral que, de acordo com as suas representações, incidiam sobre esta categoria, resultariam inevitavelmente em prejuízo identitário para quem se dispusesse a assumir essa condição. O distanciamento em relação à classe de origem era construído por meio de sinais de respeitabilidade que podiam ser acumulados em diferentes domínios, investindo na maneira de vestir, na decoração das casas e na educação dos filhos. Ainda que estes comportamentos remetessem diretamente para a influência de um

grupo de referência concreto, as mulheres repudiavam igualmente a identificação com as classes médias que apelidavam de pretensiosas. O que subjaz a esta projeção identitária não é uma vontade frustrada de se verem confundidas com a classe média, mas o desejo da parte das mulheres de conquistarem a valorização e o respeito com os quais a patologização da classe trabalhadora é manifestamente incompatível. A autora é categórica quanto a este aspecto: “As mulheres podem desidentificar-se relativamente à classe trabalhadora mas isto não significa que queiram assumir por completo a pertença à classe média. Muito embora o imaginário da classe média possa representar elegância e sofisticação, a classe média real pode comportar-se de um modo com o qual as mulheres não querem ser identificadas” (Skeggs, 1997: 93). Estaremos, assim pensa Skeggs, perante uma atitude que é de ordem política, de oposição às arbitrariedades das categorizações sociais, mas que simultaneamente prova como nas lutas pela identidade não é possível escapar ao poder das classes.

Num segundo trabalho, da autoria de Reay, encontramos relatos e uma análise largamente coincidentes com Skeggs. A abordagem às relações entre mulheres e classes sociais é feita, neste caso, por um ângulo particular que tem a ver com o envolvimento das mães na educação escolar dos seus filhos. Numa amostra mista, constituída por mulheres de classe trabalhadora e de classe média, as identificações em termos de classe constroem-se indiretamente através de discursos de identidade e diferença, que se servem, por exemplo, do tema da patologização de certos comportamentos e grupos para marcarem posições. Opções mais claras de auto-identificação só surgem, na maioria dos casos, quando solicitadas de modo explícito e adoptam a mesma linguagem de distinção entre “pessoas como nós” e “pessoas diferentes de nós”. É à mesma terminologia que se recorre para dar conta da incapacidade em lidar com a instituição escolar e tirar partido dos recursos que distribui: “a maioria das mães da classe trabalhadora e das mães que tendo origem na classe trabalhadora se consideravam da classe média ou sem classe, usavam a retórica de ‘pessoas como nós’ para narrativamente criarem uma imagem contrastante de outros mais privilegiados e deste modo explicarem porque é que lhes podia ser negado o sucesso escolar que tanto desejavam para as suas crianças” (Reay, 1998b: 269). Sem

que a palavra 'classe' seja nomeada, as narrativas deixam perceber que são as identidades diminuídas, a noção da falta de recursos materiais e culturais e os sentimentos de ausência de poder que influenciam as atitudes e a interação das mães trabalhadoras com as escolas. Estas atribuições quotidianas de sentido com impacto na escolaridade são consideradas parte dos processos de classe e um elemento que demonstra como e até que ponto as classes trabalhadoras se podem ressentir das suas fragilidades identitárias.

Do ponto de vista das identidades de classe, novos casos observados por Savage e Bradley vêm reforçar os relatos anteriores. O trabalho de Savage é particularmente elucidativo porque reúne num único estudo quatro aglomerados urbanos diferentes, todos de classe média, nos quais a larga maioria da população ou não atribui a si própria uma posição de classe, ou resiste à ideia e acaba por se definir de um modo hesitante. Aqui, os comportamentos defensivos e a procura de distanciamento em relação às classes traduzem-se no modo como os entrevistados se classificam como 'pessoas normais', isto independentemente de nalguns casos considerarem que fazem parte das classes médias e noutros se reverem nas classes trabalhadoras. O mais importante não será a maneira como "se definem a si próprios em termos de classe: o que lhes interessava enfatizar era serem 'pessoas normais'" (2000: 116). As classes continuam a afectar a auto-identificação, mas agora de outra forma, uma vez que "as pessoas veem as classes como uma ameaça que polui a sua 'normalidade'. A 'normalidade' é também vista como uma construção relacional a partir da qual se estabelecem contrastes com outros que estão colocados acima e abaixo de nós próprios. O termo 'classe' pode ser usado neste contexto como uma categoria que as pessoas empregam para se diferenciarem de outras pessoas" (2000: 116). O que Savage parece querer sugerir é que o estatuto de normalidade que os sujeitos reivindicam será uma maneira indireta de repudiar a atribuição de identidades de classe, uma vez que esta "coloca a possibilidade das pessoas não serem verdadeiros indivíduos mas produtos de uma localização social" (2001: 890). Nesta investigação, referências mais seguras e confiantes às identidades de classe apareciam apenas em grupos minoritários cuja trajetória de vida tinha afastado para longe dos lugares de

origem. Geralmente, eram grupos de inquiridos formados por homens, de classe média segundo os seus atributos objectivos, com percursos de mobilidade, que, contra a regra, manifestavam abertamente o seu orgulho de ter pertencido às classes trabalhadoras. Embora excepcional, esta atitude mais livre para jogar, de um modo reflexivo, com as etiquetas de classe, revaloriza as representações em torno da identidade da classe trabalhadora e da sua força moral, factos inesperados se recordarmos as imagens de decadência e de sujeição às condenações de outras classes que dominavam outras leituras sociológicas já aqui referidas.

Bradley (1996; 1999) descobre as mesmas identificações positivas com a classe trabalhadora numa parte da população junto da qual desenvolveu o seu estudo, homens e mulheres de um vasto leque de condições sócio-ocupacionais que iam da classe média, à classe trabalhadora, passando pela classe média-baixa. A esmagadora maioria dos indivíduos que entrevistou acreditava que na sociedade inglesa existiam desigualdades e era capaz de identificar uma estrutura com diferentes classes. Contudo, quase metade não sabia ou não queria identificar a posição que ocupava nessa estrutura e não escondia a sua vontade em se demarcar dela, dadas as conotações pejorativas que as classes lhes suscitavam. O dado original era que, entre aqueles que estavam dispostos a identificar a sua posição na estrutura de desigualdades, as identificações com a classe trabalhadora triplicavam as da classe média, muito embora fossem bem mais os que tinham profissões habitualmente colocadas na classe média. Uma parte destes posicionamentos provinha de indivíduos com trajetórias pessoais que os haviam projetado para cima nas hierarquias, mas que ainda assim permaneciam ligados aos valores e se identificavam espontaneamente com as classes trabalhadoras. Bradley atribui estas ambiguidades à mobilidade ascendente dos sujeitos e ao hibridismo das suas experiências sociais, não deixando contudo de ver nelas uma marca do enfraquecimento das identidades de classe (Bradley, 1999: 158). De algum modo, a possibilidade deste tipo de situações ocorrerem estava já prevista em análises anteriores da autora, nas quais refletia sobre a fracturação das identidades contemporâneas e os vários processos de diferenciação e fragmentação - nomeadamente económicos e étnicos, que lhe podiam ser

associados e que, em última análise, conduziriam à quebra da “relação necessária entre localizações sociais e identificação” (Bradley, 1996: 212).

Sumariámos até aqui algumas pesquisas representativas duma nova geração de análises das subjetividades de classe e vimos como todas elas assinalam uma tendência para que os indivíduos adotem atitudes ‘defensivas’ ou ‘ambíguas’ face às identidades de classe, não assumindo abertamente filiações identitárias que tenham por base essas categorias. O que passaremos a fazer de seguida é analisar as implicações destas descobertas, primeiro ao nível das tentativas mais elaboradas de interpretar o fenómeno da desidentificação e, segundo, vendo o que estas teses renovadoras significam para o conceito e para a teoria constituída das classes sociais.

Se tomarmos as perplexidades e as recusas ostensivas reiteradas nos discursos como prova de que as classes deixaram de figurar como princípio definidor das identidades na consciência dos indivíduos, temos que admitir que a desidentificação coloca um problema à análise das classes. Como justificar então o paradoxo representado por sociedades em que a persistência das desigualdades não é acompanhada por reações conscientes ou, pelo menos, por uma percepção identitária dos interesses de cada condição estrutural? De que modo pode a teoria das classes incorporar o aparente apagamento das identidades de classe?

É preciso começar por dizer que nenhum dos autores citados, que verificaram os fenómenos de desidentificação, se dispõe a admitir que ele seja uma manifestação de processos que possam estar a pôr em causa a continuidade das classes. Antes pelo contrário, a desidentificação é vista como representando, sob novas formas, o prosseguimento dos processos de classe. Quando as mulheres de Skeggs e as de Reay sentem necessidade de contestar ou de dissimular as suas identidades, o que segundo estas autoras elas estão a fazer é a reagir a construções de respeitabilidade que, ao desvalorizarem e estigmatizarem as culturas de determinados grupos, se revelam enquanto processos decorrentes de oposições entre as classes. Em Savage, o apagamento das marcas das classes trabalhadoras nas identidades masculinas de homens que fizeram parte desse grupo, merece uma explicação semelhante. O processo só se verifica, diz-nos, porque a associação das classes trabalhadoras a

atributos positivos foi destruída a partir do momento em que as mudanças organizacionais tornaram o trabalho manual dependente e subordinado, reposicionando socialmente os seus protagonistas. As identidades de classe estão hoje, como sempre estiveram, dependentes de processos históricos, de lutas pela imposição de significados e de mudanças nas relações de força entre as classes. A desidentificação é uma manifestação observável desses processos, dependente da vontade (ou da ausência de vontade) de determinadas classes em afirmarem ou tornarem visíveis as suas identidades, de acordo com o momento por que passam as suas relações com outros grupos de desigualdade.

Mas, se não se manifestam pela ação, nem são exteriorizadas discursivamente, de que modo continuam as classes e as identidades vivas nos comportamentos e nas atitudes? Sigamos a pista de Reay, que nos diz que “a classe é produzida numa dinâmica complexa entre classes, com cada classe a representar para as outras classes o ‘Outro’ ” (2005: 14) e recordemo-nos que, em muitos dos depoimentos prestados aos vários investigadores, os entrevistados respondiam aos pedidos para identificarem a classe a que pertenciam classificando-se como ‘pessoas normais’ ou falando de ‘pessoas como nós’ para se distinguirem de outros que seriam ‘pessoas diferentes de nós’. No lugar de filiações com agrupamentos de classe identificados, temos então comparações relacionais com ‘outros tipificados’ ou o que Bottero chama “um sentido relacional de distâncias sociais dentro de uma hierarquia” (2004: 990). Estas identidades relacionalmente estabelecidas podem recorrer a formas lexicais menos transparentes para se exprimirem, mas as diferenças e as desigualdades a que fazem referência para se localizarem no espaço social são em larga medida as mesmas das classes tradicionais. Quando as classes são o tema da entrevista ou estão implicadas no assunto em discussão, a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’ envolve invariavelmente aspectos de estatuto e de hierarquia, questões de superioridade e inferioridade material e moral, de julgamento sobre o valor social dos comportamentos. O desaparecimento das referências diretas às classes nas entrevistas bem como nos discursos quotidianos é interpretada como um símbolo de como a ação das classes se tornou silenciosa e surge agora codificada em termos distintos.

O conjunto destas propostas renovadoras da análise das classes que temos estado a analisar é fortemente influenciada por Bourdieu. Por exemplo, a proposição segundo a qual os sujeitos não precisam de nomear ou reconhecer as classes para que elas estejam presentes nas suas interações quotidianas, nos processos institucionais ou nas lutas pela identidade, parece inspirada pelo conceito de “gosto” de Bourdieu e pela ideia de que a sua eficácia social resulta do facto de funcionar de modo inconsciente, a um nível em que escapa ao escrutínio da vontade (1979). Do mesmo modo que para Bourdieu as desigualdades são reprodutíveis por meio de meras preferências culturais, também outras práticas banais, aparentemente destituídas de significado especial, podem estar implicadas na reprodução das classes sociais e na hierarquização dos indivíduos. Estas formas de ação podem portanto contribuir para o posicionamento social dos indivíduos e construir-lhes identificações tácitas de classe, sem que essa referenciação dependa da existência de identidades de classe rigorosamente definidas na ação e reconhecíveis pelos discursos dos atores.

É possível ir ainda mais longe na busca de influências e encontrar em alguns dos estudiosos das identidades de classe as marcas do pensamento dos paradigmas fundadores da teoria das classes. Disso mesmo são exemplo Skeggs e Reay que, ao considerarem a desidentificação das classes trabalhadoras e o colapso das suas formas de ação colectiva uma consequência das estratégias prosseguidas pelas classes dominantes, denunciam abertamente o comprometimento das suas grelhas de leitura com a teoria marxista clássica. A linguagem do ‘conflito de classes’, sobretudo quando exacerbados os seus significados colectivos, coloca-nos perante o contra-senso de nos fazer regressar a uma concepção colectiva, explícita e categorial, própria dum tempo em que as classes surgiam como entidades mobilizadoras e referências determinantes dos processos históricos. Mas foi para dar conta de outro tempo, em que as classes se tornaram mais discretas e a reprodução das desigualdades e dos privilégios passou a decorrer também numa lógica de diferenciação, segundo processos tácitos e individualizados, que toda a re teorização das classes se iniciou.

Entre a nova geração de autores surgiram igualmente propostas, com um carácter programático mais definido, que por colocarem a identidade cultural no

centro da teoria das classes reconhecem, desde logo, a impossibilidade de manter os antigos arquétipos. Referimo-nos à “análise culturalista das classes”, alternativa avançada por Devine (Devine & Savage 2000) e Savage (2000) e mais tarde subscrita por Bottero (2004; 2005). Ao contrário dos antigos modelos analíticos que pressupunham serem as estruturas de desigualdade e as classes economicamente definidas a dar origem às diferenças culturais e de estatuto, as premissas de Devine e Savage apontam para que o foco da análise incida sobre o modo como os processos culturais estão embebidos em tipos específicos de práticas sociais e económicas. Savage não podia ser mais claro acerca das suas intenções do que quando afirmou que o seu projeto era tratar “a análise das classes como um modo de análise cultural” (2000: 148), o que, em termos operatórios, obriga a identificar um ou vários contextos da vida social e ver como neles se produzem e reproduzem quotidianamente processos de desigualdade que envolvem, em simultâneo, práticas económicas e culturais. A fusão dos elementos culturais e económicos dispensa a existência de consciências ou identidades formadas pelas classes enquanto entidades colectivas, assim como a presença de conjuntos de disposições culturais uniformes; o que estabelece a relação entre classe e cultura é o modo como os aspectos culturais estão implicados em formas de exclusão e dominação.

Do mesmo modo, os indivíduos não têm que reconhecer classes ou identificarem-se com grupos ou categorias de classe, para que os processos de classe tenham lugar e as identidades se expressem. Cada localização de classe deixou de fornecer aos seus membros uma identidade colectiva, o que transfere para os sujeitos o papel de definir as suas identidades, recorrendo a processos que forçosamente envolvem a comparação e o confronto com membros de outras classes sociais. Savage vê nessa individualização de processos que até aqui eram colectivos, um dos aspectos mais radicais da reestruturação contemporânea do modo de atuação das classes. A outra transformação que destaca e à qual chama ‘o paradoxo da classe’, (2000: XII) deriva do facto de, apesar das desigualdades económicas e sociais continuarem extremamente marcadas, as pessoas não serem capazes de reconhecer a importância estrutural que as classes têm nas suas vidas.

Bottero concorda com Savage e Devine na conceptualização geral que estes autores apresentam numa análise culturalista das classes, mas acrescenta-lhe uma dimensão hierárquica que, segundo ele, corresponde mais de perto ao modo como as desigualdades funcionam no nosso tempo, além de marcar uma ruptura com a versão oposicional do conceito tradicional de classe social: “Os processos individualizados e implícitos das desigualdades posicionais são melhor descritos como estratificação social ou hierarquia. Mas qualquer que seja a nossa linguagem, é importante reconhecer que as questões colocadas pela hierarquia se estendem bastante para além das que emergem das classes” (2004: 1000). Como se pode ver e à imagem do que já aconteceu com as versões da ‘teoria da desidentificação’ de Skeggs e Reay, também Bottero nos confronta com as velhas clivagens da análise das classes e da estratificação.

Um dos ganhos em representar as classes como ordem hierárquica é, defende Bottero, tornar mais compreensíveis os motivos que levam à invisibilidade de processos que estão tão presentes na nossa vida e que são tão decisivos nas oportunidades de que dispomos, nos estilos de vida que desfrutamos e no sentido que damos à nossa identidade e à dos outros. Se não temos uma maior consciência reflexiva das identidades, uma das razões reside na própria natureza hierárquica das diferenciações, isto é, na existência de múltiplos estratos sobrepostos e divididos por fronteiras que nem sempre são nítidas. Num estudo de Southerton (2002) sobre as fronteiras identitárias de três grupos residentes numa pequena cidade suburbana inglesa, descobriu-se que as narrativas de identificação de grupos - um ‘nós’ e um ‘eles’ - se formavam com base na partilha de práticas e de orientações relativas à vida quotidiana. Na demarcação das linhas de divisão eram utilizadas categorizações genéricas de classe, expressas por intermédio de critérios socioeconómicos, culturais e morais de avaliação de *status*. No entanto, as identificações não eram simétricas, porque apesar de níveis de recursos similares ordenarem internamente as práticas, os valores e as atitudes, estas unidades subdividiam-se e interpenetravam-se em virtude “da localização residencial dentro da cidade (também fruto da mobilidade geográfica) constituir um ‘mundo social’ que fornecia o terreno para percepções sobre a

reputação, a competência e as convenções, dando substância e reforçando as categorizações sociais genéricas relacionadas com as características de classe” (Southerton, 2002: 191). As identificações estavam, neste caso assim como estarão em muitos outros, baseadas em categorizações de classe, mas o reconhecimento interno de grupos somava a esse factor os elementos de *status* que resultavam da organização social local.

Acabámos de ver um exemplo demonstrativo do modo como a sobreposição do *status* à classe fluidifica as divisões entre estratos e complexifica a sua identificação, mas a representação hierárquica das classes indica-nos outros factores que ajudam a compreender a tendência para a invisibilidade das identidades. Depois de produzidas, as hierarquias mantêm-se e são reproduzidas no âmbito de todo o tipo de atividades que preenchem o quotidiano dos indivíduos e em relação a muitas das quais não há nem a intencionalidade nem a percepção imediata de que delas resultem lutas de posicionamento, ou que tenham consequências para a identificação dos indivíduos participantes. “Uma vez que as hierarquias estão embebidas nas relações sociais mais íntimas, e ‘localização social’ e ‘cultura’ estão unidas pela natureza estruturada das práticas sociais correntes”, desde que os indivíduos limitem as suas interações e estilos de vida aos padrões que os seus lugares hierárquicos definem, “as práticas hierárquicas surgem como ‘segunda natureza’, irrelevantes e vulgares (Bottero, 2004: 995).

Desde os estudos de Bourdieu sobre o gosto cultural, em *La Distinction*, que foram reunidas vastas evidências da influência que as posições hierárquicas têm não só sobre os estilos de vida, mas ao nível dum conjunto de formas importantes e íntimas de relacionamento social. Bottero é um dos autores que mais atenção tem dado ao domínio particular das relações, nomeadamente ao mapeamento das interações entre parentes, amigos e outros parceiros, convencido de que “diferentes padrões de associação e estilo de vida *constituem* a estrutura da estratificação social”, ou seja, que é no âmbito destas relações próximas que se jogam vantagens sociais hierárquicas e se “revelam padrões maiores de desigualdade” (Bottero & Prandy, 2003: 178).

Esta posição vem ao encontro da ideia de que a reprodução das hierarquias se faz dentro de círculos sociais e que é a partir das atividades mundanas que as desigualdades se concretizam e adquirem continuidade, mas ao fazê-lo e ao localizar nos momentos mais vulgares da vida social a reprodução das desigualdades, volta a salientar a natureza quase mecânica e porventura imperceptível dos atos para os atores que lhe dão forma. Já uns anos antes, Savage, refletindo sobre a cultura da individualização, se havia referido a um dispositivo de 'deflexão lateral' com efeitos em tudo idênticos na criação de "uma sociedade que rotineiramente reproduz a desigualdade social ao mesmo tempo que deflecte a atenção dos seus agentes lateralmente e não para cima e para baixo, tornando assim a questão da desigualdade social largamente 'invisível' e, de algum modo, 'desinteressante'" (2000: 159).

Os anos decorridos e o volume de trabalho produzido desde que esta geração de autores relançou a análise das identidades de classe permite-nos fazer balanços e encontrar consensos, apesar de algumas das perspectivas em confronto continuarem a deixar repercutir, em aspectos particulares, a divisão matricial das escolas fundadoras da sociologia das classes e da estratificação. Um primeiro ponto de convergência é que numa sociedade em que as desigualdades conservam toda a relevância estrutural, as antigas identidades de classe dão sinais de enfraquecimento. Maioritariamente os indivíduos mostram-se inibidos quando se trata de definir explicitamente a sua pertença a uma classe, mas a ambiguidade e o modo defensivo como se expressam está relacionado com o relativo apagamento das classes enquanto entidades colectivas, e não com o reconhecimento da ligação da sua condição a uma posição particular dentro de um espaço ordenado de desigualdades. Segundo aspecto consensual, o enfraquecimento das antigas identidades de classe não significa que as classes deixem de ser importantes para a definição das identidades individuais; o que acontece é uma transmutação das identidades de classe que se modificam na sua natureza e formas de manifestação. A importância das classes passa a revelar-se sobretudo no domínio mais restrito da ação e das atitudes quotidianas dos indivíduos face ao mundo e às relações sociais. É ao nível das práticas e das interacções correntes, das maneiras de pensar e sentir expressas a cada momento que, de uma

forma mais aparente ou mais subterrânea e codificada, podemos reconhecer a vitalidade contemporânea das identidades de classe, mesmo quando elas não são expressamente nomeadas nos discursos e na acção dos indivíduos. O que mudou foi portanto a dominante na natureza das identidades de classe: deixaram de ser tão visíveis e estar tão presentes sob a forma de identidades colectivas, explícitas e oposicionais, para passarem a existir mais sob uma forma individual, implícita e relacional. É certo que classes sociais nunca determinaram em absoluto as identidades no passado e não há nenhuma razão para acreditar que elas o estejam a fazer no nosso tempo. Mas continuam a ser, não só um instrumento privilegiado para o estudo das identidades dos indivíduos e da sua relação com o mundo, como, através dos significados, dos hábitos, das *nuances* de sensibilidade que as manifestam e das experiências e expectativas comuns que as sustentam, permitem comprovar todo o poder estrutural que as classes conservam e verificar o modo como alguns dos mecanismos de distribuição desigual de oportunidades e vantagens operam em concreto nas sociedades contemporâneas.

2.4. A perspectiva das desigualdades nas teorias da etnicidade

O esforço para reequacionar as identidades de classe e tentar dar-lhes outro significado surge como um movimento relativamente desgarrado e contracorrente, num tempo em que as desigualdades de classe parecem ter perdido os favores da análise sociológica. Mas esta perda de relevância, sentida desde a década de 80 e fruto da ascensão das correntes pós-estruturalista e pós-moderna e de uma certa “viragem cultural” que ambas vieram favorecer no interior das ciências sociais, muito embora tenha uma correspondência real, não deve ser confundida com um distanciamento das ditas ciências em relação ao tema maior das desigualdades ou com qualquer tipo de desinteresse pelas divisões sociais em geral ou pelas identidades que com base nelas se desenvolvem. Aquilo a que se tem vindo a assistir é a uma troca de posições, com a etnicidade a tomar uma boa parte do lugar das classes sociais na análise dos processos

de divisão e diferenciação social⁸¹. Depois de ter permanecido largo tempo em segundo plano, enquanto estudo das relações entre raças, a perspectiva da etnicidade irrompeu na investigação, muito incentivada pelos debates públicos na Europa e nos Estados Unidos sobre as políticas para as minorias, a imigração e o combate ao racismo. Como se poderia esperar, dado o quadro político e as tendências dominantes no contexto académico durante esse período de formação, os aspectos que surgem mais valorizados nas abordagens do fenómeno étnico prendem-se com as identidades e as representações culturais, em estudos dirigidos para as problemáticas dos nacionalismos, das culturas imperiais e pós-coloniais ou da cidadania e do multiculturalismo. De um ponto de vista político, as soluções multiculturais aparecem por vezes contrapostas a tendências que, em nome da defesa dos interesses das minorias, defendem a via da integração económica e dão prioridade aos direitos de cidadania e à igualdade de oportunidades na proteção das comunidades migrantes.

O enquadramento teórico do tema da etnicidade, no âmbito desta tese, obriga a que preste particular atenção às interconexões entre os aspectos culturais e económicos do fenómeno. Não faltam teorias e contributos, sobretudo oriundos da antropologia, em que a discussão do tópico da etnicidade se faz dentro das fronteiras conceptuais da cultura mas, do mesmo modo que as classes não podem ser plenamente entendidas apenas a partir das dimensões económicas, também os grupos étnicos podem perder se forem considerados exclusivamente como comunidades culturalmente distintas. A análise de contextos em que a variável étnica esteja presente exige portanto a consideração prévia de um duplo enfoque, dirigido em simultâneo para os eixos cultural e económico de diferenciação social e para as intersecções que se estabelecem entre ambos.

⁸¹ No que é acompanhada por uma terceira categoria: o género. Os estudos de género ganharam igual ascendente no tratamento das desigualdades, frequentemente em análises cruzadas com os outros dois eixos, de classe e racial. De notar que a intromissão destes factores não gerou entretanto impactos de monta nas teorias gerais da estratificação, permanecendo arrefecidas as explicações monocausais e abordagens extensivas das desigualdades a um nível estritamente económico, em função das divisões entre classes sociais.

As relações entre etnicidade e economia estão particularmente expostas em dois tipos de processos contemporâneos, com raízes históricas mais ou menos recuadas. O primeiro diz respeito à ocupação duradoura de determinadas posições sociais, excluídas ou segregadas, por parte de grupos indígenas ou ancestralmente fixados num território. Populações como os judeus ou os ciganos europeus, por exemplo, vivenciam uma identidade que é fruto de uma raiz cultural comum, mas que é reforçada pela sua experiência enquanto grupos minoritários cujos estatutos são outorgados pelas maiorias. As fronteiras deste tipo de etnicidade são impostas largamente pelas populações maioritárias, nomeadamente quando bloqueiam o acesso a papéis económicos e políticos chave e empurram ou confinam as minorias a determinadas especializações ocupacionais.

Outra forma de constatar a intervenção de mecanismos económicos no despertar de etnicidades passa pelas migrações e pelos movimentos de transferência permanente de populações. Historicamente, as migrações laborais são provocadas por necessidades de mão-de-obra nas regiões mais desenvolvidas, acompanhadas por excedentes de população em regiões economicamente deprimidas. Nas últimas décadas, os fluxos globais complexificaram a composição e os destinos do trabalho migrante, alargando e diversificando o recrutamento para além dos sectores tradicionais, geralmente menos exigentes em termos de qualificações.

Em consequência destes dois processos, de marginalização e de migração e emprego, a maioria das economias apresentaram no passado e apresentam atualmente, em graus variáveis, uma “ethnicization of class structure” (Fenton e Bradley, 2002: 23). Quer isto dizer que os grupos migrantes, que se assumem e são reconhecidos como minorias étnicas e portanto se distinguem das sociedades receptoras através da cultura de que são portadores, mantêm posições específicas nas hierarquias sociais também do ponto de vista das estruturas de classes. Os posicionamentos efetivos de classe são influenciados por um conjunto diverso de factores, entre os quais avultam os padrões e as épocas dos movimentos migratórios; os estatutos profissionais e as posições de classe ocupadas à chegada na sociedade de acolhimento e, antes da migração, no país de origem; o estágio de desenvolvimento

da economia receptora e a sua trajetória subsequente e o eventual relacionamento histórico mantido durante o período colonial (Fenton e Bradley, 2002: 23). Contudo, é recorrente que os imigrantes estejam sobre-representados entre os segmentos mais baixos da estrutura de classes, que façam parte de grupos socialmente excluídos, que se concentrem em bairros e áreas residenciais exclusivas e segregadas, que recorram a trabalhos ilegais ou à economia informal e, na melhor das hipóteses, que encontrem trabalhos regulares pouco qualificados e pior remunerados. A magnitude desta relação estreita entre raça, etnicidade e pobreza reflete-se com a maior transparência no debate em torno da exclusão social e da infraclasse, campo onde se pode constatar que uma parte significativa dos estudos incide sobre minorias desfavorecidas ou imigrantes. Em particular nos EUA, a raça e a diferença étnica aparecem por vezes como tropos, metáforas visíveis e politicamente úteis para designar a pobreza e associar os dois fenómenos como causa e consequência um do outro (Susser, 1996; Mingione, 1996; Morris 1994).

A revisão da literatura da etnicidade que aqui se inclui reflete, portanto, a preocupação de acolher autores e conceptualizações que melhor possam ajudar a perceber de que maneira os processos étnico-raciais são importantes para determinar as posições socioeconómicas dos indivíduos em sociedades etnicamente diversificadas. Trata-se por isso de um balanço particular e parcial do percurso teórico feito pelos estudos da etnicidade no último meio século.

A reconstituição de um qualquer campo teórico no seu conjunto pode exigir um regresso às origens, a concepções que, mesmo muito tempo depois de abandonadas, conservam a importância de terem fornecido o ponto de vista a partir do qual - e muitas vezes contra o qual, foram elaboradas as concepções ulteriores. É esse o papel que hoje está reservado às teses ditas 'primordialistas' da etnicidade, associadas ao nome maior do interpretativismo antropológico, Clifford Geertz. Uns anos antes de Geertz vir formular a sua ideia de *primordial ties*, em 1963, já alguém havia assumido a paternidade da teoria primordialista. Referimo-nos ao sociólogo Edward Shils, que

adopta o termo 'primordial' num artigo de 1957⁸² para adjectivar a importância que os laços desenvolvidos ao nível dos grupos primários têm na integração e reprodução das relações sociais. O funcionamento normal das sociedades dependeria, segundo Shils, da realização de um conjunto de tarefas ordinárias e rotineiras, por parte de uma população cujo cumprimento dos deveres práticos se orientaria não por ideologias abstractas, mas pela sua implicação em redes relacionais dotadas de 'qualidades primordiais'. O que distinguiria estes laços e os tornaria especiais e diferentes das outras relações pessoais teria a ver com a sua própria natureza. Os laços primordiais apresentariam a qualidade inefável que se encontra, por exemplo, na relação entre parentes e consanguíneos, e tornar-se-iam excepcionais pela intensidade das solidariedades que despertam, pela coercividade que envolvem e pela força das emoções que os sustentam.

Os laços primordiais a que também Geertz (1996 [1963]) se vem referir derivariam precisamente destes sentimentos de afinidade, desta intuição imediata que torna inquestionáveis determinados laços da existência social, tenham eles a ver com o sangue, com traços fenotípicos, ou com a religião, com a língua, com a pertença regional e com a tradição. A primordialidade para Geertz serve para distinguir um tipo específico de laços e sentimentos primários e fundamentais, cujas origens podem ser 'naturais' ou 'espirituais', mas que, tanto num caso como no outro, são igualmente importantes em todas as culturas, mesmo nas mais modernas⁸³. Embora não use o termo *etnicidade*, Geertz está a falar de qualidades que são definidoras das identidades étnicas. Estas são, nesta óptica, obviamente primárias, porque os membros de cada grupo étnico já nascem com determinadas características físicas, ou recebem imediatamente após o nascimento um nome, uma filiação tribal ou um credo religioso, que lhes conferem a sua identidade e os vão ligar a uma comunidade

⁸² "Primordial, personal, sacred and civil ties: some particular observations on the relationships of sociological research and theory", publicado no *British Journal of Sociology*.

⁸³ O conceito de 'primordial ties' é inicialmente apresentado num texto intitulado "The Integrative Revolution" (1996, ed. orig. 1963), texto em que o autor se interroga sobre o papel disruptivo que estes laços podem comportar na construção de novos estados que têm por base sociedades tradicionais e nos quais os valores políticos da cidadania e os laços cívicos não se encontram ainda suficientemente consolidados.

alargada através de sentimentos e de deveres de solidariedade. Para um primordialista, esses laços são também fundamentais porque, começados a formar numa fase de crescimento pré-consciente, eles constituem uma identidade de base que não conhece alternativas nem pode ser motivo de escolha. Não há portanto como escapar às heranças e aos laços primordiais: eles são um 'dado' intrínseco e incontornável da cultura, *"one that stems from the 'givens', - or more precisely, as culture is inevitably involved in such matters, the assumed 'givens' - of social existence"* (Geertz, 1996: 41).

Até certo ponto, as tentativas mais recentes de interpretar as relações étnicas à luz da doutrina sócio biológica, podem ser consideradas uma variante do primordialismo clássico. De acordo com Van den Berghe (1981)⁸⁴, autor que dá o nome por esta aplicação do reducionismo biológico, os homens, à imagem dos outros animais, estão geneticamente programados para garantirem o seu sucesso reprodutivo, o que implica a transmissão bem sucedida não só dos genes de cada indivíduo mas também de toda a parentela que possui as mesmas características genéticas. Os sentimentos étnicos, e os comportamentos que eles determinam na sociabilidade humana, encontrariam portanto a sua explicação na necessidade de garantir estas vantagens seletivas, tornando a solidariedade e a proteção intra-étnica uma extensão do egoísmo genético.

O geneticismo e o primordialismo étnicos são duas visões inatistas que, apesar de separadas por um abismo paradigmático, são comuns num aspecto: em ambas, a etnicidade é uma característica que está, ou que tem que estar, no grupo; um dado irreduzível e universal do comportamento humano, que tem nos limites do parentesco, real ou fictício, a sua matriz constituinte.

A antropologia, enquanto ciência da cultura, é a principal contribuinte para os estudos da etnicidade, mas é preciso dizer que até aos anos 70 o termo não integra o léxico corrente da disciplina, isto apesar de, já nos anos 50, os africanistas do Rhodes Livingstone Institute, interessados pelo problema da sobrevivência das solidariedades

⁸⁴ No livro *The Ethnic Phenomenon* publicado em Westport, pela Greenwood Press.

tribais, nos contextos urbanizados dos novos estados-nação nascidos da descolonização, estarem claramente a focalizar a problemática e terem até passado a referir-se às tribos como 'grupos étnicos'.

É nesse tempo pós-colonial, de intensa reconfiguração das relações políticas e económicas internacionais e de forte crescimento dos processos migratórios, que o conceito de etnicidade se vem tornar necessário, sobretudo para analisar os complexos padrões de estratificação racial e étnica em formação nas nações ocidentais que, tendo estado na origem da escravatura e do colonialismo modernos, vão agora ter que lidar com o acolhimento e a integração nos seus territórios dos antigos colonizados. Num trabalho já aqui comentado por razões distintas, Glazer e Moynihan (1996, [1963]) vieram contrariar as certezas instituídas quanto à evolução das culturas destas comunidades imigrantes e minoritárias. A tese defendida pelos dois autores *em Beyond the Melting Pot* contesta frontalmente a *straight line theory*, uma visão ideológica da integração das minorias, suportada por alguma sociologia norte-americana, segundo a qual a etnicidade não seria mais do que uma fase inicial e transitória num caminho que conduziria impreterivelmente à assimilação e à fusão culturais. Apesar das profecias assimilacionistas, justificadas com o suposto efeito de *melting pot*, a realidade da relação entre as minorias e a sociedade americana era um pouco mais complexa. De facto, mesmo quando os principais traços distintivos das culturas imigrantes desapareciam ou delas apenas subsistiam aspectos triviais e secundários, as diferenças em relação ao *mainstream* persistiam, fosse no voto político, nas ideias sobre educação ou na organização de grupos de interesses representativos das comunidades. O esbatimento de algumas características culturais com o declínio da primeira geração não era acompanhado pela extinção dos grupos étnicos, que continuavam a agir e ser vistos de um modo diferente pelas sociedades de acolhimento: *“as the groups were transformed by influences in American society, stripped of their original attributes, they were recreated as something new, but still as identifiable groups”* (Glazer e Moynihan, 1996: 135).

Outro contributo importante de Glazer e Moynihan, que abre perspectivas para a visão contemporânea da etnicidade, é admitirem que os mesmos atributos que

funcionavam como diferenciadores culturais - a origem nacional, a língua ou a religião - podiam ser aproveitados pelos grupos étnicos como factores de mobilização e de luta por objectivos políticos. Deste modo, a etnicidade deixava de ser apenas um fenómeno cultural, a funcionar numa esfera separada, para, enquanto factor de identificação, se tornar o idioma que favorecia as solidariedades de grupo em processos políticos, dissimulando, ao mesmo tempo, os interesses subjacentes aos conflitos ou às reivindicações.

Este primeiro enunciado de uma visão instrumental da etnicidade, que existe como expressão de interesses comuns, é uma linha de interpretação teórica que vai adquirir diversas variantes. Nela se incluem os autores que postulam que as identidades e as ideologias étnicas são mantidas ou acentuadas para influenciar decisões e obter vantagens políticas ou económicas. Os grupos étnicos assumem aqui um significado idêntico às classes sociais em estado de mobilização e, em muitos casos teorizados e empiricamente documentados, podem verificar-se mesmo sobreposições entre posições de classe e pertenças étnicas⁸⁵. Abner Cohen é um dos antropólogos que aproxima os dois conceitos enquanto estruturas de desigualdade, ao afirmar que a etnicidade tende a tornar-se mais saliente naquelas situações em que novas clivagens de classe induzidas por processos de modernização vêm sobrepor-se a antigas filiações tribais. Quando, por pressão das dinâmicas culturais e das mudanças estruturais das sociedades modernas, as tradições étnicas vão dando lugar a novos valores e significados, pode deixar de fazer sentido que a utilização do conceito de etnicidade tome como referência de base o conceito estabelecido de 'grupo étnico'. Nesse caso, a etnicidade transfigura-se num método informal de organização política e dramatiza "the processes by which the symbolic patterns of behaviour implicit in the style of life, or the 'sub-culture', of a group (...) develop in order to articulate organizational

⁸⁵ O termo '*ethclass*', de Milton Gordon, pretendia justamente proceder à conceptualização formal dessa coincidência, e enquadrar a análise de situações em que se regista a "intersection of the vertical stratification of ethnicity with the horizontal stratification of social class" (1964: 51). Pessoalmente, Gordon estava interessado no contexto da sociedade americana e no modo como cruzar as divisões de classe e os agrupamentos étnicos podia ser útil para analisar a formação de identidades, a participação social e os comportamentos culturais e, por essa via, compreender melhor as complexidades dos processos de assimilação das minorias nacionais.

functions that cannot be formally institutionalised” (Cohen, 1974: XXI). O antigo ‘grupo étnico’ passa a formar um ‘grupo de interesses’ que utiliza a sua base cultural para organizar esforços e conquistar ou conservar determinadas vantagens e posições.

O tipo de leitura que faz da etnicidade um recurso manipulável e disponível para a ação estratégica dos grupos étnicos fez o seu caminho e congregou vozes na antropologia. Outro contributo significativo, é o de Ulf Hannerz que, em *Soulside* (1969), procurou demonstrar que a cultura dos guetos negros norte-americanos não é una e etnicamente diferenciada da envolvente cultural e pode comportar valores, normas e aspirações *mainstream*, da sociedade no seu conjunto, a par de traços próprios, reações e adaptações situacionais a constrangimentos macroestruturais que atingem em particular os grupos residentes. A realidade interna das minorias observada por Hannerz apresenta-se, por isso, fluida e diversificada, com um reportório de ‘estilos de vida’ que oscilam entre as estratégias de mobilidade e as adaptações desviantes de sobrevivência, quatro modos de ação distintos que os indivíduos adoptam em função dos seus quadros de vida, sob a aparente uniformidade cultural e social dos enclaves étnicos urbanos.

Noutros autores, as concepções pragmáticas e instrumentalistas da etnicidade vão ainda mais longe e substituem as lógicas colectivas de ação pelo princípio da escolha individual. Quando é assim, parte-se dos indivíduos, entendidos como maximizadores de recursos, que lutam por bens limitados e exploram a etnicidade se dela puderem retirar mais-valias significativas. O grupo étnico não é um grupo involuntário, formado pela adesão inconsciente a valores, mas um grupo de interesses que se organiza se os indivíduos envolvidos concluírem que as diferenças culturais e raciais podem ser utilizadas para obter vantagens que não podem alcançar através de estratégias mais isoladas. Michael Banton (1998) é um antropólogo e sociólogo próximo da *rational choice theory* que, a partir destas concepções, desenvolve uma análise das interações étnicas como trocas competitivas em situações de mercado. Estas podem assumir diferentes modalidades consoante são determinadas pela natureza forte ou fraca das fronteiras entre grupos e pelas estratégias mais individuais ou colectivizadas com que os atores se empenham na competição.

A todas as teorias instrumentalistas subjaz a ideia de que a etnicidade é um fenómeno basicamente reativo, largamente induzido pelos constrangimentos materiais e pela necessidade de aproveitar oportunidades por parte de populações que se organizam para tirar partido dos seus recursos culturais. Daí que as identidades étnicas sejam representadas como formas de dissimulação, de racionalização ou de reforço de interesses comuns que estão situados a outro nível que não o cultural. Na medida em que estas análises nos remetem para a mobilização e para a resposta organizada de populações que usam a diferença cultural para defender interesses materiais, muitas vezes em situações de conflito, as ideias instrumentalistas combinam-se particularmente bem com autores que seguem uma perspectiva marxista.

O universo marxista contemporâneo concebe a etnicidade como mais um reflexo, cuja causa só pode estar nos antagonismos económicos. O centro de interesse dos autores desta corrente são as relações entre etnicidade e classe, num quadro de análise que enforma toda a teoria marxista e que é o da exploração capitalista do trabalho. As divisões étnicas e raciais não são importantes em si, mas pela função estrutural que desempenham no funcionamento do sistema económico capitalista.

Esquemáticamente, a perspectiva marxista sobre a etnicidade pode ser dividida em duas tendências. A primeira remete-nos para uma análise das desigualdades étnicas em termos de economia política. Bonacich (1972) segue esta óptica para mostrar como nas sociedades industriais os antagonismos entre imigrantes e populações nacionais se deve à segmentação do mercado de trabalho. Para ele, as divisões étnicas ou raciais entre trabalhadores não resultam de preconceitos ou de estereótipos sobre as culturas dos imigrados, mas das tentativas permanentes do capital para fazer baixar tanto quanto possível o valor do trabalho. Outros sociólogos marxistas vão mais longe e afirmam nem sequer fazer sentido considerar a etnicidade na análise dos comportamentos das minorias transnacionais. É o caso de Castles e Kosack (1973), para quem os imigrantes devem ser vistos não à luz das características específicas dos seus grupos, mas em função da posição em que se encontram colocados nas estruturas de classes das sociedades onde lhes foi permitido instalarem-

se. As culturas de onde são provenientes, o modo como se retratam a si próprios, não são verdadeiramente decisivos para os definir. O que importa é que eles existem porque são necessários às economias capitalistas dos países europeus e, a partir dos estratos mais baixos e desfavorecidos do sistema de classes para onde são remetidos, desempenham várias funções importantes ao sistema, servindo de reserva de mão-de-obra, ajudando à contenção salarial e introduzindo divisões e hierarquias entre os trabalhadores.

Uma variante mais elaborada da mesma perspectiva de análise encontrada quer em Bonacich quer em Castles e Kosack é a teoria do colonialismo interno de Hechter (1978). Segundo este sociólogo, a modernização das sociedades industriais implicou o agravamento das desigualdades na distribuição dos recursos materiais e do poder entre um grupo central, económica e politicamente privilegiado, e um grupo periférico, dominado e desfavorecido, que ocupa territórios próprios e está apartado do grupo central. Na medida em que as desigualdades da força de trabalho sejam acompanhadas por uma divisão cultural - com grupos que além de desempenharem funções produtivas diferentes, apresentam traços culturais igualmente distintos, estão criadas condições para o desenvolvimento de identificações étnicas específicas que podem fazer aumentar a separação intergrupala. Numa perspectiva que alia claramente marxismo e instrumentalismo, Hechter considera as formas de solidariedade e de etnicidade que possam emergir dentro do grupo periférico uma resposta à discriminação, abrindo a análise e dando atenção a movimentos e identidades que, embora de segunda ordem, estão fora da lógica estrita das classes.

Uma segunda tendência está ligada ao estudo do papel do estado na institucionalização e reprodução das desigualdades étnicas e no funcionamento da ideologia racista. É representada por Balibar e Wallerstein (1991), autores que se opõem às explicações mais sumárias do marxismo quanto à função ideológica do racismo e se demarcam da ideia de que a discriminação racial é simplesmente um instrumento usado contra a consciência de classe e uma forma de impedir os grupos etnicamente dominados e as fracções exploradas do grupo dominante de reconhecerem a convergência dos seus interesses. Wallerstein chega pontualmente a

estar mais próximo da ortodoxia, quando afirma que a etnicidade dissimula o conflito de classes e que a função primordial das filiações étnicas, religiosas, raciais ou de castas é ocultar a realidade das distinções de classe. Só que admite tratarem-se de noções ambíguas em relação às quais o mais importante é analisar o modo como foram produzidas historicamente. Em última análise a sua resposta é que o grupo étnico, como a raça e a casta, representam variedades de grupos de *status* que sustentam reivindicações de poder no presente, a partir de identidades construídas sobre representações que pertencem ao passado. Percebe-se deste modo, neste e noutros autores que não são marxistas tradicionais, uma defesa da autonomia relativa da etnicidade face ao nível produtivo das relações sociais.

Mas, o percurso que temos estado a passar em revista e que nos transporta progressivamente em direção a formas menos essencializadas e mais críticas e distanciadas de pensar as categorias étnicas e o que elas representam, ficou muito marcado por um pequeno texto antropológico dos anos 60. O seu autor é Fredrik Barth (1969) e o carácter verdadeiramente seminal da sua proposta deve-se, em larga medida, e segundo o próprio reconheceu mais tarde, a ter avançado com uma visão da etnicidade que representa uma das primeiras aplicações pós-modernas do conceito de cultura, na qual se abandonam definições homogéneas das culturas, como entidades claramente delimitadas, e se assinalam sobretudo as diversidades internas e a sua organização.

Um aspecto basilar da sua teorização consiste em abordar os grupos étnicos nos seus aspectos generativos e processuais, enquanto construções. O grupo étnico é concebido, antes de mais, enquanto organização social formada com base em classificações externas ou no autorreconhecimento pelos indivíduos da sua pertença a uma determinada categoria, distinta de todas as outras, através da posse de símbolos e sinais valorizados pelos membros e supostamente exclusivos. Não sendo estas situações completamente estáveis, a problematização de Barth incide sobre os efeitos que os contactos e a mobilidade exercem sobre a manutenção das fronteiras dos grupos e na sua persistência como unidades identificáveis. Temos, portanto, uma deslocação do foco de investigação - “the ethnic boundary that defines the group, not

the cultural stuff that it encloses” (Barth, 1969: 15) - e um conjunto de questões novas que têm a ver com o modo como a dicotomia entre membros e estranhos é elaborada e produz os seus efeitos sobre os comportamentos efetivos. Neste sentido organizacional, não é à etnicidade que se deve a constituição ou a unidade efetiva do grupo; o grupo étnico existe na medida em que “actors use ethnic identities to categorize themselves and others for the purposes of interaction” (Barth, 1969: 14,5).

A especificidade dos grupos étnicos continuará a provir da presença de determinadas características culturais contrastantes, mas o papel diferenciador que estas características possuem só ganha significado através da sua materialização em manifestações identitárias. Os processos étnicos são classificados por Barth como organizacionais, também neste sentido de que envolvem a constituição de espaços cénicos e de representação, em que atributos culturais ganham vida quando são expressos e validados perante um público.

A faceta relacional e, diria, interacionista que escolhi acentuar na descrição de Barth não será a única e poder-se-á mesmo discutir se será a mais característica das suas propostas. No entanto, muitos outros antropólogos que estudaram a etnicidade em contextos pluriculturais fizeram-no numa perspectiva influenciada pelo interacionismo simbólico, o que os levou, por exemplo, a problematizar os seus objetos em termos das operações de classificação que regulam os processos de interação, ou da negociação de estatutos e das estratégias de gestão de impressões.

A abordagem de Eriksen (2002), sobretudo numa primeira fase da sua obra em que reflete mais a importância de Barth, é uma das que pode ser colocada entre a perspectiva cultural e interacionista. A sua concepção de cultura demonstra desde logo essa dualidade. A cultura é para ele, simultaneamente, um aspecto da interação concreta e o contexto de significação que torna possível a mesma interação. Apresenta-se como uma estrutura de significados, mas tem um carácter local e contextualizado, uma vez que é partilhada intersubjetivamente, produzida e reproduzida por indivíduos em interação. Neste esquema conceptual, a etnicidade é comparável a um idioma através do qual são comunicadas as maiores ou menores diferenças culturais, consoante o grau de partilha de significados das culturas em

presença. A etnicidade não é conceito para ser usado no estudo de grupos étnicos, mas de contextos interétnicos, em que estruturas de significação distintas se confrontam através dos jogos de linguagem dos atores grupais que as interpretam. Mas a diferença que está em causa nas relações entre membros de grupos étnicos que se consideram distintos não é apenas cultural. Muito embora as relações entre etnias possam ser igualitárias, muitas sociedades etnicamente plurais mantêm hierarquias com base na pertença étnica e em diferenças culturais, reais ou imaginadas. Os *rankings* que resultam da filiação étnica e que se impõem nas relações não dependem da riqueza ou do estatuto mas, como admite Eriksen, “there may be a high correlation between ethnicity and class, which means that there is a high likelihood that persons belonging to specific ethnic groups also belong to specific social classes” (Eriksen, 2002: 8).

São muitos os autores que, como Eriksen, conscientes das coincidências e cruzamentos entre etnicidade e classe⁸⁶, se têm proposto articular os dois factores na análise de situações concretas e quotidianas ou em processos macro de estruturação das desigualdades sociais. Uma rápida pesquisa com um motor de busca académico sugere que nas últimas décadas se tenham publicado, só em língua inglesa, centenas, eventualmente milhares, de textos, em monografias, ensaios, manuais, artigos em revistas e atas de encontros e conferências, combinando os dois conceitos. A profusão é de tal ordem, que já se ironiza essa invocação permanente falando de um “race/gender/class mantra” (Gimenez, 2006: 424).

Sobre esta questão, será importante deixar duas notas. A primeira, para confirmar que o enorme investimento realizado na análise combinada dos dois eixos de desigualdade não foi ainda suficiente para vencer as limitações teóricas e metodológicas existentes. Etnicidade e classe são ambos factores primários, com igual peso na determinação de desigualdades, hierarquias e identidades? As relações que mantêm são de interdependência ou tendem para a autonomia? Só podemos separar estes factores analiticamente, ou também podemos decompô-los nos seus efeitos?

⁸⁶ Mais ainda, se juntarmos a estes os autores que preferem usar o conceito de raça no lugar de etnicidade, como Gans ou Sivanandan.

A segunda nota necessária é para relativizar este fracasso e reconhecer que a tendência de investigação é nova e a tarefa complexa e disciplinarmente exigente. A sociologia permaneceu alheia à multidimensionalidade das desigualdades demasiado tempo. A formação da disciplina ocorreu numa época em que a economia esteve no centro de todas as mudanças e esse facto moldou a construção das matrizes teóricas e concedeu primazia aos factores socioeconómicos, secundarizando os factores culturais e políticos. A antropologia, por seu turno, só se tornou mais abrangente e começou a fazer das desigualdades objecto de estudo, depois das sociedades tradicionais entrarem a fundo nos processos de modernização.

E há também que considerar as dificuldades intrínsecas desta abordagem, em que é preciso interligar os vários tipos de desigualdade e destrinçar a complexidade de factores que lhe estão associados. Para vários autores interessados pelo tema, será mesmo impossível que, nas condições atuais de desenvolvimento das ciências sociais, se possa vir a elaborar uma teoria geral das classes, da etnicidade e do racismo, correlacionando e explicando todas as manifestações de desigualdade em simultâneo, independentemente do tempo e do lugar.

Um dos que assim pensa é Steve Fenton (2002), justificando a sua posição com a contínua variabilidade das relações entre os diferentes eixos de diferenciação social, que torna cada caso específico e dependente de análises contextuais que inviabilizam extrapolações ou a construção de grandes modelos. Quando muito, a investigação sobre a importância que a etnicidade e as classes têm para a constituição de divisões e hierarquias nas sociedades contemporâneas pode apoiar-se nalgumas diretrizes, plasmadas em conceitos e tipologias. A este propósito sugere, como ferramenta de trabalho, a utilização de três padrões ou tipos para analisar as configurações possíveis da interação entre classe e etnicidade: especialização étnica, marginalização étnica e integração étnica (Fenton e Bradley, 2002: 28,9).

O programa elaborado por Fenton para uma sociologia da diferenciação social tem uma primeira qualidade que é insistir na natureza multidimensional do fenómeno, pretendendo que nenhuma dimensão possa ser enfatizada ou negligenciada. Uma postura de equilíbrio que reclama por um 'middle ground' in which social phenomena

such as ethnicity and class are seen as possessing both economic *and* cultural aspects” (2002: 10,1). Desta premissa, de que as relações sociais envolvem aspectos materiais e económicos combinados com aspectos culturais e simbólicos, resulta a possibilidade de se poder desenvolver uma análise das identidades a partir dos ‘múltiplos posicionamentos’⁸⁷ dos indivíduos nestes processos. E esta será a segunda qualidade, reconhecer que as localizações dos indivíduos são plurais e repartem as referências identitárias por contextos de classe, por domínios culturais e pelas hierarquias sociais.

As formulações de Fenton não serão muito convincentes para um autor como Anthias (2001), que tenderá a ver nelas mais um exemplo do tipo de abordagens mecânicas e descritivas que se limitam a adicionar fontes de desigualdade, sem com isso melhorar a compreensão dos processos de estratificação social. A obra de Anthias é dedicada a refazer teoricamente a forma de proceder a uma análise conjunta das desigualdades, construindo uma nova estrutura para delinear as divisões e identidades que são centrais nos processos de classificação e delimitando os sistemas com base nos quais são alocadas posições e conferido valor nas relações sociais. A pedra angular para erguer este edifício é representada pelo conceito de ‘divisão social’, noção abrangente que pode incluir todos os tipos de diferença mas, de um ponto de vista da definição de estratos, tem na classe, na etnicidade e no género, as suas categorias principais. Na definição de Anthias, ‘social division’ involves a classification of a population (i.e. a taxonomy of persons) and a range of systematic social processes which relate to that taxonomy, and which then serve to produce socially meaningful and systematic (although not unitary) practices and outcomes of inequality” (2001: 837).

Detenhamo-nos por um pouco na análise desta proposta. O conceito começa por valorizar o aspecto classificativo das divisões sociais e as taxonomias usadas pelos atores sociais para demarcar fronteiras e separar membros de não membros. Além de dicotómicas, estas formações categoriais naturalizam os efeitos da pertença, tratando-os como se fossem fixos e genéricos e homogeneizando os grupos por intermédio dos

⁸⁷ Fenton referencia Harriet Bradley como criadora da noção, num texto de 2000, intitulado “Social Inequalities: Coming to Terms with Complexity”.

atributos com que são identificados colectivamente. Nada têm de permanente ou definitivo e, como qualquer construção social, dependem do período histórico em que são formadas, não se encontrando ontologicamente inscritas nos sujeitos classificados.

As consequências das divisões estabelecidas para as relações sociais estão situadas a dois níveis. Em primeiro lugar, elas hierarquizam, diferenciam um conjunto de posições verticalizadas ao longo das quais se consignam ou ordenam opções para os desempenhos de papéis sociais. Em segundo lugar, a par com a alocação desigual de valor, as divisões sociais comandam a distribuição de recursos económicos e de poder, nos planos político, cultural e das representações. Estes processos são igualmente responsáveis pela instalação de noções de inferioridade (e superioridade) nas relações sociais. Ao estipularem normas e exprimirem ideais, trazem consigo visões binárias acerca do que é normal por oposição ao que é patológico (e não apenas diferente) e podem, em última análise, dar origem a uma associação das posições mais baixas das escalas sociais a representações desvalorizantes, que relegam para categorias de alteridade os comportamentos classificáveis como desvio. Finalmente, a ação conjugada da etnicidade, da classe e do género enquanto factores de divisão pode, não só multiplicar e reforçar desigualdades entre indivíduos, como produzir localizações sociais contraditórias. O conceito de divisão social é suposto permitir revelar estes processos altamente contraditórios em termos posicionais, de formação de identidades e de acesso a recursos.

A unificação teórica dos grandes factores de desigualdade e estratificação que acabei de descrever tem o mérito de modificar a visão sociológica acerca da inter-relação dos fenómenos e das suas consequências. A etnicidade e o género constroem fronteiras e mecanismos de exclusão que estruturam de modo próprio as identidades e são, na sua essência, constituídos também por discursos e práticas hierárquicas e inferiorizantes ou superiorizantes. Ao enfatizar este aspecto, Anthias está a pretender deixar claro que as divisões sociais que não são de classe, já constituem *a anteriori* parâmetros de estratificação e diferenciação, em vez de precisarem de operar em tandem com as classes na produção de desigualdades.

Na perspectiva de Anthias, uma visão marxista da relação entre desigualdades de classe e a etnicidade não pode deixar de ser reducionista. O argumento colhe, sobretudo se estivermos a pensar na rigidez determinista do modelo original e na sobredeterminação económica das relações sociais que reserva para as classes todo o poder explicativo. Mas, desta área do pensamento sociológico chegam-nos novidades que podem ser apreciadas através de um artigo recentemente publicado e no qual se procuram enquadrar aspectos essenciais dos processos contemporâneos e proceder a alguma atualização teórica do legado marxista. A autora é Martha Gimenez e o objecto da reflexão que nos propõe são as implicações ideológicas das políticas de identidade ligadas à utilização da rotulagem étnica e racial nos EUA (2006). Segundo a investigadora, a maioria da sociedade americana continua a acreditar que a sua população se divide em várias raças e etnicidades e que a essas divisões correspondem diferenças reais e objectivas que justificam a persistência do seu significado social e político. A conservação destas representações é fruto do trabalho ideológico de um grande número de instituições e das suas práticas de rotulagem, mas as identidades raciais e étnicas também emergem de um passado histórico marcado pela escravatura, pela colonização e pela imigração, assim como de processos contemporâneos, de exclusão económica e de resistência e luta política. As mesmas formas de exclusão, por outro lado, ajudam a explicar a reprodução através do tempo de padrões de comportamento e de linguagem que fornecem a base essencial para a formação das identidades e servem de suporte à legitimação ideológica da sua existência.

É porque esta ideologia existe e os seus mecanismos de difusão asseguram a impregnação das formas de pensamento social que a explicação culturalista do sucesso e dos fracassos das minorias imigrantes e dos grupos étnicos encontra tanto eco na sociedade americana. *Mutatis mutandis*, o mesmo se passa a propósito dos pobres com a aceitação acrítica de determinadas versões do conceito de cultura - desta feita sob a forma de “cultura da pobreza”⁸⁸ ou da patologização comportamental

⁸⁸ Pegando num conceito de Therborn (1980), Dreama Moon (2001) dá a ‘cultura da pobreza’ como exemplo duma alter-ideologia, neste caso correspondente a uma forma discursiva através da qual as classes dominantes definem uma posição para um segmento das classes desfavorecidas e justificam racionalmente a sua dominação. Ao contrário do que acontece com os preconceitos étnicos e de

da 'underclass', para tornar compreensíveis as condições de vida particulares de populações desfavorecidas, geralmente pertencentes à minoria negra ou a imigrantes latinos culturalmente distintos.

Gimenez refuta a primazia dos factores culturais e argumenta com base numa análise histórica e estrutural da relação entre cultura e assimilação. Assumindo que a cultura de populações deslocadas se caracteriza sempre pela mudança, com as experiências de vida dos imigrantes a conduzirem a combinação e a transição entre padrões dos países e das regiões de origem e de chegada, não é no registo cultural que devem ser procuradas as causas dos processos frustrados de assimilação. As vagas migratórias de todo mundo que afluíram aos EUA a partir do final do século XIX e durante a maior parte do século XX não tiveram problemas de assimilação enquanto a expansão e o crescimento da economia foi garantindo o espaço para a integração social e produtiva dos indivíduos. O que mudou nos últimos 30 anos foi a capacidade da economia americana para continuar a proporcionar às populações imigrantes e às minorias, pobres ou em risco de pobreza, oportunidades idênticas às que dantes tinham permitido a assimilação de gerações inteiras. Logo, para entender a persistência de diferenças culturais é preciso não esquecer que ela ocorre num período histórico em que milhões de indivíduos estão impossibilitados de concretizar a sua integração social e mobilidade ocupacional. A cultura e as identidades poderão ter uma quota-parte neste processo, mas não é por causa delas que uma proporção tão grande de americanos estão hoje "excluded and segregated in social and cultural spaces where pattern of adaptation to oppression result in alternative cultures that

género, cada vez mais condenados e objecto de censuras que fazem recuar a sua expressão em sociedade, as ideias que permitem caricaturar e diminuir as culturas das classes trabalhadoras e dos pobres continuam na atualidade a ser toleradas e reproduzidas sem restrições. Segundo esta autora, originária dos *cultural studies*, um dos aspectos cruciais da dominação ideológica é impor nomes às classes subordinadas. A ação de nomear e de descrever os outros desempenha um papel importante no estabelecimento e manutenção das relações hierárquicas. Primeiro, porque permite a quem nomeia atribuir uma cultura disfuncional a grupos desfavorecidos; segundo, porque essas falhas podem ser personalizadas e atribuídas a cada membro do grupo; terceiro, porque, baseados na responsabilidade pessoal de cada um pela sua condição comum, ao conjunto dos membros do grupo podem ser imputadas necessidades e reconhecida a sua dependência; finalmente, porque o grupo pode ser culpabilizado por aquilo que são falhas da sociedade no seu conjunto.

differ from and clash with the mainstream. To hold to some of those cultural patterns might reinforce exclusion and oppression but, in the absence of opportunities (...), such surfeit of identities will remain relatively unchanged” (Gimenez, 2006: 437, 8).

O elemento de novidade trazido por Gimenez para a análise marxista reside neste ponto, na necessidade de ultrapassar a separação entre o que é cultural e releva das identidades e o que decorre da materialidade das relações de classe. Ou seja, numa imagem mais impressiva por detrás das ligações correntes da proporção de mães solteiras, de gravidezes adolescentes, de iliteracia funcional e de eventuais abusos de drogas às comunidades raciais e étnicas ou a contextos dominados pela cultura da pobreza, escondem-se relações que precisam de ser mais evidenciadas com a instabilidade e a falta de recursos, com o desemprego crónico, com a falta de perspectivas, numa palavra, com posições de classe.

Para uma marxista como Gimenez, à compreensão do conjunto dos factores de desigualdade e diferenciação social não basta por isso uma sobreposição desordenada da etnicidade, do género, das classes ou das respectivas identidades⁸⁹. Antes de ser mais uma identidade, a classe existe e opera sob a forma de relações de classe que se sobrepõem a qualquer categoria ou identidade na definição do destino económico e social dos sujeitos. A fidelidade ao paradigma está bem patente neste postulado de que há aspectos da vida das pessoas que são determinados pela posição de classe, independentemente dos atributos que possam constituir as outras facetas das suas identidades. Mas, revela-se também uma atitude não dogmática na autora ao admitir que, inversamente, existem dimensões das relações e da vida em sociedade que são afectadas e percorridas por outras lógicas estruturais e identitárias e que, nestes domínios, as classes não são decisivas⁹⁰.

⁸⁹ Posição crítica a que já anteriormente tínhamos aludido (cf. p. 160)

⁹⁰ Gimenez acompanha neste particular outros neomarxistas que tendem a relativizar a questão da centralidade das relações económicas e da sua determinação de todos os aspectos da vida social. Wright, por exemplo, chama a atenção para a importância de formas não-económicas de ‘opressão’, raça, etnia, nacionalidade e género, para justificar a possibilidade de formação de ‘consciências’ situadas para além dos limites da classe social (1992).

2.5. A análise clássica e as abordagens alternativas da mobilidade social

Depois de durante muito tempo os estudos das migrações terem sido orientados por perspectivas teóricas e abordagens que evidenciavam sobretudo os aspectos comuns dos êxodos e da condição migrante, acabando por dar uma imagem tendencialmente homogeneizadora das populações e dos seus modos de vida, Alexandro Portes (1993; 1997), ao transferir para as diversidades o foco das análises, veio criar a oportunidade necessária para se discutir noutros termos a questão complexa da assimilação. Aplicado às migrações, este olhar para o que é diverso permite a Portes descobrir e tipificar os diferentes modos possíveis de incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, bem como explicitar as combinações de factores estruturais que interagem na condução desses processos, desde o volume e a natureza dos recursos dos migrantes, à densidade e à coesão das suas comunidades, passando pelas dinâmicas de mercado e pelo ambiente político que rodeia a sua instalação. Deste modo, a assimilação deixa de poder ser analisada essencialmente como um problema de ajustamento cultural, vindo ao de cima as dimensões económicas e políticas da integração e o papel determinante das oportunidades ou restrições à mobilidade social dos imigrantes.

Num dos capítulos de *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação* (1999), Portes concentra-se naquela que nos habituámos a ver considerada como sendo a geração problemática das migrações, a segunda, e num problema teórico herdado das explicações que davam como certo que a aculturação aos valores, às normas e às práticas da sociedade americana era condição *sine qua non* da assimilação e, em especial, da mobilidade socioeconómica. A questão maior que o move neste projeto é a de saber até que ponto é que, face às condições substancialmente alteradas da contemporaneidade americana, as formas da assimilação sociocultural e os dilemas adaptativos com que se confrontam as segundas gerações não são hoje radicalmente diferentes daqueles com que se confrontaram as migrações anteriores.

Portes inicia a análise servindo-se dos casos de duas comunidades imigrantes norte-americanas, confrontando-nos com um aparente paradoxo nos seus processos

de assimilação. Enquanto num dos casos temos jovens negros haitianos que adoptaram as normas culturais dominantes na micro-sociedade depauperada que os acolheu e falham o objectivo da promoção social, no outro temos jovens Sikhs que, permanecendo fortemente enraizados a tradições culturais próprias, conseguem mobilizar capital escolar e aproveitar oportunidades. Perante isto, uma primeira conclusão se lhe impõe: as consequências possíveis da assimilação não mudaram, mas apresentam-se segmentadas. E uma pequena e importante *nuance*: o aspecto decisivo não é se há assimilação, mas a que segmento da sociedade é que cada grupo imigrante se vai assimilar. Em vez de padrões relativamente estáveis de normas e valores que assegurariam percursos homogéneos de integração, temos diversos trajetos possíveis que surgem em alternativa. Um deles é o padrão tradicional de aculturação e de integração na classe média americana, que persiste; um outro, oposto ao primeiro, é o que conduz à pobreza e à assimilação às comunidades marginais; um terceiro garante a mobilidade económica através da via insuspeita do encravamento relacional da comunidade imigrante.

É a esta fragmentação dos padrões de integração que Portes vem chamar “assimilação segmentada”, colocando como questão central a identificação dos factores que levam alguns grupos mais vulneráveis a enveredar por percursos mal sucedidos, ao passo que outros conseguem mobilizar recursos para uma integração positiva. Nesta análise das causalidades dos percursos de assimilação, Portes começa por se debruçar sobre o capital social imigrante e as estruturas através das quais é criado e que envolvem relações de pertença com comunidades de origem, modos de incorporação em sociedades de acolhimento e os tipos de redes, internas às comunidades, que emergem nestes contextos. No caso da sociedade americana as comunidades imigrantes estavam e continuam a estar concentradas maioritariamente nas áreas urbanas e, dentro destas, nas zonas centrais. Aqui, os imigrantes e os seus filhos são colocados em contacto directo com as minorias domésticas excluídas e com o posicionamento adversarial por elas desenvolvido face às normas e aos valores

dominantes na sociedade americana, racial e etnicamente de base WASP⁹¹. Entre os jovens imigrantes, o local deste encontro com a subcultura das *underclasses* é a escola pública.

É devido a este efeito de localização que os descendentes dos imigrantes experienciam um tipo particular de conflito cultural e de dilema entre as expectativas de mobilidade ascendente dos pais e as normas niveladoras descendentes da *innercity*. O que os filhos dos imigrantes vão encontrar nestas áreas socialmente excluídas a que se acolhem é um conjunto de normas forjadas pela experiência comum das adversidades e pelo receio de que a deserção de membros melhor sucedidos ponha em causa o grupo e a solidariedade que o estrutura. Segundo a interpretação de Portes, “cada história de sucesso corrói a moral do grupo, quando essa moral se funda precisamente na suposta limitação das possibilidades de ascensão, imposta por uma ordem social opressora” (1999: 102). A capacidade de tornar efetivas estas normas e de as fazer respeitar está unicamente dependente da existência de estruturas a unir as comunidades e, em particular, de redes sociais.

A propósito do capital social imigrante, Portes salienta a existência de fortes solidariedades entre os grupos imigrantes norte-americanos, solidariedades que têm por base dois tipos de elementos - uma matriz cultural e um sentimento de pertença, cuja combinação permite transformar os grupos de imigrantes em comunidades étnicas. O primeiro elemento, na medida em que representa uma continuação das práticas trazidas do país de origem é chamado ‘etnicidade linear’; o segundo, por representar um produto resultante da experiência imigrante, é chamado ‘etnicidade reativa’. Para as segundas gerações, as consequências destes dois elementos de solidariedade são diferentes. A etnicidade reativa está ligada à emergência de uma postura adversarial e aproxima a experiência das novas gerações migrantes das experiências das minorias excluídas precedentes. Já a etnicidade linear, recriando instituições trazidas do país de origem, tem uma configuração e um papel diferentes:

⁹¹ Acrónimo de “White Anglo-Saxon Protestant”. Originalmente, designa a matriz cultural dos “pais fundadores” da nação Americana e as suas raízes no Noroeste Europeu.

consolida as ligações à comunidade e ajuda a formar nichos de oportunidades económicas que incentivam a permanência dentro da colectividade étnica. Para a segunda geração, a etnicidade linear aumenta o seu capital social positivo, isto é a sua capacidade de aceder a recursos que estão sob o controle da comunidade étnica. Do mesmo modo, também a densidade das redes étnicas potencia o capital social dos imigrantes.

Na análise desenvolvida por Portes, conforme vimos, os processos de assimilação ou modos de incorporação, como lhes prefere chamar, estão fortemente associados às trajetórias de mobilidade que os imigrantes conseguem pôr em prática. É de mobilidade que trata o conceito de 'assimilação segmentada' quando, para teorizar os diferentes padrões de incorporação, relaciona as formas de adaptação com as vulnerabilidades e os recursos dos grupos imigrantes e das sociedades que os acolhem e continua a ser a mobilidade a estar em causa quando se reconhecem duas formas de 'assimilação ascendente', uma aculturada e outra com preservação de fronteiras culturais, distinguindo-as de uma 'assimilação descendente', em que os imigrantes se aproximam e integram nos lugares mais baixos da estrutura de classes e na pobreza como modo de vida mais ou menos permanente (Portes e Zhou, 1993: 82).

A noção de mobilidade pode ter sido particularmente útil a Portes para interpretar e fazer avançar o conhecimento dos processos contemporâneos de incorporação étnica, mas a área específica dos estudos de mobilidade não têm mostrado uma capacidade de progressão equivalente nas últimas décadas. A reflexão teórica do campo pouco evoluiu, profundamente dividida entre um paradigma funcionalista, mais antigo e influente até meados do século passado, e as teorias da reprodução dos anos 1970 que, pela mão de Bourdieu (1972; 1979) e Bertaux (1978) entre outros, transpuseram para a análise da mobilidade uma concepção dos mecanismos de criação e manutenção das desigualdades próxima das teorias marxistas. Os avanços obtidos no conhecimento do fenómeno têm por isso resultado sobretudo dos estudos empíricos, área onde a sofisticação dos métodos, o alargamento dos horizontes temporais cobertos e a abundância dos inquéritos comparativos de diferentes realidades nacionais permitiu que se tenha hoje uma

imagem bastante precisa e completa do que é efetivamente possível esperar relativamente ao comportamento da mobilidade nas estruturas abertas das sociedades contemporâneas. Se excluirmos alguns aspectos mais controversos há, graças ao volume de dados produzidos, um razoável consenso e grau de certeza quanto à importância que os índices de mobilidade podem alcançar nos países desenvolvidos, devido à expansão constante das suas economias, e que esse grau relativamente elevado de mobilidade é compatível com fortes desigualdades nas oportunidades e dominado por movimentos curtos ou de pequena escala, para classes adjacentes. É também um dado adquirido que as posições sociais do topo e da base são mais fechadas e que a dificuldade de mudar pela positiva a condição social aumenta à medida que se desce nas hierarquias, assim como se dá por provado que os percursos realizados pelos indivíduos são condicionados por múltiplos factores, mas que entre estes se destacam sobretudo as origens de classe e as filiações étnicas. Finalmente, começou-se a pensar que, depois de décadas em que a terciarização das economias trouxe gerações sucessivas da população ativa em estado de ebulição, com fluxos intersectoriais muito intensos, a tendência no futuro pode ser a de haver uma maior estabilização da estrutura de classes. Nesse caso, o crescimento do autorrecrutamento verificar-se-á maioritariamente entre as classes médias e os estratos mais baixos da sociedade, o que, em função da homogeneidade social e cultural que se venha a atingir, poderá implicar um regresso dos factores de identificação colectivos e o recrudescimento de sentimentos e manifestações de pertença de classe que pareceram perdidos ou decadentes.

Dum ponto de vista teórico, a sociologia contemporânea pouca inovação comporta relativamente aos paradigmas iniciais da mobilidade e, quando o faz, é colhendo contributos e sintetizando argumentos de ambos os quadrantes, o das teorias da reprodução e o das análises funcionalistas. As teorias da reprodução são mais recentes mas, ao mesmo tempo, estão mais ligadas às fundações do pensamento sociológico, através de Marx. No entanto, e uma vez que o tema da mobilidade não é considerado autonomamente por Marx, cuja obra se ocupa precisamente do problema contrário, o da permanência da lógica das classes, há que destacar da sua teoria as

referências que possam interessar e ser aplicadas na análise da mobilidade. A primeira dessas referências reporta-se ao conceito de 'reprodução social' e à distinção que o autor estabelece entre a 'reprodução simples', própria de sociedades em que a reprodução se faz mantendo inalteradas as condições produtivas, e a 'reprodução alargada', introduzida pelo advento da economia capitalista e pela necessidade da acumulação constante de capital, princípio de funcionamento que na prática desencadeia um processo de expansão permanente do sistema, ao nível dos investimentos efectuados, da conquista de mercados e da obtenção de lucros. A reprodução do modo de produção está dependente da existência de mecanismos de dominação, económicos, políticos e ideológicos que, ao protegerem o sistema, protegem simultaneamente os interesses das classes que o controlam e garantem a manutenção do seu poder e privilégios. Mesmo que na prática os mecanismos de reprodução não possam assegurar posições a todos os membros das classes dominantes através do tempo e das gerações que se vão sucedendo e alguns deslocamentos façam chegar ao topo elementos provenientes de outras classes, o essencial à continuidade do sistema é a permanência da estrutura de desigualdades e essa não é posta em causa pelas trajetórias de mobilidade e pela permuta limitada de posições.

Um segundo momento em que a teoria marxista toca a questão da mobilidade é quando estuda os seus efeitos sobre a consciência de classe: em sociedades e em épocas em que os dinamismos das estruturas conduzissem uma parte significativa dos efetivos das classes trabalhadoras e da pequena-burguesia a mudar as suas posições, criavam-se as condições propícias ao enfraquecimento das solidariedades e das identificações nos grupos de origem, ficando estas classes mais expostas a que os seus membros substituíssem a adesão e a fidelidade aos processos colectivos por formas mais individualizadas de melhoria das suas condições de vida. Para Marx, a cooptação de membros de outras classes tinha ainda como efeitos o reforço dos recursos humanos da classe dominante, a disseminação das expectativas de mobilidade social e a diminuição das tensões acumuladas no interior do sistema de desigualdades. Funcionava deste modo como mecanismo de consolidação do poder e de manutenção

do *status quo*, com consequências claras ao nível político: "The more the ruling class is able to assimilate the foremost minds of a ruled class, the more stable and dangerous becomes its rule" (Marx, 1976).

Há uma sequência temporal muito próxima entre as obras e os contributos dos autores que no século XX alinham as suas análises pelas teses marxistas da reprodução. Desses autores, todos representantes de uma época de ouro da escola sociológica francesa, o primeiro da cronologia é Bourdieu (Bourdieu e Passeron, 1964; 1978). Praticamente todos os conceitos e noções chave da obra de Bourdieu concorrem para um raciocínio sobre um modelo de sociedade estruturada para a reprodução, do *habitus* aos 'campos sociais', passando pelas ações de 'violência simbólica'. A inspiração recebida do paradigma marxista sai deste modo transfigurada por novas categorias de pensamento, baseadas na distinção de várias formas de capitalização de recursos, cujo volume e combinação são determinantes para o posicionamento nas hierarquias de indivíduos e grupos. A estrutura de classes perde o seu carácter unidimensional, dando lugar a uma concepção do espaço social em que as desigualdades se jogam em múltiplas dimensões e planos, de uma forma dinâmica, distante do materialismo clássico. Todos os capitais são transmissíveis por herança, das propriedades aos conhecimentos, existindo mecanismos, como a socialização e instituições, como a escola e os *media*, às quais cabe o papel de, na prática, reproduzirem os privilégios das posições dominantes.

Na segunda metade da década de 1970 surgem dois outros trabalhos que são referências no estudo da mobilidade. Publicada quase de imediato em português (1978), a obra *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, de Daniel Bertaux, constitui um desses marcos. A análise explicativa que nela se desenvolve tem a autoridade de se apoiar em dados sólidos que, indo contra o propalado dinamismo das estruturas de classe nas sociedades industriais, nos traçam um retrato da França, em pleno século XX, como um país em que a imobilidade constitui a norma e a mobilidade aparece apenas enquanto exceção. Bertaux valoriza a dura evidência de que um filho de um quadro superior ou de um profissional liberal tenha doze vezes mais probabilidade de manter a classe dos seus pais do que um filho de um operário de se promover e

alcançar esse estatuto profissional; mas vê nesta estatística apenas uma “linha de superfície” e nas explicações em termos de desigualdade de oportunidade um logro ideológico que o leva a afirmar que “a problemática das desigualdades funciona hoje como cortina de fumo: por isso, do ponto de vista sociológico, não tem grande interesse” (1978: 39). São as “linhas de força” que produzem as desigualdades que importa investigar e para isso é necessária uma nova perspectiva teórica: o processo antroponómico. Este processo refere-se à distribuição dos seres humanos, ou mais exatamente das camadas sociais, pelos lugares de produção, não tanto ao nível das alterações ou mobilidades que se registam no quotidiano, dia após dia e ano após ano, mas sim do processo que está na origem desta estrutura de fixação. O que é relevante e determina as desigualdades é essa distribuição “inicial” das pessoas e das suas famílias, a começar pelos lugares decisivos da propriedade dos meios de produção, lugares que uma vez distribuídos tendem a perpetuar-se na posse dos ocupantes, devido à intervenção dos mecanismos de herança de capital, “a principal relação de reprodução das relações de produção” (1978: 58). As relações de distribuição são portanto parte de um quadro de relações sociais instituídas de produção e consumo de seres humanos e são elas que, ao articularem os homens com o campo económico, dão sentido à expressão “processo antroponómico”.

Boudon é o terceiro autor que merece destaque e será porventura o menos típico das teorias da reprodução. A proposta que nos apresenta afasta-se de postulados que considera ingénuos e que estipulam o carácter intrínseco das desigualdades sob o capitalismo, preferindo abordar essas desigualdades como uma questão de oportunidades comandadas por um “efeito de sistema complexo”, a partir do qual diferentes instâncias, como a família, a escola e o estado, agem em sentidos diversos sobre a mobilidade, estimulando-a nuns casos e colocando-lhe entraves noutros (1973). O seu foco teórico é de facto a mobilidade social, fenómeno em relação ao qual reconhece o paradoxo de termos uma sociedade em que o crescimento económico e as possibilidades de escolarização não param de se ampliar sem serem acompanhados por um crescimento equivalente da mobilidade efetiva. Mas na sua argumentação de fundo, as oportunidades de mobilidade não estão

dependentes de factores isolados e as intervenções através do sistema escolar acabam por ser manifestamente insuficientes para contrariar a força de um conjunto de condicionantes que comprovam a natureza estruturada e limitada das deslocações possíveis nas estruturas sociais. É por este diagnóstico acerca do estado de relativa imobilidade das sociedades modernas e industriais e pela tentativa de remeter a sua explicação para uma agregação de causas sistémicas, que Boudon pode ser integrado na linha de pensamento representada pelas teorias da reprodução.

Não me detenho aqui sobre a teoria funcionalista original e os seus juízos de valor acerca da necessidade das desigualdades ou das virtudes da mobilidade, nem sequer sobre a recuperação atual pelo pensamento liberal dessas velhas ideias. Há aliás análises que enfrentam e desmentem algumas das premissas e conclusões destas correntes, seja quanto à suposta fluidez das sociedades modernas industriais, ao papel desempenhado pela seleção meritocrática nestes sistemas ou ao avanço registado na decomposição das classes. Refiro-me em particular a Goldthorpe (1985; 1992), autor que mantendo a equidistância em relação aos paradigmas e secundado por amplos estudos quantitativos, veio demonstrar que tanto a fase industrial como a de terciarização do capitalismo não eliminaram a estreita associação das origens com os destinos de classe e que as diferenças entre épocas e entre países não deixam de ser estruturalmente condicionadas e não são suficientes para disfarçar a reprodução global subjacente às evoluções e variações registadas.

A sociologia da mobilidade no seu conjunto ostenta esta característica que é ser uma especialidade dominada quase exclusivamente por metodologias extensivas e análises quantitativas, muito encerrada em discussões técnicas sobre a categorização e respectivos critérios de definição de fronteiras entre grupos e orientada para o desenvolvimento de modelos e grelhas de análise sofisticadas para medir as desigualdades, problemáticas muito próprias que não favorecem o contacto e a abertura a outras perspectivas de trabalho. Independentemente da grande amplitude conceptual e de análises, mais estratificacionistas, neomarxistas ou pragmáticas, o conjunto das abordagens empíricas da mobilidade faz é medir movimentos individuais ou de unidades familiares, numa ou em várias gerações, entre posições ou

lugares numa estrutura de desigualdade, definidos a partir de combinações de atributos sócio ocupacionais. Consoante as filiações e os paradigmas de referência dos autores, os grupos de desigualdade entre os quais se medem as deslocações são definíveis por uma multiplicidade de critérios e de combinações de critérios, da propriedade à dimensão da propriedade, do trabalho e do seu carácter manual ou não-manual, das qualificações à autoridade dos trabalhadores nas relações laborais, dos sectores de atividade económica aos sectores do mercado de trabalho, da situação independente ao estatuto profissional dos ‘trabalhadores liberais’.

O exame das deslocações nas estruturas de desigualdades, em termos de taxas de mobilidade entre grupos ocupacionais, tal como tem vindo a ser feito pelos sociólogos da especialidade, tem uma dupla importância para o conhecimento do fenómeno. Desde logo, porque se debruça sobre posições ocupadas na esfera produtiva e estas continuam a estar associadas às desigualdades de rendimento, de estatuto e influência social e, por essa via, aos recursos a que os membros de cada grupo têm acesso. É por isso aliás que, na opinião de Noble, “in terms of social class we should always regard occupational mobility as social mobility, if only sideways” (2000: 36). Mas há uma segunda razão que nos pode levar a valorizar essa perspectiva da mobilidade e que é a de que esses deslocamentos constituem um indício dos padrões institucionalizados de segregação ou de permeabilidade das divisões sociais radicadas na economia. Para todos os efeitos e com as limitações atuais que lhe são reconhecidas, as pesquisas da mobilidade no quadro deste paradigma indicam-nos “the degree of salience of stratification as a continuing characteristic of the social structure” (Noble, 2000: 36).

Mas nem por isso as abordagens hiperespecializadas nos conseguem convencer quando se trata de comparar os critérios sociológicos com aqueles com que as pessoas comuns pensam sobre as suas experiências de mobilidade. Esta tensão entre conceitos científicos e “populares” é uma consequência frequente dos processos de especialização subdisciplinares e acarreta alguma perda de perspectiva para a complexidade da vida social. Mesmo com conceitos socialmente muito divulgados e utilizados na linguagem corrente, como o conceito de classe social, são evidentes e

têm sido apontadas diferenças entre as definições sociológicas e o que as pessoas entendem e querem significar quando são levadas a exprimir-se e a identificar-se em termos de desigualdades (Savage, 2001; Payne, 2007). Não se trata portanto e apenas de um desacerto terminológico, uma questão de palavras, mas da maneira como as pessoas pensam sobre as situações em que vivem e sobre as diferenças que conseguem identificar nas possibilidades de acesso aos recursos socialmente valorizados.

Em suma, temos um paradigma omnipresente que deu provas de ser incisivo na medição de determinados movimentos específicos de classe, mas que parece incapaz de reconhecer e integrar as múltiplas dimensões de desigualdade a que os sujeitos dão valor e se vai, desse modo, deixando distanciar das formas inovadoras de investigar o tema da mobilidade. As alternativas que estão a surgir e que são cada vez mais representativas trocam os grandes números e explicações gerais pelas subtilezas interpretativas das abordagens etnográficas e das escalas micro de análise de famílias e comunidades. Continuam a encontrar-se a este nível abordagens mais tradicionais, confinadas às mobilidades ocupacionais e educativas, mas a maioria dos estudos está mais aberto e interessado em captar a complexidade dos processos de mobilidade, dos contextos que os favorecem às *nuances* e gradações que apresentam (Bertaux e Thompson, 1997; Bettie, 2002, 2003; Lawler, 1999). O campo é novo e diverso e os contornos são difíceis de precisar, mas há marcas que saltam à vista. A primeira é a do papel da perspectiva feminista (Bradley, 1999; Reay 1998a, 1998b; Skeggs, 1997) que, tendo que lidar com a natureza enviesada quanto ao género do paradigma dominante, se tornou a principal força renovadora dos estudos da mobilidade, incorporando formas alternativas de procurar a sua consecução e revelando constrangimentos normativos e discriminações que bloqueiam especificamente o avanço das mulheres. A segunda é, na maneira de manipular o conceito de classe, a presença tutelar do pensamento de Bourdieu (1979; 1989). Estamos perante autores que expandem a análise das posições de classe e das mobilidades, incorporando a posse e o uso de recursos culturais, sociais e simbólicos como formas legítimas e reconhecidas pelos atores de disputar e ocupar o espaço social. A identificação das posições e das

deslocações efectuadas, programadas ou em curso, deixa de decorrer apenas dos atributos em sentido estrito das classes e das propriedades materiais conquistadas *post factum*, para passar a estar acessível e poder ser analisada nos mais variados processos e domínios de ação social, em que os atores se expõem através de atitudes culturais, de gostos, de expectativas, de formas de estar e de interagir nas suas redes sociais e com outros grupos e instituições.

De acordo com Van den Berg (2011) e por comparação com as análises quantitativas, a caracterização das abordagens qualitativas pode ainda ser feita reunindo as principais propostas avançadas para uma concepção alternativa da mobilidade e para as estratégias que permitem capturá-la nas diferentes formas sob as quais se manifesta. Pegando nas referências recenseadas neste contributo, começaria por destacar a opção por definições subjetivas da mobilidade, nas quais são os sujeitos a identificar as dimensões significativas para a ‘ascensão social’ e a indicar as suas experiências e expectativas no que diz respeito aos processos de mobilidade. Deste tipo de abordagem resulta um alargamento dos critérios convencionais, com a contabilização de aspectos anteriormente negligenciados dos percursos profissionais ou escolares e a inclusão de dimensões de distinção estatutária e simbólica, procedentes dos mais variados domínios da vida quotidiana. De igual importância para a caracterização das estratégias qualitativas é a ultrapassagem do registo puramente individual de análise, dando relevância aos contextos familiar e comunitário e distinguindo entre os objectivos próprios dos atores e os que são traçados para os seus descendentes, em muitos projetos diferidos e apostados num tipo de progressão intergeracional. Torna-se possível formular deste modo grelhas muito mais finas e sensíveis a processos em curso, planeados mas não completamente consumados, grelhas que captam os pequenos gestos, as ambições que lhes dão sentido e as barreiras que têm de enfrentar, em momentos de vida feitos de pequenas alterações que uma análise mais tradicional não hesitaria em caracterizar como estacionários ou de total imobilidade.

2.6. *Habitus, reflexividade e identidades sociais contemporâneas*

Corriam os idos de 1970, numa década em que para o final já se faziam sentir os efeitos da “rajada identitária”⁹² que havia de perpassar as Ciências Sociais e as Humanidades, quando, nas conclusões de um seminário interdisciplinar dirigido por Claude Lévi-Strauss, o próprio escrevia a propósito da identidade que ela seria “une sorte de foyer virtuel auquel il nous est indispensable de nous référer pour expliquer un certain nombre de choses, mais sans qu’il ait jamais d’existence réelle”⁹³. O tempo passou e a identidade bem como todas as dimensões de análise associadas às representações e aos processos simbólicos de construção da realidade haviam de ganhar um espaço e uma atenção especiais na contemporaneidade devido, em boa parte, à viragem cultural registada nas ciências sociais, nomeadamente na sociologia. As aplicações e os significados apensos ao conceito não mais pararam de se multiplicar, justificando que muitos autores ao envolverem-se com o conceito continuem a lamentar esse seu carácter “turvo mas indispensável”⁹⁴.

O campo das ciências sociais deixou portanto que se gerasse e fosse impondo um conceito de identidade caracterizado pela polissemia e fluidez, recente na sua origem, mas com numerosas definições e redefinições (Hall, 1996b; Jenkins, 2004; Kaufmann: 2005). Atualmente, o prisma da identidade servirá de facto ao exame dos mais diversos tópicos e dessa plasticidade resultará o interesse académico que tem suscitado. Quem, como eu nesta tese, esteja concentrado nos significados que determinados protagonistas atribuem aos movimentos executados dentro de estruturas de desigualdade, a partir de posições desfavorecidas e largamente caracterizadas pelo seu imobilismo, poderá evitar entrar a fundo na exploração de muitos dos resultados conceptuais e analíticos alcançados nesse processo, mas há uma dimensão do debate em torno da identidade a que não se poderá eximir. Estou a referir-me a um dos eixos centrais da discussão, no qual se confrontam uma definição

⁹² A expressão pertence a Kaufman, no livro *A invenção de si. Uma teoria da Identidade*, (2005).

⁹³ Lévi Strauss, Claude (dir) (1997) *L’Identité*. Paris: Éditions Grasset, p. 332.

⁹⁴ A expressão “blurred but indispensable” foi usada por Tilly (1996: 7), mas este tipo de crítica, a um conceito cujo crescimento tornou menos preciso, faz-se ouvir com alguma frequência.

posicional, mais antiga, que subordina as identidades subjetivas à localização social dos sujeitos e uma visão reflexiva e estratégica, mais recente, que trata as identidades como autorrepresentações e considera as categorias manipuladas pelos sujeitos de uma forma relativamente autónoma face às posições sociais que ocupam.

De há alguns anos a esta parte, sobretudo após a entrada no novo século, foram surgindo propostas que pretendem superar esta divisão e encontrar novas direções para a sociologia da identidade. Nas próximas páginas, procuro sumariar esses contributos, começando por recuar até às perspectivas originais e à oposição entre uma concepção disposicional da identidade baseada nos efeitos do *habitus* e as análises abertas à subjetividade desenvolvidas a partir das teses da 'reflexividade'.

A ideia de que os processos reflexivos se vão aprofundando com a modernidade até conquistarem o âmago das sociedades e ditarem o seu modo de funcionamento é o resultado duma análise paralelamente desenvolvida por Giddens (1992; 1994) e Beck (1992). Segundo estes dois sociólogos, o alargamento da reflexividade tem origem num conjunto de dinâmicas recentes que, impulsionadas pela mudanças revolucionárias verificadas nas tecnologias de comunicação e pela intensificação dos fluxos globais de emprego, de dinheiro, de imagens e de ideologias propaladas pela cultura de consumo, nos colocam hoje numa situação de maior exposição aos outros e às suas formas de pensar e sentir, a uma tendência para a relativização das práticas instituídas e, no limite, a um estado em que não há nada que não possa ser posto em causa. Temos hoje ao nosso dispor mais informação e conhecimentos do que alguma vez aconteceu na história da humanidade e foi isso que permitiu que a reflexividade se tornasse a base para a reprodução do sistema, “de tal modo que o pensamento e a ação são constantemente refractados um sobre o outro” (Giddens, 1992: 27). Daí que, como explica o autor, a sociedade reflexiva seja aquela em que a vida social se caracteriza por “as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente o seu carácter” (1992: 27).

Sendo permanente e obrigatória em todos os domínios de atividade, a autoanálise reflexiva é tão fulcral para a vida dos grupos como dos indivíduos. A

reflexividade que os envolve nas suas formas de participação social não transforma apenas a relação dos indivíduos com o mundo, transmite-se ao domínio da vida pessoal e absorve a relação de cada sujeito consigo próprio. Estende-se portanto ao núcleo do “próprio eu”, deixando a identidade pessoal de ser um dado para passar a ser um processo, aberto à exploração e disponível para ser construído através da mudança reflexiva, em que

“cada um de nós não só ‘tem’ como *vive* uma biografia organizada reflexivamente em termos de fluxos de informação social e psicológica acerca de possíveis modos de vida. A modernidade é uma ordem pós-tradicional, na qual a pergunta ‘Como hei de viver?’ tem que ser respondida através de decisões diárias” (Giddens, 1994: 12,3).

Para Giddens é evidente que a ‘segunda modernidade’ redefine a identidade em termos subjetivos e a torna um produto da capacidade reflexiva de sujeitos que só dependem dos seus próprios recursos para saberem quem são e o que valem. Aliás, pelo modo uniforme como descreve a reflexividade da ação individual, pode até deixar a impressão de que, para ele, as estruturas sociais e culturais sucumbiram e deixaram de representar um condicionamento à liberdade de atores que podem agora movimentar-se e definir-se sem as amarras dos seus posicionamentos sociais. Finalmente, percebe-se que não será bem assim porque, ao pronunciar-se sobre o impacto da reflexividade no controle da vida social, Giddens vem falar de um “poder diferencial” e reconhecer que a apropriação dos conhecimentos não é homogénea e será tanto mais viável quanto mais próximos os sujeitos estiverem de posições de poder (1992: 30,1).

Mas se as formulações de Giddens a propósito da reflexividade nos podem trazer dúvidas, outras vias para a análise das identidades contemporâneas, como a que é desenvolvida a partir do conceito de *habitus* de Bourdieu, não estão igualmente isentas de problemas. Na sua teorização do *habitus*, Bourdieu retoma uma proposta

originalmente de Norbert Elias⁹⁵, mantendo-a no âmbito das disposições culturais, mas aplicando-a em particular às classes sociais e às suas fracções. Estas suas disposições culturais das classes são fundamentalmente um fenómeno incorporado e a maneira 'do ter se tornar ser'. Adquirimo-las através de um longo processo de aprendizagem e inculcação do gosto e dos modos de sentir, pensar e agir da classe a que pertencemos ou da classe que a nossa família de origem nos aponta como referência desde os primeiros anos de existência. Apesar de se manifestarem de uma forma individualizada e se confundirem com aquilo que os indivíduos são, as disposições que constituem o *habitus* refletem de facto o contexto cultural partilhado por cada grupo de desigualdade. A partir de fórmulas que aplica à tipificação desses grupos sociais, Bourdieu procura o princípio gerador das práticas e das preferências culturais, o mesmo princípio de que as classes se servem para o jogo de distinção com outras classes e para a identificação de si próprias, num espaço social em que o *habitus* é o marcador visível e reconhecível das pertenças e das diferenças.

Um dos aspectos determinantes do modo de funcionamento do *habitus* é que a sua formação e as suas ativações individuais são processos inconscientes. Familiarizados com comportamentos e sentimentos a que estão habituados por serem característicos do seu meio social, os indivíduos agem de forma espontânea e irrefletida, de acordo com uma competência prática que dispensa o controlo racional. Não havendo uma reflexividade aplicada aos processos, a consciência dos mecanismos da sua produção é rara e os princípios subjacentes à ação não podem ser objecto de transformação voluntária e deliberada. Consequentemente, as identidades de classe acabam por ser produzidas e reproduzidas através de atos 'involuntariamente determinados', sem que os atores possam prever ou determinar a sua constituição ou mudança.

Conjunto de disposições, incorporadas individualmente, inconscientes no seu funcionamento, o *habitus* também se caracteriza por ser gerador de práticas em todo

⁹⁵ Em *O Processo Civilizacional*, Elias usa o termo para aludir ao saber social que os indivíduos incorporam enquanto membros de uma sociedade e através do qual se sedimenta o destino das nações (1989).

o tipo de interações e encontros que ocorrem de forma continuada e improvisada nos diversos campos sociais. De um ponto de vista individual, o *habitus* só opera nos campos sociais, onde nos impõe limitações ao que podemos ou não fazer, sem contudo obrigar a ação a tomar um único curso. A teoria do *habitus* reserva esta margem relativa de autonomia à prática, assim como admite em determinadas condições e contextos o exercício da reflexividade, entendida como “exploração sistemática das categorias impensadas de pensamento” (Bourdieu, 1982: 10). A ativação reflexiva pode ocorrer excepcionalmente em todos os campos no contexto de situações de crise; em condições normais, só os campos científico e acadêmico tendem a gerar reflexividade, uma disposição particular, requisito próprio destes campos e do seu *habitus*.

A definição que Bourdieu nos propõe do *habitus* é valiosa para pensar a identidade, mas é igualmente problemática. Não obstante a sua tentativa para dar algum espaço à agencialidade e à componente reflexiva da ação, o seu modelo da prática tende para um novo tipo de determinismo, acentua em excesso a conformidade não regulada mas efetiva dos comportamentos e, nesse sentido, é tão passível de recolher críticas como o reforço da autonomia dos atores patente no esquema de Giddens. Os aspectos mais controversos das formulações em cada um destes autores têm originado ampla discussão, mas algumas das críticas não se limitam a despistar os elementos mais frágeis das teorias da reflexividade e do *habitus* e fazem da sua hibridização um ponto de partida para procurar refazer a compreensão contemporânea das identidades.

Do conjunto de propostas que a seguir se passam em revista⁹⁶, ressalta a preocupação comum em perceber como a reflexividade pode ser combinada com as formas persistentes de *habitus* para explicar a evolução registada nas marcações tradicionais da identidade. É esse exatamente o propósito de Adkins (2002), autora que, por um lado, contesta as presunções acerca do potencial transformador das

⁹⁶ Além dos textos originais dos autores que cito, socorro-me aqui de dois artigos fundamentais, um de Adams (2006) e outro de Bottero (2010), para descrever o desenvolvimento deste debate e as reformulações conceptuais que dele emergem.

práticas reflexivas mas, por outro, não admite que a incorporação do *habitus* nas normas dos campos sociais se possa fazer sem reflexividade. Os processos reflexivos são inseparáveis das práticas quotidianas, mas o conhecimento dos seus efeitos requer que os mesmos processos sejam situados antes de se procurar perceber se eles favorecerão a manutenção ou a transformação da ordem social. Não obstante e pelo menos no caso das distinções de género nas sociedades contemporâneas, Adkins parece menos inclinada para admitir a ambiguidade da reflexividade face às normas. Neste contexto, a reflexividade surge à autora como um recurso desigualmente distribuído que, quando existem condições para ser aplicado no conhecimento e narração do *self*, favorece a autoridade epistemológica dos sujeitos e coloca-os em vantagem para manter ou aceder a posições privilegiadas. Em vez de ser uma qualidade universal fruto das mudanças sociais da modernidade tardia, como se tinha pretendido nalguns dos enunciados originais do conceito, a reflexividade passa a ser, na leitura de Adkins, um veículo de reedificação das diferenças e divisões sociais, uma capacidade constitutiva das próprias estruturas de desigualdade num cenário de governação neoliberal das sociedades.

Posições não muito diferentes já tinham sido manifestadas por McNay (1999) e Skeggs (1997), respectivamente para a análise das identidades de género e de classe. Para estes autores a reflexividade pode representar uma possibilidade criativa para a construção de estratégias de identificação, mas sempre dentro das fronteiras impostas pelas estruturas sociais corporizadas no *habitus*. Para McNay, uma vez que o *habitus* é por definição transponível, é nas ligações entre diferentes campos sociais, relativamente autónomos e não absolutamente alinhados, que iremos encontrar as folgas através das quais a reflexividade se pode imiscuir na determinação das práticas. Particularmente em tempos de crise, caracterizados pelo crescimento de todo o tipo de mobilidades, pela reflexividade institucional, por um aumento da diferenciação social e pelo esbatimento de fronteiras entre campos, é que a manutenção do *habitus* se pode tornar problemática e dar azo à intervenção reflexiva. Bourdieu não terá porventura valorizado suficientemente os aspectos dinâmicos das mudanças internas e dos movimentos verificados entre os diferentes campos sociais e, na perspectiva de

McNay, será a partir destes contextos críticos que a reflexividade ganha terreno e mais se faz sentir a sua presença e ação.

O avanço da consciência reflexiva faz-se para Sweetman (2003) num cenário de mudança e crise, tal como em McNay. As evidências recolhe-as em campos diversos, do emprego às comunidades e da moda aos *media*, áreas socioculturais em que as normas estarão mais sujeitas à transformação e à incerteza, abertas à discussão, tornando os *habitus* e a sua estabilidade potencialmente inviáveis. O estado de crise, a sua prevalência e até normalização, corresponde a esse momento ubíquo a partir do qual deixa de ser possível continuar a agir na generalidade dos campos dentro daquilo que estava anteriormente estabelecido. Sweetman reclama que atingimos esse tempo na história das sociedades em que o *habitus* e o 'campo' estão quase em permanente disrupção, não já de uma possibilidade de desajustamento transitório anunciada por Bourdieu, mas de um ponto de viragem em que a consciência reflexiva aproveita para se tornar endémica e penetrar o *habitus*.

De novo em Sweetman, neste caso do mesmo modo que em Adkins, reaparece a ideia de que a reflexividade se comporta como uma capacidade corrente e disseminada, mas igualmente diferenciadora. Apesar dos efeitos libertadores com que vem etiquetada, a reflexividade, num dos campos que mais interessa a Sweetman e que é o do trabalho, transporta consigo elementos de regulação que transferem para o sujeito a responsabilidade de escrutinar e vigiar a sua participação na esfera da produção. Efeitos mais gravosos acabam no entanto por recair sobre aqueles cujas funções subordinadas não exigem essas competências reflexivas e que, pela via da desvalorização profissional, veem agravadas as suas desvantagens sociais.

Reunindo o conjunto dos argumentos, as teses da hibridização invocam os efeitos da mudança social e a criação de um estado complexo de coexistência entre estruturas de disposições, que embora diminuídas continuam a restringir as possibilidades de ação, e os processos reflexivos, cuja interferência alarga a consciência e a agencialidade dos atores, dentro das fronteiras impostas pelo *habitus*. Os reconhecidos avanços da consciência reflexiva não a transformaram num recurso partilhado de forma igual por todos, nem aqueles que dela dispõe podem aproveitar

as suas potencialidades para agir livremente, fora de quaisquer condicionalismos institucionais.

Perante este quadro de relativa exposição do mundo social a níveis elevados de reflexividade, interessará saber das razões pelas quais certos domínios da experiência e determinados grupos sociais permanecem afastados destes processos. Desse conhecimento dependerá a compreensão da formação contemporânea da identidade, questão que segundo Adams nos obrigará a orientar a nossa pesquisa para uma “post-reflexive choice”, ou seja, a pensar a estruturação social das escolhas em termos de recursos, para além dos momentos reflexivos da consciência e da determinação de motivações e disposições inconscientes (2006: 523).

Esta proposta de Adams remete-nos para a distinção formulada por Lash (1994) e Lash e Urry (1994) entre ‘reflexivity winners’ e ‘reflexivity losers’ e para a sua análise das diferentes capacidades dos agentes para tirarem partido da reflexividade em função de condições estruturais determinadas pela modernidade. Segundo os dois teóricos, as desigualdades de “oportunidades reflexivas” próprias desta época não estão ligadas às desigualdades económicas e sociais pré-existentes, mas à constituição de uma rede global e local de estruturas de informação e comunicação. Não dependem portanto da posição e do acesso que os agentes possam ter ao “modo de produção”, mas do lugar que os mesmos ocupam no “modo de informação” (Lash e Urry, 1994: 121). O jogo de palavras servirá mais para vincar distâncias paradigmáticas, mas o que importa sobretudo reter é que a reflexividade é entendida como mecanismo de criação de novas divisões sociais, dando poder a uma parte dos activos e marginalizando os restantes. Do lado dos vencedores, situam-se “those whose skill level has been improved especially by the introduction of computer numerical technology”, ao passo que os perdedores incluem “a large number of workers who are made unemployed by the inclusion into production of the new information and communication technologies. It includes workers in declining sectors” (1994: 83).

A interpretação de Lash e Urry dá-nos uma boa imagem de como as transformações técnicas e produtivas se podem constituir como factores de reestruturação das relações sociais, mas é curta no que toca aos efeitos da integração

da reflexividade nas capacidades de ação de indivíduos e grupos. É preciso descer ao nível empírico para ter a percepção da complexidade dessas transformações. Adams remete-nos a este propósito para uma investigação recente sobre um grupo de jovens trabalhadoras norte-americanas (Mitchell e Green, 2002) onde é examinado o modo como se pode processar a coexistência entre reflexividade, *habitus* e uma ‘post-reflexive choice’ nas classes menos favorecidas. Entre este grupo de mulheres constata-se a prevalência de comportamentos típicos de agentes reflexivos, mesmo que uma série de barreiras e de parâmetros de classe, de parentesco e do próprio meio local as impeçam depois de construir as biografias correspondentes aos seus projetos individualizados. O que este estudo parece indicar é que a disseminação dos processos reflexivos atinge as classes trabalhadoras, mas não é acompanhada pelos recursos necessários à materialização dos produtos virtuais dessa reflexão. Apesar das leituras das relações entre reflexividade e *habitus* em termos de hibridização terem criado sob muitos aspectos um enquadramento mais favorável para pensar as identidades contemporâneas, falharam clamorosamente ao não salientarem a inserção das capacidades reflexivas em contextos condicionados e diferenciadores no que diz respeito aos recursos acessíveis. Como muito bem assinalou Adams, ficou a faltar o elemento pós-reflexivo da equação porque, embora se reconheçam hoje maiores margens de independência face ao *habitus*, a reflexividade opera em quadros sociais dotados com maiores ou menores oportunidades e é nesse cenário estruturado por desigualdades que os sujeitos refletem, efetuam as escolhas possíveis e procuram construir um sentido para a sua identidade pessoal.

Nestas condições, comprova-se que não faz sentido continuar a celebrar uma reflexividade libertadora cujos efeitos seriam transversais a toda a sociedade. Perdidas parte das referências identitárias e da estabilidade gerada no *habitus* pelas experiências comuns, os grupos mais desprotegidos da força de trabalho ganham uma ferramenta que o que tem para lhes revelar é a sua precariedade e a ameaça da pobreza e da exclusão. A reflexividade para eles não lhes trás mais escolhas nem autonomia, apenas uma consciência reavivada da sua condição de agentes perdedores. Num período marcado pela polarização e pela mobilidade estrutural

descendente para largos sectores anteriormente organizados das classes trabalhadoras, a reflexividade chega ao mesmo tempo em que se degradam as condições para que o poder e agencialidade dessas classes possam perdurar, num cenário de decadência e desestruturação da ordem social e económica instaladas depois da modernidade.

Mas, na modernidade tardia, recorde-se mais uma vez, não é apenas um grupo social específico a ser posto em causa. De um modo geral, todos, os trabalhadores qualificados e os que não têm qualificações, os manuais e os de “colarinho-branco”, os que já foram atingidos e aqueles que não sabem o que o futuro lhes reserva, estão sujeitos a um estado de incerteza endémica, de tensão provocada pela perda de pontos de referência estáveis e da possibilidade de exercer controlo sobre a vida pessoal. É esta situação de insegurança permanente que leva Bourdieu a falar de uma ‘precariedade’ que tem origem nas relações laborais, mas cujos efeitos se estendem à

“déstructuration de l'existence, privée entre autres choses de ses structures temporelles, et la dégradation de tout le rapport au monde, au temps, à l'espace, qui s'ensuit. La précarité affecte profondément celui ou celle qui la subit; en rendant tout l'avenir incertain, elle interdit toute anticipation rationnelle” (1998: 96).

Poder-se-á perguntar, uma vez que a incompletude identitária e a responsabilidade individual pelo seu preenchimento são aspectos próprios da condição moderna, em que medida é que estes traços da contemporaneidade são absolutamente novos. É sabido que em sistemas hierárquicos puros, como a sociedade de ordens medieval, os indivíduos tinham estatutos fixos, atribuídos à nascença, e a integração na sociedade era uma questão de reprodução de modelos de conduta estabelecidos para cada tipo social. A identidade não era problemática: recebia-se pelo nascimento e desenvolvia-se pela conformidade aos padrões do grupo de pertença. Com a queda do feudalismo e a progressiva ascensão do capitalismo até à fase industrial, as ordens vão dando lugar às classes e as sociedades tornam-se menos rígidas, deixando os indivíduos de estar impedidos de adquirir estatutos distintos daqueles que possuem à partida. A mobilidade torna-se possível e os indivíduos que se

deslocam entre diferentes posições socioeconómicas têm que negociar a sua entrada e acomodar-se a normas e disposições que, pese embora as diferenças, são tão sólidas e resistentes às manipulações como nas hierarquias fechadas tradicionais. Quem chega precisa de se identificar com os atributos que são património da classe e progressivamente absorver o seu *habitus* distintivo. A identidade pode ter deixado de ser imposta e vivida como um dado imutável e ter passado a haver uma margem de autodeterminação significativamente maior, mas as alocações estruturais e de classe continuam a enquadrar os indivíduos, a pesar nas oportunidades e a ditar as escolhas possíveis.

Nas sociedades modernas a mobilidade e a sua ideologia abrem espaço à competição real e imaginária pelos lugares mais privilegiados do espaço social. A insegurança que se pode gerar é fruto desses processos sempre incertos quanto às possibilidades de acesso e aos resultados das disputas em torno das localizações mais desejadas e das respectivas identidades. Com a transição para a modernidade tardia verifica-se, na perspectiva de Bauman (2001), uma mudança na natureza dos processos e daquilo que está em causa. Se até aí era a conquista dos lugares o fulcro da inquietude identitária, daí em diante deixaram de existir lugares de classe estáveis para as identidades se alojarem, qualquer que seja a posição social. Aos indivíduos já não basta quererem mudar e reunirem os capitais necessários; as transformações no sistema de estratificação intensificaram-se ao ponto dos alvos dos projetos individuais poderem não se manter estáveis o tempo suficiente para os podermos alcançar. É nessa mutabilidade que reside o problema identitário contemporâneo, um problema cuja

“most nerve-breaking worry is not how to find a place inside a solid frame of social class or category and, having found it, how best to guard it and avoid eviction. What makes one worry is the suspicion that the hard-won framework will be soon torn apart or melted” (Bauman, 2001: 126).

Haverá por isso razões para afirmar que, ao nível das identidades sociais dos indivíduos, nunca como hoje fez tanto sentido falar de ‘crise de identidade’⁹⁷. A

⁹⁷ Essa parece ser também a posição de Kaufmann (2005). Para este autor, a marcha em direcção à revolução identitária moderna dá-se à medida que as antigas identidades monolíticas, próprias de

instabilidade sistémica é de tal ordem que dita que a segurança subjetiva dos indivíduos nunca seja plena, que nunca se realize completamente esse sentimento de completude e de continuidade biográfica que caracterizava a identidade. Resta o presente, numa sociedade da qual desapareceram os mecanismos que permitiam aos indivíduos exercer algum controle sobre o seu destino e viver confiantes.

Necessariamente atentas à objectificação excessiva e à reificação de conceitos, as ciências sociais terão, face à conjuntura histórica e às vicissitudes do período em que vivemos, novos motivos para evitar as definições mais essencialistas da identidade. Enquanto indivíduos, continuaremos, como sempre, a procurar situar-nos socialmente e a estabelecer diferenças e semelhanças com outros indivíduos e grupos, e por isso o conceito de identidade será ainda necessário por muito tempo no futuro. Mas, perante essa combinação tão determinante na pós-modernidade de processos de globalização e individualização, será ajustado deixar cair uma noção mais fixista, de identidades como conjuntos de características que se herdam, adquirem e tornam património, para promover no seu lugar uma definição mais processual e dinâmica. Devemos continuar a falar de identidade, mas numa acepção diferente, de ‘identificação’, o que implica e trás subentendido um tipo de ação mais aberta, contínua, nunca concluída e sempre renovada, “in which we all, by necessity or choice, are engaged” (Bauman, 2001: 129). Ainda que as regras do jogo e os objectivos possam estar a mudar e sejam por vezes difíceis de discernir, o impulso identitário

sociedades holísticas, vão cedendo o passo às identidades autónomas, nascidas das estruturas abertas e pluralistas das sociedades democráticas. O Iluminismo e domínio simbólico da Razão, a formação do Estado, são os primeiros factores decisivos da viragem. Os indivíduos, e já não as comunidades, tornam-se o pólo da organização social, numa sociedade cujo programa institucional pretende autonomizar os sujeitos através do pensamento. O aprofundamento dessa autonomia só acontece na fase actual da modernidade, quando a emergência da subjectividade e novos tipos de papéis mais flexíveis e mutáveis vão permitindo aos indivíduos definirem-se de uma forma mais livre nas escolhas, mas também menos segura nos processos e nos resultados. A questão identitária só atinge o estatuto de ‘problema’ porque, submetendo-se à ideologia da modernidade, os indivíduos têm de acreditar em si mesmos como entidades estáveis e autónomas, apesar de todo o processo de construção da identidade ser agora mais plural e contraditório e provocar um maior grau de incerteza. Como conclui Kaufmann, para marcar o carácter do fenómeno na contemporaneidade, “antes da crise, não havia propriamente falando identidades” (2005: 53).

permanece pleno de vitalidade no nosso tempo, assim como as tensões, as lutas e os conflitos, materiais e simbólicos, que o caracterizam.

Capítulo III - POBREZA, TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE E REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS

1. As histórias de vida económica e a heterogeneidade dos percursos de pobreza

Recém-nascida, com apenas um ano de idade, Sandra começou a viver num dos períodos mais difíceis da história da sua família. A mãe, mulher que até aí tinha estado em casa entregue às tarefas de tratar da vida doméstica e de criar três filhas, adoeceu gravemente e teve de ser internada para receber um tratamento que se prolongou durante dois anos. Entretanto, o pai, operário numa fábrica de fogões, perdeu o emprego. A situação complicou-se ao ponto de terem de pedir ajuda à Santa Casa da Misericórdia e, sem meios para encontrar outras soluções, terem colocado as filhas a viver em casa de avós e tios. As irmãs mais velhas acabarão por crescer e ser educadas por esses familiares, mas Sandra regressa para junto dos pais, assim que a mãe tem alta hospitalar e o pai consegue voltar a trabalhar, agora como guarda-noturno.

Até ao 9º ano Sandra teve um percurso escolar relativamente normal. Mas aos 17 anos de idade surge uma gravidez inesperada que a obriga a dar outra direção à sua vida: “Eu...ia ter uma filha, tinha de trabalhar, acabei por deixar os estudos”. Depois do nascimento da criança, ainda tenta continuar para o 10º ano, mas a acumulação do trabalho, com a frequência da escola e o cuidado da filha, revelam-se incomportáveis nessa altura.

Durante os primeiros três anos de vida laboral, os postos de trabalho sucedem-se. “Olhe eu ajudei em cabeleireiros, eu trabalhei em cafés, nunca estive desempregada. Comecei a trabalhar e saltava de uns para os outros, arranjava um melhor e ia para o outro, arranjava outro melhor e ia para o outro, foi sempre assim”. Já para o fim deste período, cansada da instabilidade e de empregos precários a contrato, em que de seis em seis meses tem de ficar desempregada para voltar a ser readmitida, Sandra aceita um convite para trabalhar à experiência como secretária.

A princípio não conhecia a função e as tarefas, mas aprende a trabalhar em computador, a atender telefones e vão-lhe sendo reconhecidas competências e empenhamento no trabalho. Progride, ainda num regime de recibos verdes, primeiro ligada a projetos em *part time*, conquistando depois um horário completo de trabalho. A breve trecho e fruto de uma oportunidade única, dá entrada nos quadros da função pública, com funções administrativas e de secretariado que mantém até hoje.

Aos 35 anos, com um salário de 1000 euros, Sandra melhorou significativamente o seu nível de vida em relação à infância. A situação só não é melhor porque tem três filhos em idade escolar e um companheiro, mais novo do que ela, que está a tentar melhorar as qualificações de modo a sair do ciclo dos trabalhos ocasionais e arranjar um emprego fixo e melhor remunerado. Pessoalmente, Sandra admite que teve sorte e que, para o seu nível de formação, muitos adorariam estar no seu lugar.

Joaquim e a mulher são muito mais velhos do que Sandra e estão, à beira dos 60, a chegar ao fim da vida ativa. Vieram do campo pequenos, na companhia dos pais que se tornaram carpinteiros e operários da construção na cidade. Filhos de famílias muito numerosas, com 13 e 15 irmãos, não tiveram outro remédio se não deixar a escola com a 4ª classe e começar a trabalhar cedo. Por necessidade absoluta, porque como diz Joaquim, “já pode ver como é que se vivia. Eu, até me casar, o ordenado que recebia entregava-o aos meus pais (...) Viver bem era impossível, não havia hipótese na altura”. Os primeiros empregos da mulher de Joaquim foram como mulher-a-dias, em casas particulares, a trabalhar à hora, até começar a fazer serviço de limpeza numa junta de freguesia da capital. Aí aproveitou uma vaga e tornou-se cozinheira, profissão que exerce vai para 40 anos. Já a carreira profissional de Joaquim é um pouco mais variada do que a da mulher. Começou aos 14 anos e trabalhou como operador de máquinas automáticas e ajudante de motorista em quatro empresas industriais diferentes. Passou sempre de um emprego para outro, aproveitando oportunidades para melhorar de salário, sem nunca ser despedido nem ficar parado. Assim se foi mantendo até aos 29 anos, idade com que entrou como motorista para o município. Em 30 anos como empregado camarário já esteve colocado em vários serviços e

chegou a ganhar quase o dobro do que ganha hoje. Mesmo assim, o rendimento conjunto da família é de 1500 euros líquidos.

Joaquim tem dois filhos, hoje homens adultos com famílias constituídas. Ambos fizeram apenas a escolaridade obrigatória e são operários como o pai, em ramos diferentes. Para a sua condição profissional, têm uma vida económica “normal”, compraram casa e vivem fora dos bairros sociais.

A história de Samir, um licenciado em Psicologia Clínica no início da sua vida profissional, é de outro tipo. Aos 29 anos, dois anos depois de ter saído da faculdade, e com alguma experiência prática acumulada, reparte o seu tempo entre duas atividades remuneradas: como técnico superior de uma cooperativa socioeducativa, muito ligada ao bairro em que reside, e como coordenador e animador de uma equipa de rua, intervindo na área da toxicodependência, fora da sua localidade. Samir ganha cerca de 1000 euros por mês e juntamente com a namorada – uma estudante que tenta conjugar a frequência de uma licenciatura com os empregos temporários que vai arranjando, adquiriram um apartamento numa urbanização nova e estão a mobilá-lo. Têm casamento marcado e preveem instalar-se naquela que nessa altura passará a ser a sua casa.

Samir nasceu acidentalmente em Angola mas tem nacionalidade são tomense. Filho de um empresário e político e de uma antiga professora naturais do arquipélago, fora criado apenas pela mãe que o deixou a cargo de uma avó quando teve que rumar a Lisboa por razões de saúde. Depois de uma vida relativamente desafogada, Samir recorda o tempo que passou sozinho com a avó, mais dois irmãos, como tempos de necessidade. Quando vêm juntar-se à mãe, tendo então Samir a idade de nove anos, a vida que os esperava não era mais fácil. Sem ver as suas habilitações reconhecidas, a mãe teve que se sujeitar a fazer um pouco de tudo para sobreviver: “assisti à minha mãe ser carpinteira, pedreira, lavradora. Tínhamos hortas e vivíamos também do apoio de terceiros. Havia uma senhora que distribuía sopa aos pobres. Nós íamos lá, levávamos *tupperwares* e dava-nos sopa. Distribuía pão, mesmo que fosse já rijo e nós íamos buscar”. Entre 1983 e 1989 foi assim que viveram, ao princípio e pontualmente recebendo pequenas ajudas do pai. Finalmente a mãe conseguiu

emprego numa escola portuguesa, não como professora mas como escriturária. O rendimento da família passa a ser muito maior e vem a tempo de contribuir para a formação superior dos filhos. Com o ordenado da mãe, o trabalho dos mais velhos, bolsas de estudo e empréstimos bancários, cinco dos seis irmãos de Samir tiraram, ou estão a tirar, os seus cursos, alguns no estrangeiro. Todo o projeto de vida de Samir, da mãe e dos irmãos, foi orientado nos últimos anos para a mobilidade familiar, através da qualificação e do investimento em diplomas e qualificações escolares.

Estes breves relatos biográficos dão-nos uma primeira ideia, ainda que bastante pálida, da grande diversidade de trajetórias, mas também de origens, de *backgrounds* e de experiências sociais dos indivíduos e das famílias cujos processos de mobilidade foram observados e analisados no decurso da investigação. Esta dispersão de casos e a procura de perfis biográficos e vivências originais foram sistemática e conscientemente perseguidas durante o trabalho de campo, procurando sempre identificar situações e percursos que pudessem trazer elementos novos ao conhecimento dos caminhos de transição para fora da pobreza. Explorar até ao limite as condições sociais e os contextos em que este tipo de projetos podiam nascer, os passos e os tempos necessários para a sua execução biográfica, as dificuldades e os reveses que os podiam destruir ou atrasar, foram os objectivos em que me concentrei a partir do momento em que o conhecimento empírico da temática me permitiu no terreno clarificar as diretrizes precisas às quais queria submeter a pesquisa. Tentar a estratégia inversa e escolher casos idênticos, dentro de um ou dois conjuntos eventualmente majoritários, correspondendo a parâmetros apertados e pré-definidos, facilitaria a comparabilidade, a emergência de padrões e potenciaria a indução e a generalização de conclusões mas, em contrapartida, reduziria significativamente as possibilidades de compreensão mais abrangente das diversas maneiras de passar pela pobreza sem ficar aprisionado por essa condição e estatuto. E esse tornou-se de facto o meu maior objectivo a partir do momento em que me apercebi que tinha em mãos um objecto ideal para explorar teoricamente o próprio conceito de pobreza.

A primeira evidência dessa heterogeneidade de experiências constitutivas dos percursos no conjunto dos indivíduos e das famílias analisados, encontramos-la nos próprios períodos vividos em situação de pobreza, tanto ao nível da duração dos

mesmos, como das fases do ciclo de vida em que ocorreram e da intensidade com que atingiram os sujeitos. Destes três registos diferenciadores, começo por me deter na duração dos períodos de pobreza, fazendo uso da terminologia criada pelos estudos longitudinais e da distinção entre pobreza crónica ou persistente e pobreza transitória ou temporária, ressalvando, no entanto, as diferenças de escala entre o tempo observado nestes estudos e na pesquisa que conduzi⁹⁸.

Nas 28 famílias cujos processos de mobilidade acompanhei, há uma razoável desproporção entre experiências transitórias e persistentes de pobreza. Tomando o conjunto das histórias de vida económica, há uma relação de mais de dois para um entre as biografias em que se registam apenas episódios temporários face às que aparecem marcadas pela pobreza prolongada ou permanente. Nalguns casos de trânsito pela pobreza, os eventos reportam-se à fase de vida correspondente à menoridade dos sujeitos, como se passou com Pedro, um operário afinador de máquinas, atualmente com 45 anos:

Pedro - [Os meus pais] viveram uma vida difícil, que eu acompanhei isto. Não sei se te recordas, mas em 79 houve uma situação difícil a nível da construção, isso tudo. Lembro-me que na altura o meu pai tinha meses de salários em atraso. Nós passámos muito; não era fome, mas tínhamos muitas dificuldades.

- *A tua mãe era empregada doméstica?*

Pedro - Num restaurante. (...) Eu lembro-me na altura, como era o mais velho eu é que ia fazer os recados. (...) Penhorou muita coisa para termos comida e eu lembro-me de ir às vezes à Praça da Ribeira, um senhor lá do talho, sabia quando eu ia lá comprar os tais ossos para fazer sopa, deixava sempre um bocadinho de carne. Foi uma situação complicada.

⁹⁸ Os dados quantitativos disponíveis para os painéis das análises longitudinais não vão geralmente e por enquanto além dos seis anos, ao passo que as minhas observações têm por base depoimentos dos sujeitos sobre toda a sua história de vida, inclusive o período passado com os pais e as famílias de origem. Se no caso da pobreza transitória não há nenhuma diferença e os meus registos se referem também a situações pontuais - até um ano de duração ou a períodos mais longos, continuados ou intermitentes, mas sempre circunscritos e biograficamente isolados -, no caso da pobreza crónica, a permanência em situações de destituição, por mim observada, pode prolongar-se por mais de uma década e ocupar fases inteiras dos ciclos de vida. Distinguir entre estes dois perfis de persistência da pobreza é em qualquer dos casos importante, porque nos permite ajuizar da tendência para se fazer sentir uma *duration dependence* (Canto-Sanchez, 1998), ou seja, um efeito de duração que aumenta a probabilidade daqueles que permanecem mais tempo na pobreza de, no futuro, continuarem ligados a ela ou nela reingressarem.

Noutros casos, as situações ocorreram depois da autonomização e da constituição de famílias próprias. Armanda, hoje com 34 anos, já antes do casamento trabalhava para uma pequena firma de construção civil, tratando da contabilidade, do expediente e de todo o serviço de escritório. O 10º ano de escolaridade e alguns contactos pessoais tinham-lhe servido para arranjar este emprego que mantinha há treze anos. O seu caso demonstra como uma situação estável se pode transformar, de um dia para o outro, acidentalmente, sujeitando uma família a sérias dificuldades financeiras, recorrentes, durante quase quatro anos. Tudo começa com um problema de saúde grave do seu filho único, quando tinha pouco mais de um ano de vida. Com uma situação de trabalho estável mas pouco protegida, Armanda ao entrar de baixa para ficar em casa a cuidar do filho sofreu um corte significativo no seu rendimento. A família passou a depender de uma pequena pensão e do rendimento muito variável e inconstante do marido.

- *Sentiu isso a propósito do F. [a pobreza]?*

Armanda - Em relação à saúde do meu filho, que tive que ficar quatro anos em casa de baixa com ele, senti muito, e a minha vida deu uma volta de 360º, por completo....Habituada a ter o meu dinheiro, e poder juntar e poder estar bem; prontos, não digo 100% bem mas estar folgada, sem problemas nenhuns, de um momento pró outro, (...) descambou por completo. (...)

- *Dê-me lá um exemplo de uma hora de grande aperto...*

Armanda - Uma hora de grande aperto... Olhe, tipo, houve alturas que queria comprar leite pró F. porque o F. tinha um leite especial e não ter, não ter dinheiro *p'ra* tal, não é, e o meu marido não estar a trabalhar *p'ra* poder vir...

- *Durante estes quatro anos...*

Armanda - Esses quatro anos, tipo, e o A. não estar a trabalhar, a Segurança Social ainda não me ter pago. Não há dinheiro...

As passagens temporárias pela pobreza, em ocorrências pontuais ou apresentando tendências recorrentes, têm igual probabilidade de surgir em qualquer idade ou período das histórias pessoais, excepto num grupo particular. Refiro-me aos imigrantes que, tendo chegado na sua maioria a Portugal enquanto jovens adultos ou um pouco mais velhos, passam quase obrigatoriamente por um ou mais anos de dificuldades económicas, por vezes severas, antes de conseguirem reunir condições

remuneratórias para viverem de forma mais autossuficiente. Para alguns e dadas as carreiras laborais ou as experiências de trabalho acumuladas antes da imigração, os problemas de inserção e de trabalho que os esperam em Portugal surgem de uma forma inesperada e são contrários às expectativas que haviam elaborado. Mário, nascido em S.Tomé, começou a trabalhar muito cedo e aos 20 anos emigrou clandestino para Angola. Lá fez a sua vida como caixeiro e motorista. Em 1976 regressou à sua terra e arranhou colocação como fiscal do governo em obras e empresas nacionalizadas, primeiro, e depois como chefe de vendas no comércio interno. Em 1981, depois de alguns problemas profissionais e cansado, segundo diz, do “regime de partido único”, ruma a Portugal. Vende o que tem para pagar a viagem e, com a ajuda de familiares aqui residentes, começa a procurar trabalho. Contra vontade, não tem outro remédio senão aceitar o que lhe aparece: um trabalho na construção civil, sem contrato nem regalias.

Mário - Tive uma vida anteriormente estável, depois caiu para o poço. Eu não esperava vir trabalhar de picareta em Portugal. Deixar a vida que já tinha, vir dormir num quatinho emprestado de dois metros quadrados. Deixar a família toda na terra. Passar frio e passar fome, às vezes.

Quer se trate deste tipo de imigrantes semiqualeificados e com maiores valências e currículo profissional ou dos que constituem a massa da mão-de-obra indiferenciada, a entrada no nosso país aparece quase sempre associada à passagem pela pobreza, uma etapa incontornável na relação que os imigrantes com quem trabalhei desenvolvem com o mercado de trabalho português.

Os dados porventura mais surpreendentes a este nível, contudo, são os que resultam do confronto com os percursos ligados à chamada pobreza crónica. Não tanto por estas experiências mais prolongadas de pobreza atingirem um terço das biografias de mobilidade que aqui se analisam, mas por existirem de novo padrões claramente distintos entre a população nacional e a imigrada. Desta feita o que salta à vista é a insuficiência económica de longa duração ter maior expressão na vida dos indivíduos nascidos ou residentes em Portugal, durante a fase em que viveram e estiveram dependentes das suas famílias de origem. Dos oito casos comprovados, seis

reportam-se a famílias rurais, maioritariamente camponeses sem terra e jornaleiros, que criaram os seus filhos nas aldeias ou vieram para Lisboa à procura de melhores condições de vida. Quase todas famílias numerosas e muito numerosas, muitas vezes dependentes de rendimentos irregulares, com um único membro ativo, em sectores secundários e desprotegidos do mercado de emprego ou ligado a formas informais de economia. Histórias de vida em que mesmo não funcionando como primeiras causas, os acidentes de trabalho, os problemas graves de saúde e acontecimentos familiares como as separações conjugais, representam golpes definitivos em situações económicas muitas vezes já de si precárias. Condições extremamente difíceis que nestas famílias só podiam ser enfrentadas empregando ao máximo a mão-de-obra de todos os elementos da família. Foi por isso que alguns dos meus entrevistados, sobretudo mais velhos, começaram a trabalhar ainda como aprendizes, em ofícios não remunerados, aos 10 e 12 anos de idade e iniciaram desse modo um caminho que havia de ajudar na época as suas famílias e lhes serviria a eles mais tarde para encontrar formas de sair da pobreza. Com o andar dos anos, a idade legal para trabalhar havia de ser regulada e aplicada de uma forma mais restritiva⁹⁹, mas mesmo quando os jovens passaram a só poder trabalhar aos 15 e aos 16 anos, a multiplicação dos salários continuaria a ser a única maneira de muitas famílias subsistirem e angariarem um mínimo de recursos.

Às vezes, a iniciação ao trabalho era feita no seio da família, a acompanhar o pai ou a mãe. Américo e os irmãos mais velhos todos começaram a trabalhar com o pai nas obras, depois deste ter passado a aceitar trabalhos por conta própria e ajuste direto, já na década de 1980. Trabalhavam para a família, sem nada receber.

Américo - Então a gente mal tinha dinheiro para comer. Era sopinha todos os dias e não passávamos fome. E depois ele começou a fazer esses biscatezitos, já era pedreiro, começou a fazer esses biscatezitos e tal, mas sempre teve aquela de... assim

⁹⁹ O regime de contrato individual de trabalho de 1969 (Decreto-Lei n.º 49408, de 24 de Novembro) já proibía o trabalho a menores de 14 anos que não tivessem as habilitações escolares obrigatórias, mas a prática social ignorava a lei e ditava de outro modo. O combate ao fenómeno só começa a ser plenamente assumido pelo poder político em 1991, com a reformulação do quadro básico do trabalho de menores e a fixação da idade mínima para trabalhar em 15 anos, e em 16 anos a partir de 1 de Janeiro de 1997 (Decreto-Lei nº 396/91).

que juntava meia dúzia de tostões, já não fazia mais nada! (...)

- *Disse-me que aos seis anos já andava com o seu pai, portanto a escola foi assim uma coisa... de passagem?*

Américo - Não chumbei ano nenhum. Comecei aos seis, acabei aos 10 e pronto! E aos seis anos já andava... nas férias, feriados, fins de semana... já ia ajudá-lo a carregar baldes de massa e a fazer massa... mal podia com a pá mas tinha que trabalhar! Às vezes queria brincar, começava-me a oferecer porrada, “e tens que me ajudar, a gente precisa é de trabalhar, não é de brincar!” e pronto...

- *Quantos anos é que andou assim, na construção (...) com o seu pai...?*

Américo - Não, andei até aos 15 anos. Só que ia a trabalhar com ele, com a família nunca dá, ia trabalhar com ele, ele é que recebia o dinheiro, eu ficava sem (...) tá bem que eu pedia-lhe e ele dava-me... 100 escudos, 200 escudos *p’ra* eu ir passear.

A mesma cultura que favorecia o trabalho infantil e o aproveitamento da mão-de-obra dos filhos para reforçar o orçamento da família, encontramos-la na história de Mariana que, em 1963, com 12 anos, deixa a escola para aprender uma profissão.

- *Uma família tão grande... a vida dos seus pais também não devia ter sido fácil... com seis crianças?*

Mariana - Era complicado, era complicado, mas a vida também era outra. Apesar de eu ter sido mais favorecida (...)

- *Favorecida por...? Havia menos gente em casa?*

Mariana - Havia menos gente em casa... era desfavorecida por um lado, mas era favorecida por outro, porque tinha mais miminhos... da parte da minha mãe. Tive, de comer e do resto, coisas que os meus irmãos não tiveram, porque éramos muitos... não podia ser. (...) E depois só entrei para a escola (...) com oito. E já saí com 12 anos, com 12 anos... A minha mãe tinha comprado uma máquina de costura e fui aprender a bordar para a P., onde a minha mãe comprou a máquina, que eles ofereciam o curso.

- *Foi sair da escola e ir aprender a bordar...*

Mariana - Foi. Ofereciam o curso em troca da compra da máquina – ou de costura, ou de bordados. E eu escolhi os bordados e ainda andei lá uns meses, mas, como era miúda e estava habituada a que toda a gente levasse dinheiro para casa, eu queria era ganhar dinheiro.

- *Lá, estava só a aprender?...*

Mariana - Estava só a aprender. Ainda lá estive uns meses, mas depois acabei por deixar de ir, porque o padeiro (...) arranjou-me ali, para C., para a papelaria (...) indicou-me (...) a senhora estava grávida e eu ia para ajudar a senhora. E pronto, fui trabalhar para lá (...) com 12 anos... fiquei em casa a tomar conta do bebé (...) até que...

como as minhas irmãs eram costureiras e eu gostava da costura, meti na cabeça que tinha que ir para a costura.

- E o dinheiro que a senhora ia ganhando nessa altura... também dava alguma coisa lá em casa...

Mariana - Na altura era 200 escudos, que eu ganhava [sorriso].

- E era todo para os seus pais, ou ficava com...

Mariana - Era todo para os meus pais.

Tanto em situações persistentes como transitórias, quando os períodos de pobreza ocorrem durante a fase da vida com os pais, nas famílias de origens, os sujeitos raramente têm no presente a informação suficiente para caracterizar o rendimento monetário englobado dos agregados de que faziam parte. A minha análise e classificação destes estados de pobreza naquele período recuado da biografia depende mais daquilo que a memória e o conhecimento dos sujeitos consegue recuperar acerca da escassez de recursos e das necessidades insatisfeitas do que do indicador monetário, mais difícil de apurar. Estou portanto a operar com um conceito distinto de pobreza, o de privação e das suas manifestações multidimensionais – ao nível da saúde, da habitação, da família, da proteção social, da relação com o mercado de trabalho mais do que com recursos económicos em sentido estrito, para poder ajuizar da existência ou não de situações de pobreza e da sua duração.

No caso da população africana, natural de S.Tomé, de Cabo Verde, da Guiné e de Angola, seguiu-se o mesmo critério, tendo presente as diferenças de padrões de vida e de subsistência relativamente a esses territórios. Os sinais passíveis de serem reconhecidos como indicadores de pobreza persistente surgem apenas nas famílias de origem de três dos entrevistados e não reaparecem depois destes passarem à vida adulta. Pelo contrário, a maioria dos ascendentes familiares dos imigrantes que entrevistei apresentavam modos de vida que, no contexto social dos países subdesenvolvidos, não podiam corresponder aos dos estratos mais carenciados da população. É o caso, por exemplo, de Custódio, um engenheiro natural de S.Tomé, que aos 46 anos vive de um emprego como segurança, além de dirigir uma ONG vocacionada para o apoio à comunidade imigrante, e cujos pais tiveram recursos suficientes para pagar os estudos secundários num país com enormes taxas de

analfabetismo:

- *[Os seus pais] tinham terra própria ou trabalhavam...*

Custódio - Sim, sim, porque N. é uma zona onde foram distribuídas as terras, o meu pai tinha cerca de um hectare, terreno que utilizava para o cultivo...

- *Quem é que distribuiu?*

Custódio - O Estado...

- *O Estado português, colonial...*

Custódio - Exatamente. Ele tinha essa terra que cultivava, cultivava as hortaliças, mais os cultivos de subsistência, que a minha mãe vendia no mercado, e servia como nosso sustento, sustento da família, que era constituída por quatro filhos.

- *Seria melhor do que trabalhar nas roças, ter a terra própria...*

Custódio - Ter a terra própria, fazer o seu cultivo...era mais adequado, era independente, dependia de si próprio (...) Foi o que aconteceu com os meus pais. Ainda me recordo, ainda em criança também ajudava-os no cultivo e na recolha dos produtos. Tive uma infância ...a fase primária foi na escola local de (...), a freguesia junto a N., onde nós vivíamos, sensivelmente a 1 km da minha residência. Fiz ciclo primário até à 4ª classe, a partir de 76 comecei a fazer o meu estudo secundário, liceal, já na cidade capital. Na altura tive de ir viver na cidade, por um breve tempo para adaptar ao meio de vida, ao meio de estudo (...) Concluí a secundária no liceu, fiz o 10º, 11º ano, (...) em 81/82, e na altura comecei a dar aulas.

Nalguns casos, a origem social é ainda mais distinta. Joaquim, um pequeno comerciante nascido no sul da Guiné-Bissau, muçulmano de etnia Nalu, que gosta de se referir à “nobreza” dos seus antepassados familiares, ostenta um estatuto e uma posição hierárquica superior:

- *Como é que foi a sua juventude, lá na Guiné? O senhor nasceu no Sul do país...a sua família, os seus pais...*

Joaquim - A minha família é uma boa família, felizmente, somos dois, os dois irmãos, (...) Eu vivi lá no Sul, depois fui para Bissau.

- *Os seus pais viviam de quê?*

Joaquim - O meu pai é proprietário, o meu pai é chefe de tabanca, trabalhava com posto administrativo. Ele é religioso, posteriormente ficou como padre da nossa tabanca (...).

- *Então o que é que fez entre a chegada a Bissau e ter entrado para essa empresa? Esteve a trabalhar noutra sítio ou ainda estava a estudar...*

Joaquim - Não, estava só na escola.

- Mas estava sozinho em Bissau, a sua família...?

Joaquim - Tava com uns tios, lá.

- Os seus pais mandaram-no para Bissau para quê? Para estudar?

Joaquim - Precisamente, só para estudar, mais nada. Porque naquele tempo faziam até à 4ª classe, depois da 4ª classe não há mais nada. Quem tiver possibilidade é que vai estudar do 1º ano para a frente.

- O senhor era um privilegiado?

Joaquim - Claro! A Bissau só vinham as pessoas que têm possibilidades, caso contrário acabavam por tirar a 4ª classe em C., em B., morreu. Agora as pessoas que tivessem possibilidades mandavam os filhos para Bissau para virem estudar, o ensino secundário.

Voltaremos mais adiante e com maior detalhe a esta questão da condição social de origem dos imigrantes que foram objecto deste estudo, mas para já os dados mobilizados ajudam-nos a explicitar melhor a diferença entre esta população, cujo contacto com a pobreza é sobretudo temporário e decorre em larga medida do processo migratório e uma outra, formada por nacionais, nascidos no país, e com percursos mais diversificados de pobreza, que começam predominantemente na geração anterior em períodos longos, mas que com frequência se prolongam na vida adulta dos próprios sujeitos, tanto na forma persistente como transitória.

A diversidade de experiências de passagem pela pobreza aqui reunidas manifesta-se também na intensidade com que as mesmas se verificaram, isto é, na distância que separou os recursos ao dispor dos indivíduos e das famílias durante esses períodos, daqueles que seriam necessários para superar a linha de pobreza. No limite, registei situações de total destituição, em que a incapacidade de obter os recursos necessários à vida dos agregados era total e agravada pela convergência de factores de exclusão, nomeadamente relacionais. Foi nessa fase da vida, em meados da década de 90, que conheci Antonieta¹⁰⁰, na altura uma jovem com pouco mais de 20 anos, vítima de um acidente muito grave que a deixara presa a uma cadeira de rodas. Perdera o

¹⁰⁰ Antonieta morou muitos anos no Bairro Novo e no início desta investigação soube que ela tinha apresentado um pedido de transferência e estava a correr o processo para se mudar definitivamente para outro bairro. Quando finalmente nos encontrámos, Antonieta já habitava na nova casa. Das 28 famílias que aqui são analisadas, a sua é a única que já conhecia e com quem tinha trabalhado numa investigação anterior.

emprego e sobrevivia com uma pequena pensão de invalidez que nem sequer lhe permitia partilhar casa com o seu companheiro. Regressara a casa da mãe, onde viviam ainda dois irmãos. A somar à sua deficiência e à miséria económica, tinha ainda que se defrontar com a condição psiquiátrica da mãe, o estado de toxicodependência avançada de um irmão e o antagonismo dos vizinhos. Catorze anos mais tarde, Antonieta comenta assim esses anos da sua vida:

Antonieta - Eu ponho-me a analisar o meu passado e praticamente não me vejo com passado. É algo que eu prefiro esquecer. (...) Nessa altura, não tinha ambições, não tinha desejos, não tinha absolutamente nada. Estava ali porque tinha de estar e porque estava viva. Não havia raciocínio do que é sentido da vida. Não sei. É o passado. (...) não consigo fazer comparações. As coisas mudaram 180 graus.

A história de vida de Antonieta não tem paralelo entre os relatos que recolhi e as condições de vida que observei, mas de um modo geral e sem chegar ao apagamento biográfico que aqui se verifica, há nas narrativas uma tendência para negar, diminuir ou relativizar a experiência pessoal da condição pobreza. Admitem-se “dificuldades”, “necessidades”, mas não ao ponto de se reconhecer que essas situações equivalassem a ter sido pobre.

- *Armanda, alguma vez se sentiu pobre?*

Armanda - Não, nunca me senti pobre. (...) Eu acho que não, porque graças a Deus, nunca me faltou...se calhar, nas minhas horas de grande aperto foi sempre surgindo qualquer coisa. (...) E depois parecendo que não, há sempre uma luzinha que se abre ou o A. [marido] arranjou um biscate ou a Segurança Social me pagou, tipo houve sempre forma...

Armanda, que chegou a não ter dinheiro para comprar os artigos necessários aos cuidados de saúde do filho, nega a evidência da pobreza, talvez porque no seu caso ela apareça de uma forma intermitente, dependendo dos rendimentos irregulares gerados pelo trabalho do marido. Há, em muitos casos como o de Armanda ou Mariana, uma percepção de que nunca se perdeu o controlo das situações e, simultaneamente, a exaltação de dotes de gestão que permitiram governar a casa e a família mesmo quando os recursos eram mínimos.

Mariana - Quando as coisas estavam melhor eu ia tirando algum sem ele se

aperceber... e, nessas alturas, quando as coisas estavam mal, às vezes lá tinha... E, pronto, e pedi também muito... Tenho uma irmã minha a viver em Corroios... e pedi a essa minha irmã. Quando vinha uma altura boa eu, prontos, ia pagando, nunca paguei tudo, ia pagando. (...) O dinheiro estava todo contadinho. Não faltava comer, não faltava... a minha filha tinha que andar bem arranjadinha. Nunca houve problema porque nós íamos juntando para ir comprando as coisas. Sempre fui muito orientada.

Tanto Mariana como Henriqueta e muitos outros que nos reportaram ajudas idênticas, puderam contar com as solidariedades familiares, formas de entreato em dinheiro ou em géneros, que de forma voluntária mitigavam os efeitos continuados da insuficiência de rendimentos.

– De, desses tempos, comparando com, com agora e com outras fases da sua vida, isso foi a altura mais difícil para o dinheiro chegar...

Henriqueta – Foi...

– Não foi?

Henriqueta – Foi, foi. Oh, das mais difíceis. A sorte é que lá tinha esta minha irmã de Odivelas que me ia ajudando nalguma coisa...

– Mas ajudava em dinheiro?

Henriqueta – Não. Em... em comida. Era ela que me ia ajudando.

– Hmm, hmm.

Henriqueta – Tinha as da terra que me mandavam também qualquer coisa. Só assim. Verduras e isso mandavam-me de lá.

– E sempre dava para compor...

Henriqueta – E mais nada.

Menorizar os efeitos da pobreza, torná-los *a posteriori* quase irrelevantes na experiência de vida pessoal, foi a atitude tomada por muitos dos meus entrevistados. A convivência com quadros de existência social em que a regra é ser pobre - por vezes muito pobre durante muito tempo, vulgariza a pobreza, torna-a uma condição comum e portanto normal. Num cenário deste género, as representações deslocam a categoria e empurram-na para situações de privação extrema, relativamente às quais a dissociação está facilitada, sobretudo por parte daqueles que deixaram de ser pobres e podem agora olhar para esses episódios do seu passado como pouco mais do que pequenos incidentes biográficos.

Efetivamente, a pobreza é uma experiência mais ou menos longínqua na trajetória social de duas em cada três histórias de vida recolhidas. Maria Idalina nunca foi verdadeiramente pobre a não ser durante um ano, no final da década de 70, em que o marido esteve desempregado. Só havia o pequeno ordenado dela e a família, até o marido ingressar na polícia, chegou a pensar em emigrar para a Suíça onde ambos tinham irmãos já instalados. Casados há pouco tempo, valeu-lhes terem uma casa com uma pequena renda social e o período entre empregos ter sido relativamente curto. Depois disso, fizeram a sua carreira como funcionários públicos e até hoje, à beira da reforma, foram conseguindo uma vida confortável e não voltaram a sentir dificuldades económicas. Mas, em muitos casos, a progressão é menos linear. João é um angolano, na casa dos 40, que chegou a Portugal em 1990. Veio fugido à guerra civil depois de ter combatido oito anos pelas tropas governamentais. Sem contactos e sem dinheiro viveu vários dias na rua, até ter encontrado um patrício que o albergou num estaleiro. Começou a trabalhar na construção mas, apesar de na época haver muita procura de mão-de-obra, passou anos difíceis, com meses em que o salário não lhe era pago, outros de desemprego, mudando frequentemente de empregador.

- *Mudou de empresa?*

José - Aqui nas obras a gente está sempre a mudar de empresa. Os contratos são temporários. Não existia contratos: a gente dizia trabalhar à Pato Bravo. Quer dizer, não faz os descontos, não fazes descontos para a caixa. Não fazes nada. Se por acaso aparecesse um patrão mais honesto, mas se não vais lá falar com ele e vais dizeres que trabalhaste um mês ou mais (...)

- *Aconteceu-lhe alguma vez [não lhe pagarem]?*

José - Já me aconteceu duas vezes. Naquele tempo eram escudos. Foram cento e quarenta e tal mil escudos, o primeiro ordenado que o patrão ficou a dever. Aconteceu duas vezes. Depois por último comecei a ganhar mais terreno, comecei a conhecer engenheiros, encarregados gerais, então já não trabalhava assim à balda, comecei a trabalhar com pessoas mais responsáveis e até hoje nunca mais me aconteceu isso.

Em 1995, na altura em que estava a trabalhar na Expo 98, João começou a sentir melhorias na sua situação contratual e a vida profissional estabilizou. Arranjou a casa no bairro velho da Quinta da Esperança e algum tempo depois chamou a mulher

que veio viver com ele. Devido a uma queda de um andaime, esteve meses hospitalizado e quando recuperou decidiu que na primeira oportunidade devia trocar a profissão por outra mais segura. Há três anos que trabalha como vigilante e não se arrepende: o salário não é tão bom, mas o trabalho é mais leve e, na sua opinião, sem tantos riscos.

Aqueles para quem a passagem pela pobreza terminou há menos de três anos – experiências recentes, são em menor número. Identifiquei ao todo oito situações deste género, uma delas, a de Armanda, já aqui relatada e provocada por uma falha de proteção social. Assim que o problema de saúde do filho foi sanado e Armanda pôde regressar ao emprego e recuperar o salário, a situação e o risco de pobreza terminaram. Um segundo caso, o de Bruno, foi também pontual e teve a ver com uma situação temporária de subemprego vivida por este cortador de carnes que, não conseguindo emprego na sua área, teve que se valer de uma ocupação ocasional como montador de publicidade. Casado há pouco tempo, com um filho de um ano e um empréstimo de uma casa acabada de adquirir, Bruno deixou de conseguir pagar as despesas enquanto teve o rendimento reduzido a metade.

- E o que é que é ser pobre?

Bruno - Ser pobre é não ter dinheiro para comer, basicamente é isso, *p'ra* mim, no meu ver.

- Tu nunca tiveste isso, como experiência de vida?

Bruno - Não, mas houve uma altura que tive a passar... não... tinha dinheiro para comer, mas tinha pouco, quando tive na publicidade... estava a ganhar muito menos e já estava a ficar maluco.

- Já tinhas família nessa altura, já estavas...?

Bruno - Já, já tinha um filho. (...)

- Sentiste...?

Bruno - Senti que estava ... por exemplo, chegava a meio do mês e (...) já o frigorífico vazio, tinha algumas coisitas poucas mas, pronto, já não estava a ficar bem... por isso é que eu tive que arranjar outro.

- E nessa altura sentias-te responsável pela tua situação, por estares assim?

Bruno - Sentia... sentia. Pronto estava a ganhar muito menos que ela, não era a razão, mas os dois ordenados não estavam a chegar *p'rá* gente viver.

Bruno voltou a encontrar um posto de trabalho seguro e bem remunerado no seu sector e está entretanto livre desse tipo de dificuldades, mas em casos como o de Armanda, em que a causa fundamental do problema não chega a ser eliminada, as recidivas são sempre possíveis e há que contar com uma maior fragilidade das posições reconquistadas fora da pobreza. O exemplo acabado é-nos dado pelo marido de Justina, um pintor-estucador cuja situação é representativa da instabilidade profissional a que estão sujeitos muitos trabalhadores, sobretudo em sectores menos regulados e mais instáveis do mercado de trabalho, como é o da construção civil. Em 2007, depois de ter terminado mais um período de desemprego, desta vez com direito a subsídio, e não encontrando trabalho em Portugal, o marido de Justina aceitou uma proposta e partiu para Angola, a sua terra natal. Por lá se mantinha havia dois anos, trabalhando e enviando regularmente dinheiro, mas preparava-se para voltar, motivado pela entrada das filhas na adolescência e pela vontade familiar de apostar tudo na sua educação. Justina ainda não sabia se ele teria trabalho à chegada mas, prevenindo o pior, tinha ido procurar informação sobre o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Outros casos de saídas recentes da pobreza são de uma natureza diferente. São protagonizados por dois jovens licenciados e por um terceiro que ainda estava a concluir os seus estudos e cujos primeiros empregos se tinham tornado uma fonte indispensável à formação do rendimento e à sobrevivência das suas famílias, tirando-as para fora da zona de pobreza. Era esse o papel de Maisha, cujos primeiros salários como técnica social ajudavam a liquidar contas e permitiam à família fazer planos de mudança habitacional, assim como o de Kedar, um estudante de Engenharia Química que graças ao seu trabalho como mediador cultural estava a ser um dos principais financiadores da família, num momento particularmente complicado.

- *Como é que imaginas o teu futuro? Quais são as tuas ambições?*

Kedar - Primeiramente, quero tentar dar uma boa condição à minha família, quero proporcionar aos meus pais uma boa condição...

- *Tu disseste-me que só um deles é que trabalha, não é?*

Kedar - Nem um, a minha mãe também foi despedida há pouco tempo...

- *E como é que a família se aguenta?*

Kedar - Eu e a minha irmã, mais o meu irmão, nós os três aguentamos, isso tem sido fundamental.

Um dos projetos de vida mobilizadores de famílias como a de Kedar ou a de Maisha, por vezes até decisivos na opção de imigrar, foi a formação académica dos filhos. O mesmo sentido de responsabilidade familiar e de entreaajuda que é agora demonstrado pelos próprios, apoiando os pais em momentos de dificuldade ou assumindo tarefas e encargos com a educação da geração mais nova. Era o que se verificava, no momento em que o conheci, com Casimiro, um sociólogo, cujos projetos e ambições estavam adiados por ter a seu cargo quatro sobrinhos filhos duma irmã falecida havia muito pouco tempo.

- Então, em termos mais imediatos, vais ficar por aqui?

Casimiro - Sim. Pelo menos um ano. O falecimento alterou completamente os meus planos e os da família. Agora o que é que acontece? Ela deixou quatro filhos. As duas vão fazer 18 anos, que são gémeas, os dois, um tem 16 e o outro tem 9. (...) A minha mãe tem esse processo de tutela. Mas a minha mãe já tem 63, 64 anos, de maneira que ela terá em relação aos miúdos, não será o papel que eu posso ter. De maneira que a minha vida está completamente condicionada à vida dessas crianças. É muito complicado tomar decisões agora. Já pensei em sair com eles para o estrangeiro, para a Inglaterra, para a Holanda, para irem lá estudar, enquanto eu aproveito também para estudar, fazer o doutoramento. Assim ganho a sensação de que não é tempo perdido. (...) Estou aqui em Portugal é mais por causa deles. (...) Mas a minha ambição é outra, é outra.

Décadas mais tarde, desta feita através do trabalho qualificado, os jovens voltam a ser importantes para ajudar as famílias a contrariar o risco de pobreza e os seus efeitos. Sobretudo nos casos em que os rendimentos monetários, provenientes do trabalho ou das prestações sociais, são mais baixos e os níveis de sobrevivência não estão absolutamente garantidos, as solidariedades dentro da família, entre ascendentes e descendentes, em qualquer dos sentidos, podem ser decisivas. Antonieta, cujos pormenores dramáticos da história de vida já aqui foram expostos, recebe atualmente 600 euros líquidos de salário. O valor é superior ao limiar de pobreza, mas Antonieta tem três filhas menores para sustentar e poucas esperanças que a sua deficiência lhe permita ganhar muito mais no futuro. Vale-lhe ser ela a gerir

a pensão da mãe e com isso ir compondo um orçamento que é necessariamente apertado, mesmo contabilizando abonos de família e majorações por monoparentalidade¹⁰¹. No caso de Henriqueta, uma senhora viúva, já septuagenária, é o contributo da filha com quem partilha a casa e os gastos comuns durante a semana que lhe alivia os constrangimentos de viver com uma pensão de 460 euros mensais. Num e noutro caso, são a partilha de recursos e as transferências entre familiares e não apenas o rendimento disponível do trabalho e de pensões próprias, como na maioria dos agregados, que permitem a estas duas mulheres manterem-se ligeiramente acima do nível de pobreza¹⁰².

Do ponto de vista do desafogo orçamental, estas situações estão separadas da pobreza por uma margem mínima, o que obriga a uma preocupação constante com a gestão das despesas mas que, por outro lado, não impede a confiança das pessoas

¹⁰¹ Apoios como este, dirigidos aos vários sectores sociais de maior precariedade, não existiam até há poucos anos e tornaram-se muito importantes para atenuar ou eliminar a pobreza. Entre 1993 e 2008, segundo Rodrigues (2011: 21), a percentagem do rendimento dos 5% mais pobres duplicou e aumentaram significativamente os rendimentos dos 10% e 20% de portugueses com menos dinheiro para viver. As políticas sociais e as medidas específicas de combate à pobreza, como as já citadas ou as compreendidas em alterações à aplicação do Rendimento Social de Inserção e na criação do Complemento Solidário para Idosos, foram decisivas para estes resultados.

¹⁰² Em Portugal, seguindo a norma europeia, o número de pobres é calculado em função do “limiar de risco da pobreza”, valor monetário que se estipulou corresponder a 60% do rendimento mediano nacional por adulto equivalente, após transferências sociais. Segundo os últimos dados publicados no final de 2011 e relativamente aos anos em que decorreu o trabalho de campo, o limiar de pobreza em Portugal situou-se em 2007 nos 5349 euros, em 2008 nos 5702 euros, em 2009 nos 5644 euros e em 2010 nos 5872 euros (totais anuais). A designação utilizada pelo Eurostat de “em risco de pobreza” aparenta decorrer mais de critérios políticos do que técnicos (Bruto da Costa, 2008: 97-99) mas, até para efeitos de comparabilidade com as estatísticas existentes e em uso, optei por seguir os mesmos critérios da medida europeia e contabilizar o rendimento total disponível das famílias, compreendendo os valores recebidos individual e conjuntamente, a nível dos agregados. Deste modo, os números por mim recolhidos e relativos ao rendimento de cada uma das 28 famílias incluem: os rendimentos do trabalho (salários e receitas de atividades por conta própria), rendimentos resultantes de investimentos e propriedades (estabelecimentos comerciais, arrendamento de habitações e terras de cultivo, exploração de veículos de transporte), transferências entre agregados e todo o tipo de prestações sociais (pensões de reforma e invalidez, subsídios de desemprego, abonos de família, bolsas de estudo, Rendimento Social de Inserção, Complemento Solidário para Idosos). Ficou de fora, embora represente um factor substancial de acréscimo do nível de vida das minhas famílias, a ajuda que recebem através dos preços sociais da habitação. Embora esse benefício seja variável, caso tivesse sido ponderado acabaria por afastar estatisticamente, ainda mais, as famílias do nível de pobreza.

quanto à suficiência dos recursos disponíveis e uma consciência que estão muito melhor agora do que estiveram no passado. Portanto, a mobilidade alcançada a partir da pobreza não transportou os sujeitos que acompanhei sempre para posições de conforto económico que os colocassem a salvo dos problemas provocados pela premência das necessidades básicas. Estar fora da pobreza para alguns dos meus indivíduos isolados significa viver com cerca de 500 euros, enquanto outros com família dispõem de mais de 900, mas têm de atender aos cuidados de três dependentes, salvaguardando à justa os critérios de rendimento definidos pelas linhas de pobreza.

As disparidades de rendimento, já se percebe, são ainda muito consideráveis dentro deste pequeno universo. As diferenças exprimem-se ao nível dos rendimentos individuais, com salários e pensões a começarem nos 450 euros e a chegarem aos 1000, 1300 euros num caso; mas acentuam-se quando se consideram os rendimentos englobados das famílias: os rendimentos mais baixos estão na casa dos 500 euros e estendem-se até aos 2200 euros. Em média, o rendimento disponível das famílias fixa-se nos 1145 euros, mas desagregando os dados ao nível dos bairros, verifica-se que os 1031 euros de rendimento das famílias imigrantes da Quinta da Esperança está cerca de 20% abaixo dos 1245 euros dos moradores no Bairro Novo. Mudando para o indicador salarial e considerando apenas o trabalho por conta de outrem, a discrepância entre bairros mantém-se: a maioria dos meus moradores do Bairro Novo recebe acima do salário médio nacional, ao passo que na Quinta da Esperança as remunerações se fixam entre o salário mínimo e médio.

Os estudos existentes permitem juntar outros elementos que vão no sentido de confirmar esta diferença entre as famílias com maiores rendimentos no Bairro Novo e na Quinta da Esperança¹⁰³. Comparemos por exemplo os escalões de rendimentos

¹⁰³ Não o fazem em relação à atualidade, porque apresentam dados de 1999 e 2003, respectivamente, mas parecem indicar pelo menos que determinadas desigualdades económicas já vêm de trás. Convirá, de qualquer modo, salientar que, por se tratar de pesquisas levadas a cabo por entidades e organizações muito envolvidas nos processos locais e na gestão dos bairros, a princípio me suscitaram alguma reserva. O que me preocupava eram precisamente os aspectos dos inquéritos que envolviam a situação financeira dos indivíduos e das famílias quando, no caso da Quinta da Esperança, por exemplo, quem conduziu as investigações foram organismos integrados no município, a mesma entidade que os respondentes sabem que tem por função fixar valores de arrendamento às suas habitações a partir

mais elevados em cada um dos bairros. A preços de 2012, 20.5% dos agregados residentes no Bairro Novo em 1999 tinham rendimentos iguais ou superiores a 1031 euros, ao passo que na Quinta da Esperança apenas 11.1% conseguiam em 2003 um rendimento equivalente a 1017 euros ou mais.

Mas as assimetrias não se ficam pelo topo dos rendimentos. Se procurarmos o escalão onde se encontra a maior percentagem de agregados, descobrimos que no Bairro Novo esse escalão é o 3º, correspondente ao intervalo de rendimentos entre 644 e 1031 euros, e nele se aglomeram 34.5% das famílias; já na Quinta da Esperança o escalão que reúne mais famílias é o 5º, com 33% dos agregados a recolherem rendimentos mensais entre 407 e 611 euros.

A dimensão e o potencial de ativos dos agregados não nos explica este desnivelamento dos rendimentos. É exatamente no bairro em que os rendimentos atingem valores mais elevados que os agregados são mais pequenos: no Bairro Novo cada agregado tem em média 4 elementos, um número significativamente menor do que na Quinta da Esperança, onde metade dos agregados tem entre quatro e cinco pessoas, mas há 30% que alcançam os seis e sete elementos. Dado que, em ambos os bairros, a população é extremamente jovem, este factor - constituição do agregado - não poderá ter qualquer tipo de interferência na composição do rendimento.

À primeira vista, também não parece ser na distribuição dos ativos por sectores produtivos e por categorias profissionais que reside a explicação para as desigualdades verificadas no rendimento. Tanto no Bairro Novo como na Quinta da Esperança os ativos apresentam níveis médios de qualificação muito reduzidos, com 60% a entrarem na categoria de não qualificados, nos sectores tradicionais em que este tipo de mão-

desse tipo de informação. Durante o trabalho de campo, senti por isso necessidade de ir junto de outras fontes e reunir dados de natureza diversa (estatísticas relativas à atribuição do Rendimento Social de Inserção ou à distribuição dos valores das rendas e aos atrasos verificados nos respectivos pagamentos, por exemplo), de forma a verificar a informação publicada e confirmar e actualizar a condição económica geral das famílias. Em todas as outras dimensões, os estudos citados sempre me ofereceram garantias de fiabilidade no modo como procedem à caracterização sociodemográfica das populações. Na sua origem estiveram inquéritos por questionário a representantes dos agregados residentes, abrangendo ou a totalidade dos fogos e famílias ou amostras de dimensão suficiente para garantir a representatividade dos dados obtidos. Mais uma vez e para salvaguardar a identidade dos bairros, as referências bibliográficas destes estudos têm de ser omitidas.

de-obra é geralmente acolhida: a construção civil e os serviços domésticos e de limpeza. Mas as semelhanças nas inserções socioprofissionais dos dois bairros terminam aqui. Primeiro, porque no Bairro Novo em relação à Quinta da Esperança a hegemonia do trabalho indiferenciado é menor e nos surgem mais trabalhadores com profissões e funções que implicam ou um maior grau de qualificação e especialização ou de autoridade dentro das relações laborais. Se contabilizarmos os técnicos administrativos, de seguros e imobiliários, os vendedores e os gerentes e proprietários comerciais, mais os profissionais técnicos e científicos e os diretores e quadros, temos no Bairro Novo acima de 17% da força de trabalho, ao passo que os grupos profissionais equivalentes na Quinta da Esperança rondam apenas os 8%. Mas há ainda um outro factor que poderá pesar na diferença do rendimento do trabalho e que é a situação na profissão. No Bairro Novo 60% dos ativos empregados têm contratos de trabalho como efetivos, ao passo que na Quinta da Esperança esse vínculo mais seguro e avançado só existe em 40% dos casos e os restantes 60% de ativos ou não tem qualquer tipo de vínculo ou têm situações precárias, mais sujeitas à descontinuidade. Finalmente, a razão mais forte para a desproporção de rendimentos dos agregados dos dois bairros poderá não estar no emprego mas na sua ausência. Embora o desemprego seja em regra mais elevado nos contextos da pobreza do que no conjunto da população empregada a nível nacional, a Quinta da Esperança apresenta taxas absolutamente excepcionais para uma época em que o fenómeno ainda estava circunscrito. No ano a que dizem respeito os dados, 2003, enquanto o desemprego a nível nacional se encontrava nos 6.3%, os desempregados na Quinta da Esperança eram 28% da população residente; quatro anos antes, quando o desemprego em Portugal andava pelos 4.4%, o Bairro Novo apresentava uma taxa de 10%, um valor que, sendo menos penalizador, justificará só por si uma parte do diferencial de rendimentos em comparação com os agregados do bairro imigrante - lugar onde, recorde-se, era menor o número de trabalhadores com vínculos que pudessem garantir o acesso a formas de proteção social durante os períodos de inatividade.

2. Dinâmicas de mobilidade e trajetórias de classe na saída da pobreza

Recentremo-nos de novo nos protagonistas individuais deste estudo para, depois de termos visto o essencial dos seus percursos de pobreza, dirigirmos a partir daqui a análise para as carreiras profissionais e para o modo como elas lhes permitiram recuperar ou conquistar situações de maior segurança e autonomia financeira através do mercado de trabalho. Tenhamos presente todavia que, ao contrário de outras abordagens longitudinais, as biografias aqui reunidas têm extensões extremamente variáveis, com indivíduos na casa dos vinte anos e ainda no seu primeiro emprego e outros acima dos 60, prestes a abandonar a vida ativa ou até recém-reformados. Sabemos hoje que a ‘maturidade ocupacional’ não é alcançada entre os trinta anos e os quarenta anos, como pretendeu Goldthorpe (1980; 1992)¹⁰⁴, e temos portanto a maior parte da nossa ‘amostra’ longe da fase em que se pode afirmar, com razoável certeza, que as trajetórias profissionais atingiram um ponto culminante. A probabilidade de novas progressões ou afundamentos dependerá dos perfis e das diferentes inserções socioprofissionais que conseguiram construir até ao presente e da evolução de variáveis estruturais, mas muitos destes trabalhadores estarão em trânsito por muito mais anos, rumo a situações diferentes das que ocupam neste momento e que não podem ser antecipadas.

Está portanto fora de causa que este conjunto de dados possa ser visto como representando as carreiras completas dos indivíduos e, muito menos, que através deles se exprima a mobilidade intrageracional absoluta da população, mas isso não diminui quanto a mim o valor das trajetórias registadas, pois estes períodos mais curtos de observação, decorridos entre a entrada no mercado de trabalho e os momentos em que foram feitas as entrevistas, são suficientes para pôr em evidência alguns perfis e tendências. O primeiro, reporta-se a um conjunto de trabalhadores

¹⁰⁴ Os dados a que se reportam as conclusões de Goldthorpe estão hoje datados e não correspondem às condições criadas pelos mercados de trabalho em anos mais recentes. Mesmo até à década de 70, ainda que as taxas de mobilidade ascendente decaíssem com o avançar da idade, seria errado desprezar os valores relativamente elevados de mudança positiva das condições profissionais em trabalhadores mais velhos (Noble, 2000: 39, 40).

muito jovens, entre o primeiro e o segundo emprego, que não tinham à data mais do que um ou dois anos de experiência profissional. Todos os elementos que selecionei nesta categoria estavam ligados a projetos de intervenção social, dentro ou fora das suas comunidades, e tinham completado recentemente formações superiores específicas para o exercício dessas funções¹⁰⁵, excepto num dos casos, o de um estudante de engenharia que era também mediador cultural. Como mais adiante se verá, não representavam os percursos escolares típicos dos seus meios sociais, mas assinalavam uma mudança: eles e mais algumas dezenas de jovens em formação ou já licenciados integravam a primeira geração capaz de se destacar através da obtenção de graus académicos superiores, um feito entre populações que durante muitos anos não tiveram diplomados, a não ser num ou noutro caso isolado.

A seguir a este grupo particular cuja mobilidade foi projetada pela via escolar, figura um outro, maior pelo número, de indivíduos cuja progressão fora assegurada pela reconversão profissional. Quase todos na casa dos 30 e 40 anos, começaram a trabalhar muito cedo na construção, como empregados de mesa e de balcão em estabelecimentos comerciais e, adquirindo formação ou aproveitando a expansão de sectores novos dos serviços, transitaram para profissões mais qualificadas e melhor remuneradas ou para o trabalho independente. A maioria tem carreiras relativamente longas nessas novas atividades e gozam de situações estáveis. A estabilidade e a reconversão são os pontos em que este perfil se liga a um outro, de um grupo muito pequeno de trabalhadores mais velhos, entre os 50 e os 60 anos, que trocaram cedo as suas primeiras profissões por um lugar no funcionalismo. A natureza efetiva dos vínculos e as promoções acumuladas ao longo de décadas colocam estes trabalhadores numa situação invejável às escalas locais.

O quarto e último grupo cuja carreira é marcada pela mobilidade é dos mais numerosos e constituído igualmente por trabalhadores mais velhos, todos dentro da

¹⁰⁵ Licenciaturas em Serviço Social, Sociologia e Psicologia tinham maior facilidade em encontrar empregos compatíveis, em programas e projectos desenvolvidos localmente por IPSS e ONG's e financiados por entidades públicas. Outros licenciados com quem travei conhecimento, em áreas como o Direito e a Engenharia, não foram escolhidos porque não tinham à época conseguido iniciar carreiras ao nível das suas áreas de formação.

segunda metade da vida ativa. É o mais heterogéneo quanto a habilitações, que começam na antiga 4ª classe e vão até ao bacharelato, com a maioria a situar-se entre o 3º nível do ensino básico e o secundário. Mas o que distingue e particulariza este grupo são as trajetórias de contra mobilidade social¹⁰⁶ que, em cinco dos sete casos, estão associadas à imigração para Portugal de membros das classes médias dos países africanos lusófonos¹⁰⁷. Gente com bons empregos na administração e perspectivas profissionais que, para tratarem de problemas de saúde, para prosseguirem estudos a nível superior, ou para fazerem face à degradação geral das condições socioeconómicas, políticas e de segurança nos seus países, opta pela imigração. À chegada, sem outras oportunidades, fazem por sobreviver com os trabalhos que aparecem, as mais das vezes na construção e, lentamente, vão procurando outras soluções, seja criando os seus próprios negócios, seja buscando ocupação em atividades que consideram mais compensadoras, tanto do ponto de vista material como simbólico. Observados longitudinalmente, estes percursos apresentam um perfil em 'V', com o ponto mais baixo da trajetória a assinalar os primeiros anos da estadia no nosso país. Mas podem ainda ser mais complexos, desenhando ondas de mobilidade, de fluxo e refluxo, como na história da vida laboral de Mário. Este são-tomense de 63 anos, filho de um guarda-livros com vários casamentos e muitos filhos para criar, aos 11 anos deixa a escola para começar a trabalhar como aprendiz numa loja da capital, sem salário fixo. Para ter algum dinheiro, recorre a expedientes e ajuda um familiar a vender fruta aos passageiros dos barcos que aportam à ilha. Aos 18, viaja para Angola onde o seu primeiro emprego estável é como caixeiro e fiel de armazém numa companhia mineira, fora da capital. Casa anos depois com uma conterrânea e passa a trabalhar como motorista de longo curso. Volta a Luanda para, ainda como motorista, ingressar nas oficinas da marinha. Recomeça a estudar à noite, completa o 6º ano e, entretanto, a independência e a guerra civil interpõem-se no seu caminho.

¹⁰⁶ Usamos aqui o termo, originalmente intergeracional, à escala intrageracional, para designar a recuperação de posições nas hierarquias profissionais por parte de indivíduos que anteriormente se viram afectados por processos de mobilidade descendente.

¹⁰⁷ Pesem embora as diferenças de natureza tecno-económica entre a estrutura dos lugares de classe dos países africanos abrangidos e os das sociedades com economias modernas, é possível situar os grupos profissionais dos indivíduos em causa na pequena classe média urbanizada desses territórios.

Regressa a São Tomé com a família, depois de tentar sem sucesso vir para Portugal no quadro de adidos. Na sua terra arranja colocação como fiscal do governo e chefe de vendas em empresas nacionalizadas. Em 1981, depois de resolver um processo em que foi investigado por má gestão, volta a sair de S.Tomé, desta feita para tentar a sorte em Lisboa. Ao princípio, com muita dificuldade, vai vivendo do que ganha nas obras. Constrói a sua casa na antiga Quinta da Esperança e chama a família. Abre um café que se torna um dos lugares mais concorrido do bairro e passa a viver melhor. Nessa época, faz dois investimentos em S.Tomé, um dos quais tem de abandonar e outro que acaba por vender. Entretanto inicia-se o realojamento e, com a destruição do bairro antigo, Mário perde o café. Recomeça de novo. Hoje, à beira da reforma, é vigilante e trabalha para a autarquia. Reconhece que o trabalho por conta própria sempre foi o seu ideal mas, malgrado os revezes, está satisfeito com o que conseguiu alcançar.

Os dois tipos de percursos que restam, além dos quatro já descritos, são o contrário do que a história de Mário representa. Neles a mobilidade não se manifesta, ou só está presente em relação à geração anterior. O primeiro destes tipos de trajetórias estacionárias ocorre em áreas profissionais com graus intermédios de qualificação ou especialização. Os seus protagonistas têm menos de 45 anos, habilitações ao nível do segundo ciclo, no caso dos operários, e do terceiro ciclo e do secundário, no caso dos técnicos administrativos e de secretariado. Quando aparecem mudanças nestes percursos, elas incidem nos postos de trabalho ocupados e não envolvem alterações nas funções desempenhadas ou nas áreas de especialização laboral.

O segundo tipo de trajetórias estacionárias abarca os trabalhadores integrados em áreas menos exigentes ao nível das qualificações. Este grupo é exclusivamente composto por mulheres, com idades superiores a 35 anos, empregadas de limpeza ou auxiliares em instituições de saúde e de ensino, que nunca tiveram outro tipo de ocupações. Em geral, apresentam os níveis de rendimento mais baixos de todos os

casos aqui analisados e duas delas, se considerarmos apenas as remunerações auferidas nesses empregos, pertencem aos chamados ‘working poor’¹⁰⁸.

Apesar de não estarmos, na maioria dos casos, perante processos encerrados e de, pelo menos em teoria, ser de admitir que novos movimentos venham a acontecer no futuro, vale a pena perspectivar em termos quantitativos a mobilidade dos vinte e quatro inquiridos que têm mais de 30 anos de idade e cujas carreiras laborais têm alguma longevidade. A primeira conclusão que se pode tirar é que, embora estejamos a considerar ciclos incompletos, a mobilidade intrageracional atinge ainda assim valores elevados, independentemente dos pontos de vista utilizados na avaliação. Se enquadrarmos globalmente os dados, verificamos que dois terços dos sujeitos estão ou estiveram em mobilidade; se nos ativermos ao critério do género, constatamos valores elevados em ambos os sexos, apenas com uma diferença mínima favorável aos homens. Se separarmos os dados por bairros, torna-se evidente que, tanto num como no outro caso, a mobilidade ultrapassa largamente metade dos inquiridos, mas que a proporção de carreiras móveis é bem maior na Quinta da Esperança do que no Bairro Novo. Como poderemos confirmar mais adiante, as dinâmicas e os padrões intergeracionais apresentam muitas semelhanças em relação aos intrageracionais que acabo de descrever. Todavia, a escala intrageracional, ao focalizar e ampliar as experiências individuais, permite perceber alterações durante os ciclos de vida laboral que se apagam numa observação intergeracional. Sem esta escala, a composição dos movimentos, a velocidade e o sentido das deslocações intercalares que separam duas gerações, passam despercebidos.

Todos estes trajetos, independentemente de serem mais estacionários nalguns casos e mais dinâmicos e transformativos noutros, abriram os caminhos que trouxeram para situações socioprofissionais ao abrigo da pobreza os indivíduos e as

¹⁰⁸ Ou trabalhadores pobres. A expressão é frequentemente utilizada em língua inglesa porque o problema da pobreza gerada dentro da força de trabalho começa por ser equacionado a partir dos EUA, logo na viragem do século XIX para o século XX, pelos pensadores reformistas, sendo a análise das particularidades da categoria aprofundada mais tarde, sobretudo a partir dos anos 1960, no âmbito das reflexões mais políticas da War on Poverty (ver subcapítulo 1.4). O termo e o debate sobre o valor da distinção conceptual que a partir dele se opera só entram no espaço académico europeu recentemente, já sob o efeito da polarização dos mercados de trabalho.

famílias que estudei. Para que estas deslocações possam ser apreciadas, durante a vida de cada indivíduo, como acabo de fazer, ou a uma escala temporal mais longa, entre gerações, nomeadamente de pais para filhos, é necessário que estejam identificados os agrupamentos profissionais e económicos com base nos quais se definem depois o conjunto das posições sociais existentes. Trata-se portanto de construções analíticas essenciais para os estudos empíricos da mobilidade, no sentido em que a capacidade das grelhas para detectarem as deslocações importantes depende diretamente das concepções teóricas, dos modelos escolhidos para trabalhar e do seu ajustamento à evolução das estruturas de desigualdades.

Hoje em dia, se repararmos nos critérios usados pelos diferentes autores na determinação dos lugares de classe, mesmo entre os mais puristas, verificamos uma tendência de aproximação e de ultrapassagem das clivagens impostas pelas matrizes clássicas, em propostas que assumem frequentemente formatos mistos e preocupações pragmáticas e acolhem argumentos sem dar grande relevo às suas raízes teóricas. Muitas das revisões modernas são feitas dentro desta filosofia. Em Portugal, a produção teórica e sobretudo empírica cresceu entre as décadas de 1980 e 1990, com as pesquisas primeiro da equipa de Ferreira de Almeida (1988; 1994) e, mais tarde, com as de Estanque e Mendes (1997) e a de Cabral (1998). As pesquisas de Estanque e Cabral apresentam diferenças quanto à extensão e à qualidade da informação trabalhada mas, em ambos os casos, os autores optaram por operacionalizar grelhas já testadas: no primeiro caso, a estrutura de classes neomarxista de Wright e, no segundo, com uma ligeira adaptação, o esquema paradigmaticamente mais descomprometido de Goldthorpe. A tipologia usada por Ferreira de Almeida é uma criação original da equipa, incorporando argumentos conceptuais e propostas concretas dos estudos contemporâneos, de Bourdieu e Giddens, a Poulantzas e Wright (1988: 13-15).

Não querendo neste contexto entrar numa discussão mais aprofundada sobre a teoria e os critérios que têm sido introduzidos na análise das desigualdades de classe e que são aplicados nos estudos nacionais, limitar-me-ia a justificar a opção por mim tomada. A matriz que apliquei para identificar a posição e as trajetórias de classe dos vinte e oito indivíduos e famílias que estão na base do meu estudo foi a de Ferreira de

Almeida. A decisão não decorre tanto de uma identificação conceptual com os critérios dos autores – desse ponto de vista, reconheço iguais qualidades noutras propostas -, mas de motivos práticos e de eficácia. É um facto que estes autores, depois dos primeiros estudos, foram os únicos que continuaram a publicar dados de atualização com regularidade (Costa, 2000; Ferreira de Almeida, 2007) e que a sua tipologia tem sido replicada em muitos outros estudos sobre a estrutura de classes e a mobilidade social em Portugal, o que facilita a comparabilidade. Mas a esta acrescentam outras vantagens. Para estudos, como o meu, que impliquem uma perspectiva longitudinal sobre as trajetórias e a mobilidade, a matriz revela-se bem calibrada porque permite acompanhar as tendências de reconfiguração da estrutura de classes portuguesa no período posterior a 1960. Finalmente, a matriz é construída a partir dos lugares ou fracções de classe ocupados por cada indivíduo, de acordo com duas variáveis principais, “situação na profissão” e “profissão”, e quatro complementares, “escolaridade”, “posição hierárquica”, “dimensão da empresa” e “ramo de atividade” (Ferreira de Almeida, 1988: 13), mas a caracterização que se apresenta é relativa às posições não de indivíduos mas de núcleos familiares¹⁰⁹. Na minha grelha, sempre que as fracções a que pertencem os cônjuges são diferentes, atribui-se à família a posição individual mais favorável, ou seja, aquela que corresponde à condição que do ponto de vista material e simbólico é susceptível de ter maior peso no acesso a recursos e na identificação social do agregado¹¹⁰. Este aspecto é fundamental para mim, uma vez que a unidade básica que funciona como entidade condensadora e organizadora das

¹⁰⁹ Refiro-me aqui à matriz original desenhada pela equipa (1988) que, com dados especificamente produzidos para uma pesquisa sobre alunos universitários, puderam eleger como unidade de análise a família. O mesmo faço eu no meu trabalho, mas Ferreira de Almeida, trabalhando posteriormente a partir de fontes estatísticas institucionais em que os indicadores disponíveis são individuais e não permitem estabelecer relações entre membros segundo os agregados domésticos, teve de deixar cair a família na análise das classes.

¹¹⁰ A qualidade e o pormenor da informação recolhida facilitaram a identificação das posições dominantes. Além da profissão e da situação na profissão, considerou-se quando necessário, para os trabalhadores assalariados, a natureza dos vínculos laborais e a duração dos contratos. Por exemplo, em situações muito comuns nestes universos, como a reunião no mesmo agregado de um empregado executante e de um operário, ambos com o mesmo nível de qualificações e rendimento, o tipo de contrato que dispunham foi usado como factor de desempate. Evitou-se assim nestas situações simétricas recorrer ao critério de género e atribuir à família a posição do elemento masculino, como chegou a ser disposto por Ferreira de Almeida (1988: 17).

práticas, das representações, das estratégias e das ambições estatutárias, tão decisivas para a mobilização em torno dos projetos de mobilidade é, por natureza, a família.

Nos quadros 1 e 2 podem observar-se, respectivamente para o Bairro Novo e para a Quinta da Esperança, as ocupações profissionais dos entrevistados, dos cônjuges e a posição de classe atribuída às famílias. Em qualquer uma das populações, das sete categorias ou fracções de classe que integram a tipologia¹¹¹, não nos aparecem famílias pertencentes às classes EDPL (Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais), AI (Agricultores Independentes) e AA (Assalariados Agrícolas). Ainda que dois dos meus entrevistados do Bairro Novo e um da Quinta da Esperança tenham sido no passado patrões, o pequeno empresariado não está representado entre estas populações de baixa condição económica, a não ser em casos isolados e muitas vezes efémeros. Já quanto às classes que vivem da atividade agrícola, a sua presença é altamente improvável em todos os contextos urbanos, sejam eles ou não de pobreza.

QUADRO1: PERFIS DE CLASSE NO BAIRRO NOVO

SUJEITO	OCUPAÇÃO	OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE	LUGARES DE CLASSE
Antonieta	Técnica de formação	[separada]	PTE
Cândida	Técnica administrativa	[divorciada]	EE
Maria Idalina	Técnica administrativa	Sargento GNR	EE
Sandra	Secretária	Operador de Centro de Atendimento	EE

¹¹¹ Exatamente as mesmas que figuram nas versões simplificadas mais recentes da matriz de Ferreira de Almeida: Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDPL), Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), Trabalhadores Independentes (TI), Agricultores Independentes (AI), Empregados Executantes (EE), Operários Industriais (OI) e Assalariados Agrícolas (AA). Na proposta original (1988), Ferreira de Almeida agrupava as sete fracções em três classes: Burguesia (EDPL), Pequena-Burguesia (PTE; TI; AI; EE) e Operariado (OI; AA).

QUADRO1: PERFIS DE CLASSE NO BAIRRO NOVO (CONTINUAÇÃO)

SUJEITO	OCUPAÇÃO	OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE	LUGARES DE CLASSE
Américo	Segurança	[divorciado]	EE
Armanda	Técnica administrativa	Operário da construção civil	EE
Adão	Motorista	Modista	OI
Henriqueta	Empregada de Limpeza	[viúva]	EE
Heloísa	Empregada de limpeza	Cantoneiro	OI
Joaquim	Motorista	Cozinheira	OI
Amélia	Agente de crédito	Especialista de crédito	PTE
Bernardo	Cortador de carnes	Auxiliar educativa	OI
Cassilda	Proprietária de quiosque	[divorciada]	TI
Pedro	Oficial afinador de máquinas	Cozinheira	OI
Mariana	Empregada de limpeza	[divorciada]	EE

Entre as famílias conjugais e monoparentais que estudei no Bairro Novo, a classe socioprofissional dominante é claramente a dos Empregados Executantes. Esse é aliás o grupo profissional ao qual pertence a maior parte da população ativa do bairro, mas os empregados que integram esta ‘amostra’ têm uma diferença substancial face aos seus vizinhos. Ao passo que no conjunto do bairro a larga maioria dos trabalhadores dos serviços tem ocupações pouco qualificadas, entre os inquiridos em mobilidade predominam as profissões com carácter mais técnico do ramo

administrativo, que exigem habitações escolares mais avançadas e envolvem algum grau de especialização.

Ao contrário do que acontece na Quinta da Esperança, onde são raros os operários fora do sector da construção, no Bairro Novo existe um operariado diversificado, não representando a construção civil mais do que metade dos postos de trabalho industrial. À imagem do que acontece com os trabalhadores dos serviços, os operários incluídos no estudo também não traduzem as proporções da distribuição local da classe. As mobilidades de ‘fuga à pobreza’ surgem em percursos operários ligados aos mais variados ofícios manuais, fabris ou não fabris, mas quase não ocorre dentro da construção, provavelmente por causa do carácter precário da maior parte do emprego no sector. Ao todo, trabalham como operários e empregados doze dos quinze entrevistados do Bairro Novo.

QUADRO 2: PERFIS DE CLASSE NA QUINTA DA ESPERANÇA

SUJEITO	OCUPAÇÃO	OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE	LUGARES DE CLASSE
Casimiro	Técnico social	[solteiro]	PTE
Damião	Segurança	Doméstica	EE
Hélia	Auxiliar de ação médica	Operário da construção	OI
Mário	Segurança	Auxiliar de ação médica	EE
Jesualdo	Proprietário de papelaria	Pensionista	TI
Samir	Psicólogo	[solteiro]	PTE
Josefa	Auxiliar de ação educativa	Operário da construção	EE
Matilde	Proprietária de loja de vestuário	[separada]	TI

QUADRO 2: PERFIS DE CLASSE NA QUINTA DA ESPERANÇA (CONTINUAÇÃO)

SUJEITO	OCUPAÇÃO	OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE	LUGARES DE CLASSE
Maria Joaquina	Auxiliar de ação educativa	[separada]	EE
Maisha	Assistente social	[solteira]	PTE
Custódio	Segurança	Técnica de saúde	PTE
João	Segurança	Auxiliar de ação educativa	EE
Kedar	Mediador cultural	[solteiro]	PTE

Na Quinta da Esperança, os inquiridos pertencem às mesmas quatro classes referenciadas no Bairro Novo. Mas essa será a única semelhança relevante. A classe dos operários apenas está representada por dois elementos, afectos à construção, como é regra entre os trabalhadores da indústria residentes no bairro, sendo que somente num dos casos é que a condição laboral relativamente mais vantajosa do operário determina a classificação do agregado. Os empregados dos serviços são, de novo, maioritários, mas neste caso em profissões significativamente menos qualificadas¹¹². As mulheres não vão além dos serviços de limpeza ou trabalham como auxiliares na educação e na saúde, ao passo que os homens têm particular apetência pelo trabalho na área da segurança. Os Profissionais Técnicos e de Enquadramento aparecem na minha ‘amostra’ em grande número, mas trata-se de uma sobre-representação provocada porque, embora não tenham essa expressão no conjunto da população, houve que juntar uma quota suficiente de casos para poder analisar as

¹¹² Como se pode ver, apenas por estes dados da confrontação micro de dois bairros, o operariado e os empregados dos serviços são grupos muito diversificados do ponto de vista dos recursos económicos e das qualificações. É essa amplitude que lhes permite abarcar tanto as famílias que se posicionam fora da pobreza como aquelas, em situações mais vulneráveis, com trabalhos precários, informais, a tempo parcial ou, simplesmente, mais mal remuneradas, que encontramos em quase todos os bairros das classes trabalhadoras.

estratégias de promoção social pela via da educação e das credenciais que se revelaram muito frequentes na Quinta da Esperança.

Chegados aqui e colocadas as vinte e oito famílias nos respectivos lugares de classe, há que recuar novamente e, indo além do período de vida ativa dos sujeitos, procurar as suas origens de classe mais remotas, nas famílias em que nasceram e cresceram. Acrescentamos, desta maneira, a uma análise intrageracional, circunscrita e limitada por períodos de vida ativa que ainda decorrem, a comparação das posições de classe da geração atual com a dos seus pais¹¹³. O Quadro 3 dá-nos conta do desaparecimento de duas classes de uma geração para a outra: os Empresários e Dirigentes e os Agricultores Independentes, representando estes últimos uma fatia significativa das famílias de origem. Um terceiro grupo que cai mas sobrevive, é o dos Operários Industriais, reduzidos a metade do que foram na geração anterior.

QUADRO 3: POSIÇÕES DE CLASSE DAS FAMÍLIAS DE ORIGEM E ATUAL

LUGARES DE CLASSE	FAMÍLIA DE ORIGEM			FAMÍLIA ATUAL		
	BN	QE	Total	BN	QE	Total
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	0	2	2	0	0	0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	1	3	4	2	5	7
Trabalhadores Independentes	2	0	2	1	2	3
Agricultores Independentes	1	5	6	0	0	0
Empregados Executantes	3	1	4	7	5	12
Operários Industriais	8	2	10	5	1	6
Assalariados Agrícolas	0	0	0	0	0	0

BN = Bairro Novo; QE = Quinta da Esperança

¹¹³ Considerou-se, para efeitos de classificação da ‘família de origem’, a do membro do casal que detém neste momento a posição dominante. Para determinar a posição de classe de origem avaliou-se a situação profissional actual, no caso dos pais que permanecem activos, ou a última que tiveram antes de abandonarem o mercado de trabalho, para aqueles que já se reformaram ou faleceram.

Do lado dos grupos socioprofissionais que veem reforçados os seus efetivos temos três classes. Uma, a dos Trabalhadores Independentes, sofre apenas um ligeiríssimo acréscimo. Já no caso dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento, a subida no terreno é real mas, como sabemos, os valores na ‘amostra’ sobreavaliam artificialmente a progressão registada. A maior mudança da geração dos pais para a atual regista-se ao nível dos Empregados Executantes, classe que vê o número de famílias englobadas multiplicado por três.

Mas a confrontação de duas gerações dá-nos ainda um outro elemento valioso que é de podermos ficar a conhecer as linhas de sucessão intergeracional, isto é, a possibilidade de apurarmos em concreto se as posições de classe ocupadas pelas famílias atuais dos sujeitos reproduzem ou alteram as das suas famílias de origem. Ora o que observamos e está documentado no Quadro 4 são duas situações relativamente distintas. Uma primeira, diz respeito aos imigrantes da Quinta da Esperança, população em que a reprodução social praticamente não existe e em que a mobilidade descendente supera a mobilidade ascendente. A segunda, corresponde à população nacional do Bairro Novo e não permite identificar uma tendência: há incidência maior da mobilidade ascendente, mas três quintos das famílias ou conservam posições ou estão abaixo da condição social dos pais. Contabilizando os totais, nos dois bairros, temos seis situações de imobilidade social, onze de mobilidade ascendente e exatamente o mesmo número em sentido oposto (cf. Quadro 4, pg. 227).

A primeira constatação que se impõe e resulta da análise destes dados intergeracionais é que a mobilidade social ascendente em relação à geração anterior não é condição necessária à ultrapassagem da pobreza. Essa mesma conclusão pode ser reforçada destacando e considerando separadamente os dados relativos aos indivíduos em que o período de pobreza corresponde à infância e juventude e à vida com os pais. Tanto na Quinta da Esperança, como no Bairro Novo, onde a percentagem de indivíduos que sentiram a pobreza na casa paterna é bem mais elevada, são cerca de metade os indivíduos que construíram situações de vida autossuficiente para si e para as suas famílias, sem para isso melhorarem de posição relativamente à classe de origem.

QUADRO 4: MOBILIDADE INTERGERACIONAL ENTRE FAMÍLIA DE ORIGEM E ATUAL

CLASSE DE ORIGEM	CLASSE ATUAL						
	EDL	PTE	TI	AI	EE	OI	AA
EDL		II					
PTE		I			III		
TI					I	I	
AI		I	I		III		
EE		I	II		I		
OI		II			III	III	
AA							

II = Bairro Novo; I = Quinta da Esperança

Mas isto não significa que as melhorias possam ocorrer sem que as antigas condições de inserção no mercado de trabalho que estiveram na origem da pobreza sejam alteradas. Vejamos um exemplo desses deslocamentos horizontais. Pedro é um dos quatro operários filhos de operários que acompanhei no Bairro Novo. O seu padrasto, homem que o criou desde pequeno, trabalhava, como a maior parte da sua família, na construção civil. Dependente de um sector com muitas empresas estruturalmente frágeis, o padrasto de Pedro passou por várias crises no sector, aceitou trabalhos precários e sem garantias, conheceu por mais de uma vez o desemprego e os salários em atraso. Dadas as carências económicas graves da família, sendo o mais velho de cinco irmãos, um deles deficiente, Pedro teve de começar a trabalhar ainda durante a adolescência. Porque esses eram os contactos e os conhecimentos da rede familiar, entrou naturalmente no mundo do trabalho pela construção. Especializou-se numa técnica nova de construção de pavimentos e com vinte e poucos anos já chefiava

equipas nessa área. As ofertas de trabalho não faltavam e ele ia trocando frequentemente de empregador. Até que, em meados dos anos 90, lhe aparece a oportunidade de criar a sua própria empresa em sociedade com um tio. Durante quatro anos mantêm a atividade e chegam a ter oito funcionários. Pedro reconhece que alcançou um nível de vida bom nesse período, mas com o passar do tempo as margens de lucro foram encolhendo e o negócio perdeu viabilidade. Continuou a trabalhar no ramo como empregado mais um ano e, finalmente, muda-se para uma multinacional francesa de eletricidade. Quando falei com ele estava na empresa há doze anos e tinha atingido o topo da carreira como oficial afinador de máquinas. Continuava a ser operário, mas as qualificações da função, a segurança e as regalias do posto de trabalho, eram bem distintas das da geração anterior.

Grelhas como a que usei, trabalhando com grandes grupos e não estabelecendo subdivisões com base na aplicação de critérios mais finos de desigualdade, tornam indetectáveis estes movimentos que, sendo ‘horizontais’ ou internos à classe, não deixam ainda assim de mudar a condição socioeconómica dos seus protagonistas. Acontece também que, em determinados movimentos de tipo descendente, como os que ocorrem nas passagens das categorias de Trabalhadores Independentes e Agricultores Independentes para as de Empregados Executantes ou Operários Industriais, os rendimentos ao invés de acompanharem o abaixamento da condição de classe, evoluem em sentido contrário. A deslocação evidencia neste caso a falência dos pequenos ofícios, independentes mas de baixo rendimento, e a decadência de campesinatos, cuja terra própria deixa de garantir a subsistência, ambos trocados, de pais para filhos, por empregos na indústria e nos serviços. Pelo critério da propriedade há uma prevalência estrutural das classes de origem e uma mobilidade descendente para o salariedade manual, mas do ponto de vista não menos objectivo do nível de vida, esta nova geração que entrevistei vive melhor e não percebe essa mudança como uma perda de estatuto social.

Num segundo conjunto de trajetórias descendentes, a situação é algo distinta das anteriores. Os intervenientes são filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, indivíduos cujos pais foram contabilistas ou enfermeiros e que tiveram de se acomodar a carreiras que os posicionaram entre os Empregados

Executantes. Aqui, a mudança não traz necessariamente vantagens económicas e empurra os indivíduos para ocupações menos prestigiantes, por vezes aquém das suas qualificações e competências pessoais. Mas são percursos forçados, em que não há margem para escolhas: é a fatalidade dos acontecimentos biográficos singulares, como a morte prematura de um pai, ou a pressão do empobrecimento das estruturas sociais pós-coloniais, no caso dos indivíduos imigrantes, a ditar o rumo da vida.

Contas feitas e explicado o que se oculta em alguns dos números que nos descrevem a descida de um ou dois lugares de classe por parte de famílias que ao mesmo tempo subiram acima da linha de pobreza, falta comentar o essencial da mobilidade da pobreza neste período, colocando-a em contexto. Os mais velhos dos meus entrevistados começaram a sua vida ativa por volta dos anos 60, os mais novos já a primeira década do século XXI ia a meio. Durante estes quase cinquenta anos, a sociedade portuguesa sofreu intensas transformações, sucessivas fases de desenvolvimento que se refletiram sobre a formação social e conduziram a uma recomposição da estrutura de classes. Todos os estudos realizados sobre este período assinalam a existência de uma forte mobilidade absoluta da população, sustentada em factores estruturais que, segundo cálculos de Cabral (1998), terão situado nos 60% a percentagem de portugueses que mudaram de lugar de classe relativamente à geração dos pais. Só circunstâncias históricas muito excepcionais, de crescimento económico, de desenvolvimento tecnológico e de transformação da estrutura ocupacional, podiam pôr em mobilidade efetivos populacionais tão grandiosos e arrastar consigo franjas habitualmente excluídas desses movimentos, como aquelas mais expostas a situações de pobreza. No Bairro Novo e na Quinta da Esperança, quatro em cada cinco dos entrevistados saíram da sua classe social de origem para outras posições e, se bem que os percursos ascendentes não tenham superado largamente os descendentes, como aconteceu a nível nacional¹¹⁴, os muitos que se viram reclassificados em baixa não foram prejudicados economicamente por esses deslocamentos.

¹¹⁴ A mobilidade ascendente aumentou duas vezes mais do que a descendente, segundo Cabral (1998: 392)

A paridade entre números, apesar da diferença abissal de escalas, é de tal ordem que me leva a crer que a evolução económica do país teve efeitos generalizados sobre o sistema social e pôs em marcha a mobilidade mesmo nos segmentos para os quais as oportunidades são mais escassas. Nos bairros e entre as famílias com que trabalhei, os empregados executantes aumentaram exponencialmente, os operários sofreram uma grande retração, mas são o lugar de classe com maiores taxas de autorreprodução, os pequenos agricultores da geração anterior desapareceram, tudo tendências que se verificam a nível nacional e fazem sentir localmente os processos globais. Nenhum dos meus entrevistados se conseguiu fixar na classe empresarial, seguindo dessa forma o crescimento verificado no país, mas houve uma meia dúzia que tentou e alguns com relativo sucesso durante vários anos. O grupo dos profissionais técnicos aumentou, tal como no país, muito à custa de um reforço nas formações superiores, mas a via das credenciais parecia começar a dar sinais de se vir a tornar um caminho difícil para a mobilidade, uma vez que mal tinha começado a crise económica e já havia em 2008 licenciados a ter de aceitar empregos abaixo das qualificações e desligados das formações adquiridas. Contas feitas grupo a grupo, a mobilidade na Quinta da Esperança e no Bairro Novo inscreve-se na tendência nacional de transferência das ocupações manuais para as não manuais, submetendo-se certamente às mesmas forças e processos de reestruturação.

Estes fluxos de pessoas que atravessaram todos os territórios e todas as classes foram fruto de ajustamentos cujas causas estruturais são bem evidentes¹¹⁵. A principal fonte desta dinâmica de recomposição social tem a ver com a modernização e

¹¹⁵ No essencial, os investigadores que analisaram a mobilidade social em Portugal no final do séc. XX, concordam com Cabral quando, a este propósito, afirma que a intensidade que o fenómeno registou nesse período correspondeu a um efeito mecânico induzido pela evolução económica do país. Sem me querer pronunciar sobre a questão de fundo, que é da importância relativa da mobilidade líquida face ao conjunto da mobilidade bruta verificada, devo notar que, nos contextos e nos percursos de vida por mim estudados se sente de sobremaneira o papel que algumas políticas e medidas introduzidas pela intervenção do estado, em áreas como a da legislação e criação de postos de trabalho, da segurança e dos apoios sociais, da educação e formação, tiveram na ultrapassagem de situações de pobreza e na criação de oportunidades à mobilidade. Esta escala e este agente, isoladamente, nada nos dizem sobre a efectiva porosidade do conjunto da estrutura social mas, a um nível micro, demonstraram-me o impacto significativo das acções desenvolvidas pela “mão esquerda do estado” (Bourdieu, 1998: 9, 11) nas condições de vida das classes menos favorecidas.

transformação do peso dos sectores de atividade económica e começa por indiciar-se através de uma crise do mundo rural, pelo êxodo da população do campo para as cidades e, conseqüentemente, por um acentuado decréscimo da mão-de-obra ativa nas formas tradicionais de agricultura. Parte desse excedente demográfico é absorvido pelo crescimento do sector secundário e por uma industrialização assente em mão-de-obra intensiva, nos anos 60 e 70. Nas últimas décadas do século XX, a modernização do tecido industrial fez estagnar e recuar ligeiramente o peso do sector e a mão-de-obra por ele empregada. A partir dos anos 70 foi o terciário a assumir a liderança da economia e a marcar o desenvolvimento, com ritmos muito acelerados de expansão¹¹⁶. A intervenção do estado e o alargamento dos serviços prestados à população a seguir a 1974, nas áreas da educação, da saúde, da justiça e da segurança social, constituíram um dos principais contributos para esse crescimento, mas a modernização empresarial e a diversificação dos serviços pessoais em contexto urbano, foram também elementos fortemente dinamizadores do sector.

Uma outra linha de transformação estrutural, aliás indispensável aos processos de recomposição da economia, foi a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho. O processo de feminização das atividades produtivas, embora tenha sido assimétrico, serviu largamente o crescimento do terciário e apoiou a expansão das classes médias de empregados e quadros técnicos, multiplicando por três a presença das mulheres na força de trabalho (Ferreira de Almeida, 2007: 48). As carências de mão-de-obra e a emancipação social das mulheres foram factores determinantes no desencadear deste processo, mas, mais recentemente, os constrangimentos económicos resultantes da elevação dos padrões e das necessidades de consumo incentivaram ainda mais o crescimento das taxas de atividade feminina. Nas minhas famílias em mobilidade, todas as mulheres trabalham ou tiveram pelo menos uma experiência profissional significativa ao longo da vida. A solvência dessas famílias, como da esmagadora maioria da população nacional nos nossos dias, depende do

¹¹⁶ Nos concelhos que constituem os grandes centros urbanos, nomeadamente em Lisboa e na sua envolvente, estes processos avançaram mais rapidamente. Os efeitos sobre a distribuição da população por sectores de actividade e categorias socioprofissionais, bem como os diferentes ritmos nacionais e metropolitanos de evolução, foram estudados e podem ser comparados em Ferreira de Almeida et al. (1994; 2007) e Pegado et al. (1999).

acréscimo de rendimento proveniente do trabalho das mulheres. No Bairro Novo, a relação entre as taxas de atividade feminina e masculina está dentro dos parâmetros médios do conjunto do país, enquanto na Quinta da Esperança as mulheres com emprego ultrapassam os homens, com a vantagem, num e noutro caso, de o desemprego feminino ser menor do que o masculino¹¹⁷.

Nesta dinâmica recente de evolução da sociedade e da economia portuguesas participam também os progressos na educação e nas qualificações da população. Alguns avanços na alfabetização são anteriores, mas é mais uma vez decisiva a implantação da democracia no modo como se generalizou a escolarização a todo o território e a todas as camadas sociais. O alargamento da escolaridade obrigatória é um passo essencial nesse processo e na consolidação das aprendizagens básicas em condições de relativa igualdade, a um maior número de portugueses. Subindo para os níveis secundário e superior do sistema de ensino, a evolução foi também significativa e recuperou-se uma parte do enorme subdesenvolvimento que existia em 1974. Portugal tem hoje aproximadamente um quarto da população entre os 15 e os 64 anos de idade com o ensino secundário completo ou com um diploma de estudos superiores (Ferreira de Almeida, 2007: 47), mas esses valores são baixos quando comparados com os países desenvolvidos e podem continuar a comprometer a competitividade, o crescimento da nossa economia e do bem-estar social.

Os dados incluídos nos estudos de caracterização sociodemográfica do Bairro Novo e da Quinta da Esperança não permitem analisar a evolução local dos indicadores escolares e de qualificações ao longo do tempo. No caso do Bairro Novo e com os números de 1999, o retrato corresponde aos padrões de baixa escolarização que é hábito ver associados aos bairros pobres e socialmente carenciados das grandes cidades. Mais de 50% da população acima dos 16 anos de idade apenas ‘sabia ler e escrever’ ou tinha completado o ensino primário. Volvidos treze anos após a escolaridade obrigatória ter sido aumentada para o 3º ciclo do ensino unificado, não chegava aos 14% a percentagem de residentes que tinham atingido esse patamar dos

¹¹⁷ É provável que esta inversão da situação nacional possa estar ligada ao peso da construção civil no trabalho masculino e à precariedade de vínculos neste sector de emprego.

nove anos de frequência escolar. Como não podia deixar de ser, eram residuais os valores dos alunos que iam até ao 12º ano (2.9%) e em todo o bairro não tinham sido identificados mais do que 0.3% de indivíduos com cursos médios e 0.1% com licenciaturas.

O contraste com a Quinta da Esperança de 2005 dificilmente poderia ser maior. Desde logo porque neste bairro a maioria da população com mais de 18 anos não se fica pelo 1º ciclo, alcançando ou o unificado (37.2%) ou o secundário (15.7%). Atendendo a que estes níveis de formação estão mais presentes nos escalões dos jovens adultos e essas idades têm o mesmo peso nos dois bairros, a diferença não pode ser atribuída a outro factor que não seja o maior prosseguimento de estudos no bairro imigrante. Nas habilitações literárias intermédias, a Quinta da Esperança não só deixa a grande distância o Bairro Novo, como vence todos os bairros PER do seu concelho e se situa dentro da média nacional para o ensino secundário. Duma forma muito menos expressiva quanto à grandeza dos números, o investimento na educação das novas gerações está também patente nos níveis médio e superior, atingidos por 1.2% e 0.8% da população, respectivamente. Sendo poucos, os 20 licenciados da Quinta da Esperança em 2005, fazem a diferença em relação aos 2 que existiam no Bairro Novo em 1999¹¹⁸.

Anos passados, as diferenças dos bairros reaparecem-me nos perfis de habilitações das famílias com que trabalhei. No Bairro Novo, os membros do casal que detinham as melhores situações socioprofissionais e representavam as posições de classe das suas famílias, tinham habilitações que variavam entre o 1º e o 3º ciclo. A

¹¹⁸ A desigualdade entre os capitais escolares encontrados no Bairro Novo e na Quinta da Esperança pode exprimir outros factores que não aqueles que se enraízam em dinâmicas locais. Senão vejamos: no Bairro Novo há uma minoria de moradores africanos, negros e mestiços, mais de metade de nacionalidade portuguesa, indivíduos chegados a Portugal durante o processo de descolonização, que se instalaram, casaram e tiveram filhos que têm hoje as suas próprias famílias. Estes cidadãos portugueses de origem africana apresentam valores de analfabetismo idênticos aos nacionais brancos, têm menos gente só com o ensino primário, mas estão sempre à frente nos níveis preparatório, unificado e secundário, os mais elevados do bairro. A partir do ensino médio, reinstala-se a paridade, mas com valores absolutos muito baixos, como vimos. Estes africanos e os da Quinta da Esperança têm trajetórias sociais e culturais distintas, chegaram em épocas diferentes das correntes migratórias que demandaram o nosso país, mas têm esta característica comum que é a de se destacarem no capítulo escolar.

maioria dos habilitados com o 3º ciclo tinha menos de 45 anos e o seu peso relativo era bem maior do que no conjunto dos residentes. Os que se ficavam pelo 1º nível tinham mais de 45 anos e ocupações compatíveis com as suas fracas habilitações, tanto no sector secundário como terciário. Entre os entrevistados da Quinta da Esperança, deixando de fora os licenciados¹¹⁹, como se sabe intencionalmente sobre representados na ‘amostra’, observa-se também um reforço das tendências gerais da população. O conjunto dos habilitados com o 3º ciclo ou mais representam dois terços das famílias – no Bairro Novo representam apenas metade - e, de entre estes, a proporção dos que concluem o ensino secundário é maior. Estas habilitações mais elevadas, ao nível do 3º ciclo e do secundário, na Quinta da Esperança não têm correspondência direta com a obtenção de melhores postos de trabalho, ou seja, os detentores destes graus parecem dispor das mesmas oportunidades dos menos habilitados.

As habilitações escolares das famílias em mobilidade são portanto mais elevadas do que as das populações dos bairros em que residem mas, pelo menos num dos casos, a Quinta da Esperança, não há sempre uma relação linear entre o nível de escolaridade e a qualidade e adequação dos postos de trabalho que ocupam. Ainda assim e no conjunto dos dois bairros, há um terço das famílias entrevistadas que não só levaram mais longe os seus percursos de escolarização na juventude, como um ou ambos os membros do casal continuaram a procurar aumentar as suas credenciais ao longo da vida.

As perspectivas de quem regressa à escola, os contextos e os momentos do ciclo de vida pessoal e profissional são diversos, mas as razões são quase sempre muito pragmáticas. Por vezes trata-se de aproveitar estágios, cursos e formações internas de curta duração oferecidos pelos empregadores; noutros casos, de completar a escolaridade normal a que não se teve acesso na infância. O programa ‘Novas Oportunidades’ destaca-se entre as ofertas formativas recentes com mais

¹¹⁹ Não me foi possível determinar com exactidão o número de diplomados com o ensino superior na época em que estive no bairro. Os cálculos que me foram apresentados apontavam para uma continuação da tendência registada em 2005 e para a existência entre trinta a quarenta licenciados e estudantes de licenciatura, quatro anos mais tarde.

utilizadores, tendo permitido, a alguns dos meus entrevistados e a muitas outras pessoas com quem contactei, não só atualizar conhecimentos, como adquirir níveis de habilitações necessários para poderem prosseguir profissionalmente. Foi o que se passou com Maria Idalina, uma assistente administrativa de um hospital público que, aos 50 anos, frequentou o programa na companhia de vários colegas.

- A senhora disse-me que entretanto fez as Novas Oportunidades...

Maria Idalina: Entretanto fiz as Novas Oportunidades, surgiram as Novas Oportunidades e eu fui...

- Há quanto tempo?

Maria Idalina: Há muito pouco tempo, foi o ano passado.

- E fez...

Maria Idalina: Fiz o 9º, depois, entretanto, vieram os meus pais, eu tinha muito trabalho, (...) houve colegas meus que seguiram para o 12º ano, mas eu parei.

- E a senhora teria seguido e não fosse esse...

Maria Idalina: Se calhar teria...hoje não, hoje não...

- E qual era a sua intenção ao continuar a estudar?

Maria Idalina: Talvez algo que eu ainda quisesse... mais subir no trabalho, em termos de trabalho. (...)

- Isso não teve nenhum reflexo na sua situação profissional, ter feito as Novas Oportunidades?

Maria Idalina: Tive, tive...

- Qual é a sua categoria profissional?

Maria Idalina: Assistente administrativa, que agora (...) é tudo através da pontuação, da bonificação, que somos pontuadas... tudo depende, ou muito bom, ou bom, não é, e o excelente. (...) Eu tenho tido sempre muito bom, o muito bom também me tem facilitado muito [a progressão].

Os motivos de Maria Idalina são representativos do que move estes indivíduos que conheci a serem estudantes na vida adulta: trocar os diplomas por mais proveitos na carreira e nas posições remuneratórias, ou pelo menos assegurar que não ficam à margem desses processos. Subindo a fasquia, os laços estreitos entre a prossecução de projectos formativos e o desenvolvimento das carreiras pode também ser encontrado nos percursos de mulheres cujas opções de licenciatura vão para cursos que lhes

reforçam as competências em áreas em que já trabalham. São casos muito raros, mas na Quinta da Esperança havia pelo menos duas mulheres, na casa dos 40 anos de idade, que frequentavam cursos de ciências sociais e trabalhavam ao mesmo tempo, há vários anos, em projetos e serviços de educação e saúde à comunidade.

Para quase todos os outros adultos, o que estava em causa não seria tanto a oportunidade de alargar exponencialmente os horizontes profissionais, mas tão-somente conseguir corresponder a novas exigências do posto de trabalho ou aproveitar situações de concursos e promoções. Mas este investimento, que a nível individual será, porventura, pouco remunerador, pode ser transmitido e dar frutos nas novas gerações. Os pais, sobretudo de filhos que estão ainda a cargo da família e já iniciaram o seu percurso escolar, assumem vigorosamente este discurso, tão transversal à sociedade portuguesa nas últimas décadas, de que a educação é um bem fundamental e indispensável para abrir perspectivas de vida diferentes para os mais novos. Ouvi isto muitas vezes, tanto da boca dos pais da Quinta da Esperança como do Bairro Novo, numa repetição gritante das suas ambições e da forma determinada como confiavam nos filhos para vencerem as barreiras que a eles tinha sido impossível ultrapassar. Muitos, como Antonieta, a mãe-solteira deficiente com três filhas a cargo, não deixam margem para dúvidas quando definem os filhos como a sua grande e, por vezes, única prioridade.

- Mas estávamos a falar das ambições e dos projetos para o futuro...

Antonieta: Se falarmos a nível pessoal, é assim, quem tem filhos tem primeiro um objectivo na vida que é encaminhá-los, nós estamos em segundo plano. O meu principal objectivo, bem futuro, é as minhas filhas, como é lógico. Conseguir dar-lhes aquilo que eu não consegui ter. A ter uma vida muito mais estabilizada do que eu tive. Mais facilitada do que eu tive. Eu acho que o restante para mim é secundário.

- E o que é que gostava que elas tivessem além dessa vida estável? Seria uma mãe orgulhosa e satisfeita se elas chegassem...

Antonieta: Chegassem onde eu não cheguei, onde gostaria de ter chegado e não tive a possibilidade de chegar.

- Está a falar da Faculdade?

Antonieta: Da Faculdade, da realização profissional muito mais alargada. Porque, na sequência da sua formação profissional, formação académica, também reflete na vida pessoal. Uma coisa arrasta a outra e vice-versa.

- *Os seus próximos anos vão ser dedicados a tentar que tudo corra bem com a vida delas, é isso?*

Antonieta: Nos meus próximos anos é dedicado a que tenham objectivos, definam objectivos. Não é viverem o dia-a-dia como se fosse o último, porque os jovens têm tendência para isso, mas tem de se colocar um travão. (...) Eu sou um bocadinho exigente nesse aspecto, mas tenho todas as razões do mundo para o ser. Desde que elas, que eu consiga que se realizem, eu também sinto-me realizada, sem sombra de dúvida. Estamos encaminhadas, tudo está canalizado para isso. E espero que continue.

Um dia, numa conversa ao telefone, a Matilde da Quinta da Esperança disse-me que precisava muito de falar comigo sobre um assunto que a andava a preocupar. Tinha conhecido esta cabo-verdiana talvez há um ano atrás, quando, durante um passeio no bairro, uma técnica municipal me indicou uma loja que tinha acabado de abrir. Era um pequeno estabelecimento de confecções, calçado e bijutaria, a funcionar num espaço alugado à câmara e financiado com verbas próprias e um apoio substancial de uma entidade bancária de microcrédito. Este género de iniciativa acontecia pela primeira vez e criara interesse e expectativa. Nos meses seguintes habituei-me a ir até à loja da Matilde, conversar e saber novidades, conhecer as pessoas que lá faziam compras e fazer uma “entrevista” que parecia não ir ter fim. Fomos criando alguma confiança e também por isso não estranhei a confidência e o pedido feitos ao telefone. Estávamos no final do Verão e pouco depois do fim do ano lectivo anterior Matilde tinha enviado as filhas adolescentes para a Holanda. As raparigas já lá tinham estado antes de visita ao pai, mas desta vez a ideia era ficarem a residir e a estudar nesse país onde tinham bastante família.

Descobri, no dia em que nos encontrámos, que a tentativa não corra conforme se esperava e as filhas estavam de volta a Portugal. Segundo o que a Matilde me conseguiu explicar, era preciso que tivessem a nacionalidade portuguesa e elas continuavam a ser cabo-verdianas. Era este o problema de que me queria falar uma vez que, tendo que adiar o seu projeto por um ano, não estava disposta a que as filhas continuassem a estudar na escola local. Tinha algumas alternativas de estabelecimentos em mente, mas precisava de saber como proceder e, eventualmente, ver se eu a podia ajudar. Pô-las a estudar noutra escola era também

uma forma das proteger e afastar do bairro, como fez questão de explicar.

A conversa que tive com Matilde voltou a lembrar-me que os projetos de mobilidade pela via da escolarização das novas gerações são, nestes contextos, duplamente exigentes e obrigam a estratégias muito normativas e restritivas da ação. Desde logo, porque constituem a escola como prioridade absoluta na vida das famílias e tornam a qualificação dos filhos o desígnio em que se apostam todos os poucos recursos disponíveis, confiando que através deles seja possível transformar o futuro. A determinação e o rigor com que se acompanham as aprendizagens, se exigem resultados e se orientam as carreiras escolares, surgiu explicitamente de várias maneiras nos depoimentos. No caso de Sandra, uma técnica administrativa com três filhos, estudar é obrigatório e o seu exemplo como estudante que ficou aquém das suas potencialidades serve para demonstrar aos filhos as limitações que advêm de não se valorizar devidamente a escola.

Sandra: Eu lá em casa digo: - “Aqui só têm direito a deixar de estudar quando *tiverem* formados”, portanto... até lá não quero saber se conseguem, se não conseguem, se acharem que não têm capacidades, esforcem-se a dobrar ou a triplicar! Não, uma formação têm que ter, quer seja universitária, quer seja seguir uma outra via, mas têm que ter uma formação, porque acho que cada vez é mais importante. Eu não quero que eles passem pelas dificuldades que eu passei e farto-me de dizer. Por acaso, até tive a sorte de vir parar aqui e que hoje em dia a mesma sorte já não se consegue. Portanto, é para eles abrirem os olhos e perceberem que ter um trabalho destes não é fácil e, de mais a mais, eu até tenho um trabalho que não gosto de fazer e tenho que o aguentar, porque não tenho condições, nem estudei, nem fiz para ter algo melhor. Portanto, o que eu quero para eles é que eles tenham uma vida melhor que a minha.

Cândida, uma funcionária administrativa de 53 anos que criara sozinha a sua filha, tinha planos concretos para a sua formação e preparara com antecedência a eventualidade de ter que a colocar a estudar Medicina fora do país. Encarava a educação da rapariga de 16 anos como a sua principal missão e assumia com transparência a sua intervenção, desde as primeiras letras, no gosto e na curiosidade que a rapariga desenvolveu pelo estudo e na descoberta de uma vocação.

- *E sua ambição já no princípio era, se possível, levá-la até à universidade? Que ela continuasse a estudar até tirar um curso superior?*

Cândida: Não, o que eu queria é que ela aproveitasse ao máximo os estudos, fundamentalmente. E que não fosse... pronto que fosse minimamente inteligente, que fosse uma pessoa organizada, fosse para o futuro. Claro, se ela tinha gosto pelos estudos...pronto, é o que eu digo, ensina-se e depois cria-se aquele gosto, cria-se aquela vontade de saber mais, e de procurar mais e, mas fundamentalmente é isso. Agora, claro que todos os pais tencionam...não é que ela tire (...), por exemplo, eu comecei a notar que ela gostava de Medicina, porque eu quando trazia compras do hipermercado assim uns nacos de carne e ela é que fazia questão de desossar, dividir, cortar em febras...aquilo para ela era... por ali eu comecei a ver que havia ali qualquer coisa que puxava mais para o lado da Medicina.

A concentração nos projetos educativos requer da parte dos pais mais do que esforço e entrega a tarefas de acompanhamento e supervisão das aprendizagens. Quando o objectivo é terminar os percursos escolares com um diploma de estudos superiores, é preciso reunir todos os recursos que a família dispõe ou consegue mobilizar, mesmo que para isso seja preciso privar os modos de vida e reduzi-los ao estritamente indispensável à sobrevivência. ‘Sacrifícios’ e ‘dificuldades’ foram termos repetidos pelas famílias para explicar o que foi preciso fazer para que os pequenos rendimentos e os salários cobrissem as despesas com a formação dos filhos.

- Mas independentemente do dinheiro, a maneira como a senhora está na vida, acha que...

Cândida: Não, queria ter um bocadinho mais de dinheiro. Era importante *p’ra* ter uma melhor qualidade de vida para mim. Porque eu neste momento... a minha filha vive e eu vegeto. É um termo duro, não é? Mas é esse. Ela vive e eu vegeto.

- Mas isso é um projeto consciente da sua parte.

Cândida: É, é, é, ela não tem culpa de cá estar (...) Agora que gostava de ter mais, gostava de... por exemplo, a minha filha é grande “ah, mas este casaco já não serve”, eu compro *p’ra* ela, já não me serve, “dá cá que eu visto”, já me serve a mim! (...) Então dá cá que eu fico com... quer dizer, eu ando com as sobras....

- É uma economia constante.

Cândida: Sim, uma economia constante. Por isso é que eu digo, eu vegeto, ela vive...

Samir, o jovem psicólogo da Quinta da Esperança, foi uma das pessoas que mais procurei e com quem mais convivi no princípio do meu trabalho de campo nesse bairro. A primeira vez que passei na casa da sua família reparei nas diferenças

evidentes entre o recheio daquele apartamento e o de outros do mesmo tipo de famílias que tinha conhecido antes. Naquela casa não havia nenhum dos sinais habituais de apropriação, nenhum investimento na decoração ou nos arranjos interiores, nenhum dos padrões estéticos mais comuns. A parte social da casa era completamente despojada e funcional. Estava dividida entre uma zona de refeições que não parecia ser usada para esse fim, com cadeiras, uma mesa e um móvel-*aparador*, tudo com bastante uso e, do outro lado, um televisor e dois sofás. Quase não se viam objetos que se pudessem considerar *bibelôs*; as paredes estavam nuas, assim como o chão. Algum tempo depois desta visita, numa entrevista, Samir falou-me no apartamento que tinha comprado e para onde em breve deveria mudar-se com a sua futura mulher. Estive largos minutos a ouvi-lo descrever tudo pormenorizadamente, das vantagens da localização à qualidade dos equipamentos do edifício; do bom preço conseguido aos passeios que ele e a namorada faziam para encontrar o mobiliário que tinham idealizado. Tudo estava pensado, peça a peça, com cores, formas, locais onde os objetos seriam colocados e a utilização que pensavam dar-lhes.

Samir planeava para si uma casa diferente dos lugares mais ou menos improvisados em que vivera desde que se viera juntar à mãe com os irmãos em Portugal. Durante todos esses anos, o conforto imediato fora trocado por um bem superior: a educação, os estudos e um diploma para cada um no final. E esse projeto estava a apenas um par de anos de distância de ser plenamente realizado, quando o mais novo dos irmãos se licenciasse. De sete irmãos, só um, o mais velho, não optara por continuar a estudar depois do secundário. Ainda assim, tinha tido um papel fundamental, ajudando a pagar as despesas dos outros com o seu trabalho. Quatro, incluindo Samir, já tinham concluído as suas licenciaturas, um ia fazê-lo em breve e outro tinha acabado de se matricular. Assim, no espaço de pouco mais de uma dúzia de anos, esta família tinha tido de gerar recursos para pagar cursos a seis pessoas, três delas fora do território nacional. Mesmo com as bolsas que alguns conseguiram, os empregos a tempo parcial que todos foram tendo, o apoio financeiro dos que iam terminando, foi preciso recorrer a empréstimos bancários. Com um único salário a entrar em casa, o da mãe, é difícil imaginar que sobrasse dinheiro a esta família para

gastar noutros bens, ainda que fossem aqueles que podiam garantir o conforto e o bem-estar domésticos. Adiar recompensas e subordinar temporariamente outras ambições ao propósito maior de alcançar um diploma e, através dele, melhorar a condição económica, esta tem sido nos últimos anos a estratégia de vida desta família.

Samir: O meu projeto de vida é idêntico ao da minha mãe: desenvolver competências e ajudar os outros a desenvolver competências. Ela sempre teve isto e acabou por passar para nós. E o não nos contentarmos com pouco. Por exemplo, tenho irmãos¹²⁰ mais velhos que acabaram por se dedicar à construção civil e hoje são pedreiros. Mas fomos ensinados a não nos contentarmos com isso. Eu próprio, desde os meus 14 anos, nas férias da escola ia trabalhar na construção civil, até entrar na faculdade. No ano em que entrei, estive com o meu irmão no verão a trabalhar para arranjar algum dinheiro. Desejar algo mais do que este estilo de vida. – “Sou pobre, *ok*. Mas tenho oportunidade de estudar e vou dar o meu melhor para, quem sabe, daqui a uns tempos, sair desta condição”.

Mas, nestes contextos, a dedicação quase total à escola e à acumulação de aprendizagens não basta. Na perspectiva dos sujeitos, esse trabalho estaria seriamente comprometido se não fosse acompanhado por uma apertada vigilância sobre as sociabilidades das crianças e dos jovens. Mantê-los afastados e preservá-los ao máximo do ambiente social e dos relacionamentos locais, levando-os a adoptar um comportamento distanciado e de reserva, sem infringir as regras de etiqueta ditadas pela co-residência, tal parece ser a atitude maioritária e as instruções concretas com que estes pais educam os seus filhos. Por meio de meias palavras, Mariana exprime essa ética de evitamento que é tão característica do posicionamento das famílias dos segmentos apostados na mobilidade e que estas procuram impor na socialização dos mais novos. Amélia, uma das suas filhas, já casou e saiu do bairro, mas confirmou-me mais tarde que, enquanto viveu no Bairro Novo, nunca teve contacto ou amizades com rapazes e raparigas da sua idade.

Mariana: As minhas filhas não andavam na rua, as minhas filhas não andavam na rua.

- *Porque é que não andavam na rua, Dona Mariana?*

Mariana: Porque eu não achava correto, porque eu não achava correto.

¹²⁰ Está a referir-se não aos que foram antes mencionados mas a meios-irmãos, filhos de outros casamentos do pai.

- *Em quê, desculpe?*

Mariana: Porque o que eu via, não achava bem.

- *Portanto, a senhora procurava não se envolver ou, pelo menos, que as suas filhas não se envolvessem muito com pessoas do bairro...*

Mariana: Não interessavam... [sorrisos]. E eu não queria o caminho para as minhas filhas que via nos outros! O percurso das minhas filhas, eu não queria que fosse... Estarei errada ou não, eu acho que não...

Porque enquanto dura a fase obrigatória da escolaridade os estabelecimentos de ensino são mais próximos da residência, um controlo efetivo dos relacionamentos tem que se prolongar para esse território, no qual aliás se estabelecem laços geracionais, com grupos de pares. Com três filhos licenciados ou a concluir os cursos, Maria Joaquina demonstra o tipo de cuidado que é preciso por na seleção das escolas, exemplificando com o percurso complexo do filho mais novo até chegar à fase final do secundário.

Maria Joaquina: Eu sinto, sinto que uma pessoa não se sente segura; principalmente para ele, que eu...eu nunca o pus na escola de S. que é para estar sempre um pouco mais afastado desse ambiente.

- *Em que escola é que ele está?*

Maria Joaquina: Ele agora está no P.

- *Em Lisboa?*

Maria Joaquina: Sim. Ele estudou no Externato N. Depois, foi para S. era só até 9º; depois pus em B..., depois tirei e pus no...

- *Mas isso sempre com a mesma intenção de o ter longe aqui do ambiente do bairro?*

Maria Joaquina: Sim, sim. Só mesmo para estar longe do ambiente, porque na escola há muitos problemas, quanto mais perto eles estiverem...

Deste modo não só se evitam amizades indesejadas, como se vê os filhos a estabelecerem contacto com outros universos distintos dos seus e a formarem aí redes sociais estruturantes do seu crescimento. Cândida explicou-me que todas as amizades da sua filha são com atuais ou antigos colegas das escolas por onde passou, relações que sendo captadas no exterior lhe dão acesso a outros círculos sociais e modos de vida.

- A Cândida já me mostrou que não a incomoda viver aqui, embora saiba que a maior parte das pessoas, se calhar, são diferentes de si...

Cândida: Não... sim, são muito diferentes.

- E ela [a filha]?

Cândida: Ela não se vê aqui. Ela sai de manhã vai *pró* liceu, sai do liceu vem *p'ra* casa. Ou os amigos vêm diretamente cá a casa... é, entram, fazem a festa aqui como eu costumo dizer. Ou então... vai ela *prá* casa dos colegas fazer trabalhos.

- Mas ela não sente essa diferença de trazer os amigos...?

Cândida: Não, porque ela entra... o importante para ela é a casa. Entra... às vezes metem-se com ela, não sei quê e tal... ela não... não dá...

- Não dá andamento a essas coisas...

Cândida: Confiança *ninhuuuuuma!*

- Isso às pessoas daqui?

Cândida: Sim. Mas também é um bocadinho do feitio dela. Mas quando está com as amiguinhas é normal...

- Aqui amigos não tem?

Cândida: Não tem!

- Nem relações, nem convive aqui...?

Cândida: Não! Não! Mas ela...é assim... também tem um lote de amigos... os amigos dela até têm bastante... pronto, vivem bem... mas são tão simples, tão simples, tão simples que...ainda ontem teve cá uma amiguinha dela que tem uma quinta, tem *ããããã*, pronto! E, e quando vão às compras, vão às compras sempre aquilo que é mais barato porque... até fica bem “não dou mais que 20 euros para comprar umas botas!”. Mas todas *tão* na mesma onda e todas têm muito mais do *có* que nós temos!

Pelo menos ao nível discursivo, outros pais defendem formas diferentes de orientar os comportamentos. Assumem posturas menos prescritivas e mais responsabilizadoras dos filhos e das suas escolhas, mantendo vivo o mesmo propósito de impedir quaisquer contactos mais arriscados e que possam fazer perigar o correto encaminhamento social dos filhos. Sandra é um bom exemplo desse tipo de pedagogia.

Sandra: Não, eles [os filhos] têm que aprender a conviver com tudo, o bom, o mau, e têm que saber dirigir isso dentro deles e tirar as ilações deles. (...) A F. [a filha mais velha] foi para aquela escola e aquela escola a nível de toxicodependência é um bocado...porque são mais crescidos, portanto não é bem o tipo de escolas às quais

estamos habituados... Ela tem colegas que fazem um charro dentro da sala e que ficam a fumar dentro da sala e o professor nem se atreve a dizer nada porque tem medo que lhe aconteça alguma coisa. Portanto, é para ter uma ideia, e a primeira vez que ela me disse isto, eu disse-lhe: - "F., tu é que sabes. Tens dois caminhos ou vais e experimentas, o que até pode ser um caminho sem volta, porque não tem maturidade, ainda para ter os travões que nós devemos ter quando estávamos a experimentar alguma coisa que é perigosa. Portanto, ela pode entrar e pode não voltar, ou então segue um caminho que nem sequer experimenta, não se aproxima e que não faz a sua vida, faça o que entender, mas este é o caminho dela. Portanto, isso é o que eu faço sempre, eu não digo à F. "não faz porque não faz" ou "porque eu não quero", eu explico-lhe, depois ela pode decidir. (...) Portanto, é isso sempre que eu tento fazer, e até hoje sinceramente não estou arrependida.

Heloísa, outra mãe da Quinta da Esperança, que ganha a vida como empregada doméstica e é casada com um cantoneiro, realça o papel da família em termos idênticos.

– Então, neste capítulo da vida escolar dos filhos é uma mãe tranquila?

Heloísa: Acho que sim [risos]. Aliás, em termos de... de comportamento deles também, também isso tudo vem. Não tenho muito que me preocupar com isso, que são crianças que eles já sabem o que eu digo: - "O espelho está aí espalhado". É só sair na rua que encontro muito espelhos para ver, não é? Eles é que têm que olhar e ver o caminho que eles querem seguir. Eu mostro. O caminho errado e o caminho que eles podem andar, agora... eles é que decidem qual é o caminho. Porque também foi assim que os meus pais me ensinaram. Aliás, a minha mãe, porque eu fiquei só com a minha mãe. E... pronto ela nos mostrava aquele caminho que temos que seguir, se desviarmos do caminho a responsabilidade já é nossa.

– Portanto, fazer uma boa escola também tem a ver com a educação que se recebe da parte das famílias...

Heloísa: Eu acho que sim. Eu acho que sim. Porque a base está aí na família.

Orientações mais formais e explícitas, ou mais sugestivas, resultam em formas de controlo invariavelmente apertadas de que se ressentem os visados. 'Os Filhos de África' foi o nome escolhido por uma pequena associação de jovens a cujo nascimento assisti na Quinta da Esperança. Ainda sem saber quem eram, dei conta da azáfama de uma dúzia de rapazes e raparigas a limpar e pintar um campo polidesportivo que estava ao abandono, sob um calor tórrido de uma tarde de verão, em 2008. Aquela tinha sido uma das atividades organizadas no âmbito da visita de um grupo de

voluntários cristãos ao bairro. Uns dias depois, o diretor de um gabinete municipal que dera apoio logístico à ação chamou-me para me mostrar um papel manuscrito com um esboço do que pretendia ser uma carta de princípios. Após essa semana de mobilização, os jovens envolvidos queriam dar continuidade ao seu trabalho em prol da comunidade e pediram ajuda ao técnico para se organizarem. Num bairro onde existiam já várias associações e qualquer evento, sobretudo festivo, atraía centenas de moradores, eles achavam que fazia falta uma associação que representasse os mais novos. Uns meses depois encontrei-me com cinco dos membros do grupo para os ficar a conhecer um pouco melhor. O projeto tinha seguido em frente, com a organização de um desfile de crianças que atravessou o bairro no Dia Mundial da Paz e o grupo preparava-se, em colaboração com os professores da escola, para levar à cena nesse Natal uma peça alusiva à quadra. Neste pequeno grupo de ativistas locais, os mais novos andavam pelos 14 anos e os mais velhos pelos 16, idades que não é frequente aparecerem a formar grupos auto-organizados. A esmagadora maioria dos que aceitaram o meu convite eram raparigas. O único rapaz que esteve presente era também o único elemento que já havia reprovado um ano lectivo, num grupo que tinha percursos escolares irrepreensíveis e em que todos ambicionavam fazer um curso superior. Do que pude saber, os pais integravam-se nos perfis profissionais modestos e muito homogêneos do bairro: as mulheres eram empregadas de limpeza e criadas de quarto; os homens motoristas, operadores de máquinas e pedreiros. Havia situações de desemprego cíclico, mas não identifiquei no grupo situações de pobreza ou de necessidade de recorrer a apoios sociais especiais.

Um dos aspectos interessantes que sobressaiu do diálogo que mantive com o grupo foi a convergência entre os discursos repetidos pelos pais nas entrevistas a propósito da socialização dos filhos, as ameaças a esses processos e as atitudes que era preciso adoptar, e aquilo que os próprios jovens reconheciam e tinham interiorizado como orientação para a ação.

Filhos de África: Os adolescentes chegam a uma idade em que têm que escolher o caminho. Há alguns que olham à volta e escolhem o mal e outros que não gostam do que veem e tentam melhorar. Escolhem outro caminho. Por isso é que os mais velhos dizem que os jovens são um problema, porque o que salta mais à vista é o mal. O que os jovens maus fazem.

Isso não obsta, como disse, a que estes jovens se sintam prisioneiros do controle exercido pelos mais velhos e confessem que, por causa dessa pressão, preferem o tempo passado na escola à vida num bairro em que, mercê das proibições dos pais, têm que permanecer encerrados em suas casas.

Filhos de África: A minha referência é a minha madrasta, uma pessoa espetacular. (...) Há aquela cena dos pais quererem controlar, não deixar sair. Às vezes fico chateado com ela por causa das regras, dos comportamentos. Não me deixa, tem medo. (...) Às vezes não nos dão um voto de confiança. Mas nesse bairro temos de compreender.

Nos relatos das famílias que têm filhos em idade escolar, ou cujo percurso académico terminou há relativamente pouco tempo, são por demais evidentes as tentativas de maximizar o sucesso educativo dos descendentes e alcançar desse modo a mobilidade pela via das qualificações. À falta de maiores e melhores meios culturais e económicos, a geração dos pais faz uso do único recurso que estas famílias podem criar e investir em quantidade e que é o “capital familiar” (Archer, 2006: 42). Os pais e por vezes alguns irmãos mais velhos fazem de si próprios um recurso e sacrificam a sua progressão social e bem-estar económico em nome da geração mais nova. A vida presente fica suspensa, mantida num nível de subsistência, para que seja possível custear e acompanhar a formação e dispensar o rendimento proveniente do trabalho dos filhos. Para que as aspirações e a motivação para o trabalho escolar sejam adoptadas pela geração mais nova, é necessário que os mais velhos sejam capazes de lhes transmitir um sistema de disposições e representações no qual a expectativa de mobilidade ocupa um lugar central. Estudar e ganhar os capitais cultural e económico que mais tarde hão de justificar todos os sacrifícios, tal é o dever e a contrapartida com que um dia os jovens hão de retribuir às famílias a generosidade destes projetos.

Esta estratégia de investimento escolar com vista à ascensão social que se encontra nas famílias da Quinta da Esperança e do Bairro Novo por igual, faz lembrar

as disposições que, segundo Bourdieu (1964, 1978, 1979)¹²¹, são adoptadas pelas classes médias, e em particular pela pequena burguesia de execução, relativamente à escolarização dos seus filhos. Sobretudo estas fracções da classe média em trajetória ascendente, tenderiam a concentrar os seus esforços na acumulação de capital cultural através da via escolar, na esperança que essa progressão permitisse mais tarde algum retorno, também sob a forma de capital económico. Uma das manifestações desse esforço seria a atitude ascética face aos prazeres mais imediatos, trocados por benefícios futuros, e a disciplina e a exigência colocados no acompanhamento dos estudos. Transpareceria portanto uma “boa vontade cultural” (1979: 356) no empenho e na determinação com que procuravam empreender as ações necessárias à aquisição de capital cultural, nas formas que lhes eram acessíveis. Ora, nada mais coincidente com estas disposições atribuídas a esta nova classe média do que a disponibilidade das famílias com quem trabalhei para fazerem todos os sacrifícios e se dedicarem à causa da educação dos filhos. No entanto, é preciso não esquecer que os meios sociais por mim estudados são menos favoráveis do que os referenciados por Bourdieu e os recursos próprios destas famílias não lhes permitem muito mais do que vigiar os processos e entregar à instituição escolar o essencial da capitalização cultural.

¹²¹ Um outro tipo de atitude, que não foi valorizada nesta análise por se manifestar apenas em dois ou três casos, está muito próxima da que Bourdieu atribui às classes populares. Pode ser encontrada em entrevistas a operários e trabalhadores por conta própria, relativamente bem-sucedidos, que, como pais, manifestaram uma atitude mais moderada e menos preocupada no que concerne ao sistema de ensino e ao sucesso educativo dos filhos menores. Bourdieu apelida de “liberalismo” esta forma menos rigorosa, própria dos grupos populares, de se relacionarem com a escola e o capital que ela pode gerar para a próxima geração.

3. Representações e identidades de classe em famílias com trajetórias de pobreza

Acabámos de ver como um lote muito significativo das famílias que estudei juntam a alguns dos atributos materiais característicos das classes médias uma matriz de percepções e apreciações que as leva a optar por fortes investimentos na formação escolar e na transmissão aos filhos das aspirações de mobilidade que são igualmente próprias dessas classes. Veremos, de seguida, como essa confluência entre atributos e percepções é extensível às autorrepresentações elaboradas e expressas pelos sujeitos, ou seja e dito de outro modo, que os atributos objectivos e o tipo de atitudes e comportamentos associáveis às classes médias não surgem isolados, antes se prolongam e aprofundam em noções e identificações que afirmam a filiação nessas categorias sociais. Efetivamente, a classe média é o grande grupo de desigualdade com o qual mais de metade dos meus entrevistados se identifica e ao qual diz pertencer. Maria Joaquina, por exemplo, fá-lo sem hesitações de maior. Embora tenha um rendimento baixo, entre o salário mínimo e médio, que está canalizado sobretudo e neste momento para custear a formação superior de dois dos três filhos, esta auxiliar educativa cuja casa ainda indicia um nível de vida que perdeu depois da separação do marido, reivindica essa pertença.

- Agora esta pergunta tem uma segunda parte: a que classe é que a senhora acha que pertence, já que existem três...

Maria Joaquina: Eu? Média...eu pertenço à classe média.

- E por que é que se coloca na classe média?

Maria Joaquina: Eu coloco-me na classe média porque eu...nem tanto sou rica, nem tanto sou pobre. Tenho uma vida razoável, também sei entender bem as coisas...não posso dizer que pertenço a uma classe alta porque não, ainda falta. Não pertenço à classe alta.

Nas palavras de Maria Joaquina verifica-se a necessidade, comum à generalidade dos entrevistados, de recorrer a comparações para definir a sua posição. Nas análises subjetivas deste e de outros atores, a posição de classe é estabelecida relacionalmente, ou seja, depende sempre duma localização num espaço ordenado de

desigualdades em que cada posição só pode ser definida pela maior ou menor distância ou proximidade em relação a outras posições. Samir, cujo diploma e emprego como técnico superior permitem outra segurança na consideração das hierarquias, desenvolve o mesmo tipo de raciocínio e define a sua posição em relação a outros grupos, designadamente através das diferenças que o separam da “classe baixa” de “desfavorecidos” com quem partilha o bairro de residência.

- Então, a classe à qual pertencem qual será?

Samir: Nós, a minha família, apesar de vivermos num foco socialmente desfavorecido, somos da classe média baixa. Não digo classe baixa porque os rendimentos que temos, que cada um auferem, a nível da escolaridade, da capacidade de singrar na sociedade, temos um potencial maior do que famílias de baixa escolaridade, que têm pais que trabalham só em contextos de limpeza ou construção civil, como serventes ou pedreiros. Há uma projeção diferente.

Não possuindo todos o género de “propriedades atuantes” (Bourdieu, 1989: 134) de Samir ao nível dos diplomas escolares, a distinção toma maioritariamente outras formas. A generalidade dos entrevistados que se identificaram com a classe média, fizeram-no sobretudo com base num critério implícito que é o do nível de vida. Referem-se menos à capacidade económica, no sentido estrito do rendimento monetário das famílias, e mais aos padrões e estilos de vida a que esse rendimento dá acesso. O tipo de profissão, seja ela manual ou não manual, não é nem condição de acesso nem factor de exclusão nesta classificação nativa. Adão, um filho de carpinteiro, atualmente com a profissão de motorista, que já foi um pequeno empresário do sector automóvel, aos 60 anos de idade faz questão em marcar bem a distância entre o que tem e o estilo de vida que pode levar, face àqueles que lhe estão socialmente mais próximos e que não têm e não podem.

- Oh senhor Adão, agora cabe-me perguntar a si a que classe é que pertence?

Adão: Sou remediado. Remediado, porque eu tenho um ordenado que não chega a setecentos euros. (...) A minha mulher tá reformada com 260 €, anda à volta disso. 50 contos. Mas tenho uma filha que é enfermeira e que nos ajuda e conseguimos ter uma casa, não é uma casa rica, mas é uma casa decente. Tenho telefone, tenho uma televisão em cada quarto, na cozinha, tenho LCD, tenho um sofá grande, tenho o chão todo arranjadinho com azulejos (...).

- Fez obras?

Adão: Tenho feito obras. Temos orientação e tenho alguma coisita que soube amearhar, *p'ra* ajudar. Agora não bebo e não fumo. Gosto de ir ali tomar o café, comer os meus caracóis, gosto de passear ao fim de semana, ir dar uns passeios. Ou quando o meu miúdo joga, andamos sempre atrás dele. Agora é o campeonato nacional, é todos os fins de semana. É um fim de semana cá e outro, até podemos ir *p'ró* Porto. Quando são os torneios, vamos *pá* Galiza, vamos *p'ra* França. *P'ró* país onde ele for jogar (...).

- *Isso têm que ser vocês a suportar, as vossas deslocações?*

Adão: Mas é um passeio, umas férias. Gosto de fazer umas feriazitas (...).

- *Como vai fazer agora, em breve [nas férias]?*

Adão: Não fui agora com a minha filha pró Gerês, porque pronto, como tenho os exames(...). Mas outras pessoas daqui a fazerem férias, sei lá são 30%.

- *De resto, as pessoas não têm condições para isso?*

Adão: Não! Devem ir à praia uma vez por outra, quem gosta, Eu não gosto. Vou *p'rá* praia *p'rá* pesca. Gosto da pesca, gosto da caça. Da caça já desisti. Da pesca, tenho um arsenal de pesca (...). E levo a vida assim.

Outros, igualmente convencidos da posição em que se encontram, gostam de destacar entre os factores que justificam e legitimam a localização na 'classe média' o facto de, cumpridos todos os compromissos e assegurados os gastos correntes, disporem ainda de um "extra" de rendimento que lhes permite fazer "extravagâncias". Para estes, a classe média seria portanto aquela que se permite esses gastos supletivos que estão para além das necessidades básicas. É nesse sentido que se exprime Maria Idalina, a funcionária pública com uma carreira já longa que, conjuntamente com o marido, está no primeiro escalão de rendimentos entre estas famílias.

- *Já me disse que a sua situação é de uma pessoa remediada, não é? Foi essa palavra que usou, "remediada"?*

Maria Idalina: Foi. Eu não sou pobre...pronto, não sou rica, mas não sou pobre. Acho que sou remediada, *tu* no meio-termo.

- *E o que é o remediado, então? É alguém que está ... no meio...?*

Maria Idalina: É, não tem dívidas, tem uma vida mais ou menos aliviada, não deve nada a ninguém...Eu agora devo a minha casa, pronto. E...posso fazer uma extravagância de vez em quando, para tudo há um limite. Não posso esbanjar porque eu tenho de pensar no dia de amanhã, porque eu não sou rica! Mas também não posso estar a...a gastar aquilo que não tenho! Pronto, nós temos de pensar no dia de amanhã!

Ainda que se permitam a liberdade e o descontrolo pontual de uma ou outra “extravagância”, os sujeitos realçam o carácter racional e controlado dos seus comportamentos monetários normais. Nem poderia ser de outro modo, porque o rendimento modesto de famílias “remediadas” não tem folgas nem admite desvios. A expressão “remediado”¹²² surge amiúde nas entrevistas, querendo significar uma mediania de quem tem um orçamento suficiente e se satisfaz com uma vida económica estável que importa não fazer perigar. “Remediado” quer dizer, na linguagem popular dos meus entrevistados, pertencer à classe média; é o equivalente *emic* dessa abstração sociológica que nem todos reconhecem. Como muito bem resume Bernardo, um jovem operário cortador de carnes, um filho de operários que se dá por muito feliz por, na atualidade, muitos anos depois do pai, ainda ter conseguido um bom posto de trabalho, apesar de ter poucas mais qualificações do que ele.

- *Entre aspas, não é? Bom, e acho que também já me respondeste a esta pergunta: no teu caso e no da tua família, colocar-te-ias como remediado?*

Bernardo: Sim.

- *O que é que é isso exatamente, um remediado? (...) uma definição?*

Bernardo: O remediado é aquele que, prontos, tem dinheiro para... tem a situação financeira estabilizada, dá para fazer algumas extravagâncias. Praticamente é isso.

- *Tu já nasceste remediado?*

Bernardo: Já nasci remediado, sim, já era essa situação.

- *E durante algum tempo pensaste: “Será que eu consigo manter pelo menos o nível de vida dos meus pais?”. Isso preocupou-te?*

Bernardo: Não, praticamente eu queria ter uma vida mais ou menos assim. Se pudesse ser melhor, era melhor, mas pelo menos remediado... uma situação financeira estável.

Mas o desafogo e o relativo à vontade demonstrado por alguns, nem sempre dá o tom às entrevistas. A irregularidade dos salários ou o trabalho entrecortado com

¹²² A expressão surge espontaneamente e com alguma frequência, mas apenas nas entrevistas realizadas no Bairro Novo. Na Quinta da Esperança o termo não terá o mesmo uso. No estudo de caracterização sociodemográfica do Bairro Novo, efectuado em 1999, à pergunta do questionário sobre a situação económica das suas famílias, 60% dos entrevistados consideraram-nas “remediadas”, bem mais do que os 35% de entrevistados que afirmaram viver em famílias pobres.

períodos de desemprego de um dos cônjuges, podem gerar situações de inconstância de rendimento e instabilidades que fazem os sujeitos hesitar na sua classificação definitiva. Essa ambiguidade está presente, por exemplo, no depoimento de Amélia. Esta licenciada em arquitetura de 31 anos que nunca conseguiu exercer a sua profissão, tinha um filho recém-nascido e encontrava-se desempregada pela primeira vez. O marido auferia um bom salário que, por ser variável, deixava Amélia na dúvida quanto à sua condição de classe.

- *Não, três, pois, tens dois quartos e uma sala. Olha, então agora vem a pergunta mesmo para rematar: a que classe é que tu pertences neste momento?*

Amélia: Eu tenho meses que pertenço à classe baixa, pobrezinha! E tenho meses que pertenço à classe média, percebe?

- *Tem meses?*

Amélia: Tem meses! Não, eu acho que neste momento pertenço a um meio-termo. Não sou considerada, acho que não me posso considerar, uma classe baixa, mas também classe média... eu vejo a fazer a classe média certas coisas que eu não faço.

- *Por exemplo?*

Amélia: Ter um nível de vida diferente. Eu não vou jantar fora cada vez que me dá, que me passa pela cabeça, porquê? Porque eu faço as contas e vejo que não posso fazer isso, por exemplo.

- *E achas que isso é típico da classe média?*

Amélia: Já tem um bocadinho mais de posses para o fazer, se calhar de uma forma já mais descontraída, e eu não o faço. Eu se quiser ir ao cinema, faço contas para saber se posso ir ao cinema, as coisas têm que ser todas...

No caso de Sandra, uma técnica administrativa, o problema era idêntico, mas desta feita provocado pela irregularidade dos trabalhos que o marido ia arrançando. Era esta descontinuidade de rendimento e a insegurança que ela gerava, o motivo para baixar a sua posição dentro da classe média.

- *Isso no seu caso, que tem um rendimento que também já reconheceu que não é mau. Se fosse com base nesse rendimento, a que classe social é que a Sandra acha que pertence?*

Sandra: À média, baixíssima (risos).

- *Nessa estratificação, quantas classes é que existem, além da média baixa?*

Sandra: Sim, eu penso que sim, que existe uma média que vive desafogado, não é? Vive bem! Eu estou sempre a contar tostões e chega para aí a meio do mês e já começo a ficar aflita “ai, ai, ai que o dinheiro não vai chegar para a carne até ao fim do mês”, quer dizer...

Estes sentimentos de viver no limite, com orçamentos que nunca chegam para prover todas as necessidades e auferir da liberdade económica que corresponde às suas ambições, levam este grupo de entrevistados a citarem-se como exemplo do declínio ou do fim da classe média. Alguns não se referem apenas ao presente e mostram-se preocupados porque essa estagnação ou afundamento podem também sacrificar as próximas gerações e significar a impossibilidade destas virem a progredir socialmente ou mesmo de conservarem a posição conquistada pelos pais. Cândida sabe que o curso de medicina que tanto deseja para a filha não pode ser financiado com o seu rendimento atual e que o preço a pagar será sujeitar-se à condição de pobreza e a um duplo emprego.

- Quantas classes é que acha que há na sociedade portuguesa? Não sei se costuma pensar em termos de classes sociais, se não... Mas já falámos de pobres, um grupo alargado da população...

Cândida: É... não, isto é assim... vai ter tendência... não vai haver sector intermédio. Não vai haver sector intermédio. Vai haver ou aqueles que têm muito e aqueles que pertenciam ao sector intermédio... Por exemplo, o meu caso: pelas necessidades, uma pessoa acaba por depois entrar na classe da pobreza. Porque é assim, eu se tiver de mandar a minha filha estudar [para o estrangeiro], com o meu ordenado, eu não posso. E então, a partir do momento em que eu tenho que... e como faço um trabalho das nove às seis, eu tenho que arranjar um trabalho de noite. É porque sou pobre *pa* conseguir dar educação à minha filha! Porque se eu não fosse pobre... Quer dizer eu e aqueles que vivem assim acabam por descer...

Expressa numa forma antecipada, de receio pelo futuro, ou em relação a situações quotidianas, já experimentadas, a convicção firme dos atores é que essa queda não os atinge apenas a si isoladamente. Ao pronunciarem-se, podem tomar como ponto de partida a vida e os infortúnios pessoais, mas nunca deixam de enquadrar a sua situação num estado mais geral da sociedade e em processos que são colectivos. João da Quinta da Esperança e Armanda do Bairro Novo, identificam sintomas e apontam causas diversas para os movimentos descendentes, mas estão de

acordo em que o problema diz respeito a uma classe, enquanto conjunto e parte da sociedade, e não a indivíduos. Nas palavras do funcionário de segurança morador da Quinta da Esperança, a classe média deixou de existir no meio social a que pertence e está a desaparecer no país:

- João, já falámos aqui de classes. O senhor já citou aqui uma classe: a classe média. Quais são as classes que compõem a sociedade portuguesa, independentemente de serem brancos ou negros? Ou acha que os africanos, ou os outros, constituem sempre um grupo à parte?

João: À parte não digo. Há classe aqui alta. Há muita gente aqui que tem uma massa boa. Acho que já não existe classe média, acho que há muita pobreza e há a classe mais acima, mais alta. Acho que essa classe média deixou de existir. Alguns anos atrás, ainda se podia falar nisso. Mas eu não acredito que ainda haja. Há muita dificuldade nas famílias, não sei. Eu vejo as dificuldades que temos, vejo a televisão, aquelas entrevistas que fazem no Verão, há cada vez menos pessoas a irem para férias. A classe média acho que está a desaparecer.

Já Armanda procura no seu comentário descortinar as causas do fenómeno e associá-lo a alterações estruturais e de ordem económica mais precisas:

- E acha que há mais desigualdades agora, ou já houve mais desigualdades no passado?

Armanda: Eu acho que se formos a ver há mais agora, acho...acho que acaba por haver um bocado mais agora do que no passado. No passado as coisas se calhar *tavam* um pouco mais...*tamém* havia... Lá está, *tamém* havia o pobre, o rico e o intermediário e nós agora já não temos o intermediário. Há o pobre e o rico. E vamos por aí: ou ganhas muito e consegues ou ganhas pouco e não consegues. É um bocado por aí, deixou de haver o meio-termo, deixou de haver a família média. Porque é impossível termos a família média, então com a transição do escudo para o euro acabou mesmo a família média.

Num estudo publicado há cerca de dois anos, uma equipa de sociólogos nacionais investigou um tipo de famílias cujas representações apresentam traços de grande semelhança com as que aqui se analisam (Pinto *et al.*, 2010). As autoras apelidam-nas de “famílias sanduíche”, no sentido de que o volume de recursos ao seu dispor não é nem suficientemente alto para fazer face às suas expectativas e necessidades, nem suficientemente baixo para poderem beneficiar de apoios sociais ou de programas específicos de combate à pobreza e à exclusão. Do ponto de vista do

rendimento, estão situadas num patamar idêntico às famílias que entrevistei e as próprias trajetórias sociais a duas gerações apresentam a mesma diversidade de mobilidades de sentido ascendente, descendente e percursos estacionários¹²³. A linguagem e os conceitos de desigualdade com que se opera no estudo citado não são os das diferenças de classe por mim utilizados, e a maioria dos meus entrevistados não se reveria na ideia de que o seu nível de vida é pior do que o da sua família de origem. No entanto, entre o discurso da participação na queda da classe média que escutei e o da insatisfação com as condições de vida presentes e a incerteza quanto ao futuro, dos relatos recolhidos pela equipa de sociólogas, há paralelismos que se podem assinalar. Num e noutro caso, manifestam-se descontentamentos e frustrações que podem suscitar respostas mais pessimistas ou mais combativas, mas que são compreensíveis depois de um período de décadas em que a expansão das classes médias constituiu uma parte importante da dinâmica de recomposição da estrutura de classes e marcou a evolução da sociedade portuguesa. Tratar-se-á porventura de um prolongamento do “efeito de classe média” (Estanque, 2003; 2005), exprimindo num plano subjetivo a contrariedade de não se poder dar continuidade, real ou imaginária, à adesão ou inclusão num estrato que, tudo aponta, terá começado a entrar recentemente numa fase de estagnação e declínio¹²⁴.

É com esta classe média ameaçada e em decadência que a maioria das famílias com quem falei se identifica. Os problemas que afectam o conjunto dessa classe são aqueles que eles próprios encontram e têm de enfrentar na sua vida pessoal e familiar. Mas há uma parte das famílias, sensivelmente um terço, que interpreta as suas dificuldades de forma diferente. Não reivindicam a pertença à classe média, grupo cujas condições de vida sentem ser melhores que as suas, mas dividem-se ao procurar

¹²³ Tanto quanto a informação fornecida permite perceber, há todavia uma especificidade nas famílias que constituem o meu universo de análise. No passado das famílias da Quinta da Esperança e do Bairro Novo há passagens pela pobreza e a experiência de períodos de carência material mais grave inscritos nos percursos de mobilidade, situações não reportadas relativamente às “famílias sanduíche”.

¹²⁴ Ainda segundo Elísio Estanque, em obra mais recente, a evolução do país tem vindo, nos últimos dez anos, a criar grandes dificuldades à classe média, talvez inultrapassáveis para alguns dos seus segmentos (2012: 102,3). As primeiras análises que anunciam o declínio da classe média nos contextos ocidentais remontam às últimas duas décadas do século passado (Harrison e Bluestone, 1988; Esping-Anderson, 1993).

uma categoria que as represente. Num ou noutro caso, vão pela linguagem estratificacionista e colocam-se na classe baixa ou “mais baixa”. Assim procede Maisha, uma jovem licenciada que pode comparar as dificuldades da vida presente com o conforto da primeira infância.

Maisha: Não, não...poderia diferenciar-se as classes com classe A ou classe B. Hoje em dia a classe B até se confunde com a 3ª classe, digamos assim...

- *O que tu chamarias a classe média... Estás a pensar em alta, média e baixa?*

Maisha: Exatamente.

- *E achas que a média está a vir...*

Maisha: Está a vir para baixo (...)

- *Sentes isso na sociedade em geral, ou na tua sociedade, naquela que te é mais próxima?*

Maisha: Eu acho que na sociedade em geral.

- *Nesse caso, a que classe é que tu achas que pertences, neste momento?*

Maisha: Pertença à classe baixa.

- *Mas achas que já pertenceste à classe B?*

Maisha: Aqui, não. Mas na Guiné pertencia à classe B. Eu dizia sempre à minha mãe...eu, quando chovia, ia sempre para a escola de carro, aqui nunca fui de carro. Saía da escola...o meu pai levava-me. À hora do lanche havia sempre o motorista que ia à escola para me levar o lanche. À saída tinha sempre um carro à espera para me levar para casa. Notei essa diferença entre o sair de lá e vir para aqui. Aqui sempre pertenci à classe baixa.

João não tem a biografia de Maisha para se situar, mas há outros à sua volta que lhe mostram que estar “em baixo” não significa necessariamente ocupar o pior e o mais indesejável dos lugares.

- *No seu caso e no da sua família, em que classe é que se colocaria?*

João: No meu caso, para mim é uma classe mais baixa. Para mim estamos lá em baixo, estamos a lutar. Para mim eu chamo assim, uma luta (...) Não digo que estou tão à rasca assim, porque há aí famílias que nem de manhã conseguem pôr um pão na boca. Não digo que esteja encostado à classe média, mas estou assim num lugar mais ou menos.

À medida que a conversa avança e o tópico da pobreza é reintroduzido, João explicita melhor a sua posição. O “lá em baixo” com que se qualifica pode também ser entendido como ser pobre, mas com uma diferença crucial em relação a outras formas de pobreza: João é um pobre que luta e é capaz de assegurar a subsistência da sua família.

- Também não está na pobreza, é isso?

João: Quer dizer, é pobreza mesmo, é lutarmos na pobreza.

- Mas quem é que são os pobres?

João: Pobres somos nós. Não sei como é a vida do senhor (...)

- Os professores são habitualmente classificados na classe média. O João diz que está numa luta. E a sua luta é para chegar onde?

João: A minha luta é pela sobrevivência (...)

- Mas também não está naquela fase, como você disse, de algumas famílias que acordam e nem sequer têm um pão.

João: A minha luta é para não deixar de ter a panela no fogão. Por isso é que eu digo, a essa hora há muitas famílias que não sabem o que comer. Não me posso considerar assim tão mal, porque ainda me aparece o pão, ainda me aparece o leite. É nesse campo que eu digo.

- O João dizia antes que as pessoas da classe média têm uma vida normal. O João está distante ou próximo dessa vida normal?

João: Sim, sou pobre, mas um pobre que consegue ter com que comer, não falta o pão na mesa.

Os imigrantes da Quinta da Esperança que, como João, se dispuseram a intitular-se pobres, fazem questão de deixar bem claro que a sua pobreza é a de quem é autossuficiente e, ainda que com muitas dificuldades, dispõe dos bens essenciais. Afirmam-se, por isso, diferentes dos outros pobres, os que não garantem por meios próprios o acesso a condições de subsistência. Mas a demarcação faz-se apenas salientando a capacidade pessoal de satisfazer as necessidades, sem acusações de menoridade ou incompetência dirigidas aos outros, nem colagens a determinadas representações estigmatizantes da pobreza. O que é importante para Damião, um outro entrevistado, é procurar as melhores categorias para se localizar com precisão e não deixar que a sua pobreza seja confundida e ele assimilado aos pobres

“paupérrimos”. Damião hoje é segurança, mas antes de vir para Portugal em 1986, a acompanhar uma filha que veio receber tratamento médico prolongado, foi dirigente na administração pública de S. Tomé e Príncipe.

- Já falou da existência de várias classes, até já demos aqui alguns nomes. O Sr. Damião, o senhor e a sua mulher, a que classe é que acha que pertencem?

Damião: Eu acho que pertença à classe dos pobres. Ainda tenho o emprego, embora vivendo com dificuldades, tenho uma casa para estar, tenho o emprego...mas há indivíduos pior do que eu, os tais indivíduos da classe dos paupérrimos. Há pobre, há paupérrimo, pequena burguesia e a burguesia. Portanto, eu pertença aí à classe entre pobre e, não posso dizer pequena burguesia, mas estou no meio deles, entre pobre e mini-burguesia.

- Por que é que se põe aí no meio?

Damião: Porque pelo menos eu tenho um emprego, tenho uma casa para estar. Em relação a eles tenho mais condições de vida, embora com um salário péssimo, mas tenho condições de vida um pouco melhor que eles.

Atendendo aos critérios estritamente técnicos e quantitativos de pobreza absoluta ou relativa, Damião, João e todos os outros que assim se declararam, não são pobres. Com base nas mesmas razões e atributos que eles usaram para justificar a sua condição de pobres, outros reivindicaram a inclusão nas classes médias. Mas, há uma diferença: de entre as vinte e oito famílias que acompanhei, as que se definem como pobres acabam por ser as que têm orçamentos mais apertados e difíceis de gerir. Ou porque os rendimentos englobados são efetivamente dos mais baixos, ou porque há encargos decorrentes de investimentos em negócios, de aquisição de casa própria ou despesas com a formação dos filhos, que absorvem todo ou a maior parte do dinheiro disponível. A pobreza aqui, diria a linguagem especializada, é subjetiva, determinada não por padrões médios de vida ou por limiares de subsistência, mas por um sentimento de inadequação do rendimento às necessidades. Damião tinha uma máxima que gostava de citar, quando eu o saudava: -“Pobre nunca está bem, está regular”. Aos 61 anos, sabia que já não podia recuperar os privilégios que um dia tivera no seu país de nascimento e que tinha ido tão longe quanto lhe fora possível em Portugal. Quando lhe perguntei pelas ambições que lhe faltava realizar, limitou-se a dizer-me, realisticamente: -“Já não tenho mais escada para subir”. Outros, mais novos,

que também haviam sofrido um abaixamento da sua condição económica e social por causa da imigração, ainda podiam olhar a pobreza como uma passagem, uma etapa no caminho de regresso à classe média, que eles ou os filhos haveriam de concretizar¹²⁵. Para Josefa, a estratégia era tirar partido da formação e esperar que o seu diploma ou os dos filhos permitissem voltar a ter uma “vida média”.

- Josefa, falou-me aí em três classes, ou três grupos, a senhora não lhe chamou classes. A que grupo é que a senhora acha que pertence?

Josefa: Eu sou da classe básica, pobre. (risos)

- Mas não desgraçada, como falou, não é?

Josefa: Não desgraçada. Porque eu pago água, luz, o colégio dos meus filhos.

(...)

- A Josefa como é que imagina que será a sua vida daqui a, digamos, dez anos? Os meninos todos crescidos...

Josefa: Espero estar formada, os meus filhos também...

- Isso é um projeto importante para si, acabar o curso?

Josefa: Sim.

- Coloca-o como o mais importante de todos ou um dos mais importantes, fazer o curso superior?

Josefa: Fazer o curso superior para ter um ordenado, já não digo básico mas...

- E continuar a trabalhar na educação como está agora? Com esse curso...

Josefa: Sim. E, no entanto, os meus filhos, daqui a dez anos eu acho, tenho fé, também estarão formados e terão uma vida média.

Nem todos os que espontaneamente se identificaram como pobres, enunciaram simultaneamente a transição para as classes médias como o objectivo central dos seus projetos de vida. Parte dos discursos limitam-se a enfatizar os constrangimentos económicos e a falta de liberdade financeira de quem pela idade,

¹²⁵ Lucinda Platt, num estudo sobre a mobilidade intergeracional de minorias residentes na Grã-Bretanha nas últimas décadas do séc. XX, cita dados que indicam que, em vários grupos étnicos, os imigrantes com origens mais qualificadas e maiores habilitações, depois de passarem por uma fase de inserção descendente à chegada, podiam conseguir, na segunda geração, regressar a posições de classe equivalentes às que detinham antes de abandonarem os seus países. A história social das famílias anterior à migração constituía um factor determinante, mas as hipóteses efetivas de mobilidade também dependeriam muito da fluidez das estruturas da sociedade de acolhimento (Platt, 2005: 458,9).

por um déficit de escolarização e de conhecimentos, pelo funcionamento discriminatório do mercado de trabalho, sabe que não terá oportunidades reais para construir outra vida muito diferente da que já tem. Ao contrário das identificações com a classe média, que são formuladas em termos de poder e liberdade aquisitiva, as identificações com a pobreza giram diretamente em torno do dinheiro e da opressão que é viver sem rendimentos suficientes. A dimensão estritamente monetária da sua condição de pobreza, mono-identificação que proclamam a cada oportunidade, serve a estes pobres para se demarcarem de outros pobres, aqueles que carregam as imputações negativas das representações sociais. Quem se reconhece como pobre dentro do meu grupo de entrevistados, dificilmente poderia ser mais explícito na sua determinação em não se deixar associar aos “paupérrimos”, aos pobres que são “pobrezinhos”, aos “fracos” e “coitadinhos” que se deixam cair e viver na miséria material e moral. A defesa das identidades relativamente ao estigma não admite silêncios ou reservas e todos, usando diferentes composições vocabulares, se distanciam dessa forma de incompetência social absoluta. Vejamos, a este propósito, o modo como se exprimiu Antonieta, a técnica de formação de 35 anos, portadora de deficiência, que por ter o género de emprego apoiado numa instituição sabe que não tem um horizonte económico que lhe permita grandes aspirações:

Antonieta: (...) Eu acho que no próximo, é onde eu me encaixo, eu sou realmente uma pessoa pobre. Eu considero-me pobre porque eu vivo mesmo no limiar, é mesmo. (...)

- Portanto está aqui no terceiro grupo, na sua escala?

Antonieta: Exato, eu estou no terceiro grupo. Lamentavelmente temos os outros que acho que foram pobres toda a vida e continuam pobres porque não sabem... Porque são pobres, pronto. São pobres em todos os aspectos e não sabem como... Isto é muito complicado, porque eu acho que uma pessoa pode ser pobre a nível financeiro, que é o patamar onde eu me encontro, acho eu, já que não pode ter dinheiro. Mas pelo menos pode enriquecer outras áreas que não é necessariamente a nível financeiro que se consegue obter. E há as pessoas que realmente são pobres, fazem questão de ser pobres, demonstram em todos os aspectos que são pobres e querem viver o resto da vida nessa pobreza.

Quer sejam os pensamentos mais estruturados pela acomodação aos quadros de vida existentes ou pelas ambições sociais, há uma obediência a um princípio de

realidade que percorre todos os discursos e se manifesta nos diferentes aspectos da vida quotidiana. Samir beneficiava de uma condição profissional e económica bem mais favorável do que a de Antonieta. Com um princípio de carreira promissor, este psicólogo, criado na Quinta da Esperança, falou-me acerca da compra de uma casa fora do bairro e dos projetos para os primeiros anos de vida após o casamento. Na prática, as suas precauções traduziam a aplicação de uma máxima que outros verbalizaram: “não dar um passo mais comprido do que a perna”.

Samir: Considero-me sortudo em ter conseguido a casa. Inicialmente, eu e a minha namorada, não tínhamos pensado comprar uma casa que fosse bastante cara. Queríamos algo que fosse mais acessível. Em início de vida não convém dar passos maiores que a perna. A renda começou por 290 e tal e agora já está nos 360 euros. Com as taxas de juro a subir exponencialmente. Mesmo assim é dos mais baixos. A casa custou na altura 70.000 euros. Para Lisboa, está bastante acessível, não havia nenhuma que custasse isto. (...) Mudar de casa novamente, não me parece, só depois. Tenho outras coisas que são mais importantes, como pôr algum dinheiro de parte para os projetos profissionais. Em termos de filhos, eu e ela somos de famílias numerosas, pensamos em ter filhos, mas para já, devido às despesas que provocam, queremos ter dois. A cinco ou dez anos, começar por coisinhas pequeninas. Uma das coisas que aprendi com a minha mãe foi isto, a planejar.

Bourdieu fala de um realismo que “caracteriza frequentemente a visão do mundo dos dominados” e que, no caso desta população, se traduz pela construção de categorias de percepção e classificação diversas, mas conformes às estruturas e condições objectivas de agentes que agem com “sentido de posição como sentido do que se pode ou não se pode ‘permitir-se a si mesmo’” (1989: 141). Esta autolimitação e adequação das “esperanças subjetivas” a “oportunidades objetivas” por parte dos indivíduos é, diz-nos também Bourdieu, uma das repercussões sociais fundamentais do *habitus* (1980: 80).

À medida que fomos passando em revista as diferentes formas como os indivíduos retratam as suas identidades e se posicionam em termos de classe, fomos também recolhendo uma primeira panorâmica das representações sobre o conjunto de posições que compõem a estrutura de desigualdades. Que há ricos e pobres, por vezes identificados como classes altas e baixas; que ainda existe uma classe média, de

“remediados”, mas que esta posição se encontra cada vez mais ameaçada, foi o que pudemos descobrir até aqui.

Esta divisão da estrutura de classes num sistema binário, de dois grandes grupos opostos, ou num sistema tripartido, com uma ou várias classes intermédias, corresponde a uma formação discursiva que permeia as representações da generalidade dos grupos sociais desfavorecidos e que já foi referenciada por outros autores em relação a outros países (Urcioli, 1993; Pascale, 2008). Mas as representações que me foram transmitidas nas entrevistas sobre a organização e os princípios de estruturação do conjunto das desigualdades são um pouco mais complexas. Voltando ao depoimento de Antonieta, vejamos agora em articulação o excerto anterior e a resposta à pergunta que se seguiu. A entrevistada começa de facto por distinguir duas ou três classes, de acordo com o seu poder económico mas, de seguida, desdobra as duas principais e transforma-as em quatro, introduzindo um segundo critério que decorre do valor moral de comportamentos e atitudes observáveis em cada classe.

- Quantas classes é que acha que existem na sociedade portuguesa?

Antonieta: São duas, é o pobre, os que têm e os que não têm. São duas, é o que tem e o que não tem. Basicamente é isso. Antigamente, há uns anos, ainda havia aquele meio-termo, agora eu acho que nem isso. Eu acho que há realmente o pobre, que é o tal pobre que nós falámos há pouco. O pobre que é pobre mesmo em todos os aspectos da vida [e] há o pobre por não ter dinheiro. Há o rico que é pobre e há o rico de facto. Pronto, eu acho que isto define-se assim mais ou menos em quatro, a meu ver. Se calhar até estou errada mas é assim que eu vejo.

- O que é que é um rico que é pobre e um rico de facto?

Antonieta: Um rico de facto é o rico que tem. Tem poder, sabe que tem e que pode fazer. Há o que vive das aparências, que dá a entender que tem mas não tem nada, e é um coitado simplesmente. É uma pessoa que deve ser completamente descompensada, que quer mostrar ao mundo ter algo que não tem e vive de ilusões e de coisas que estão completamente fora da realidade.

No entender de Antonieta, existem pobres que o são apenas pela falta de recursos e outros cuja pobreza é feita de resignação e acomodação, assim como há ricos que o são de facto e outros cujas pretensões não são acompanhadas por um estatuto económico equivalente. O conhecimento espontâneo e experiencial dos meus

entrevistados socorre-se dos principais critérios que são tradicionalmente aplicados pela sociologia da estratificação para diferenciar as grandes classes sociais, mas aplicando-os por uma ordem muito própria. O rendimento e os bens na posse das famílias e dos indivíduos vêm sempre à cabeça, seguidos pelas habilitações escolares e, finalmente e a grande distância, por uma ou outra referência às profissões. O poder económico sobrepõe-se claramente a outros factores como primeira linha de diferenciação das posições sociais e é a partir dele que se torna possível distinguir ricos, pobres e remediados ou classes altas, baixas e médias. Mas, sendo fundamentais, os indicadores materiais das pertenças não são suficientes para indexar as posições. Há um grau de elaboração maior, fruto de uma verdadeira *folk theory* que cria fracções dentro das classes, servindo-se de um único critério, aplicado transversalmente, derivado de princípios de uma moral económica ou, na prática, da maneira como se lida com o dinheiro, que se tem ou não se tem. Armanda, uma das empregadas com funções administrativas residentes no Bairro Novo explicou-me deste modo a sua visão da divisão de classes.

- Há bocado disse-me que já não havia aquela...não sei se lhe chamou "classe", chamou? ... classe intermédia...Portanto, agora só há...

Armanda: Eu, para mim, é o pobre e o rico. O intermédio não está visível a olho nu.

- Podemos dizer que essas...

Armanda: O pobre tem várias vertentes, não é? Há a vertente pobre, pobre, pobre que não consegue nada, não tem nada, anda na rua a pedir para lhe darem um prato de comida ou coisa assim. Esse é o pobre, pobre. Depois temos as outras vertentes que... dantes havia aquelas famílias médias e agora não existe. Tipo: -"Olha é chapa ganha, chapa gasta". Tipo, desde que não falte nada em casa. Não podemos dizer: - "Olha, vou fazer viagens de férias *p'r'ali*, vou este fim-de-semana não sei *p'ra* onde, vou fazer uma extravagância esta semana, não cozinho em casa, vou comer todos os dias fora".

- Então podemos chamar a esses grupos que me disse os pobres e ricos, classes sociais? É um termo que lhe diga alguma coisa, que use ou que faça sentido para si?

Armanda: Classes sociais...

- Falou de ricos e pobres...

Armanda: Hoje em dia sinto isso, há o rico e o pobre. E dentro do pobre há vários pontos. Tipo ponto um, dois e três, se formos por aí...Tipo há vários degraus, vá lá...

- E quais seriam esses degraus?

Armada: Dentro do pobre tem o degrau um, dois e três, não é? E dentro do rico, ou és rico ou não és rico (risos), ou tens ou não tens. Mas depois, se formos a ver, há aquele rico que também tem, ou pensa que tem, ou ostenta ter e na volta também não tem nada.

- E o que é que distingue o rico, é só mesmo a riqueza, o dinheiro?

Armada: Não, só mesmo a riqueza ou dinheiro não. Sei lá, pode envolver outras coisas. Os bens materiais também, (...) as propriedades, essas coisas todas... Imagine, não vamos mais longe...ao fazer a caixa do meu patrão, uma pessoa que se dá ao luxo de gastar em refeições por mês mil e tal euros não se preocupa com o resto, certo? Mil e tal euros de refeições na rua...

Como se pode ler, a matéria da diferenciação são valores económicos e opções de gestão da vida familiar, mas também os comportamentos quotidianos que os exprimem e que permitem situar os seus autores em determinados lugares ou fracções de classe. No depoimento de Joaquim, um operário filho de operários e pai de operários, a junção dos critérios materiais e morais está claramente enunciada. Ao emitir um juízo, Joaquim está a avaliar os comportamentos e os recursos económicos de outros mas, direta ou indiretamente, fá-lo pensando na sua própria posição.

– Já que está a falar em patamares ... se há outros patamares, e aponta para cima, há pessoas mais ricas, mais pobres, há classes?

Joaquim: Superiores, inferiores. Exatamente, isso há. Por isso cá está o problema, nós vamos chegar ao nosso patamar e é nesse patamar que a gente se há de manter. É o caso que eu estou a dizer, se eu ganho só 50, porque é que eu hei de gastar 100?

– E o que distingue as pessoas nesses patamares, é o rendimento ou os comportamentos de que falávamos há bocado?

Joaquim: Não, é a base do rendimento e do comportamento das pessoas. Com as duas partes, conta uma coisa para a outra. Agora por exemplo, isto é uma hipótese: se eu ganhasse por acaso, dois ou três mil euros por mês, o meu comportamento seria o mesmo que é o atual. Como comportamento, só que, cá está o problema, já chegava a outro patamar em cima. Mas o comportamento como cidadão, ah isso continuava a ser o mesmo, isso não alterava nada, absolutamente nada.

- Regressando aos patamares, então quantos patamares é que acha que temos aqui na sociedade portuguesa, quantas classes, se quiser? Não sei se é uma palavra que o senhor...

Joaquim: Quantas classes, *pá*? Há várias classes e há vários patamares. Porque, eu, por exemplo, vou fazer uma pequena comparação. (...) Eu não posso chegar a um patamar como por exemplo um deputado, eu não posso chegar ao mesmo patamar que ele. Também não me vou inferiorizar. Há um patamar de um gajo que ande aí a cair aos bocados e de ser pobre porque quer. *Pá*, são esses dois, mais ou menos. E um gajo aí equilibra-se, ou com um ou com outro. Um está aqui em baixo, outro está cá em cima, um gajo vê qual é o patamar que pode ir.

Mais adiante, Joaquim havia de insistir e demonstrar com um episódio vivido como os discursos sobre as diferenças de classe são julgamentos sobre o mundo e as relações sociais, construídos em termos muito pessoais. O que é objecto de avaliação não são apenas comportamentos e atitudes económicas, mais ou menos abstractas e despersonalizadas, mas o ‘eu’ de quem é avaliado e de quem profere a avaliação.

- *Mas um deputado, se calhar, também vive dentro das suas possibilidades, não é?*

Joaquim: Eu vou-lhe dizer uma coisa e pronto, isto é mesmo assim. Você sabe que eu trabalhei com pessoas com nível um bocadinho superior ao meu. E se eu lhe disser, assim, que essa pessoa com um nível superior ao meu, chegava ao fim do mês não tinha dinheiro. E eu ainda tinha uns trocos. Está a ver onde eu quero chegar?

- *As vezes não são só os outros mais miseráveis que não sabem viver com aquilo que têm?*

Joaquim: Do que aqueles com muito dinheiro que não sabem viver também.

- *Outros, às vezes, ainda fazem pior figura.*

Joaquim: Isso é que é verdade.

- *Não foi o caso de lhe pedirem dinheiro emprestado, não?*

Joaquim: Por acaso até foi.... Isso é uma questão de uma pessoa não saber ocupar o lugar que tem. Que é o meu ponto fundamental, é saber ocupar o lugar onde eu estou.

Os julgamentos têm alvos preferenciais, destinatários colectivos que são sempre visados nas narrativas de cunho moralista, como veremos em seguida, mas não há nenhum grupo ou classe que esteja acima da crítica. Adão, um operário que outrora foi empresário e se classifica como um “pobre esperto”, manipula critérios já conhecidos para apontar o dedo a comportamentos que tanto encontra entre os pobres como nas classes médias.

- *Estava a perguntar quantas classes existem na sociedade portuguesa. Começou aí a descrever os vários tipos de pobres, não é?*

Adão: Sim. Em cada classe da sociedade, existem várias camadas. Há os espertos, os menos espertos e aqueles que são otários. Na classe média é a mesma coisa. Mas por vezes na classe média também, como é uma classe intermédia, também por vezes é uma classe média encapotada. Como existe a pobreza encapotada, aquele que *tá* mesmo a morrer à fome e na classe média há aquele que dá a entender que *tá* ali um galarito e tal, e por vezes não é bem assim. Compra um andar, têm os filhos num colégio, têm um carrinho, mas não têm unhas *p'ra* tocar viola. Depois há aquela classe média que tem um nível de vida mais estabilizado, consegue ter um rendimento maior. Essa coisa agora da informática veio trazer um desenvolvimento bom *p'ra* classe média e *p'ra* classe alta.

Durante as entrevistas, quando era introduzido o tema das desigualdades, os testemunhos evoluíam do tom neutral com que se respondia às perguntas sobre o número de estratos ou classes existentes ou as razões de ser das diferenças entre elas, para um tom mais implicado e assertivo quando a conversa se deslocava para os comportamentos económicos. Este aspecto não estava à partida previsto nas entrevistas, nem havia quaisquer perguntas preparadas que pudessem servir de pretexto ao surgimento desses comentários. Foi por iniciativa das pessoas que o tópico apareceu ou foi ignorado. Os entrevistados que escolheram assumir esse registo de moralismo económico criaram uma sub-hierarquia dentro de cada classe, conferindo diferentes estatutos aos indivíduos consoante a valoração social dos seus comportamentos. Cassilda, por exemplo, concentrou-se nas classes altas para, com a categoria de 'novos-ricos', desenhar as barreiras internas e subdividir em termos de prestígio os grupos privilegiados.

- *Cassilda, faz sentido para si dizer que a sociedade portuguesa é composta por várias classes?*

Cassilda: Sim, agora neste momento há duas classes, é por classes. (...) A gente que vive só de estatuto, as tias...têm a mania que são...elas, ao fim e ao cabo não são nada, são umas burras autênticas.

- *Então quais são as classes que temos na sociedade portuguesa?*

Cassilda: Olhe, ricos...mas há ricos que são mesmo de nascença, não têm a mania, não se fizeram à pressa. Os novos-ricos são os que viveram...

- *O exemplo daquela senhora que deu, daquela tia...*

Cassilda: Tia de Cascais, essas são novas-ricas. Agora, os ricos são os de sangue azul (...) nasceram na sociedade onde as pessoas já eram ricas: baronesas, condessas, estatutos, casas antigas. Há outros que se fizeram à pressa, à custa dos desfalques e coisas do género. E há os pobres, que é que era antigamente a classe média.

Mas não são nem os novos-ricos nem a classe média a captar a atenção e o interesse da maior parte dos meus entrevistados. É sobre os pobres e a condição de pobreza que revelam opiniões mais fortes, é a propósito deles que a conversa se alonga e a eles que se volta mesmo quando os tópicos já não parecem envolvê-los. Nas representações locais, há pelo menos dois tipos de pobres a considerar. Há aqueles a quem se reconhece que são pobres porque estão impossibilitados de produzir os recursos indispensáveis à sua sobrevivência. A definição destes aproxima-se do conceito de pobreza absoluta e aparece expressa em descritivos como “não ter comida para se alimentar” ou “não ter casa para morar”. Armanda, a mãe do Bairro Novo que, para cuidar da saúde do filho pequeno, teve de prescindir do seu salário e acabou por sujeitar a família a situações intermitentes de carência económica até há um par de anos atrás, caracterizou assim os pobres:

- Então, vamos lá a ver, o que é ser pobre, nesse caso? Como é que a gente vai definir o que é um pobre...a pessoa pobre é o quê?

Armanda: Para mim um pobre é sentar-se à mesa e não ter *p’ra* comer. Para mim é uma pessoa pobre, tipo acordar de manhã e não ter um copo de leite ou não ter uma sandes *p’ra* comer. Isto se é constantemente, não esporadicamente. Porque eu posso acordar de manhã e não ter o pão em casa *p’ra* comer, não ter um litro de leite *p’ra* beber mas à tarde, se for preciso, vou comprar ou noutra dia vou comprar. Agora pobre é todos os dias constantemente não ter o prato de refeição, não ter uma sandes, não ter um copo de leite que é o precário, não é...? Que hoje em dia nem com cinco euros a gente consegue comprar isso, não é, mas pronto... Ter o essencial e, se tiver família, sentar-se à mesa e “meus amigos, não há nada que comer” e sendo constantemente. Isso para mim é uma pessoa pobre, uma família pobre. (...)

E eu associo ao pobre àquele que se calhar não tem uma casa *pa* viver, não tem um tecto *pa* estar, não tem uma família *p’ra tamém* estar presente e poder colaborar e poder estar...Faz-me muito mais pena aqueles da rua, que andam aí deitados...

Estas formas de pobreza são entendidas como legítimas, no sentido em que as causas para a falta de recursos são atribuíveis a factores que escapam à vontade e ao

controle dos sujeitos. Perder um emprego, contrair uma doença grave ou ficar incapaz para o trabalho devido à idade, são factores cuja ocorrência iliba de responsabilidades os sujeitos, criando só por si as situações de pobreza. Cassilda, que hoje pensa pertencer à classe média baixa, mas já formou com o ex-marido uma das famílias consideradas mais abastadas no Bairro Novo, defende esse ponto de vista na caracterização da pobreza legítima.

- Como é que a gente pode definir o que é ser pobre? O que é um pobre?

Cassilda: Pobre...pobre é aquelas pessoas que não têm família, não têm...Já estão a ficar velhotas e que ficaram sem emprego, ficaram desempregados, ficaram...Agora está a acontecer isso, as pessoas têm os seus empregos, as empresas vão à falência, todos os dias se ouve...Ainda ontem, o Barclays, ficaram não sei quantas pessoas no desemprego.

- Pois, tem havido muita reestruturação na área bancária.

Cassilda: As pessoas ficam sem emprego, as fábricas fecham...

- Esses tornam-se pobres por consequência do desemprego?

Cassilda: Isso é que são pessoas pobres, que vivem coitadas...que já viveram bem e que ficaram sem emprego! Como é que as pessoas sem emprego têm dinheiro para comer, para se sustentar, para comprar, para pagar a casa, a luz, a água...para pagar os bens essenciais? Não têm! Esses é que são pobres.

Mas, quando a questão da pobreza é introduzida nas conversas não é sobre estes pobres que os meus entrevistados têm mais urgência em falar. Maria Idalina, a técnica administrativa cuja família é, de todas com quem falei, a que apresenta o rendimento mais elevado, passa diretamente, como boa parte dos meus entrevistados, para outros pobres.

- Para a senhora o que é que é uma pessoa pobre?

Maria Idalina: A mim uma pessoa pobre... eu acho que, hoje em dia, a pessoa só é pobre...Eu acho que é assim...eu não sou pobre, também não sou rica, eu sou remediada.

- Já lhe ia perguntar isso...

Maria Idalina: Pronto...mas nós, por vezes, somos pobres também porque queremos. Porque nós temos que lutar e temos que procurar e temos que fazer pela vida. Há muitas pessoas que se acobardam e não lutam! Acho que nós temos que lutar, ir à procura! E há pessoas que se acobardam. Sabe o que eu acho? Acho que as pessoas pobres são as pessoas que são doentes e não podem...Isso para mim é uma

pessoa pobre, sei lá...Dependem das outras pessoas, não podem, não têm saúde. Porque, eu ainda há pouco lhe disse, a pobreza e a limpeza nunca deveu nada a ninguém. Porque é assim, eu posso ser muito pobre, mas de balde e de esfregona acho que ninguém é pobre. Eu não sei, a pobreza, a pobreza somos nós que a criamos, eu acho que é.

É sobretudo destes pobres que se ocupam as representações que recolhi e que me permitem fazer uma caracterização pormenorizada da categoria. Em primeiro lugar, estes pobres são-no por que querem. Não há nenhuma força externa que os coaja, apenas uma falta de motivação que reside nos sujeitos e os impede de cumprir com a primeira obrigação de qualquer indivíduo que é trabalhar¹²⁶. Joaquim dá-se como exemplo daquilo que falta a estes indivíduos: ele tem um emprego fixo como motorista camarário, mas se algum dia ficasse desempregado aceitaria outro trabalho, “nem que fosse na construção”.

– *Diga-me, o que é que é para si a pobreza?*

Joaquim: Isso é um bocado... Há duas soluções para confundir a pobreza, ou confundir as pessoas que querem ser pobres.

– *Querer ser pobre?*

Joaquim: Querer ser pobre. Porque, vamos lá a ver, se eu, por exemplo, isto é uma ideia minha e uma hipótese minha, por exemplo: eu agora estou empregado mais a mulher. Lógico não é, de um momento para o outro posso ficar sem o emprego, ficar sem nada. Aí uma pessoa pode-se dizer assim: está no limite da pobreza. Agora, também vejo outra solução, que ainda há bocado falámos nisso, que há aí várias situações nesse esquema: há pessoas pobres porque querem. Porque um gajo vê muito serviço para trabalhar e não querem trabalhar, estão à espera daquele ‘pó santo’ que cai dali. Isto para mim será uma pobreza porque querem.

¹²⁶ Estudos realizados sobre a opinião do conjunto da população portuguesa e europeia parecem indicar que a responsabilização explícita dos pobres pela sua situação económica não é tão elevada à escala macrossocial. Em Portugal em 2004, segundo dados de uma sondagem promovida pela Rede Europeia Anti-Pobreza-Portugal (REAPN) em colaboração com a Universidade Católica Portuguesa (CESOP), 29% da população associa a pobreza à preguiça, significativamente menos do que os 40% que a explicam pelas injustiças. As causas sociais aparecem à frente entre os factores justificativos da pobreza, destacando os inquiridos a baixa remuneração do trabalho e a insuficiência dos valores das pensões e de outros benefícios sociais. A visão dos europeus acentua ainda mais as diferenças entre causas sociais e factores pessoais: 37% atribuem a pobreza às injustiças e apenas 20% à preguiça. Os factores relacionados com o trabalho, desemprego e baixos salários, voltam a ser apontados como os maiores responsáveis pela existência de pobres (Eurobarometer, *Poverty and exclusion*, 2007).

Os que querem ser pobres são exatamente os que, podendo, não querem trabalhar. Como Maria Idalina me quis explicar, citando um caso de uma vizinha.

Maria Idalina: Acho que há certas... que é uma injustiça. Aqui ao meu lado mora uma senhora com 46 anos, sozinha, divorciada...tem saúde...mas eu não sei como ela consegue...ela tá com o rendimento mínimo. É assim, não quer trabalhar, porque já teve ofertas de emprego. Eu não sei como ela faz que ela consegue que não vá... Eu acho que essas pessoas, eu não digo todas, mas algumas, ainda gozam com as pessoas que trabalham...

À sua falta de vontade para assegurarem as funções produtivas, estes pobres juntam uma segunda característica, igualmente censurável, que é serem ineptos enquanto consumidores. A expressão ‘pobre de espírito’, que tantas vezes ouvi, era empregue principalmente com este significado, para designar não a falta de dinheiro mas a total incapacidade de efetuar escolhas económicas racionais. É desse modo que Cândida os descreve.

- *Mas independentemente de ter mais ou menos dinheiro (...), acha que se identifica com aquilo a que chamámos há bocado, os pobres? Já falou: - “Por um lado sou pobre, mas...”.*

Cândida: Não, eu não sou é pobre de espírito. Eu sou pobre, mas não de espírito! De espírito não sou nada pobre!

- *E às vezes a pobreza das pessoas também é uma pobreza de espírito, é isso?*

Cândida: É! É, porque... às vezes eu digo... eu digo a pessoas: “Ah, não tenho dinheiro!”. - “Eh, pá mas tu tomas aqui o pequeno-almoço, gastas 3 euros e tal todos os dias! E isto *tou* só a falar do pequeno-almoço! Faz lá as contas ao final do mês!” É um balúrdio! Balúrdio! Depois: “Ai, porque a Dona Clementina comprou isto, comprou aquilo...”. Elas não entram cá em casa, ninguém entra cá em casa.

- *Não tem aqui uma vizinha a quem dê essa...*

Cândida: Não, não. Não dou abébias.

- *... confiança.*

Cândida: Não, não. Mas depois vêem-me com um par de calças, mais não sei quantos, eu digo assim: - “Olha, vais ali ao Carrefour, *tão* lá a sete euros! Vai buscá-las!”. Não, porque é o que eu digo: - “Dois pequenos-almoços vossos dá para comprar um par de calças!”. Não, mas elas gostam de ir à Berska, à Stradivarius, ao não sei onde...

- *Também é da maneira como se gere o dinheiro, é?*

Cândida: É da maneira... e como a gente vê Eu não tenho de provar ao vizinho que tenho uns tênis Nike ou Adidas ou Puma, é tudo a *mêma caca*! É só por dizer que estes são linha branca!

- *Por que é que acha que eles fazem isso?*

Cândida: É ostentação.

- *Mas sendo pobres...para que é que eles andam a mostrar....*

Cândida: Mas é para mostrarem que não são tão pobres. Mas são muito pobres de espírito porque aquilo depois faz com que eles não tenham... não tenham nada! É como ir de pijama para o café... são pobres de espírito! Vai de pijama para o café... mas que raio de... pijama! Pijama, pantufas, a bata e o casaco por cima! E vão *pó* café de pijama! Isso é ser pobre de espírito, não é? Mas não podem é prescindir de ir tomar o seu pequeno-almoço *xpto* de pijama ao café! Agora ...digam lá: o que é isto? Como é que a gente vai decifrar isto? Não vai!

Num segundo sentido, mais abrangente que este, a expressão “pobreza de espírito” também surgiu para denunciar a passividade e as atitudes resignadas daqueles que, sendo pobres, não mostram nem vontade nem iniciativa para mudar de vida. Antonieta chamou-lhes “pobres de espírito”, mas referindo-se aos seus antigos vizinhos e moradores do Bairro Novo, usou também o adjetivo “encostados”.

- *Em relação, por exemplo, às pessoas que vivem no Bairro Novo, isso é característica da maioria, de uma parte? Já não falo aqui porque a senhora aqui ainda não conhece [as pessoas].*

Antonieta: No Bairro Novo, lá está, começamos por pessoas que são pobres realmente. Porquê? Porque, primeiro que não têm, segundo porque estão habituados a viver do que lhes é dado, não daquilo que adquirem com o seu sacrifício, mas do que lhes é dado. (...) Porque ao longo de uns anos, para quem viveu num bairro social, desde que implementaram esse rendimento mínimo, você chega num bairro social e vê pessoas a terem vidas de pessoas abastadas. Vão para o café, tomam o pequeno-almoço no café, estão no café durante o dia inteiro. Não têm preocupações com absolutamente nada, porque o dinheiro cai-lhes mensalmente na conta sem se sacrificarem para tal. São pobres, pobres mesmo. Pobres em todos os sentidos. São pobres, são dependentes. Fazem questão de o serem. Só conhecem aquilo e de lá não querem sair. Tirando aquele recintozinho, se saem daquele recinto, simplesmente secam. Morrem.

A *culpa* deste e de outros tipos de pobres agrava-se quando simulam a pobreza. Esta é outra acusação que lhes foi repetidamente feita, a de se fazerem

passar por pobres sem o serem ou, o que é equivalente, de criarem um estado falso de necessidade que não existiria se estivessem dispostos a trabalhar. Armanda sintetizou bem esta outra forma de pobreza ilegítima.

- E esses pobres que estamos agora aqui a falar, têm alguma coisa a ver com aqueles oportunismos que falava há bocado, ou esses não são pobres?

Armanda: Não, isso ainda é pior, isso ainda é pior. Aí, eu não ser pobre, não é, é fazer-me de pobre para poder tirar... se calhar o que me vão dar a mim podendo dar a outra família. Isso então ainda acaba por ser mesmo degradante, não é? Se eu tenho, qual é a necessidade que eu tenho de ir tirar o pouco que pode ser dado à outra família?

- Tem a ver também com os oportunismos...ou tem a ver com mais alguma coisa?

Armanda: Tem a ver também com estas situações, também... Eu acho que é inadmissível um jovem hoje em dia, de 20, 25, entre a casa dos 20 e os 30 anos, *tar* um dia inteiro em casa sem fazer nada da vida e receber do rendimento mínimo, podendo ter duas mãos e fazerem-se à vida, trabalharem! Em vez de darem o rendimento mínimo, deem um trabalho que é mais fácil, a pessoa ao menos sente-se útil, trabalha e não tem tempo para fazer outras coisas.

Aqueles que são considerados falsos pobres são duplamente culpados, porque usam a dissimulação e aproveitam-se da sua suposta pobreza para ludibriar as instituições e receber apoios a que outros não têm direito. O Rendimento Social de Inserção (R.S.I.) é objecto constante de comentários devido, por um lado, ao ‘oportunismo dos beneficiários’ e, por outro, aos critérios da sua atribuição e aos efeitos que essa prestação social pode ter sobre os comportamentos¹²⁷.

– Então? Há pessoas que querem parecer pobres?

Joaquim: Ah, aí chegamos lá... Há pessoas que querem parecer, mas não há... Não há por uma razão muito simples, que eu há bocado debati e continuo a debater, é a porcaria do ‘rendimento mínimo’. Pronto, eu vejo aí pessoas, e não é preciso muito, basta sair um bocadinho à rua, ao bairro aí de manhã beber café, pessoas que não fazem népia, que é mesmo assim. E dão-se ao luxo de ir para o café, é bolos, é pão, tal,

¹²⁷ Dificilmente esta medida poderia ser ignorada nas representações, até pelo número de beneficiários. Segundo cálculos efectuados com a colaboração e com os dados disponibilizados pela entidade gestora do programa na área em que está situado o Bairro Novo, em 2010 um em cada três agregados residentes estava abrangido pelo programa. Segundo as técnicas que avaliavam as candidaturas e acompanhavam os processos, depois de 2008 o número de novos beneficiários subira algumas dezenas.

tal, tal... *Pá*, tudo bem, comem, até admito isso, agora pedir dois bolos e depois comem meio e mandam o resto para o lixo? *Pá* desculpa lá, são pobres porque querem. Você vai ao café, pede um galão, bebe metade e deita a outra metade para o lixo, então, desculpe, isso não é pobreza. (...)

– *O que essas pessoas são é mal orientadas, com o pouco que têm?*

Joaquim: Não é o pouco que têm, aquilo é assim: - «Oh *pá*, não me preocupo nada. Chego ao fim do mês, aquilo cai sem fazer nenhum», percebe? Chega ao fim do mês e cai na carteira sem fazer nenhum, «Para que é que me hei de estar a preocupar, mais vinte menos vinte. No fim do mês já vem aquele tanto outra vez».

Joaquim não associou as críticas ao R.S.I. a pedidos de assistência que lhe tivessem sido negados. Mas vários dos entrevistados fizeram-no, dando os seus casos pessoais como exemplo para condenar um programa que, segundo eles, não acode aos verdadeiramente necessitados nem apoia quem merece. A argumentação de Armanda é uma das que parece indicar que, subjacente às reações a esta medida, poderá estar não apenas a vontade de censurar certos comportamentos, mas também uma disputa em torno de recursos a que vários grupos sociais julgam ter direito.

- *Acha que isso é possível com o Rendimento Social de Inserção...*

Armanda: Nós temos aqui famílias...

- *Grandes...*

Armanda: Upa, upa!

- *O “upa-upa” tem a ver com...*

Armanda: O “upa-upa” tem a ver com valores exorbitantes. Nós temos famílias aqui de receberem de rendimento mínimo quase uns 2000 euros! Então *p’ra* que é que eu me vou levantar e vou trabalhar se eu posso ter isto de mão beijada? Certo?

- *Está a falar de famílias gigantescas? De ciganos, ou...?*

Armanda: Tocou no ponto certo (risos). Eu não concordo. Porque eu acho que são pessoas como outras quaisquer, são seres humanos, e que também podem trabalhar em qualquer sítio...

- *E trabalham, ou não?*

Armanda: Trabalham! Quer dizer, trabalham...

- *Têm os negócios...*

Armanda: Têm os negócios deles que é venderem na feira. Não há rendimentos, não há nada que justifique aqueles rendimentos, têm direito ao rendimento mínimo, não é? Eu acho isto inadmissível! Não vamos mais longe, o meu

marido *tava*...e neste momento para mim *tá* desempregado...*Tá* a trabalhar, não tem contrato não tem nada, qualquer momento pode vir para o olho da rua porque não é nada fixo...Eu disse-lhe: - “Agostinho, vai tratar do rendimento mínimo, também não custa nada, se os outros conseguem tu também és capaz de conseguir. Tens um filho doente em casa, só eu é que trabalho, qual é o teu problema?”. Foi. Sabe qual foi a resposta? - “A sua esposa ganha acima do ordenado mínimo, por isso não tem direito ao rendimento mínimo.” E temos famílias ao lado que ganham um ordenado mínimo acima daquilo que eu ganho! Acha correto, acha certo? E depois estão um dia inteiro em casa, a ver televisão ou a fazer seja aquilo que for. Não têm horários para nada, *tão* 100% com os filhos, os que *tão*...prontos. E depois andamos nós a lutar *p’ra* trabalhar, para ter o dia-a-dia, para ganharmos para comer e sustentar a casa, não é! E o que ganhamos é...é razoável, mas é abaixo daquilo que se calhar dê para fazer seja aquilo que for...

- *Mas esses que se aproveitam não os associa aos pobres, não é?*

Armanda: Esses que se aproveitam não os associa aos pobres, porque têm duas mãozinhas *p’ra* poderem trabalhar, se calhar poderão ter um trabalho, só não têm porque se calhar não o procuram ou não querem.

Todos estes atributos negativos que me foram referidos para desqualificar certas formas de pobreza consideradas ilegítimas e que aqui aparecem apresentados separadamente, em fragmentos de discurso, por motivos de especificação analítica, são, nas trocas de acusações e nas lutas de classificação, usados em conjunto para designar uma única categoria de comportamentos e de sujeitos: o pobre que não quer trabalhar, não sabe gerir a sua vida e não está disposto a fazer nada para a mudar, a não ser manipular os serviços sociais para receber um rendimento de que verdadeiramente não precisa e a que não devia ter direito. Um excerto mais longo das declarações de Henriqueta, uma septuagenária que sobrevive com a sua pensão de viuvez e a ajuda da filha, mostra como estas acusações se articulam.

- *Há bocado falámos aqui de pobreza. Existirem pessoas pobres tem alguma coisa a ver com isto de não haver igualdade, de haver desigualdade... Porque é que a senhora acha...*

Henriqueta: Às vezes...

- *Que há pobreza?*

Henriqueta: A pobreza às vezes faz é a gente.

- *A pobreza faz é a gente...?*

Henriqueta: A pobreza faz é a gente.

– *Sim. Como é que as pessoas podem fazer a sua pobreza?*

Henriqueta: Porque não ligam. A gente... Oh, senhor professor... Está uma casa suja, se a gente não a quiser limpar, fica suja para o resto da vida. Mas se eu limpar...

– *Hmm, hmm.*

Henriqueta: É como o dinheiro. O dinheiro não dá para uma coisa, dá para outra. E a gente sabendo orientar...

– *Hmm, hmm.*

Henriqueta: Eu não... Pobreza era no outro tempo. *Po-bre-za* era no outro tempo.

– *Dona Henriqueta, mas aqui quando a senhora olha à volta não vê pessoas pobres? Pergunto.*

Henriqueta: Pobres... há. Oh, senhor Professor, pobres há.

– *Diga sinceramente...*

Henriqueta: Pobres há, mas... Sim senhor, que há aí pobres que não devia haver. O que passam...

– *O que passam. Sim...*

Henriqueta: Mas há outros que se fazem sem o ser. Sem ser essa pobreza como dizem. Porque eu vejo... Vão à Santa Casa, trazem. Vão aqui, trazem. Dão porque são pobres.

– *Fazem-se pobres...*

Henriqueta: Fazem-se pobres.

– *É como aquela situação que a senhora disse: -“Tenho que cá vir porca para, para me ajudarem”. É isso?*

Henriqueta: Pois...

– *Hmm... Portanto, as pessoas não são pobres, fazem-se pobres?*

Henriqueta: Eu já... Aqui vejo tanto, ai que eu vejo tanto!

– *Então acha que a maior parte das pessoas que aqui passam por ter dificuldades e recebem o apoio, fazem-se pobres e não são pobres?*

Henriqueta: Tudo. E não são pobreza. Têm bastante.

E – Hmm, hmm.

Henriqueta: Tantas vezes que a doutora: -“Ah, Dona Henriqueta, olhe, olhe que elas têm rendimento, têm tudo, até da Santa Casa têm”.

– *Quem é que lhe dizia isso?*

Henriqueta: A doutora ali da farmácia.

– *Ah...*

Henriqueta: Dizia-me tantas vezes, tantas vezes. Às vezes fazem-se pobres e não são pobres. Não são pobres. E têm bastante na terra.

– *O que é que se devia fazer a essas pessoas? Diga...*

Henriqueta: Há pessoas que podem e não querem trabalhar. Tenho lá por cima de mim...

– *Pois, tem casos perto, não é?*

Henriqueta: São novos, não querem trabalhar. Mas têm, têm rendimentos mínimos, têm... Olhe, ainda há bocadinho estava a, a doutora da Santa Casa lá a dar um cartão para ela, novo, para ela ir levantar coisas. Tem uma data de filhos. Mas... ali naquela casa é uma telefonia, é um... um gira-discos, é isto, é aquilo. Têm tudo.

Henriqueta, como outros entrevistados do Bairro Novo, admitiram a existência daquilo a que chamei “pobreza legítima”, vizinhos cuja pobreza se justificava por ter origem em circunstâncias estranhas à sua vontade e cujos comportamentos pessoais nada tinham de reprovável. Mas houve pelo menos outros tantos entrevistados moradores neste bairro que se recusaram a ver verdadeiros necessitados à sua volta.

– *Aqui no bairro que tipo de pobreza é que o senhor encontra mais? Há pobres aqui no bairro?*

Joaquim: Não.

– *Não há pobres aqui no bairro?*

Joaquim: Não. Não há. (...)

– *Mas então, são pessoas que não sabem dar valor ao dinheiro?*

Joaquim: Então, não sabem dar valor porque não sabem ... Pois é, o problema é esse.

– *Em geral, na sua opinião não há pobres?*

Joaquim: Aqui no bairro não há, não, não há. Eu continuo a dizer que não há. A razão é essa, e se formos ver as pessoas mais carenciadas aqui do bairro, pagam, vamos lá a ver assim o coiso, uma porcaria de uma renda de dois, três euros. Agora desculpem lá. Mesmo com o que a própria reforma lhes dá, dois, três euros, o que é isso? Não me venham cá com isso, eu não me acredito. E não vou nessa. Agora o resto do pessoal, não sei.

Num trabalho anterior tive ocasião de me debruçar sobre o espaço social de residência em bairros de realojamento e no modo como as relações internas se estruturavam com base em representações e trocas de acusações geradoras de uma

hierarquia de estatutos a nível local (Rodrigues, 2003). Parte dos critérios de que os entrevistados se socorrem agora para definirem diferenças significativas no posicionamento social dos indivíduos são os mesmos que antes lhes serviam para estabelecer oposições à escala do grupo residencial. Depois de uma primeira linha de identificação das classes em termos económicos, as percepções dos indivíduos desenham uma segunda linha de separação, interna às classes, que avalia as subdivisões em polos positivos e negativos, de honra e de prestígio social. Aqui são os comportamentos dos indivíduos a ser avaliados, em função de padrões morais, de direitos e deveres, distinguindo duas posições de *status* alinhadas hierarquicamente dentro de cada classe económica. O resultado desta aplicação de uma ordenação estatutária a lugares definidos pelas desigualdades económicas e de classe é aparentemente original, se bem que os critérios de avaliação do prestígio empregues pelos meus entrevistados estejam intimamente relacionados com os valores prevalecentes nas sociedades contemporâneas.

Na Quinta da Esperança deparamos com um cenário completamente diferente. Mário, o segurança que à beira da reforma conseguiu ser dos poucos residentes a trocar a casa do bairro por um apartamento adquirido numa urbanização privada com o auxílio do programa *PER-Famílias*¹²⁸ e vive hoje numa freguesia afastada do concelho, foi o único a adoptar um discurso abertamente condenatório e de marcação social, separando, como os entrevistados do Bairro Novo, uma “pobreza indigna” de

¹²⁸ Criado em 1996, este programa complementa o PER, dando às famílias a possibilidade de contarem com o apoio do estado e das autarquias para procurarem soluções habitacionais fora dos processos de realojamento ou dos bairros sociais. Na prática, o programa financia a aquisição, por parte de candidatos a realojamento ou de famílias já realojadas, de casas de baixo valor no mercado de construção privada, recebendo os beneficiários um financiamento a fundo perdido de 40% do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e de 20% dos municípios. A flexibilização trazida por esta solução valoriza a liberdade e a autonomização das famílias carenciadas de habitação, mas a adesão tem-se revelado reduzida (apenas 6% do total de fogos PER), provavelmente devido à falta de interesse dos municípios responsáveis pela promoção do programa no terreno, mas também em virtude da baixa solvência económica da larga maioria de potenciais candidatos. Na Quinta da Esperança encontrei algumas famílias a pedir informações aos serviços e uma meia dúzia que tinha recorrido ao programa, como Mário; no Bairro Novo, o gabinete local tinha desenvolvido recentemente uma campanha de venda das habitações aos locatários, com baixíssimos resultados, e até à data não promovera um programa cuja existência continuava desconhecida da maioria dos moradores.

outras formas mais aceitáveis de pobreza. Também para Mário não havia pobres no seu antigo bairro:

Mário: Eles são é preguiçosos. Porque não há ninguém lá que diga que come só um almoço, um pequeno-almoço ou um jantar. Comem bem. Quem come mal são, desculpe lá, os bêbados que a esta hora já beberam não sei quantas cervejas e litros de vinho. E não trabalham. Vivem do rendimento mínimo e do centro de desemprego. Esses elementos não são pobres, são ricos. Na África, eles são ricos.

Nenhum outro entrevistado da Quinta da Esperança quis usar o prestígio ou o desprestígio dos comportamentos como critério para representar as diferenças e estabelecer hierarquias, dentro ou fora da sua comunidade. Os imigrantes com quem falei reconhecem as mesmas classes, usam as mesmas nomenclaturas e referem-se aos mesmos indicadores de diferenciação reconhecidos pela população de origem nacional, mas à frente de todos os outros factores de divisão social colocam sempre a raça.

- Senhor Jesualdo, isto também tem a ver com aquilo que estamos agora a falar: o senhor acha que na sociedade portuguesa as pessoas que cá vivem são todas iguais? São todas tratadas por igual ou existem diferenças, desigualdades entre as pessoas?

Jesualdo: Isso é uma pergunta que leva tempo para responder. (...) Há bons e maus, não são todos iguais. Há os que tratam bem, há os que não tratam bem... As famílias dos que foram para África, esses conhecem as nossas realidades, tratam melhor do que qualquer que nunca lá foi. E os que mais nos tratam mal são os familiares dos que foram militares para as Áfricas e infelizmente morreram na guerra. Portanto odiaram os africanos, mas o africano não é culpado por morrerem no país dele! Portugueses foram lá para matar, se morreram...aquilo é ordem, um cidadão é obrigado a cumprir a sua situação militar. (...) Há quem nos trata bem e quem nos trata mal ...

- Voltando às classes cá em Portugal. Quais são então as classes que existem na nossa sociedade? Onde é que estão as divisões, quais são os grandes grupos? Se existem desigualdades e se há classes...é entre portugueses, entre brancos e negros?

Jesualdo: (...) Entre portugueses, a diferença é pouca. Entre portugueses, só vendo um açoriano, um nortenho, um alfacinha, essa é divisão deles. Os portugueses brancos aqui com os negros, é que há uma divisão, há uma divisão...Entre um ou outro que o senhor vê que trata [pior]...no fundo, no fundo, um negro. Isso já eu verifiquei.

Jesualdo relativiza as diferenças internas à sociedade portuguesa e realça os condicionalismos históricos e o peso que têm nas relações entre uma parte da população nacional e os imigrantes das ex-colónias. Numa óptica ligeiramente diferente, há quem veja no preconceito racial um mecanismo duplamente poderoso, capaz por um lado de impedir a integração e o reconhecimento social das minorias e, por outro, de lhes negar equidade de tratamento no campo das relações económicas. Estes africanos, mais capacitados do ponto de vista escolar, acusam a sociedade portuguesa de não reconhecer o mérito e de ter comportamentos discriminatórios, dando menos oportunidades de acesso a profissões mais qualificadas e melhor remuneradas aos imigrantes negros. Para Kedar, o jovem estudante de engenharia e animador cultural, a diferença racial é desde logo constitutiva da desigualdade económica.

- Disseste-me que achavas que, às vezes, as questões da raça apareciam para fazer com que algumas pessoas não tivessem acesso às riquezas. Tu neste momento vives na sociedade portuguesa, achas que a sociedade portuguesa é uma sociedade igual ou que existem grandes desigualdades?

Kedar: Existem grandes desigualdades, imensas, existe um fosso tremendo. Existem ainda pessoas que são reticentes em aceitar e abrir as portas aos outros...

- E essas desigualdades são maiores entre ricos e pobres ou entre negros e brancos?

Kedar: Entre ricos e pobres... e associa-se logo que um preto é pobre. Há uma desigualdade entre ricos e pobres e há uma associação completa em que todos os imigrantes são pobres. Como a maior parte dos imigrantes cá em Portugal são os africanos, há sempre essa associação, africanos-pobres, imigrantes-pobres. Mas com o tempo muda, temos que ser nós a desmistificar isso.

Quando são confrontados com perguntas sobre a existência de manifestações concretas de racismo na sociedade portuguesa ou sobre situações que os tenham afectado pessoalmente, os imigrantes entrevistados têm respostas algo ambíguas. Tudo serve para relativizar a importância do problema: uns salientam a evolução positiva nas últimas duas décadas das relações entre as instituições ou a população portuguesa e as minorias africanas; outros abordam o fenómeno pela sua universalidade e referem os sentimentos cruzados de racismo dos africanos relativamente aos portugueses. Depois destes introitos, a conversa não acaba sem que

um, dois ou mais episódios racistas sejam relatados, havendo quase sempre o cuidado de no final voltar a diminuir o significado dos acontecimentos. A maioria das histórias referem-se a insultos ou manifestações de intolerância na interação com outros indivíduos, a ações persecutórias da parte de autoridades policiais ou a atitudes discriminatórias na procura de habitação e emprego ou nas relações de trabalho. Atente-se no diálogo mantido a este propósito com Maisha.

- Duas situações [de racismo] em muitos anos. Como é que tu dirias que a sociedade portuguesa trata os imigrantes, os africanos em particular?

Maisha: Eu acho que o tratamento, tirando esses casos pontuais, acho que o tratamento tem sido muito bom. Porque acho que aquele tratamento é dos dois lados: há africanos que tratam mal os portugueses e vice-versa. (...)

- Esses africanos, entre eles, também são muito críticos em relação ao país, a Portugal?

Maisha: São. Entre eles são.

- De que é que se queixam mais entre eles?

Maisha: Quando falo com eles, digo: - “Isso é mania da perseguição, não conseguir porque sou preta, não fiz...não fui chamada porque sou isto e aquilo”. Eles queixam-se muito disto, tentam justificar tudo o que é negativo, tudo o que é entrave que eles tiveram na vida, com o facto de serem africanos.

- E achas que eles têm alguma responsabilidade naquilo que conseguem e não conseguem?

Maisha: Em algumas situações sim, noutras não. Eu, quando fiz o 12º ano, naquele verão ainda trabalhei no MacDonal’d’s. Antes de conseguir esse trabalho, [conheci uma pessoa]. Acho que ela influenciou-me muito para ir para a faculdade. Ela nunca foi minha professora propriamente dita. Eu fiz voluntariado na biblioteca em S. e ela fazia parte do círculo de leitura da biblioteca. Eu falava muito com essa professora. Quando fiz o 12º ano, ela perguntou-me: - “Então o que é que queres fazer agora?”. - “Não sei, queria ir para a faculdade, mas não sei se dá”. - “Ah, dá, dá”. Ela é que me deu mais força para ir. Quando terminei o 12º ano, ela disse: - “Olha, tenho amigas que têm muitas lojas, se quiseres trabalhar no verão, eu posso dar o contacto dessas amigas”. Deu-me a referência. - “Vai à loja x, está lá uma pessoa...”. Uma das lojas que eu fui não estava essa amiga que era dona da loja, estava uma funcionária. Ela registou os meus dados todos e no fim vi ‘P’, na folha seguinte: ‘P’. Depois fiquei a pensar “O que é que será esse ‘P’?” [Mais tarde] a amiga perguntou à professora: - “Então, já enviaste para cá a aluna que disseste?”. - “Sim, já enviei, ela já foi à entrevista há dois dias, não foi chamada ainda”. A amiga não sabia que eu era preta. Foi verificar e disse: - “Tenho aqui três pessoas que são pretas; na minha loja não trabalho com pretos”.

- *Nem sabiam que tu vinhas recomendada.*

Maisha: Exatamente, sem saber que eu tinha sido recomendada.

- *Mesmo assim já te aconteceram várias coisas...*

Maisha: Já...mas essa não...

- *Não te tocou.*

Maisha: Não.

- *Mas também foi racismo?*

Maisha: Pois foi. Foi racismo, mas não me tocou tanto.

Mesmo que tendam a ser desvalorizadas na primeira pessoa, estas experiências vividas e narradas entre imigrantes justificam que a questão das desigualdades, quando formulada em abstrato e desligada dos sujeitos, suscite, como vimos, uma única resposta. Do ponto de vista dos meus entrevistados, há factores que condicionam as oportunidades de trabalho e inserção social dos negros e, assim sendo, as desigualdades étnico-raciais são a dimensão primária de desigualdade que é preciso considerar antes das distribuições por posições económicas de classe. Foi por isso, porque a condição racial é para eles factor anterior e determinante da colocação numa estrutura de classes que quando lhes perguntava pelas desigualdades iniciavam espontaneamente uma conversa sobre relações raciais. Se mais adiante se mostravam reservados na avaliação dos impactos pessoais da discriminação, não o faziam em contradição com as afirmações anteriores, mas para chamar a atenção sobre as suas qualidades pessoais e a sua capacidade de superar os preconceitos.

Conforme já vimos¹²⁹, a forma dos imigrantes da Quinta da Esperança representarem as desigualdades distingue-se da da população nacional do Bairro Novo em, pelo menos, mais um aspecto: os entrevistados do bairro imigrante abstêm-se de traçar subdivisões dentro das classes a partir de critérios morais e da distinção entre comportamentos prestigiantes e desprestigiantes. O que importa perceber de seguida é porque é que no Bairro Novo esta diferenciação decorrente do prestígio associado a determinados comportamentos económicos é valorizado, enquanto na Quinta da Esperança os mesmos vectores de definição de *status* são ignorados ou

¹²⁹ Cf. pg. 278

secundarizados. A interpretação destas diferenças obriga-nos a alargar o contexto de análise a processos que são fundamentalmente idênticos entre os dois bairros mas que, por atuarem sobre populações que se encontram em situações distintas, se tornam diferentes nas suas consequências.

Em capítulos específicos desta tese, já tive oportunidade de introduzir uma série de autores que perspectivam as últimas décadas do século passado como um tempo crítico em que se foram acumulando os sinais das dificuldades crescentes a que estariam expostos os pobres e as classes trabalhadoras urbanas das sociedades avançadas no futuro imediato (Wilson, 1987; Lash e Urry, 2002; Harvey, 2007). Durante este período e a ritmos diferentes segundo as sociedades nacionais, consumou-se o fim da era fordista e assistiu-se a uma reestruturação acelerada do capitalismo, com a introdução de profundas transformações nos sistemas produtivos, nas bases industriais das economias e na divisão internacional do trabalho. Segundo Wacquant (2005; 2007), as novas dinâmicas estruturais do capitalismo que estão a revolucionar as economias mudam simultaneamente a face e as condições de vida dos mais pobres. Enquanto até agora a pobreza no mundo desenvolvido tinha sido um fenómeno circunscrito e ligado às comunidades e às classes trabalhadoras, espacialmente disseminado e – defendiam alguns, combatível através do crescimento e do aumento da riqueza, daqui em diante tornar-se-á mais persistente e reprodutível, desligado dos ciclos económicos e segregado em áreas exclusivas e estigmatizadas pelas piores reputações sociais. Esquemáticamente, esta “miséria modernizada” que Wacquant batizou de “marginalidade avançada” pode ser caracterizada como o produto de quatro lógicas de evolução estrutural que vêm mudando as características dominantes dos modos de vida dos pobres, tal como eles existiram entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de setenta. Em primeiro lugar, esta modernização da pobreza é o resultado não de declínios económicos mas de uma dinâmica macro social de sinal contrário, em que o avanço da prosperidade económica global é compatível com desigualdades crescentes. Em segundo, a nova pobreza forma-se em consequência de uma dupla reestruturação do trabalho assalariado que é atingido, em paralelo, pela destruição de milhões de postos de trabalho semiqualeificados e pela degradação das condições anteriores de remuneração e

segurança do trabalho. Em terceiro, verifica-se a presença de dinâmicas políticas a contribuir para a formação da marginalidade avançada, uma vez que o Estado-Providência do pós-guerra, criador duma sociedade de bem-estar para maioria da população, se encontra ameaçado e é forçado a retroceder nas suas funções sociais e de proteção dos sectores mais pobres e carenciados.

Finalmente, Wacquant aponta a concentração e a estigmatização territoriais como a quarta dimensão estrutural responsável pela reconfiguração atual da pobreza nas sociedades ocidentais. No caso português, a concentração e a estigmatização são processos que têm origem há mais de quatro décadas atrás. O planeamento e a construção de habitação social em grandes áreas monofuncionais, densamente habitadas e desligadas dos tecidos urbanos, remonta ainda aos anos sessenta, embora a maioria das urbanizações só se tenham consolidado depois do 25 de Abril de 1974 e da mudança para o regime democrático. Lisboa e a sua área metropolitana albergam dois exemplos acabados deste tipo de políticas de realojamento, nos territórios abrangidos pelo Plano de Urbanização de Chelas e pelo Plano Integrado de Almada. Quando os grandes programas de realojamento regressaram na segunda metade da década de 80 e durante a década de 90, não só os excessos de escala não foram corrigidos como, nalguns casos, ainda se agravaram, apesar das experiências internacionais e das análises técnicas mais informadas o desaconselharem vivamente. Nos últimos anos e em paralelo com este processo de crescimento em número e em visibilidade sobre o território¹³⁰, foi ganhando forma entre jornalistas, comentadores, políticos e alguns profissionais especializados em questões sócio urbanísticas, o hábito de designar pelo termo aglutinador de “os bairros” o universo da habitação social, assimilando estas realidades diversas a um rótulo que é geralmente sinónimo para quem o emprega de “áreas socialmente problemáticas”.

¹³⁰ Em 2009, o município de Lisboa era proprietário e gestor de 67 bairros sociais, 25.000 fogos que albergavam 87.000 moradores (dados da Gebalis, empresa municipal de gestão do parque habitacional). A estes números acresciam os 2600 fogos que em 2007 estavam na posse do IHRU, o instituto público de habitação (informação constante dos relatórios técnicos de base para o Plano Estratégico de Habitação, 2008-2013). Havia duas freguesias com nove e dez bairros sociais implantados dentro da sua circunscrição e, numa estimativa com base nos valores apresentados, em 2010 cerca de um em cada cinco habitantes da cidade viveria num destes bairros.

Historicamente, os bairros pobres são lugares mal-afamados. Esta não é uma realidade recente e já nos anos 1980, quando o desígnio político de ‘erradicar as barracas’ ainda não havia sido decretado e os bairros de realojamento eram bem menos do que são hoje, se ouvia chamar indiscriminadamente ‘Cambodja’ e ‘Vietname’ a várias áreas de habitação degradada e de construção social da cidade, nomenclaturas que assinalavam simbolicamente a violência e perigosidade atribuídas a esses lugares.

Contudo, uma série de incidentes graves, ocorridos quase em cadeia, simultaneamente em vários bairros e num curto espaço de tempo, levam-me a pensar que se pode estar a entrar numa nova etapa na estigmatização da pobreza, qualitativamente diferente das anteriores, em que se acentuam os processos que se valem da aglomeração territorial para fazer refletir sobre populações inteiras as identidades negativas constituídas a partir das suas áreas residenciais. Os casos que atingiram maiores proporções e causaram mais impacto tiveram lugar em dois bairros do concelho de Loures, em Julho e Agosto de 2008, e num bairro de Setúbal e noutro do Seixal, em Maio e Agosto de 2009 mas a lista podia ser estendida e incluir outros lugares e ocorrências, todos na coroa suburbana, ainda em 2009. Numa visão de conjunto, há um padrão claro de acontecimentos: ações de repressão ao crime ou de reposição da ordem pública dão lugar a ocupações policiais dos bairros e às reações, por vezes violentas, de parte das populações. O que é oportuno aqui salientar não são os pretextos, as conjunturas e a historicidade dos processos (factos que só por si justificariam uma análise autónoma aprofundada), mas sim as suas consequências inevitáveis em termos de rotulagem e estigmatização territoriais, uma vez que as instituições que têm a seu cargo as intervenções diretas no terreno e os agentes que à distância desenvolvem as suas análises no espaço público e mediático convergem numa atribuição de responsabilidades que contribui para reforçar as imagens degradadas dos lugares e a vilificação colectiva das populações. Um dos principais atores que participam nesta construção de representações enviesadas e negativas são as próprias forças de segurança. Ao elegerem e anunciarem como alvo das suas estratégias de combate ao crime as áreas residenciais e, particularmente, os bairros

sociais, ordenados em *rankings* segundo a sua perigosidade¹³¹; ao cercarem, durante dias seguidos, bairros inteiros para capturar ou controlar indivíduos isolados ou pequenos grupos, em demonstrações de força com corpos especiais que criam autênticos cenários de guerra urbana, as polícias são responsáveis por passar para a sociedade e para a opinião pública a ideia de que a ameaça reside nestas zonas, criminógenas por natureza, e não em pessoas que cometem delitos.

Há depois o papel amplificador dos órgãos de comunicação social, que aparecem com frequência *embedded* no terreno¹³² para fazer coberturas por vezes completamente unilaterais dos acontecimentos¹³³, chegando a dramatizá-los ou a explorar os ângulos mais espetaculares, de modo a satisfazer menos os critérios informativos do que a suposta “curiosidade” das audiências. E finalmente, as várias agências públicas cujos discursos e análises sinalizam estas zonas como “problemáticas”, “sensíveis” ou “críticas” e os representantes de quadrantes políticos e de preconceitos sociais que insistem em culpar as vítimas e em esconder as causas estruturais da pobreza. É à conta da intervenção combinada destes agentes que a estigmatização territorial e a vilificação da pobreza avançam de forma descontrolada, cavalgando a predisposição tradicional para condenar estas populações em função da sua incompetência económica ou até da sua origem étnica e racial.

Um dos primeiros incidentes desta série que marcou o passado recente dos bairros sociais portugueses entre 2008 e 2009 aconteceu na Quinta da Esperança. Estava-se no verão e, sobretudo durante esta época de férias escolares, haviam-se tornado habituais as festas organizadas por jovens do bairro. À falta de outras

¹³¹ Desde 2007 que as forças de segurança elaboram e divulgam (jornal *Expresso*, 6 de Abril de 2007) listas e mapas da Área Metropolitana de Lisboa, com bairros classificados segundo o seu grau de risco (alto, médio ou baixo). Todas as zonas referenciadas, independentemente da perigosidade que lhes é atribuída, são bairros de construção degradada ou de habitação social.

¹³² Em meados de Junho de 2009, jornalistas do *Grupo Impresa* participaram num curso prático de intervenção em zonas de conflitualidade urbana, ministrado pela GNR, para, segundo foi noticiado, saberem articular-se com o trabalho das polícias durante as operações.

¹³³ Em primeiras notícias, no contexto de diretos e reportagens instantâneas, é frequente serem ouvidas apenas entidades oficiais. Quando o tema é mantido na agenda mediática durante períodos mais longos, aparecem por vezes peças de investigação jornalística em que se multiplicam as vozes e os pontos de vista e há contraditório.

iniciativas que fossem ao encontro das suas expectativas e gostos, os adolescentes e os adultos mais novos começaram, depois do realojamento, a usar os espaços amplos das lojas desocupadas nos pisos térreos dos seus prédios para organizar convívios, com música e bebidas, em ambiente de discoteca. “As baladas”, como alguns mais velhos chamavam a estas festas noturnas, eram preparadas pelos próprios, sem autorizações nem enquadramento institucional, publicitadas dentro da comunidade pelo “passa palavra” e podiam reunir entre muitas dezenas a mais de uma centena jovens. À *posteriori* e sem ter presenciado nenhum dos acontecimentos, é difícil reconstituir o que se terá passado. Recolhi várias versões, nem sempre coincidentes, de moradores que estiveram na rua nessa madrugada e de jornalistas que se deslocaram ao bairro nos dias seguintes. De uns e de outros as opiniões são as mesmas que já ouvi noutras alturas e lugares: a população crítica a polícia, ora por não estar mais presente e desprezar o bairro nos seus patrulhamentos de rotina, ora por abusar da força em situações injustificadas e demorar a responder quando é absolutamente necessário; alguns dos *media*, procurando explicar o sucedido, caem no lugar-comum infundado das rivalidades entre bairros e na luta de gangues.

Naquela madrugada morreu um jovem de 19 anos e vários ficaram feridos, um com gravidade. Tudo terá começado quando um grupo de uma dezena ou mais de jovens da mesma idade, de um bairro vizinho, tentou entrar no local da festa. Por alguma razão que não foi possível apurar, acabaram por disparar sobre o interior do recinto e retiraram-se. Depois de momentos de pânico, jovens do bairro que estavam na festa foram no seu encalço e encurralaram um dos supostos atacantes em casa da sua mãe¹³⁴. Invadiram o apartamento e foi nessa altura que mataram a tiro a principal vítima. Na semana que se seguiu, a polícia ocupou o bairro, barrou os movimentos de entrada e saída e montou vigilância ao edifício em que ocorreu o assassinato. Todos os principais canais generalistas fizeram reportagens e diretos para os serviços informativos. No dia do funeral, estiveram presentes centenas de pessoas nas

¹³⁴ A mãe, uma avó e um irmão mais novo, tinham sido realojados há pouco tempo na Quinta da Esperança. O jovem assassinado praticamente não habitara nessa casa porque na mesma altura fora trabalhar para França com o pai. Era de lá que teria chegado dias antes para passar férias.

cerimónias e registou-se um incidente menos grave que terminou de novo com a intervenção da polícia. A partir daí, a vida no bairro foi voltando ao normal.

Continuei a acompanhar os reflexos deste acontecimento trágico durante meses. Ao trazer de volta as histórias mais violentas e as imagens mais negativas sobre o bairro e a sua população, os incidentes constituíam um óptimo analisador para verificar a consistência e solidez das representações dos indivíduos residentes e da sua relação com o bairro. Não senti que as suas atitudes mudassem em virtude do que aconteceu. Mesmo perante uma situação de violência extrema, indissociável do lugar e com potencial para manchar a reputação de todos, permaneceram inamovíveis na defesa da sua identidade colectiva. As pessoas continuaram, como até aí, a ser muito cautelosas quando as convidava a exprimir opiniões sobre o bairro e os modos de vida da sua população, não se colavam às caracterizações negativas das exo-identidades, nem conduziam as suas narrativas de modo a criar um “bode expiatório” sobre o qual lançar as acusações externas. Ao contrário do Bairro Novo, não existia um discurso estruturado em torno do evitamento relacional e da privatização dos modos de vida. E também não eram comuns as estratégias individualizadas de distanciamento relativamente à identidade do bairro, apesar da sua imagem estar de novo a ser afectada em virtude dos incidentes e da ampla divulgação de que foram objecto. A atitude da população com quem falei passou mais por confirmar a existência dos problemas, procurando depois relativizar a sua importância. Samir foi um pouco mais longe e defendeu a identidade do seu bairro devolvendo as acusações e atacando a sua credibilidade.

Samir: A identidade do bairro sempre foi negativa, mais por causa das ideias pré-concebidas de quem é de fora do bairro. Porque quem reside na Quinta da Esperança tem a noção que se calhar é dos bairros menos problemáticos que há por aí. Dos bairros problemáticos dos subúrbios de Lisboa, o nosso é dos menos problemáticos. Hoje atendi um jovem de 16 anos, português, de um bairro social próximo, com problemas terríveis de tráfico, que me disse, da Quinta da Esperança: - "Isto aqui é suave". Mas quase não se houve falar do bairro dele. Tem mais portugueses, mas muitas vezes há tiros e tráfico. Questões pontuais de rusgas da PSP ou da Judicária, ouve-se de vez em quando; mas questões de delinquência, quase não se ouve, embora existam. Só que não é um bairro social identificado como sendo de negros.

No centro de todos os problemas, os meus entrevistados da Quinta da Esperança colocaram sempre a juventude. As crianças, ainda pequenas, a partir dos 12 e 13 anos, e os jovens mais crescidos, até à casa dos vinte anos, eram a grande fonte de preocupações. Mesmo que em pequeno número, estes jovens eram capazes de perturbar a vida no bairro. A eles se atribuíam comportamentos relacionados com a destruição de equipamentos nos espaços públicos e nos prédios, os pequenos roubos, os apedrejamentos e os insultos dirigidos à polícia, a perturbação do sossego e a intimidação de outros moradores. Uma tarde, fui eu próprio testemunha de como as suas ações escapavam à autoridade e ao controle dos mais velhos. Estava a conversar com Matilde junto à sua loja quando passaram apressadamente por nós cinco ou seis crianças, ainda pré-adolescentes. Por um comentário da minha interlocutora fiquei a saber que ela tinha notado alguma coisa de estranho no comportamento do grupo. Decorridos mais uns minutos, uma mulher mais velha apareceu e dirigiu-se em crioulo a Matilde. A conversa foi demorada e deu para notar que a mulher que nos procurara estava nervosa. Tinha vindo contar a Matilde que os miúdos acabavam de trepar a fachada do seu prédio até ao segundo andar, passando pela sua janela aberta. O dono de uma mercearia do rés-do-chão tinha-lhes dito que descessem e foi ameaçado. O que a mulher mais velha queria era que Matilde falasse com a mãe de uma das crianças, sua conhecida, e lhe denunciasse o comportamento do filho. Essa mãe estivera connosco uma parte da tarde à conversa. Matilde não estava na disposição de aceitar o pedido e explicou-me porquê.

- *Mas porque é que ela veio falar contigo, para chamares a mãe do rapaz?*

Matilde: Porque ela veio a correr atrás deles para aqui.

- *Então e eras tu que ias tratar disso?*

Matilde: Sim. A mãe de um é aquela branca que estava aqui sentada.

- *[E ele é] aquele rapazito a quem tu pediste para ir comigo até ali abaixo no outro dia, não é?*

Matilde: É. Estava com eles. Por isso é que ela estava a dizer para eu chamar a mãe. Desculpa lá, mas não vou. Esses miúdos são muito terríveis. Depois ficam com raiva das pessoas. (...)

- *Mas nenhum deles tem cadastro nem problemas com a polícia?*

Matilde: Não, não tem... Eles já sabem conduzir e eu não. Esta senhora de escuro [a mãe que estivera connosco na loja] foi à esquadra porque eles estavam a conduzir um carro. Esses miúdos que estão aí todos têm bons pais e mães. Os pais e mães são uma maravilha.

- *Eles ficam aqui sozinhos?*

Matilde: Os pais vão trabalhar. Não podem ficar assim à toa sem trabalhar.

Na resposta de Matilde, além de se perceber que estes jovens conseguem manietar os mais velhos, há outro elemento relevante. Estou a referir-me à maneira como esta mulher, mãe de duas adolescentes, se coloca do lado dos pais com filhos problemáticos e lhes elogia as qualidades, querendo com isto dizer que não os considera responsáveis pelos desvios de comportamento dos menores. Essa posição ouvi-a repetidamente e aparece mais desenvolvida no depoimento de Verónica¹³⁵. Neste excerto, esta técnica de saúde fala de experiências que decorrem da sua atividade como agente de desenvolvimento comunitário, com um acesso privilegiado às famílias.

- *Por que é que essa área é tão especial e tão importante, a dos jovens?*

Verónica: Olha, é tão importante...Confesso que é a área, aqui no bairro, que nos tem dado mais trabalho...é a área que nos tem preocupado mais. Agora as coisas estão um bocado calmas, mas passámos aqui por momentos muito difíceis: desde os miúdos que desistem da escola, não vão à escola, entram na situação de delinquência juvenil. Depois os pais saem de manhã, entram à noite, não sabem deles...Houve uma fase que eram assaltos, muitos assaltos...e nós conhecíamos os miúdos, identificávamos os miúdos, a polícia conhecia os miúdos, mas também têm as mãos atadas. No dia seguinte estão cá fora, eram as próprias mães que...Tenho um caso de uma mãe, que me tocou profundamente. É uma moça viúva, o marido faleceu. Ela teve uma criança com uma doença crónica. Está sempre no hospital com a criança, passa mais tempo no hospital que em casa porque a mãe tem de acompanhar sempre... O miúdo do meio, com essa ausência do pai e com a ausência da mãe no hospital, perdeu-se. Deixou de estudar, entrou neste grupo dos outros miúdos, assaltava, fazia coisas assim...Esta mãe, desesperada, veio cá ter connosco. Nós encaminhámos, pedimos apoio à polícia, conversámos com o jovem, vimos o que é que ele queria... a moça revoltou-se, mandou-o para S. Tomé, ele está lá. (...)

¹³⁵ Verónica é mulher de Custódio e é o nome dele que figura no quadro de identificação dos perfis de classe dos entrevistados, representando a família (ver Quadro 2, pg. 224). Verónica participou numa parte da entrevista familiar e foi entrevistada igualmente na qualidade de fundadora e dirigente de uma associação de promotores de saúde das comunidades imigrantes.

- Disse-me que as coisas já estiveram pior por esse lado. Por que é que agora estão um bocadinho...

Verónica: Agora estamos mais calmo...este miúdo foi encaminhado para S. Tomé, o outro colega foi para a Guiné, também a mãe mandou-o. Depois, há um que teve que ir para um centro de acolhimento de inserção social. (...)

- Esse jovem é descendente de santomenses, guineenses...

Verónica: Não, eram de várias etnias (...) eles no bairro associam-se. Temos dois angolanos, a mãe mandou para Angola...

- Esse é que é um grande castigo, não?

Verónica: Sim, sim...As mães, houve uma altura que...pronto. Este fundamento que os pais saíam de manhã, voltavam à noite e é verdade...Os próprios pais não estavam satisfeitos com esta vida, eles eram obrigados a ter esta vida e ir trabalhar, mas sentiam uma revolta por dentro por não conseguirem dar atenção aos filhos. Pediam apoio, por exemplo à polícia. Os próprios pais muitas vezes levavam os filhos à polícia, a polícia dizia: - "E agora o que é que nós fazemos? Leve o seu filho..." E as próprias mães, a única solução que viram é mandar os filhos para a terra.

Repare-se que, nas palavras de Verónica, não é deliberadamente que os pais deixam de cumprir as suas funções educativas. A ausência dos pais é aqui diagnosticada como causa dos problemas dos filhos, mas estes pais não têm verdadeiramente escolha: estão obrigados a sustentar a casa e a família e é esta necessidade que os impede de acompanhar os filhos. A análise subjetiva de Verónica sugere que este não é um problema individual, que radique nas famílias, mas um problema da sociedade; numa sociedade que não prevê a criação de estruturas que substituam os pais ou os libertem, de modo a que possam desempenhar o seu papel formativo em etapas fundamentais do crescimento dos filhos.

As estratégias de remediação que Hélia propõe vão no mesmo sentido de reconhecer o carácter colectivo do problema juvenil e de, a partir daí, se procurarem soluções através da mobilização dos recursos da comunidade.

Hélia: Porque o bairro em si não é mau. As pessoas que estão no bairro é que fazem coisas erradas. Algumas pessoas, os miúdos não é, porque até os adultos não são pessoas de fazer essas coisas. É essa malta jovem, essa miudagem é que fazem isso. Portanto, o bairro não é mau. As pessoas que praticam as más ações é que são más. (...) Porque é uma pena termos o bairro nessas condições. E tentar ajudar esses jovens, porque eu acho que esses jovens precisam de ser ajudados. Fazer alguma coisa por eles.

- Já se pôs em contacto com outras pessoas aqui do bairro que têm o mesmo tipo de preocupação?

Hélia: Eu já estive aí a falar com umas senhoras do bairro, nós pensámos em fazer isso. Tentar ajudar mais os jovens, arranjar-lhes mais uma ocupação, conversar mais com eles, ter mais diálogo. Transmitir outros valores a eles.

- Se está com essa vontade... Também sei que tem a sua vida...

Hélia: Arranja-se um bocadinho. Tudo o que seja pelo melhor para nós. Porque neste caso é melhor para nós todos, né? Vai ser melhor para todos cá. Porque se as coisas melhorarem, os miúdos começarem a ter outra mentalidade, ter outro tipo de comportamento. (...) Mesmo esses meninos que têm esses comportamentos que não são corretos... Já lhe tinha dito, se pararem eles na rua a pedir para conversar, eles conversam. Eles dão ouvido. (...) Haver mais diálogo. As pessoas não ligam... -“São bandidos”. Como se diz: -“ É filho de preto, está no bairro social, que se amanhem”.

- Alguma vez alguém de fora do bairro lhe fez uma conversa nesses termos?

Hélia: Por acaso não! Eu é que *tou* a dizer. Porque as pessoas como não fazem nada, não querem saber. Agora todo o mundo fala. (...) Mas eu tenho esperança que isso vai melhorar. Sei que isso vai melhorar um dia. Sei que um dia esses miúdos vão...E que temos que fazer alguma coisa. Porque é assim: crescem esses agora, depois vêm os outros mais novos e história é a mesma. Por isso tem que se fazer alguma coisa para que isso melhore.

Não há hoje um problema com os jovens no Bairro Novo comparável ao da Quinta da Esperança. Mas em 1995 e 1996, quando conheci o bairro e trabalhei sobre ele pela primeira vez, os jovens não só constituíam um problema como eram uma das principais “armas de arremesso” nas lutas de (des)classificação internas¹³⁶. Ao contrário do que pude observar agora na Quinta da Esperança, as representações normativas atribuíam total responsabilidade aos pais pelo comportamento dos filhos. Dentro do espaço residencial, o valor social das famílias definia-se por dois conjuntos de factores ou eixos de avaliação: o dos comportamentos e modos de vida económicos, por um lado, e o das relações familiares e dos papéis conjugais - no qual se incluía o comportamento dos filhos, por outro. O mecanismo deste processo de classificação eram as trocas de acusações e o objectivo dessas disputas simbólicas a conquista ou defesa das melhores posições. Todos os indivíduos e famílias estavam

¹³⁶ Este protagonismo dos jovens nos conflitos efetivos e enquanto tema das trocas de acusações nos espaços de habitação social começou por ser analisado na antropologia urbana francesa por Calourigou (1989) e Althabe (1993).

envolvidos nesta lógica conflitual, alguns como protagonistas e principais alimentadores dos processos, outros, por estarem encostados ao polo negativo das representações ou por beneficiarem de uma menor exposição e de um estatuto residencial mais protegido, participavam de uma forma mais defensiva ou reativa. Algumas das famílias que classifiquei como “em mobilidade” para efeitos do presente trabalho integrariam na década de 1990 este último estrato, aquele que por ter os seus projetos de vida orientados para ocupar outras posições no espaço social, estava mais distante das disputas locais e menos disponível para se manifestar nas trocas internas de acusações.

As famílias que estudei agora, no âmbito deste trabalho, estão empenhadas, cada uma no seu quadro de vida particular, com diferentes níveis de recursos a ditarem distintas possibilidades, em prosseguir os seus projetos de mobilidade. As representações do espaço social que estruturam essas práticas todavia nem sempre são coincidentes e as maiores diferenças são as que se encontram entre bairros. As grandes linhas de divisão e os critérios que lhes presidem são fundamentalmente os mesmos: três classes separadas pelos níveis de recursos materiais ao seu dispor. Onde as representações das duas populações se afastam é na segmentação interna de cada classe em grupos de estatuto, de acordo com critérios éticos e morais, elaborada pelos entrevistados do Bairro Novo e ausente nas representações da Quinta da Esperança.

Uma interpretação que me parece poder ser suportada em relação a esta diferença é que as representações da Quinta da Esperança são as de uma população imigrante de primeira geração, muito frágil ainda nos seus posicionamentos na sociedade de acolhimento e que não pode prescindir da entreaajuda e da solidariedade proveniente do agrupamento étnico. Ora, o princípio de divisão que indo além da posse de capitais põe em cena visões éticas e de moralidade é construído a partir das categorias sociais mais próximas e, por regra, da comunidade a que se pertence. Enquanto o princípio de divisão étnico-racial continuar a sobrepor-se nas representações às divisões estritamente económicas, dito de outro modo, enquanto a inserção na sociedade portuguesa não for plena, dificilmente qualquer estrato ligado a comunidades imigrantes deste género, estejam ou não os seus agentes “em mobilidade”, aderirá a visões fragmentadoras do grupo.

Mesmo quando os membros melhor sucedidos do grupo imigrante conseguem emancipar-se e ‘cortar amarras’, a ‘fuga’ está sempre limitada por um conjunto de condições “políticas, sociais e culturais associadas com a sua raça ou etnia” (Bauman, 1989: 156). Mário dizia-me, com um orgulho indisfarçável, depois de ter saído da Quinta da Esperança: -“Isto aqui não interessa a ninguém”. Apesar disso, um ano e meio depois de ter comprado casa numa urbanização de construção privada e realizado um dos seus objectivos desta fase da vida, Mário continua enredado nas contradições de ter dado um salto extraordinário para fora das fronteiras sociais do seu grupo, mas ter carregado consigo essa parte indisfarçável da sua identidade.

Mário: Quando calha 'Bom dia', quando não calha, muito bem. Tenho a vizinha da frente que, não sei o nome da senhora, mas às vezes dialogamos um bocadinho. (...) As pessoas não respondem às vezes. Nem no elevador. Também é má educação. Uma vez eu disse - 'Minha senhora, eu aprendi que bom-dia não é ofensa'. Ela respondeu: 'Estava distraída'. Os dois no elevador e ela diz que estava distraída. Não me aflige. Às vezes sou capaz de comentar estas coisas com pessoas íntimas. Como daquela vez que estava sentado num banco e ninguém se sentava ao pé de mim. Sabe, eu estou habituado. Agora, há coisa de uma semana, no rés-do-chão, o dono da casa alugou-a a africanos, não sei de que nacionalidade. Mas não são assim pretos como eu, são mais claros. Bom, primeiro as pessoas estranham. Mas nunca me deram indicação de nada. Também não há tempo. (...) Eu não vejo os portugueses serem racistas. Só têm uma coisa que é gostarem de ser superiores aos africanos. Mas não é racismo. Onde eu vi racismo que é apartheid foi na África do Sul. Os brancos num bairro e os pretos noutra lado. (...) Aquilo é que é racismo. Os portugueses não. Não me cumprimentem, não me incomoda. Eu às vezes também tenho preguiça de cumprimentar. Não é como em África onde eu não posso ver passar alguém sem dizer bom-dia. Temos que nos adaptar aos usos e costumes de cada país.

Contudo, não são só os imigrantes que ao procurarem a transição para condições sociais mais livres e favorecidas não veem de imediato as suas aspirações estatutárias reconhecidas. Amélia não se sente muito mais segura na urbanização para onde se mudou. No seu caso, as barreiras que receia estarem a separá-la do grupo residencial não serão as da cor da pele, mas as da condição e da identidade de classe.

- A zona em que tu vives agora, já que, já que não estás no bairro, que classes é que tu achas que estão lá representadas?

Amélia: Ah, no meu prédio, pela postura que eles têm, altíssima! Agora, depois o que é que eles são realmente, não sei. Mas quando eu fui para lá, nem bom dia me

diziam. Por isso, devem ser muito importantes! Mas, eu acho que ali à minha volta existe tudo, (...) é a mistura, claramente uma mistura. Até porque à minha frente estão a vender uns apartamentos, os mais baratos 200.000€, por isso! Quem vai para lá tem que ter...

Não há caminhos seguros nem livre-trânsitos para quem embarca nestes processos interclassistas e de progressão social. No final, a emancipação e a liberdade que os que vêm de baixo querem alcançar e compartilhar podem depender da sua iniciativa e das condições materiais por que lutaram, mas dependem outro tanto dum processo igualmente lento de afirmação e reconhecimento da identidade que um dia imaginaram para si.

DAQUI PARA ONDE?

TRAÇOS DE PROCESSOS INACABADOS

A congratulação com o “sucesso” e os “progressos realizados” deram o tom ao discurso e às declarações com que se assinalou o encerramento do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social. O presidente da Comissão Europeia, autor destas palavras, transmitiu a avaliação positiva da União em relação às ações com que ao longo de 2010 se pretendeu elevar a consciência das populações europeias para os problemas associados à pobreza no continente. Durante esse ano e à medida que ia começando a trabalhar na análise e na redação desta tese, fui acompanhando os desenvolvimentos deste programa, mas as notícias que, mês após mês, surgiam a marcar a agenda da pobreza eram menos as dos eventos do Ano Europeu e mais as dos sinais indesejáveis dum crescimento do problema, alicerçado na crise das economias e na perspectiva da intensificação dos cortes nas despesas sociais dos estados. Saídos agora os primeiros números relativos a esse período, confirma-se a ironia de, durante um ano que lhes foi politicamente dedicado num dos espaços económicos mais ricos da humanidade, os pobres terem aumentado de número, assim como as suas dificuldades. Em 2010, cerca de 23,4% da população dos 27 estados membros da União Europeia encontrava-se em risco de pobreza e exclusão social, mais 0,3 pontos percentuais do que em 2009. Em Portugal, estimava-se em 25,3% o valor da população que se encontrava em risco de pobreza e exclusão social, um aumento de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior¹³⁷.

¹³⁷ Fonte: EUROSTAT, “Population and social conditions”. In Statistics In Focus, 9/2012. Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-12-009/EN/KS-SF-12-009-EN.PDF<<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:298:0020:0029:EN:PDF>> [Consult. 3 Fevereiro 2012]. Este indicador, de ‘risco de pobreza e exclusão social’, dá origem a valores mais elevados do que os habituais, porque é um indicador composto. À população que se encontra em ‘risco de pobreza’, agrega a que está em situação de ‘privação material’ e ainda a que integra ‘agregados familiares com baixa intensidade de trabalho’.

Já em 2000, nas conclusões da Cimeira de Lisboa, a Europa da união anunciara como objectivo estratégico das suas políticas sociais a “erradicação da pobreza”. As estatísticas vieram provar o irrealismo desse tipo de metas e nunca durante a década que se seguiu os valores do ‘risco de pobreza’ desceram abaixo da casa dos 16%, valor em que já se encontravam em 2000. Em Portugal, apesar de tudo, a evolução foi mais favorável e a mesma taxa caiu de 21% para 18%, entre 2000 e 2010. Os políticos europeus não parecem deter-se nesta escassez de resultados e na nova Estratégia para o Crescimento Europa 2020, negociada também em 2010¹³⁸, voltam a assumir compromissos, desta feita quantificados. No terceiro vector da “estratégia 20-20”, o do crescimento inclusivo, a luta contra a pobreza ganha de novo foros de prioridade, ao ponto de se pretender reduzir em “pelo menos” 20 milhões o número de pobres, resultado que se fosse alcançado equivaleria a cortar em 25% os efetivos da pobreza na Europa até 2020. A ambição vã parece ser contagiante e em Lisboa, pela mesma altura, o ministério da tutela propunha que Portugal contribuísse baixando em 200.000 o número de pobres durante a mesma década¹³⁹.

Atendendo ao contexto macroeconómico e às perspectivas recessivas criadas primeiro pela crise do sector financeiro e bancário e, logo de seguida, prolongadas pelas medidas de combate aos *deficits* e às dívidas públicas, estas promessas, lançadas numa época que só pode ser caracterizada como de total incerteza, soam a optimismo despropositado ou a um irrealismo que dispensa previsões fundamentadas. Quando se trata de pensar o futuro, a atitude generalizada dos meus entrevistados é bem mais ponderada do que a postura institucional. Muito embora o passado e o presente lhes deem provas da sua capacidade para ultrapassar dificuldades e progredir socialmente, não transformam essas experiências num desejo permanente e ilimitado de ascensão. Sem

¹³⁸ Aprovação final pelo Conselho Europeu a 16 de Junho de 2010. Documento disponível em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/ec/115346.pdf [Consult. 15 Janeiro 2012].

¹³⁹ Afirmações da própria ministra do Trabalho e da Segurança Social, Helena André, durante a sessão de encerramento nacional do AECPEs, Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, em Lisboa, a 10 de Dezembro de 2010.

abdicarem de tentar levar para a frente os seus projetos familiares, sabem ser seletivos, distinguir o provável do improvável, calcular rigorosamente o que está ao seu alcance e agir em conformidade. Por comparação com os seus pares e com os grupos de referência que lhe são mais próximos, têm a noção plena da posição que ocupam e das distâncias que estabeleceram, do que conquistaram, assim como do que podem ainda tentar conquistar, sem ilusões ou ambições desmedidas. O princípio de realidade que orienta as suas percepções e comportamentos transparece nessa aceitação tácita dos lugares em que se encontram e num sentido dos limites, relativamente àquilo a que podem legitimamente aspirar.

Nenhuma das minhas vinte e oito famílias tem a trajetória dos *Castro*, uma família mexicana de “novos-ricos”, cujo dia-a-dia Óscar Lewis nos descreve de uma forma tão viva em *Five Families*, procurando demonstrar que determinados traços associados à cultura da pobreza e às classes baixas permanecem nos papéis conjugais e nos modos de vida dos indivíduos, mesmo depois de uma forte ascensão social. Casos extraordinários como este não tive até hoje oportunidade de os conhecer na realidade portuguesa, apesar de, em cada lugar, ter ouvido narrar histórias de “milionários”, que não se confirmaram ou não eram verificáveis, depois dos protagonistas terem abandonado os seus bairros e desaparecido para sempre na paisagem social urbana.

A mobilidade que procurei e pude encontrar nas famílias do Bairro Novo e da Quinta da Esperança não foi portanto a dos *self made men*, porventura imaginários, mas as experiências mais prosaicas de indivíduos ou famílias que tendo vivido em condições de pobreza ultrapassaram essas etapas transitórias ou esses períodos duradouros de grande constrangimento material e se aproximaram objectivamente dos padrões médios de vida da sociedade portuguesa. Foi depois de ter começado a conhecer melhor o modo como aconteciam estes percursos para fora da pobreza que percebi que, em termos explicativos, seria interessante cruzar perspectivas e ver em que medida as transições para situações de solvabilidade económica teriam ou não sido acompanhadas por alterações nas condições socioprofissionais e na pertença de classe.

Uma das primeiras constatações que se impôs na análise foi a da profunda reconfiguração dos perfis de classe a duas gerações. Desaparecem os agricultores, trazidos para Lisboa pelo êxodo rural interno ou pelas migrações económicas intercontinentais e os operários industriais deixaram de ser o maior grupo profissional, cedendo esse lugar aos empregados executantes. Até aqui, nada de novo, porque esta recomposição acompanha a tendência geral verificada na evolução da estrutura de classes a nível nacional, de há cinco décadas a esta parte. E volta a não haver nada de inesperado quando se evidenciam as altas taxas de mobilidade social, sem as quais estes processos seriam impossíveis. Agora o mesmo já não se pode dizer da relação entre movimentos ascendentes e descendentes, uma vez que a maior paridade entre os dois sentidos de deslocação observada nos meus estudos de caso contraria o pendor acentuado para as mobilidades positivas registado na estrutura de classes portuguesa durante este período.

Como interpretar esta discordância, do ponto de vista da mobilidade económica e da ultrapassagem de situações de pobreza? Em primeiro lugar, tendo em conta que os critérios empregues na definição das posições de desigualdade em grelhas como as que apliquei neste estudo não criam um alinhamento vertical rigoroso em classes de rendimento. Ou seja, a hierarquia estabelecida diferencia posições em função da propriedade e controle dos recursos produtivos, das profissões e dos ramos de atividade, das qualificações e da autoridade dos assalariados, mas estes factores nem sempre estabelecem uma equivalência estrita com níveis de rendimento ou de riqueza e pobreza. Portanto, os filhos dos camponeses e dos trabalhadores independentes dos ofícios que se empregaram por conta de outrem, como empregados executantes e operários, puderam, apesar do 'abaixamento' da sua posição de classe, beneficiar as suas famílias com um acréscimo do nível de vida. Durante este período, caracterizado pela transformação profunda das estruturas económicas, assistiu-se à falência deste género de atividades independentes, empurrando as novas gerações para sectores em expansão que, ao mesmo tempo que lhes oferecerem melhores condições remuneratórias, as transformam em mão-de-obra dependente.

A mobilidade de classe de sentido descendente pode ‘esconder’ mobilidades económicas de sinal positivo e o mesmo se passa com as mobilidades ‘estacionárias’. Perto de um quinto dos meus entrevistados, sobretudo operários, ficam efetivamente na mesma classe dos pais, mas não exatamente na mesma situação do ponto de vista laboral. O que não se vê são as deslocações horizontais, de estratos menos qualificados para mais qualificados, de sectores secundários do mercado de trabalho, mais precários e informais, para atividades mais estáveis e contratualizadas no mercado primário. Estas deslocações beneficiam os trabalhadores, se não diretamente através do nível salarial, pelo menos pela continuidade e duração das relações de trabalho, um dos aspectos que mais fragiliza e coloca em situações de pobreza os trabalhadores.

Estes são os aspectos ‘invisíveis’ da mobilidade que dão título a esta tese. Mobilidades até aqui invisíveis porque a investigação social especializada tem estado concentrada nos problemas da pobreza e os ex-pobres escapam a essas preocupações fundamentais. Invisíveis igualmente porque a compartimentação disciplinar os anula como objecto de estudo e desses interstícios sociológicos só é possível sair trazendo a pobreza para os estudos da mobilidade e das classes ou, fazendo o contrário e introduzindo uma perspectiva global das desigualdades no campo específico dos estudos da pobreza. Invisíveis, finalmente, do conhecimento público, o que deixa terreno livre para os estereótipos e para as representações que fazem da pobreza uma ‘chaga’ social e dos pobres uns incapazes que é preciso ajudar, se souberem merecê-lo. O que o cruzamento da mobilidade com os estudos da pobreza poderá vir a representar no futuro é esse enfrentamento empírico dos preconceitos, com um conhecimento mais detalhado dos processos de entrada e saída da pobreza a demonstrar que os pobres não são um grupo fixo e permanente e que são as classes mais baixas e trabalhadoras o ponto de partida e de retorno da quase totalidade desses movimentos. Num texto de 1972¹⁴⁰, Herbert Gans fala das funcionalidades da pobreza ou da utilidade que os pobres têm para muitos outros grupos sociais e enumera quinze razões que tornam a existência de pobres

¹⁴⁰ Refiro-me a “The positive functions of poverty”, artigo publicado no *American Journal of Sociology* (ver referências completas na bibliografia).

necessária. Juntaria a essas 'funções', e mais especificamente àquelas que Gans associa ao *status* e à mobilidade, uma décima sexta, a de que a existência da pobreza funciona como um elemento de controlo e disciplinador, um espelho vivo para as classes subordinadas das consequências dos comportamentos que supostamente se excluem da ordem moral e dos princípios que fazem funcionar a economia sob a égide do capitalismo e do valor dos mercados. 'Factos' que denunciem os vasos comunicantes entre a pobreza e as classes trabalhadoras e socialmente desfavorecidas e o modo como funcionam em sistema mais ou menos fechado, são elementos decisivos para a formação de uma consciência sobre a natureza mais profunda do 'problema'.

Houve uma faceta da mobilidade a partir de situações de pobreza que gostaria de ter testado mas que permaneceu invisível. Enquanto fazia as primeiras entrevistas dei-me conta das dificuldades práticas em extrair dos depoimentos os dados necessários para identificar nas situações mais prolongadas de pobreza, aquelas que podiam configurar a pertença a uma infraclasse. Dois terços das situações de pobreza que afectaram os meus entrevistados reportavam-se a períodos muito recuados da sua história pessoal, muitas vezes ainda durante a infância, tornando impossível determinar com um mínimo de precisão a duração dos períodos de desemprego e subemprego dos pais e, juntando este a outros indicadores, distinguir os casos passíveis de serem classificados como de exclusão económica crónica. A adopção de uma grelha clássica de posições de classe, em que as quebras da relação com o mercado de trabalho são iludidas pela classificação dos desempregados de muito longa duração no último grupo profissional a que pertenceram, não permite analisar separadamente as mobilidades com origem nessas situações limite. No entanto, perante as limitações da memória e dos conhecimentos objectivos da geração atual sobre a condição e os indicadores laborais da geração anterior, não havia outra opção a tomar, senão considerar as profissões representativas dos períodos em que estiveram ativos.

Deve, em abono da verdade, dizer-se que as tentativas de estudar os pobres conferindo-lhes uma posição de classe separada conta com muita oposição e resistência nos estudos da pobreza e das desigualdades. Para muitos investigadores, os conceitos,

como o de infraclasse, através dos quais se tem querido representar os pobres, reúnem categorias diversas quanto à sua relação com o mercado de trabalho e o consequente grau de exclusão e dependência. Morris, por exemplo, encontra diferenças de classe já definidas no facto de muitos dos pobres serem desempregados de longa duração, provenientes sobretudo de segmentos não qualificados da força de trabalho, enquanto outros trabalhadores pobres, com histórias laborais fragmentadas, estão ligados a sectores mais qualificados. As desvantagens infligidas nuns e noutros pelo mercado de trabalho não são idênticas e, de qualquer modo, já se encontram reflectidas nalgumas grelhas de desigualdade através do critério das qualificações profissionais (Morris, 1996: 189)¹⁴¹.

O argumento de Morris de que a criação de uma terceira localização para os pobres é inapropriada e viria apenas sobrepor-se às classes já existentes é subscrito por muitos autores (Hartman, 1981; Beneria e Roldan, 1987; Monreal, 1996; Susser, 1996; Alvarez e Kolker, 2001; Adair, 2005; Zweig, 2005; Kasmir e Carbonella, 2008). No fundamental, todos partilham a ideia de que, apesar de poderem existir diferenças internas significativas no acesso a recursos, as classes trabalhadoras têm, mais do que qualquer outro grupo social, uma elevada probabilidade de terem tido ou virem a ter a pobreza como experiência e perspectiva de vida. A pobreza, diz Zweig, “happens to the working class” (2005: 78), ainda que os pobres sejam mais facilmente classificados como tal do que como desempregados ou subempregados e o conjunto das classes trabalhadoras acabe por beneficiar desta aparente ausência de ligação aos grupos empobrecidos e marginalizados.

O refinamento destas e de outras categorias estáticas é um *dossier* permanentemente aberto na análise das classes e das desigualdades, mas as profundas transformações em curso nas estruturas de emprego sob o efeito da reorganização neoliberal e globalizada dos espaços económicos, aconselham a que, agora mais do que

¹⁴¹ Subentende-se que Morris estará pensar especificamente naquelas matrizes que na base da pirâmide distinguem duas classes de trabalhadores manuais, os qualificados e os não qualificados (Runciman e Goldthorpe).

nunca, este estado de mutabilidade seja também acompanhado por uma abordagem dinâmica da estrutura ocupacional. Estamos a regressar a tempos que tornam ainda mais necessário reintroduzir um pouco da perspectiva de Thompson e o entendimento de que a classe social deve ser vista menos como estrutura ou como conjunto de categorias, e mais como processo, como movimento fluído que ocorre e se pode observar nas relações humanas, sempre que as pessoas “as a result of common experiences (inherited and shared), feel and articulate the identity of their interests as between themselves, and against other men whose interests are different from (and usually opposed to) theirs” (Thompson, 1991: 8,9).

Um dos processos contemporâneos que mereceria este tipo de atenção às experiências e relações concretas de classe seria o da formação da ‘nova’ classe média, desde o período de expansão do pós-guerra, até às atuais fases em que muitos já reconhecem estagnação e sinais de decadência. As chamadas classes médias só ganham o peso demográfico e a relevância social e cultural que ainda detêm hoje quando às fracções antigas da classe, a pequena burguesia proprietária e independente, se veem juntar as camadas assalariadas que integram todo o tipo de empregados do terciário, do comércio e dos serviços, sectores responsáveis por boa parte do crescimento do emprego nas economias avançadas durante a fase pós-industrialista. A profusão de novas profissões que afluem às classes médias é extremamente diversa, mas se os níveis elevados de qualificação são mais do que suficientes para justificar a integração dos quadros técnicos e científicos, com ou sem funções diretivas e de coordenação, nessa categoria intermédia, o mesmo não se poderá dizer da massa de empregados e funcionários com qualificações mais baixas ou mesmo indiferenciados.

A questão das fronteiras da classe média e, em particular, a da localização da maioria dos seus efetivos, os empregados executantes, é um aspecto polémico e objecto de forte controvérsia teórica na análise das classes. Sumariamente, o debate opõe os defensores da identidade destes estratos com a classe média e os críticos, cujos argumentos são favoráveis à integração dos empregados de categorias mais baixas nas classes trabalhadoras. Para estes últimos, o critério principal não pode deixar de ser o

carácter subordinado das funções realizadas por estas profissões, as rotinas de operações pouco exigentes em qualificações e conhecimentos especializados, características que os aproximariam da condição dos trabalhadores manuais e em particular dos operários da indústria. O ponto de vista contrário valoriza o facto de empregados e operários fazerem parte de sectores distintos de atividade, os serviços e a indústria. A diferença não está no sector económico em si, mas sobretudo na natureza das ocupações e no ambiente em que elas se desenvolvem. Por oposição ao trabalho operário, manual, pesado e sujo, as tarefas desempenhadas pelos empregados é suposto serem mais leves, limpas e tirarem maior partido da capacidade intelectual do que física dos trabalhadores. O contexto de trabalho dos empregados mantém-nos afastados dos operários e em relação com os quadros qualificados e gestores, suscitando afinidades e potenciando identificações com as visões do mundo e os estilos de vida dessas fracções mais privilegiadas.

Seguindo uma ou outra destas linhas argumentativas chegamos a definir critérios que depois de aplicados nos dão representações distintas das divisões de classe e dos grupos maioritários entre os assalariados. Se decidirmos englobar integralmente a categoria de empregados executantes na classe média estamos a torná-la a maior e mais representativa das classes nas sociedades com economias avançadas; se a opção for por unir os empregados aos operários, estamos a considerar que fazem parte da massa assalariada das chamadas classes trabalhadoras e que estas continuam a ser demograficamente dominantes, mesmo depois das economias terem avançado para um estado pós-industrial. A investigação que conduzi sobre as mobilidades a partir de posições de pobreza dá-me alguma perspectiva sobre esta divergência na análise das desigualdades. É compreensível que numa fase de mudança profunda em que se alterou a relação de forças entre os sectores que formavam a base das economias desenvolvidas e em que o terciário, os serviços e todas as atividades mais necessitadas de informação, conhecimento e inovação foram promovendo as classes mais qualificadas, se tenha procurado destacar as profissões desse novo universo produtivo conferindo-lhes uma posição própria no sistema de estratificação. Hoje, a classe média de serviços continua a ter à cabeça esse sector altamente especializado de quadros técnicos, científicos e

dirigentes, mas a sua expansão incorporou e fez multiplicar efetivos e segmentos sem qualificações e completamente subordinados que tornam os limites da classe bastante indefinidos. Debaixo do chapéu dos 'serviços' acolhem-se categorias cujo trabalho não exige mais qualificações nem é mais limpo ou menos pesado do que aquele que se realiza em muitas fábricas. Estes empregados são autênticos operários fora do contexto social do trabalho industrial, estando sujeitos como os restantes trabalhadores à mesma lógica de precariedade e de desvalorização da qualidade dos postos de trabalho imposta pela reestruturação do capitalismo global.

Considerando estes argumentos e o critério de colocar os estratos pouco qualificados dos empregados executantes nas classes trabalhadoras, a classe média sofre uma diminuição abrupta no Bairro Novo e na Quinta da Esperança¹⁴². Se lhe retirarmos as empregadas de serviço doméstico e de limpeza de escritórios, alguns dos auxiliares de saúde e de educação dos hospitais e das escolas e os funcionários de empresas de segurança, todos empregados de baixa qualificação, a classe média fica reduzida a quatro técnicos administrativos, além dos profissionais técnicos e de enquadramento. Em consequência, a mobilidade ascendente sofre uma quebra equivalente, ficando os percursos estacionários ou descendentes a representar a maioria dos deslocamentos.

Nada que afecte a dimensão económica da mobilidade que se mede por parâmetros razoavelmente autónomos em relação aos lugares precisos em que passam estas linhas de divisão de classes. Quer tenham nascido ou vivido em posições menos privilegiadas ou mais privilegiadas durante a sua vida, os traçados acidentados dos seus percursos permitiram-lhes chegar a posições em que de momento se encontram a salvo da pobreza. Nada que afecte também as representações e os discursos dos sujeitos que, quando se classificam a si próprios, ignoram os tipos de profissão que exercem ou até as qualificações que detêm. Para aqueles que, e são uma larga maioria, se consideram parte da classe média, o pertencer a esta classe é confirmado pelo acesso a um padrão de vida e de consumo mais liberto de constrangimentos económicos. Os que ainda se consideram

¹⁴² Cf. Quadros 1 a 4 (pgs. 221, 223, 225, 227)

pobres ou que acham que o voltaram a ser, estão a pensar em função de um nível de rendimento que, no seu caso, lhes permite apenas ter o estritamente necessário à subsistência. A sua declaração de pobreza funciona de forma pleonástica, de modo a enfatizarem o esforço pessoal em gerir recursos que são escassos, mas que não confundem com a condição de destituídos que reconhecem noutros pobres. A concepção de ambos, dos que se classificam como classe média e dos que se classificam como pobres, é que as classes são antes de mais uma condição material: é-se o que se tem. Ser rico, de classe média ou pobre, é uma questão de ter mais ou menos rendimento, maior ou menor acesso a bens materiais.

Os representantes das vinte e oito famílias com quem trabalhei e que me permitiram realizar este estudo, veem as classes como um sistema bipartido ou tripartido de posições: ricos, pobres e uma classe intermédia. A maioria das identificações vai para a classe média, mas mesmo os que aceitam ou fazem questão de se inscrever na pobreza participam num discurso colectivo muito forte sobre o fim da classe média. Tanto uns como outros atribuem a queda da dita classe a fenómenos de ordem social e económica que transcendem os indivíduos, mas o discurso dos primeiros, os que se identificam com os grupos intermédios, é também sobre as suas fragilidades e o risco de virem a perder as posições que ocupam, ao passo que os que se intitulam pobres encontram no referido discurso uma forma enviesada de justificarem a dificuldade ou a impossibilidade de concretizarem parte das suas aspirações¹⁴³.

Todos, tendo mais ou menos daquilo que pretendem, podendo dar-se ao luxo de gastar alguns excedentes de rendimento ou vivendo à justa com o que ganham, não deixam de exaltar um sentimento de honra e de satisfação por, comparativamente com outros, terem um maior controle das suas vidas económicas. Fazem-no introduzindo um segundo corte hierárquico que secciona transversalmente as três classes e, manipulando

¹⁴³ Recorrendo às metáforas em voga na linguagem sociológica e política para falar desta frustração de expectativas, é como se houvesse a noção de que se chegou demasiado tarde para conseguir lugar no “elevador social” e tivesse sido necessário apanhar uma “escada rolante” que está parada, ou avariada, acabando por reter ou empurrar para baixo aqueles que querem subir.

critérios muito carregados moralmente, opõe comportamentos económicos. Obtém-se, deste modo, uma divisão de cada uma das três classes em duas fracções, uma positivamente valorizada, formada por aqueles que não exibem a pretensão de ter o que não têm (ou ser o que não são) e sabem gerir equilibradamente as suas posses, e outra, negativamente valorizada, para a qual são remetidos todos os que se fazem passar pelo que não são (ou simulam ter o que não têm) e gastam o pouco ou muito que ganham ou lhes é dado de forma reprovável. Ao estabelecerem este segundo eixo de diferenciação, os meus entrevistados estavam simultaneamente a criar uma hierarquia moral dentro da qual, independentemente da sua posição de classe, levavam vantagem, em função da correção e superioridade dos seus comportamentos e da virtude dos seus juízos.

Tratando-se de uma construção que os próprios estabelecem, em primeiro lugar, para se demarcarem de grupos sociais muito próximos, ela é unânime no Bairro Novo mas nunca é pronunciada na Quinta da Esperança. Em nenhum momento os membros da comunidade aceitam, desta ou de outras formas, acusar ou diminuir os comportamentos de outros residentes e conterrâneos com os quais, reconhecem, há uma partilha da condição de imigrantes e africanos e uma identidade de interesses. Em todos os depoimentos recolhidos na Quinta da Esperança se manifesta a convicção de que a principal divisão é em relação ao conjunto da sociedade que os acolhe e que há uma falta de igualdade de tratamento face à restante população portuguesa. E todos os dados que recolhi parecem dar-lhes razão. Quando comparados com a população inquirida no Bairro Novo, os indivíduos entrevistados na Quinta da Esperança e os membros dos seus agregados vão mais longe nos estudos e têm habilitações médias mais elevadas, mas nem por isso deixam de estar acantonados num conjunto restrito de profissões, com funções menos qualificadas e pior remuneradas. Se alargarmos a comparação ao conjunto das populações dos dois bairros, vemos que outros indicadores de marginalização económica, como o desemprego e o trabalho sem vínculos e desprotegido, penalizam muito mais a Quinta da Esperança. Não admira por isso que exista esta consciência interiorizada e difundida que, quando nos propomos falar sobre desigualdades, nos sinaliza e chama a atenção de imediato para o problema da diferença racial no acesso a recursos.

As condições sociais atuam em desfavor dos imigrantes e dos seus projetos, mas não são eles os únicos a estarem confrontados com cenários arriscados no que toca ao futuro dos seus processos de mobilidade social. As vinte e oito famílias dos dois bairros encontram-se em etapas diferentes dos seus ciclos de vida, atingiram pontos distintos nas suas trajetórias e dispõem de recursos diversos que lhes conferem mais ou menos vantagens para poderem determinar as suas vidas. Não é provável por isso que haja um destino comum, que todos continuem a ser bem-sucedidos ou que fracassem por igual nos seus intentos. Mas há este cenário de grande incerteza no curto prazo e esta previsão de uma tendência para a contração dos estratos médios da sociedade, factores que não deixarão de ter repercussões e fazer vítimas entre os *newcomers* cujas posições estejam menos consolidadas e as ambições sejam mais frágeis. A seu favor, a experiência da adversidade e um realismo que assume plenamente a precariedade das condições e das identidades que conseguiram alcançar.

Bibliografia

ADAMS, Matthew (2006) "Hybridizing habitus and reflexivity: towards an understanding of contemporary identity?" *Sociology*, vol. 40 (3): 511-528.

ADAIR, Vivyan C. (2005) "US Working-class/Poverty-class divides". *Sociology*, vol.39 (5): 817-834.

ADKINS, L. (2002) *Revisions: Gender and Sexuality in Late Modernity*. Buckingham: Open University Press.

ALTHABE, Gérard, LÉGÉ, Bernard, SÉLIM, Monique (1984) *Urbanisme et Réhabilitation Symbolique. Ivry, Bologne, Amiens*. Paris: Anthropos.

ALTHABE, Gérard, MARCADET, Christian, PRADELLE, Michèle, SELIM, Monique (1993) [1985] *Urbanisation et Enjeux Quotidiens. Terrains Ethnologiques dans la France Actuelle*. Paris: Le Harmattan.

ALVAREZ, Louis and KOLKER, Andrew (2001) *People Like Us: Social Class in America*. New York: Center for New American Media and the Corporation for Public Broadcasting.

ANTHIAS, Floya (2001) "The concept of 'Social Division' and theorizing social stratification: looking at ethnicity and class". *Sociology*, vol. 35, n° 4, Sage Publications.

APPADURAI, Arjun (ed.) (1986) *The Social Life of Things*. Cambridge: Cambridge University Press.

ARCHER, Louise (2006) "Challenging classes? Exploring the role of social class within the identities and achievement of British Chinese pupils". *Sociology*, vol. 40(1): 29-49.

ARRANZ, José Maria, CANTÓ, Olga (2010) "Measuring the effect of spell recurrence on poverty dynamics". *UNU-WIDER Working papers*, n° 2010/72, World Institute for Development Economic Research.

ATKINSON, Paul (1992) *Understanding Ethnographic Texts*. Sage. Newbury Park: Sage.

ATKINSON, Will (2007) "Anthony Giddens as adversary of class analysis". *Sociology*, 41 (3): 533-549.

ATKINSON, Will (2008) "Not all that was solid has melted into air (or liquid): a critique of Bauman on individualization and class in liquid modernity". *Sociological Review*, 56 (1): 1-17.

BALIBAR, Etienne, WALLERSTEIN, Immanuel (1991) *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. Londres: Verso.

- BANKS, Marcus (1996) *Ethnicity: Anthropological Constructions*. Londres: Routledge.
- BANTON, Michael (1998) *Racial Theories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BARTH, Fredrik 1969 (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries*. Boston: Little, Brown & Company.
- BASTOS, José G. Pereira, BASTOS Susana Pereira (1999) *Portugal Multicultural. Situações e Estratégias Identitárias das Minorias Étnicas*. Lisboa: Fim de Século.
- BATISTA, Luís V. (1999) *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta
- BAUDRILLARD, Jean (1972) "A moral dos objectos. Função social e lógica de classe". In *Semiologia dos Objectos. Selecção de Ensaio da Revista 'Communications'*. Petrópolis: Vozes.
- BAUDRILLARD, Jean (1981a) *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUDRILLARD, Jean (1981b) *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUMAN, Zygmunt (1982) *Memories of class*. Londres: Routledge.
- BAUMAN, Zygmunt (1989) *A liberdade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BAUMAN, Zygmunt (2000) *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BAUMAN, Zygmunt (2001) "Identity in the globalizing world". *Social Anthropology*, 9, 2: 121-129.
- BAUMAN, Zygmunt (2005) [1998] *Work, consumerism and the new poor*. Maidenhead: Open University.
- BAUMANN, Gerd & Thijl SUNIER (eds.) (1995) *Post-migration Ethnicity*. Amesterdão: HetSpinhuis Publishers/IMES.
- BECK, Ulrich (1992) *Risk society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- BELL, Daniel (1973) *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, Daniel Bell. New York: Basic Books.
- BENERIA, Lourdes e ROLDAN, Martha (1987) *Las Encrucijadas de Clase y Género. Trabajo a Domicilio, Subcontratación y Dinâmica de la Unidad Doméstica en la Ciudad de México*. Ciudad de México: El Colégio de México, FCE y Economía Latinoamericana.
- BENOIT-GUILBOT, Odile (1986) "Quartiers-Dortoirs ou Quartiers-Villages". In *L' Esprit des Lieux. Programme Observation du Changement Social*. Paris: Éditions du CNRS.

BERG, Marguerite van den (2011) "Subjective social mobility: Definitions and expectations of 'moving up' of poor Moroccan women in the Netherlands". *International Sociology*, 26 (4): 503– 523.

BERTAUX, Daniel (1978) *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*. Lisboa: Moraes.

BERTAUX, Daniel (1986) "Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche" in Desmarais, D., Grell, P. (dir.) *Les Récits de Vie. Théorie, Méthode et Trajectoires Types*. Paris: Saint-Martin.

BERTAUX, Daniel (1991) "From methodological monopoly to pluralism in the sociology of social mobility" in Shirley, D. (ed.) *Life and Work History Analyses: Qualitative and Quantitative Developments*. Londres: Routledge.

BERTAUX, Daniel, BERTAUX-WIAME, Isabelle (1988) "Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations". *Life Stories/Récits de Vie*, n°4.

BERTAUX, Daniel e THOMPSON, Paul (ed.) (1997) *Pathways To Social Class. A Qualitative Approach To Social Mobility*. Oxford: Clarendon Press.

BETTIE, Julie (2002) "Exceptions to the rule. Upwardly mobile white and Mexican American high school girls". *Gender & Society*, vol. 16, n° 3: 403-422.

BETTIE, Julie (2003) *Women without Class: Girls, Race, and Identity*. Berkeley: University of California Press.

BOLTANSKI, Luc, THÉVENOT, Laurent (1991) *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.

BOOTH, Charles (1969) [1889] *Charles Booth's London: a portrait of the poor at the turn of the century. Drawn from 'Life and labour of the people in London'*. Londres: Hutchinson.

BONACICH, Edna (1972) "A Theory of Ethnic Antagonism: The Split Labor Market". *American Sociological Review*, 37: 547–559.

BONVALET, Catherine e FRIBOURG, Anne-Marie (org.) (1988) *Stratégies Résidentielles*. Paris: INED.

BOTTERO, Wendy (2004) "Class identities and the identity of class". *Sociology*, 38 (5): 985-1003.

BOTTERO, Wendy (2005) *Stratification: Social division and inequality*. Londres: Routledge.

BOTTERO, Wendy (2010) "Intersubjectivity and bourdieusian approaches to 'identity'". *Cultural Sociology*, vol.4 (1): 3-22.

- BOTTERO Wendy e PRANDY, Kenneth (2003) "Social interaction distance and stratification". *British Journal of Sociology*, 54 (2): 177-197.
- BOUDIMBOU, G. (1991) *Habitat et Modes de Vie des Immigrés Africains en France*. Paris: Le Harmattan.
- BOUDON, Raymond (1973) *L'Inégalité des Chances. La Mobilité Sociale dans les Sociétés Industrielles*. Paris: Armand Colin.
- BOURDIEU, Pierre (1972) *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*. Geneva: Droz.
- BOURDIEU, Pierre (1977) "Une classe objet". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 17, nº 1: 2-5.
- BOURDIEU, Pierre (1978) "Classement, déclassement, reclassement". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 24, nº 1: 2-22.
- BOURDIEU, Pierre (1979) *La Distinction, Critique Sociale et du Jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1980) *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1982) *Leçon sur la Leçon*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1987) *Choses Dites*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989) *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (dir.) (1993) *La Misère du Monde*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1998) *Contre-feux: Propos pour servir à la Résistance contre l'Invasion Néo-libérale*. Paris: Raisons D'agir.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1964) *Les Héritiers. Les Étudiants et la Culture*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1978) *A Reprodução. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Lisboa: Vega.
- BRADLEY, Harriet (1996) *Fractured identities. Changing patterns of inequality*. Cambridge: Polity Press.
- BRADLEY, Harriet (1999) *Gender and power in the workplace*. Cambridge: Polity Press.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo (2001) *Exclusões Sociais*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.

BRUTO DA COSTA, Alfredo (coord.), BAPTISTA, Isabel, PERISTA, Pedro, CARRILHO, Paulo (2008) *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

CABRAL, Manuel Villaverde (1998) "Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal". *Análise Social*, vol. xxxiii (146-147): 381-414.

CAILLÉ, Alain (2009) *Théorie anti-utilitariste de l'action. Fragments d'une sociologie générale*. Paris: La Découverte.

CALORIGOU, Claire (1989) *Sauver son Honneur: Rapports Sociaux en Milieu Urbain Défavorisé*. Paris: L'Harmattan.

CAPUCHA, Luís (1998) "Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades." In Viegas, J. M. L., Costa, A. F. da (org.) *Portugal, que Modernidade?*. Oeiras: Celta.

CAPUCHA (2000) "Territórios da Pobreza a que é Preciso Voltar". *Sociedade e Território*, Lisboa, nº30.

CAPUCHA, Luís (2005) *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.

CARDOSO, Ana e PERISTA, Heloísa (1994) "A Cidade Esquecida. Pobreza em Bairros Degradados de Lisboa". *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº15.

CASTEL, R. (1995) *Les Métamorphoses de la Question Sociale. Une Chronique du Salarial*. Paris: Fayard.

CASTELLS, Manuel (1984) *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Presença.

CASTELLS, Manuel (1985) *City, Class and Power*. Londres: Macmillan Publishers.

CASTELLS, Manuel (1991) "La Ciudad Dual". *Alfoz*, nº80.

CASTLES, Stephen, KOSACK, Godula (1973) *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*. London: Oxford University Press.

CELLINI, Stephanie Riegg, MCKERNAN, Signe-Mary, RATCLIFFE, Caroline (2008) "The Dynamics of Poverty in the United States: A Review of Data, Methods, and Findings". *Journal of Policy Analysis and Management*, 27(3).

CET-CML (1993) *Apropriação do Espaço e Satisfação Residencial nos Bairros Sociais: Horta Nova, Padre Cruz e N1 Chelas*. Lisboa: policopiado.

CHAMBOREDON, Jean-Claude, LEMAIRE, Madeleine (1970) "Proximité Spatiale et Distance Sociale. Les Grands Ensembles et leur Peuplement". *Revue Française de Sociologie*, XI.

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry (1979) "Appropriation de l'Espace et Changement Social". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXXVI.

CHOMBART DE LAUWE (1987) "A Organização Social no Meio Urbano". In Velho, Otávio G. (org.) *O fenómeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

CHORON-BAIX, Catherine, WILLIAMS, Patrick (1988) "Ethnologie dans la Ville: Ethnologie de la Ville. A Propos de l'Étude de Deux Communautés Ethniques dans la Région Parisienne". In *Ethnologues dans la Ville. Actes du 112^{ème} Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: Éditions du CTHS.

CLAIR, Robin P. (ed.) (2003) *Expressions of ethnography: novel approaches to qualitative methods*. Albany: State University of New York Press.

CLAPSON, Mark (2003) *Suburban Century. Social Change and Urban Growth in England and the USA*. Oxford: Berg.

CLAVEL, Gilbert (2004) *A sociedade da exclusão. Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.

CLIFFORD, James (1988) *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*, Cambridge: Harvard University Press.

CML (1967) *Habitação Social da Cidade de Lisboa: 1959-1966*. Lisboa: CML.

CML (1988) *Plano de Intervenção a Médio Prazo para a Habitação Social de Lisboa: 1987-1993*. Lisboa: CML.

COHEN, Abner (ed.) (1974) *Urban Ethnicity*. Londres: Tavistock Publications.

COING, Henri (1966) *Rénovation Urbaine et Changement Social*. Paris: Les Éditions Ouvrières.

COING, Henri, MEUNIER, Christine (1980) *Insécurité Urbaine?* Paris: Anthropos.

COLLIER, John e COLLIER, Malcolm (1986) *Visual Anthropology: Photography As a Research Method*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

COLLIER, Mary Jane (2001) "Constituting Cultural Difference Through Discourse: Current Research Themes of Politics, Perspectives and Problematics". In Collier, M. J. (ed.) *Constituting Cultural Difference Through Discourse*. Londres: Sage.

CORAK, Miles (2006) "Do Poor Children Become Poor Adults? Lessons from a Cross Country Comparison of Generational Earnings Mobility". *IZA Discussion Paper Series N° 1993*, Institute for the Study of Labor.

CORCORAN, M. (2001) "Mobility, Persistence, and the Consequences of Poverty for

Children: Child and Adult Outcomes". In Danziger, S.H., Haveman, R.H. (eds). *Understanding Poverty*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

COSTA, António Firmino da *et al.* (2000) "Classes sociais na Europa". *Sociologia—Problemas e Práticas*, n.º 34.

CROMPTON, Rosemary (1997) "Consumption and Class Analysis." In Edgell, S. (ed.) *Consumption Matters*. Londres: Blackwell.

DAHRENDORF, Ralf (1972) [1959] *Classes et Conflits de Classes dans la Société Industrielle*. Paris: Mouton.

DAHRENDORF, Ralf (1987) "The Erosion of Citizenship and its Consequences for us all". *New Statesman*, 12.

DAVAULT, Corinne e PASQUIER-MERLET, Elisabeth (1992) "HLM e Mission Locale: Deux Instances de Réhabilitation Sociale". *L'Homme et la Société*, nº104.

DAVIES, Charlotte A. (2002) *Reflexive Ethnography. A guide to researching selves and others*. Londres: Routledge.

DE GAUJELAC, Vincent e TABOADA, Isabel (1994) *La Lutte des Places. Insertion et Désinsertion*. Paris: DDB-EPI.

DENNIS, Norman e HENRIQUES, Fernando (1970) [1956] *Coal is our life. Analysis of a Yorkshire Mining Community*. Londres: Barnes & Noble.

DEVINE, Fiona (1992) "Social identities, class identity and political perspectives". *Sociological Review*, 40: 229-252.

DEVINE, Fiona (2004) "Talking about class in Britain". In Fiona Divine e Mary C. Waters (eds.), *Social inequalities in comparative perspective*. Oxford: Blackwell: 191-213.

DEVINE, Fiona e SAVAGE, Mike (2000) "Conclusion: renewing class analysis". In Rosemary Crompton, Fiona Devine, John Scott e Mike Savage (eds.) *Renewing class analysis*. Oxford: Blackwell: 184-199.

DOUGLAS, Mary (2004) "Traditional Culture, Let's Hear No More About It". In Rao, V. & Walton, M. (eds) *Culture and Public Action*. Stanford: Stanford University Press.

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron (1979) *The World of Goods. Towards an Anthropology of Consumption*. London: Routledge.

DOUGLAS, Mary e NEY, Steven (1998) *Missing Persons: a Critique of the Personhood in the Social Sciences*. Berkeley: University of California Press.

- DUBET, François (1987) *La Galère: Jeunes en Survie*. Paris: Fayard.
- DUBET, François (1992) *Les Quartiers d'Exil*. Paris: Seuil.
- DUMONT, Louis (1966) *Homo Hierarchicus. Le Système des Castes et ses Implications*. Paris: Gallimard.
- DUMONT, Louis (1977) *Homo Aequalis. Genèse et Épanouissement de l'Idéologie Économique*. Paris: Gallimard.
- DUMONT, Louis (1992) *Ensaio sobre o individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*. Lisboa: Dom Quixote.
- DURHAM, Eunice R. (1984) *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- EAMES, E., GOODE, J.G. (1977) *Antropology of the City: an Introduction to Urban Anthropology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- EDDY, Elizabeth M. (ed.) (1968) *Urban Anthropology: Research, Perspectives and Studies*. Athens, Georgia: Southern Anthropological Society - University of Georgia Press.
- ELIAS, Norbert (1989) [1939] *O Processo Civilizacional* (2 vols). Lisboa: D. Quixote.
- EMMISON, Michael (2003) "Social Class and Cultural Mobility. Reconfiguring the Cultural Omnivore Thesis". *Journal of Sociology*, vol. 39(3), Sage Publications.
- ERIKSEN, Thomas (2002) [1993] *Etnicity and Nationalism. Anthropological Perspectives*. London: Pluto Press.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (ed.) (1993) *Changing Classes: Social Stratification in Postindustrial Europe and North America*. London: Sage.
- ESTANQUE, Elísio (2003) "O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI". In Cabral, Manuel Villaverde *et al.* (org.) *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*. Lisboa: ICS.
- ESTANQUE, Elísio (2005) "Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais". *Configurações - Revista de Sociologia*, nº1.
- ESTANQUE, Elísio (2012) *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997) *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- ESTIVILL, Jordi (2008) *La Articulación de las Estrategias Europeas de Empleo y de Inclusión Social: Un matrimonio virtual ou virtuoso?* Porto: Projecto Bridges for Inclusion, REAPN -

Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) (1987) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Global Editora.

FENTON, Steve, BRADLEY, Harriet (eds) (2002) *Ethnicity and Economy: 'Race and Class' Revisited*. London: Palgrave.

FERREIRA, António Fonseca (1988) "A Problemática Habitacional na AML". In *Comunicações do I Seminário Internacional: AML. Que futuro?* Lisboa: DGPR/FCSH/INIC.

FERREIRA, António Fonseca (1989) "PIMP. O Realojamento Tardio, Lento e Desastrado". *Sociedade e Território*, nº10/11.

FERREIRA, António Fonseca (1990) "Uso e Apropriação do Alojamento em Telheiras". In *Comunicações ao Colóquio Viver (n)a cidade*. Lisboa: GES-LNEC / CET-ISCTE.

FERREIRA, António Fonseca (1994) "Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER". *Sociedade e Território*, nº20.

FERREIRA, António Fonseca et al. (1985) *Perfil Social e Estratégias do 'Clandestino': Estudo Sociológico da Habitação Clandestina na AML*. Lisboa: CES-ISCTE.

FERREIRA DE ALMEIDA, João et al. (1988) "Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociológica". *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 4.

FERREIRA DE ALMEIDA, João et al. (1992) *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.

FERREIRA DE ALMEIDA, João et al. (1994) "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos". In Reis, António (org.) *Portugal - 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

FERREIRA DE ALMEIDA, João et al. (2007) "A sociedade". In Reis, António (coor.) *Retrato de Portugal. Factos e acontecimentos*. Lisboa: Círculo de Leitores.

FLICK, Uwe (2005) *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

FOLEY, Douglas (1990) *Learning Capitalist Culture. Deep in the Heart of Texas*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

FREITAS, Maria J. (1990) "Redes Sociais em Meio Urbano: Dois Bairros Sociais da Cidade de Lisboa em Análise". In *Comunicações ao Colóquio Viver (n)a cidade*. Lisboa: GES-LNEC / CET-ISCTE.

FREITAS, Maria J. (1994) "Os Paradoxos do Realojamento". *Sociedade e Território*, nº20.

- GALLIE, Duncan (ed.) (1988) *Employment in Britain*. Oxford: Basil Blackwell.
- GANS, Herbert (1962) *The Urban Villagers*. New York: Free Press.
- GANS, Herbert (1972a) *People and Plans. Essays on Urban Problems and Solutions*. London: Penguin Books.
- GANS, Herbert (1972b) "The positive functions of poverty". *The American Journal of Sociology*, Vol.78, Nº2: 275-289.
- GANS, Herbert (1990) "Deconstructing the underclass". *American Planning Association Journal*, 52: 271-7.
- GANS, Herbert (1993) "From 'Underclass' to 'Undercaste': Some Observations About the Future of the Postindustrial Economy and its Major Victims". *International Journal of Urban and Regional Research*, vol.17, nº3.
- GANS, Herbert, (1996a) [1979] "Symbolic Ethnicity". In Hutchinson, John & Anthony Smith (eds.) *Ethnicity*. Oxford-New York: Oxford University Press.
- GANS, Herbert (1996b) *The War Against The Poor: The Underclass And Antipoverty Policy*. Nova Iorque: Basic Books.
- GEERTZ, Clifford (1983) *Local Knowledge. Further Essays in Interpretative Anthropology*. New York: Basic Books.
- GEERTZ, Clifford (1993) [1973] *The Interpretation of Cultures*. London: Fontana Press.
- GEERTZ, Clifford, (1996) [1963] "Primordial Ties". In Hutchinson, John & Anthony Smith (eds.), *Ethnicity*. Oxford-Nova Iorque: Oxford University Press.
- GENESTIER, Philippe (1991) "Pour une Intégration Communautaire". *Esprit*, nº 169.
- GENESTIER, Philippe (1994) "Mode de Vie Normal et Normalisation de L'Espace. Les Références et les Postulats de la Politique de la Ville". *Espaces et Sociétés*, nº 73.
- GIDDENS, Anthony (1973) *The Class Structure of the Advanced Societies*. Londres: Hutchinson.
- GIDDENS, Anthony (1992) *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- GIDDENS, Anthony (1994) *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta.
- GIMENEZ, Martha E. (2006) "With a little class: a critique of identity politics". *Ethnicities*, 6.
- GILROY, Paul (1993) *The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness*, Londres, Verso Books.

GLASER, Barney e STRAUSS, Anselm (1967) *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine Publishing Company.

GLAZER, Nathan, MOYNIHAN, Daniel, (1996) [1963] "Beyond the Melting Pot". In Hutchinson, John & Anthony Smith (eds.) *Ethnicity*. Oxford-Nova Iorque: Oxford University Press.

GOBO, Giampietro (2008) *Doing Ethnography*. Londres: Sage.

GOLDTHORPE, John e LOCKWOOD, D. et al. (1969) *The Affluent Worker in the Class Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

GOLDTHORPE, John et al. (1980) *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.

GOLDTHORPE, John e ERIKSEN, Robert (1992) *The Constant Flux: a Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press.

GOODE, Judith (2002) "How Ethnography Counters Myths About the Poor." In Gmelch, G., Zenner, W.P. (org.) *Urban Life. Readings in the Anthropology of the City*. Prospect Heights: Waveland Press.

GOODE, Judith e MASKOVSKI, Jeff (eds.) (2001) *The new poverty studies: the ethnography of power, politics and impoverished people in the United States*. Nova Iorque: New York University Press.

GOFFMAN, Erving (1988) [1969] *Estigma. Notas sobre a Manipulação de uma Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.

GOFFMAN, Erving (1989) [1959] *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*. Petrópolis: Vozes.

GOLDTHORPE, John H., LOCKWOOD, David et al. (1969) *The affluent worker in the class structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

GONÇALVES, Fernando (1978) "A Mitologia da Habitação 'Social'. O Caso Português". *Cidade/Campo. Cadernos da Habitação ao Território*, nº 1.

GORDON, Milton (1964) *Assimilation in American Life*. New York: Oxford University Press.

GOTHAM, Kevin F. (2003) "Toward an understanding of the spatiality of urban poverty: the urban poor as social actors". *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 27(3): 723-737.

GROS, Marielle C. (1982) *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento.

GROSSBERG, Lawrence (1996) "Identity and Cultural Studies: Is That All There Is?" In Hall, S., DuGay, P. (ed.) *Questions of Cultural Identity*. London:Sage.

GUERRA, Isabel (1987) "A Especialização da Vida Social". *Povos e Culturas*, nº2.

GUERRA, Isabel (1993) "Modos de Vida. Novos Percursos e Novos Conceitos". *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 3.

GUERRA, Isabel (1994) "As Pessoas não são Coisas que se Ponham em Gavetas". *Sociedade e Território*, nº 20.

GUTWIRTH, Jacques, PÉTONNET, Colette (dir.) (1987) *Chemins de la Ville: Enquêtes Ethnologues*. Paris: Éditions du CTHS.

HALL, Stuart (1996a) "The New Ethnicities". In Hutchinson, John & Anthony Smith (eds.), *Ethnicity*, Oxford-New York. Oxford University Press.

HALL, Stuart (1996b) "Introduction: Who Needs Identity?" In Hall, S., DuGay, P. (ed.) *Questions of Cultural Identity*. London: Sage.

HANNERZ, Ulf (1982) "Washington and Kafanchan: a View of Urban Anthropology". *L'Homme*, XXII (4).

HANNERZ, Ulf (1983) *Explorer la Ville: Éléments de Anthropologie Urbaine*. Paris: Minuit.

HANNERZ, Ulf (2004) [1969] *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community*. Chicago: Chicago University Press.

HAYOT, Alain (1988) "De Chicago à Marseille: Centralité Urbaine, Mode d'Implantation des Migrantes et Cohabitation Pluri-ethnique". In *Ethnologues dans la Ville: Actes du 112^{ème} Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: Editions du CTHS.

HARRINGTON, Michael (1962) *The Other America: Poverty in the United States*. New York: Macmillan.

HARRISON, Bennett e BLUESTONE, Barry. *The Great U-Turn: Corporate Restructuring and the Polarizing of America*. New York: Basic Books, 1988.

HARTMAN, Heidi (1981) "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive Union". In Sargent, Lydia (ed.) *Women and Revolution*. Boston, MA: South End Press.

HARVEY, David (1990) "Flexible Accumulation through Urbanization Reflections on 'Post-Modernism' in the American City". *Perspecta*, Vol. 26.

HARVEY, David (2003) *The New Imperialism*. New York: Oxford University Press.

HARVEY David (2007) "Neoliberalism as Creative Destruction". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 610: 21.

HARVEY, David L. e REED, Michael (1992) "Paradigms of Poverty: A Critical Assessment of Contemporary Perspectives". *International Journal of Politics, Culture and Society*, Vol. 6, Nº 2: 269-297.

HARVEY, David L. e REED, Michael (1996) "The culture of poverty: an ideological analysis". *Sociological Perspectives*, vol. 39, nº 4: 465-495.

HECHTER, Michael (1978) "Group Formation and the Cultural Division of Labor". *The American Journal of Sociology*, 84 (2): 293-318.

HERPIN, Nicolas (1993) "L'Urban Underclass Chez les Sociologues Américains: Exclusion Sociale et Pauvreté". *Revue Française de Sociologie*, XXXIV.

HILL, Ronald Paul (2001) "Surviving in a Material World. Evidence from Ethnographic Consumer Research on People in Poverty." *Journal of Contemporary Ethnography*, vol.30, nº4, Sage Publications.

HOGGART, Richard (1975) *As Utilizações da Cultura. Aspectos da Vida Cultural da Classe Trabalhadora* (2Vols). Lisboa: Presença.

HEYL, Barbara S. (2001) "Ethnographic Interviewing". In Atkinson, P. et al. (eds.) *Handbook of Ethnography*. London: Sage.

JENKINS, Richard (2004) *Social Identity*. London: Routledge.

JOLY, Danièle (2001) *Blacks and Britannity*. Aldershot: Ashgate.

KASMIR, Sharryn, CARBONELLA, August (2008) "Dispossession and the Anthropology of Labor." *Critique of Anthropology*, 28, 5, Sage Publications.

KAUFMANN, Jean-Claude (1983) *La Vie H.L.M.: Usages et Conflits*. Paris: Les Éditions Ouvrières.

KAUFMANN, Jean-Claude (2005) *A invenção de si. Uma teoria da Identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

KATZ, Michael B. (1993) *The "underclass" debate. Views from history*. Nova Jersey: Princeton University Press.

KELLEY, Robin (1997) *Yo' Mama's disfunkcional!: Fighting the Culture Wars in Urban América*. Boston: Beacon Press.

LABBENS, JEAN (1978) *Sociologie de la Pauvreté. Le Tiers Monde et le Quart Monde*. Paris: Gallimard.

LAMONT, Michèle e SMALL, Mario Luis (2010) "Cultural diversity and anti-poverty policy". *The International Social Science Journal*, 199: 169-180.

LASH, Scott (1990) *Sociology of Postmodernism*. Londres: Routledge.

LASH, Scott e URRY, John (1987) *The End of Organised Capitalism*. Cambridge: Polity.

LASH, Scott e URRY, John (1994) *Economies of Signs and Space*. London: Sage.

LAWLER, Stephanie (1999) "Getting out and getting away: women's narratives of class mobility". *Feminist Review*, 63: 3-24.

LEACOCK, Eleanor B. (ed.) (1971) *The Culture of Poverty: A Critique*. New York: Simon & Schuster.

LEEDS, Anthony (1971) "The Concept of the 'Culture of Poverty': Conceptual, Logical and Empirical Problems with Perspectives from Brazil and Peru" in Leacock, E. (ed.) *Culture of poverty: a Critique*. New York: Simon and Schuster.

LENOIR, René (1974) *Les exclus - Un Français sur dix*. Paris: Éditions du Seuil.

LÉVI-STRAUSS, Claude (dir.) (1977) *L'identité*. Paris: Grasset.

LEVITAS, Ruth (1996) "The concept of social exclusion and the new Durkheimian legacy". *Critical Social Policy*, 46 (16): 5-20.

LEVITAS, Ruth (1998) *The Inclusive Society: Social Exclusion and New Labour*. Londres: Macmillan.

LEWIS, Oscar (1992) [1959] *Antropologia de la Pobreza. Cinco familias*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

LEWIS, Oscar (1969a) [1966] *La Vida. Une Famille Portoricaine dans une Culture de Pauvreté: San Juan et New York*. Paris: Gallimard.

LEWIS, Oscar (1969b) "The Culture of Poverty". *Scientific American*, vol. 213, n° 4: 19-25.

LEWIS, Oscar (1979) *Os Filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes.

LEWIS, Oscar (1980) "Alcune Prospettive Sull'Urbanizzazione con Particolare Riferimento a Città del Messico", in CESARE, Pinto (ed.) *Antropologia Urbana: Programmi, Ricerche e Strategie*. Milão: Feltrinelli.

LINTON, Ralph (1968) [1945] *Le Fondement Culturel de la Personnalité*. Paris: Dunod.

LYNCH, Owen M. (1992) "Urban Anthropology, Postmodernist Cities, and Perspectives". *City and Society*, vol.6, n°1.

LYND, Robert S. e LYND, Helen M. (1959) [1929] *Middletown: A Study in Contemporary American Culture*. New York: Harcourt, Brace, Javanovitch.

LYND, Robert S. e LYND, Helen M. (1982) [1937] *Middletown in Transition: A Study in Cultural Conflicts*. Boston: Mariner Books.

LONGHURST, Brian, SAVAGE, Mike (1997) "Social Class, Consumption and the Influence of Bourdieu: Some Critical Issues" In Edgell, S. (ed.) *Consumption Matters*. Londres: Blackwell.

LOW, Setha M. (2002) "Introduction: Theorizing the City" in Low, S. M. (ed.) *Theorizing the City. The New Urban Anthropology Reader*. New Brunswick: Rutgers University Press.

MACHADO, Fernando Luís (2002) *Contastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal* Oeiras: Celta.

MACHADO, Fernando Luís (2003) "Imigração e imigrantes em Portugal. Parâmetros de regulação e cenários de exclusão". *Sociologia, Problemas e Práticas* n.º 41: 183-188.

MALESEVIC, Sinisa (2004) *The Sociology of Ethnicity*. Londres: Sage.

MAFFESOLI, Michel (1987) *O Tempo das Tribos. O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

MAFFESOLI, Michel (s.d.) *O Conhecimento do Quotidiano. Para uma Sociologia da Compreensão*. Lisboa: Vega.

MARCUS, Anthony (2005) "The culture of poverty revisited: bringing back the working class". *Anthropologica*, 47: 35-52.

MARSHALL, Gordon (1997) *Repositioning class: social inequality in industrial societies*. Londres: Sage.

MARSHALL, Gordon; NEWBY, Howard *et al.* (1988) *Social class in modern Britain*. Londres: Routledge.

MARX, Karl (1976) [1867] *Capital. A Critique of Political Economy*, Vol. I. London: Penguin Books.

MAURICE, M., DELOMÉNIE, D. (1976) *Mode de Vie et Espaces Sociaux - Processus d'Urbanisation et Différenciation dans deux Zones Urbaines de Marseille*. Paris: Mouton.

MENEZES, Marluci (1994) "Casal Ventoso - da Fragmentação Visual à Segregação Socio-espacial". *Mediterrâneo*, nº 4.

McKIBBIN, Ross (1998) *Classes and Cultures: England 1918-1951*. Oxford: Oxford University Press.

McNAY, L. (1999) "Gender, habitus and the field: Pierre Bourdieu and the limits of reflexivity". *Theory, Culture and Society*, 16(1): 95-117.

MILLER, Daniel (1987) *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Blackwell.

MILLER, Daniel (2001) "The Poverty of Morality." *Journal of Consumer Culture*, Londres, vol.1 (2), Sage Publications.

MINGIONE, Enzo (1996) "Urban Poverty in Advanced Industrial World: Concepts, Analysis and Debates". In Mingione, Enzo (ed.) *Urban Poverty and the Underclass: a Reader*. Oxford: Blackwell.

MITCHELL, Wendy e GREEN, Eileen (2002) "'I don't know what I'd do without our Mam': Motherhood, Identity and Support Networks". *The Sociological Review* 50(4): 1-22.

MØLLER, Iver Hornemann, HESPANHA, Pedro (2002) "Padrões de Exclusão e Estratégias Pessoais." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 64, CES.

MONREAL, Pilar (1996) *Antropología y Pobreza Urbana*. Madrid: Los Libros de la Catarata.

MOON, Dreama G., ROLISON, Garry L. (1998) "Communication of Classism". In Hecht, M. L. (ed.) *Communicating Prejudice*. Thousand Oaks: Sage.

MOON, Dreama (2001) "Intercultural Travel, Cultural Adaptation, and 'Passing' as a Disjunctive Inter/Cultural Practice". In Collier, M. J. (ed.) *Constituting Cultural Difference Through Discourse*. London: Sage.

MORRIS, Lydia (1994) *Dangerous Class. The Underclass and Social Citizenship*. London: Routledge.

MORRIS, Lydia (1996) "Classes, underclasses and the labour market". In LEE, D. J. e TURNER, B. S. (ed.) *Conflicts about Class. Debating Inequality in Late Industrialism*. Londres: Longman.

MOURA, Marta (1988) "A Apropriação do Espaço no Bairro 'Luta pela Casa': as Práticas do Alojamento". *Psicologia*, Vol. VI, nº3.

MOSS, Kirby (2003) *The Color of Class. Poor Whites and the Paradox of Privilege*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.

MOYNIHAN, Daniel P. (1965) *The negro family. The case for national action*. Washington: United States Department of Labor, Office of Policy Planning and Action.

MUNT, Sally R. (ed.) (2000) *Cultural Studies and the Working Class*. London: Cassell.

MURRAY, Charles (1984) *Losing Ground: American Social Policy 1950-1980*. Nova Iorque: Basic Books.

- MURRAY, Charles (2001) "The British underclass: ten years later". *The Public Interest*, Fall, pp. 25-37.
- MURRAY, Charles e HERRNSTEIN, Richard (2001) *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life*. Nova Iorque: The Free Press.
- MYRDAL, Gunnar (1963) *Challenge to Affluence*. Nova Iorque: Random House.
- MYRDAL, Gunnar (1995) [1944] *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. New Jersey: Transaction Publishers.
- NEWMAN, Katherine S. (1992) "Culture and Structure in the 'Truly Disadvantaged'". *City and Society*, vol.6, nº1.
- NOBLE, Trevor (2000) "The mobility transition: social mobility trends in the first half of the twenty-first century". *Sociology*, Vol.34, Nº1: 35-51.
- NUNES DE ALMEIDA, Ana (1988) "A Família e a Cidade. A 'Família Urbana' em Questão". *Povos e Culturas*, nº 3.
- NUNES DE ALMEIDA, Ana (1992) "Meio Social, Família e Classe Operárias". *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 3.
- O'CONNOR, Alice (2002) *Poverty Knowledge: Social Science, Social Policy, and the Poor in Twentieth-Century U.S. History*. New Jersey: Princeton University Press.
- OPLER, Morris E. (1945) "Themes as dynamic forces in culture". *American Journal of Sociology*, 5: 198–206.
- ORTNER, Sherry (1997) "Fieldwork in the Postcommunity". *Anthropology and Humanism* vol. 22, nº 1: 61–80.
- ORTNER, Sherry (1998) "Identities: The Hidden Life of Class". *Journal of Anthropological Research* 54 (1), University of New Mexico.
- ORTNER, Sherry (2002) "'Burned like a Tattoo'. High School Social Categories and 'American Culture'". *Ethnography*, vol.3(2), Sage Publications.
- ORTNER, Sherry (2002) "Subjects and Capital: A Fragment of a Documentary Ethnography". *Ethnos*, 67 (1): 9–3.
- ORTNER, Sherry (2003) *New Jersey Dreaming: Capital, Culture, and the Class of '58*. Durham: Duke University Press.
- ORTNER Sherry (2011) "On Neoliberalism". *Anthropology of this Century*, nº1.
- OSTROWETSKY, Sylvia (ed.) (1996) *Sociologues en Ville*. Paris: L'Harmattan.

PAHL, Ray (1984) *Divisions of Labour*. Oxford: Basil Blackwell.

PAHL, R.E. (1989) "Is the Emperor naked? Some questions on the adequacy of sociological theory in urban and regional research". *International Journal of Urban and Regional Research* 13: 711-720.

PAKULSKI, Jan e WATERS, Malcom (1996) *The death of class*. Londres: Sage.

PARK, Robert Ezra (1987) [1916] "A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano em Meio Urbano". In Velho, Otávio G. (org.) *O fenómeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

PARKER, Seymour, KLEINER, R. (1970) "The Culture of Poverty: An Adjustive Dimension". *American Anthropologist*, nº72.

PASSERON, Jean-Claude (1989) "Biographies, Flux, Itinéraires, Trajectoires". *Revue Française de Sociologie*, XXXI.

PAUGAM, Serge (1993) *La Disqualification Sociale. Essai sur la Nouvelle Pauvreté*. Paris: PUF.

PAUL-LÉVY, Françoise, SEGAUD, Marion (1983) *Anthropologie de L'Espace*. Paris: Centre Georges Pompidou.

PAYNE, Geoff (2007) "Social divisions, social motilities and social research: methodological issues after 40 years". *Sociology*, 41 (5).

PERISTA, Heloísa, PIMENTA, Manuel (1994) "A Pobreza Urbana - Algumas Situações Tipo". *Mediterrâneo*, nº4.

PÉTONNET, Colette (1982) *Espaces Habités: Ethnologie des Banlieues*. Paris: Galilée.

PÉTONNET, Colette (1985) *On est tu dans le Brouillard*. Paris: Galilée.

PINÇON, Michel (1979) *Besoins et Habitus. Critique de la Notion de Besoin et Théorie de la pratique*. Paris: CNRS.

PINÇON, Michel (1981) "Habitat et Modes de Vie. La Cohabitation des Groupes Sociaux dans un Ensemble H.L.M.". *Revue Française de Sociologie*, XXII.

PINTO, Teresa Costa et al. (2010) *Retratos de um Portugal em Mudança*. Lisboa: Tinta da China.

PIRES, Rui Pena (2003) *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta.

PLATT, Lucinda (2005) "The intergenerational social mobility of minority ethnic groups". *Sociology*, vol.39(3) : 445-461.

POIRIER, Jean, CLAPIER-VALLADON, S. e RAYBAUT, P. (1983) *Les Récits de Vie. Théorie et Pratique*. Paris: PUF.

PORTES, Alejandro (1997) "Immigration theory for a new century: some problems and opportunities". *International Migration Review*, Vol.31, Nº4: 799-825.

PORTES, Alejandro (1999) *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras, Celta.

PORTES, Alejandro, ZHOU, Min (1993) "The New Second Generation: Segmented Assimilation and its Variants Among post-1965 Immigrant Youth". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530: 75-98.

POULANTZAS, Nicos (1975) *As Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar.

PRINCE, Sabiyha (2003) *Constructing Belonging: Class, Race, and Harlem's Professional Workers*. Londres: Routledge.

PUJADAS, Joan J. (1994) "Processos Sociais e Construção de Identidades nas Periferias Urbanas: os Casos de Lisboa e Catalunha". *Mediterrâneo*, nº4.

PAHL, Ray (1989) "Is the emperor naked?". *International Journal of Urban and Regional Research*, 13: 711-720.

RAVETZ, Alison (2001) *Council Housing and Culture. The History of a Social Experiment*. Londres: Routledge.

REAY, Diane (1998a) *Class work. Mothers' involvement in their children's primary schooling*. Londres: Routledge Falmer.

REAY, Diane (1998b) "Rethinking social class: qualitative perspectives on class and gender". *Sociology*, 32(2): 259-275.

REAY, Diane (2005), "Beyond consciousness? The psychic landscape of social class". *Sociology*, 39 (5): 911-928.

REMY, Jean (1995) "As Modas, as Posições Intermédias e as Espacializações do Social". *Sociedade e Território*, nº21.

REMY, Jean, VOYÉ, Liliane (1976) *La Ville et l'Urbanisation*. Paris: Duculot.

REMY, Jean, VOYÉ, Liliane (1981) *Ville, Ordre et Violence. Formes Spatiales et Transaction Social*. Paris: PUF.

- REMY, Jean, VOYÉ, Liliane (1994) *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição*. Porto: Afrontamento.
- ROBINSON, William I. (2011) "Globalization and the Sociology of Immanuel Wallerstein: A Critical Appraisal". *International Sociology*, vol. 26, nº 6: 723-745.
- RODRIGUES, Carlos Farinha (coord.) (2011) *Desigualdade em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, Maria (1999) *Pelo Direito à Cidade: O Movimento dos Moradores do Porto (1974-76)*. Porto: Campo das Letras.
- RODRIGUES, José Cavaleiro (1991) *Mobilidade e Integração: Contributo para o Estudo das Complexidades de um Processo*. Tese de licenciatura em Antropologia. Lisboa: Departamento de Antropologia da FCSH/UNL.
- RODRIGUES, José Cavaleiro (1997) "Nós não somos todos iguais". *Espaço social de residência e estratégias de distinção num bairro de realojamento*. Tese de mestrado em Sociologia Rural e Urbana. Lisboa: Departamento de Sociologia do ISCTE.
- RODRIGUES, José Cavaleiro (2003) "As Lógicas Sociais do Realojamento. Da Requalificação Residencial às Lutas de Classificação em Novos Bairros de Habitação Social". *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº7, CET.
- ROWNTREE, Benjamin S. (2000) [1901] *Poverty: A Study of Town Life*. Bristol: Policy Press.
- RUNCIMAN, Walter G. (1990) "How many Classes are there in Contemporary British Society?" *Sociology*, vol. 24, nº 3: 377-396.
- SAHLINS, M. (1972) *Stone Age Economics*. New Jersey: Aldine Transaction Publishers.
- SASSEN, Saskia (1988) *The Mobility of Labour and Capital*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.
- SASSEN, Saskia (1998) *Globalization and its Discontents*. New York: The New Press.
- SAVAGE, Mike *et al.* (1992) *Property, bureaucracy and culture*. London: Routledge.
- SAVAGE, Mike (2000) *Class analysis and social transformation*. Buckingham: Open University Press.
- SAVAGE, Mike (2001) "Ordinary, ambivalent and defensive: class identities in the Northwest of England". *Sociology*, 35 (4): 875-892.
- SAVAGE, Mike e WARDE, Alan (2002) *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*. Oeiras: Celta.

SCHECTER, Stephen, PAQUET, Bernard (1999) "Contested Approaches in the Study of Poverty: The Canadian Case and the Argument for Inclusion." *Current Sociology*, vol.47 (3), Sage Publications.

SCHOONBRODT, René (1979) *Sociologie de l'Habitat Social. Comportement des Habitants et Architecture des Cités*. Bruxelles: ed. Archives d'Architecture Moderne.

SCHUTZ, Alfred (1979) *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

SELIM, Monique (1984) "Travail, Distance Sociale, Residence". *Terrain*, nº3.

SELIM, Monique (1992) "L'Enlèvement d'une Cité H.L.M. Représentation de l'Espace et des Pouvoirs". *L'Homme et la Société*, nº 104.

SENNETT, Richard e COBB, Jonathan (1993) [1971]. *The Hidden Injuries of Class*. Londres: Fontana.

SENNETT, Richard (2000) *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.

SENNETT, Richard (2006) *The culture of the new capitalism*. New Haven: Yale University Press.

SHARFF, Jagna W. (1987) "The Underground Economy of a Poor Neighborhood". In Mullings, Leith (ed.) *Cities in the United States: Studies in Urban Anthropology*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

SILVA, Manuela, BRUTO DA COSTA, A. (coords.) (1985) *A Pobreza em Portugal*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.

SILVA, Manuela, BRUTO DA COSTA, A. (coords.) (1989) *Pobreza Urbana em Portugal: um Inquérito a Famílias em Habitat Degradado nas Cidades de Lisboa, Porto e Setúbal*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.

SILVANO, Filomena Paiva (2002) *Antropologia do Espaço*. Oeiras: Celta.

SILVANO, Filomena Paiva, NEVES, João (1990) "Enraizamento e Cosmopolitismo: Contributo para uma Análise da Recomposição Urbana" in *Comunicações ao Colóquio Viver (n) a cidade*. Lisboa: GES-LNEC / CET-ISCTE.

SILVER, Hilary (1995) "Reconceptualizing Social Disadvantage: Three Paradigms of Social Exclusion". In Rodgers, Gerry *et al.* (ed.) *Social exclusion: rhetoric, reality, responses*. Genebra: ILO Publications, International Labour Office.

SILVER, Hilary e MILLER, S.M. (2003) "Social Exclusion. The European Approach to Social Disadvantage". *Indicators*, vol.2, nº 2.

SIMMEL, Georg (1964) *The Conflict and The Web of Group-Affiliations*. New York: Free Press.

SIMMEL, Georg (1987) [1902] "A Metrópole e a Vida Mental" in Velho, Otávio G. (org.) *O fenómeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

SIMMEL, Georg (1998) [1907] *Les Pauvres*. Paris: PUF.

SKEGGS, Beverley (1997) *Formations of class and gender*. Londres: Sage.

SKEGGS, Beverley (2004) *Class, self, culture*. Londres: Routledge.

SMALL, Mario L., LAMONT, Michèle e HARDING, David J. (2010) "Reconsidering Culture and Poverty". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*: 629: 6-27.

SMITH, David (2005) *On the Margins of Inclusion. Changing labour markets and social exclusion in London*. Bristol: Policy Press.

SOCZKA, Luís, BOAVIDA, Luís e MACHADO, Paulo (1985) *Ecologia Social da Musgueira 1: Análise Sociodemográfica e das Condições Ambientais*. Lisboa: LNEC.

SOUTHERTON, Dale (2002) "Boundaries of 'Us' and 'Them': Class, Mobility and Identification in a New Town." *Sociology*, vol.36 (1): 171-193.

SUSSER, Ida (1996) "The construction of Poverty and Homelessness in US cities". *Annual Review of Anthropology*, 25, Annual Review Inc.

SWEETMAN, P. (2003) "Twenty-first century dis-ease? Habitual reflexivity or the reflexive habitus". *Sociological Review* 51(4): 528-549.

TILLY, Charles (1996) *Citizenship, Identity and Social History*. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, Charles (2001a) "Introduction: Anthropology Confronts Inequality". *Anthropological Theory*, vol.1(3), Sage Publications.

TILLY, Charles (2001b) "Relational Origins of Inequality". *Anthropological Theory*, vol.1(3), Sage Publications.

TILLY, Charles (2006) *Identities, boundaries and social ties*. Londres: Paradigm Publishers.

THERBORN, Goran (1980) *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. Londres: Verso.

THOMAS, William I. e ZNANIECKI, Florian W. (1996) [1918] *The Polish peasant in Europe and America. Monograph of an immigrant group*. Chicago: University of Illinois Press.

- THOMPSON, Edward P. (1991) [1963] *The Making of the English Working Class*. Londres: Penguin Books.
- THOMPSON, Edward.P. (1978) *The Poverty of Theory and Other Essays*. New York: Monthly Review Press.
- TORRES, Anália C., WANDSCHNEIDER, M., SOUSA P.S. (1991) "Pobres: Modos de Ser e de Parecer". In *Actas do I Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Fragmentos - APS.
- TOURAINE, Alain (1973) *La production de la société*. Paris: Seuil.
- TOURAINE, Alain (1991) "Face à l'Éclusion". *Esprit*, nº 169.
- TURNER, Bryan S. (1989) *Status*. Lisboa: Estampa.
- VALENTINE, Charles A. (1968) *Culture and Poverty. Critique and Counter-Proposals*. Chicago: University of Chicago Press.
- VALLADARES, Licia (1980) *Passa-se uma Casa. Análise de Programa de Remoção de Favelas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VALLADARES, Licia (1989) *La Recherche Urbaine au Bresil: un État de la Question*. S.l.: CNRS-ORSTOM.
- VEIGA, Ubaldo M. (1999) "Pobreza, Exclusion Social y Segregacion espacial". *Áreas, Revista de Ciencias Sociales*, Universidad de Murcia, nº19: 35-50.
- VELHO, Gilberto (1978) [1972] *A Utopia Urbana: um Estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto (1986) *Subjectividade e Sociedade. Uma Experiência de Geração*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto (1987) [1981]. *Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto (org.) (1974). *Desvio e Divergência: uma Crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto (coor.) (1980) *O Desafio da Cidade. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campos.
- VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (2001) *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- VILAÇA, Eduardo (1991) "Habitação Social: Uma Década sem Progresso". *Cadernos Municipais*, nº54.

- WACQUANT, Loic (2000) *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta.
- WACQUANT, Loic (2001) *Parias urbanos*. Buenos Aires: Manantial.
- WACQUANT, Loic (2005) "Marginalidade urbana no novo milénio". *Configurações - Revista de Sociologia*, Vol. 1, (1): 59-72.
- WACQUANT, Loic (2007) "Territorial stigmatization in the age of advanced marginality". *Thesis Eleven*, nº 91: 66-77.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2000) "Globalization or the Age of Transition? A Long-Term View on the Trajectory of the World-System". *International Sociology* 15 (2).
- WARNER, W. Lloyd, e LUND, Paul S. (1963) *Yankee City Series (1941-1959)*. New Haven: Yale University Press.
- WEAVER, Thomas, WHITE, Douglas (1980) "L'Antropologia degli Ambienti Urbani". In CESARE, Pinto (ed.) *Antropologia Urbana: Programmi, Ricerche e Strategie*. Milão: Feltrinelli.
- WELLMAN, David (2009) "Reconfuring the color line: racializing inner-city youth and rearticulating class hierarchy in black America". *Transforming Anthropology*, Vol. 17, Nº 2, pp. 131–146.
- WHITE, William F. (1971) [1943] *La Sociedad de las Esquinas*. Cidade do México: Editorial Diana.
- WILLMOTT, Peter e MURIE, Alan (1990) *La Paupérisation du Logement Social: le Cas de Grande-Bretagne et de la France*. Paris: L'Harmattan.
- WILSON, William Julius (1978) "The Declining Significance of Race. Revisited but not Revised". *Society*, Vol. 15, Nº 5.
- WILSON, William Julius (1987) *The Truly Disadvantaged. The Inner City, the Underclass and the Public Policy*. Chicago: Chicago University Press.
- WILSON, William Julius (2010) "Why Both Social Structure and Culture Matter in a Holistic Analysis of Inner-City Poverty". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 629: 200-219.
- WRIGHT, Eric Olin (1985) *Classes*. Londres: Verso.
- WRIGHT, Eric Olin (1995) "El Análisis de Clase de la Pobreza". In Carabaña, J. (ed.) *Desigualdad y Clases Sociales. Un Seminario en Torno a Erik Olin Wright*. Madrid: Fundación Argentaria-Visor Distribuciones.

WRIGHT, Eric Olin, LEVINE, Andrew, SOBER, Elliot (1992) *Reconstructing Marxism: Essays on Explanation and the Theory of History*. Brooklin: Verso.

WIRTH, Louis (1956) [1928] *The ghetto*. Chicago: Phoenix Books.

WIRTH, Louis (1987) [1938] "O Urbanismo como Modo de Vida" in Velho, Otávio G. (org.) *O fenómeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

WOLF, Eric R. (1982) *Europe and The People Without History*. Los Angeles: University of California Press.

XIBERRAS, Martine (1994) *Les Théories de L'Exclusion. Pour une Construction de L'Imaginaire de la Déviance*. Paris: Méridiens Klincksieck.

YOUNG, Michael, WILLMOTT, Peter (1983) [1957] *Le village dans la Ville*. Paris: Centre Georges Pompidou.

YOUNG, Michael, WILLMOTT, Peter (1984) [1973] *The Symmetrical Family. A Study of Work and Leisure in the London Region*. Harmondsworth: Penguin Books.

ZIMMERMAN, David (1992) "Regression Toward Mediocrity in Economic Structure". *The American Economic Review*, 82(3), American Economic Association.

ZWEIG, Michael (2000) *The Working Class Majority: America's Best Kept Secret*. Ithaca, NY: ILR Press.